

o

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Vilma Cristina Soutelo Assunção Nosedá

DESEJO DE MEMÓRIA - A HISTÓRIA E A MEMÓRIA DA RESERVA
FLORESTAL DO MORRO GRANDE E DA VILA OPERÁRIA DO DAE

DOUTORADO EM HISTÓRIA SOCIAL

SÃO PAULO

2023



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Vilma Cristina Soutelo Assunção Nosedá

DOUTORADO EM HISTÓRIA

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, como exigência parcial para obtenção
do título de Doutor em História
sob a orientação do Profa. Dra. Yvone Dias Avelino

SÃO PAULO

2023

Banca Examinadora

DEDICATÓRIA

Aos meus amores que são à minha vida

Júlia e Vinícius

Por estarem sempre comigo

A meu pai por acreditar sempre até mesmo quando achei que não conseguiria.

A comunidade do Morro Grande

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 88887313490/2019-00 e a Fundação São Paulo (FUNDASP) .

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento Nível Superior - Brasil (CAPES) – Finance Code:88887313490/2019-00 and the Fundação São Paulo (FUNDASP)

AGRADECIMENTOS

RESUMO

A pesquisa visa refletir sobre a história e a memória do patrimônio cultural existente no bairro do Morro Grande município de Cotia (São Paulo), local que se encontra a Reserva Florestal do Morro Grande, tombada pelo CONDEPHAAT, na década de 80.

Com o objetivo de atender a demanda da comunidade preocupada com a especulação urbana, o desmatamento e com a perda de sua memória coletiva local, realizamos o inventário participativo e a produção coletiva do documentário Desejos de Memória – a História da Vila DAE e da Reserva Florestal do Morro Grande

É com base na nova museologia e por meio de suas próprias narrativas de memórias que envolvermos a comunidade, ao realizarmos o inventário participativo, processo no qual as comunidades assumem, em primeira pessoa, a identificação, a seleção e o registro das referências culturais mais significativas para suas memórias e histórias sociais.

No campo da Museologia, o recurso permite estabelecer diálogos entre as pessoas, a fim de identificar os aspectos a serem patrimonializados pela comunidade, assim como propor conjuntamente produtos difusores das ações de memória. Dentro do âmbito do inventário participativo realizamos encontros com a comunidade que denominados aqui de Rodas de Memória, o que possibilitou abordar questões que perpassam os temas: memória, cultura, patrimônio, políticas culturais, museu e cidadania. Com a intenção de valorizar e instrumentalizar a comunidade e propiciar condições para reverter o quadro de subutilização do patrimônio cultural da região.

Vale lembrar que a pandemia Covid 19 trouxe muitos desafios, entre eles o de envolver a comunidade em um momento que o isolamento social que se fez necessário como medida de contenção da pandemia. O relatório apresenta as plataformas digitais e as redes sociais e a elaboração do documentário como ferramentas aliadas da Educação Ambiental e Patrimonial que nos permitiram contornar tais obstáculos.

ABSTRACT

The research aims to reflect on the history and memory of the existing cultural heritage in the neighborhood of Morro Grande, in the municipality of Cotia (São Paulo), where the Morro Grande Forest Reserve is located, listed by CONDEPHAAT, in the 1980s.

In order to meet the demand of the community concerned about urban speculation, deforestation and the loss of its local collective memory, we carried out the participatory inventory and collective production of the documentary Desires of Memory – the History of Vila DAE and the Forestry Reserve of Morro Grande

It is based on the new museology and through their own narratives of memories that we involve the community, when we carry out the participatory inventory, a process in which communities assume, in the first person, the identification, selection and recording of the most significant cultural references for their memories and social histories.

In the field of Museology, the resource makes it possible to establish dialogues between people, in order to identify the aspects to be patrimonialized by the community, as well as to jointly propose products that disseminate memory actions. Within the scope of the participatory inventory, we held meetings with the community that we call Memory Wheels, which made it possible to address issues that pervade the themes: memory, culture, heritage, cultural policies, museum and citizenship. With the intention of valuing and equipping the community and providing conditions to reverse the situation of underutilization of the region's cultural heritage.

It is worth remembering that the Covid 19 pandemic brought many challenges, including that of involving the community at a time when the social isolation that was necessary as a measure to contain the pandemic. The report presents digital platforms and social networks and the elaboration of the documentary as allied tools of Environmental and Heritage Education that allowed us to overcome these obstacles.

Keywords: Museology – Inventory - Heritage education

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE FIGURAS

MAPA DA TESE

INTRODUÇÃO

I CAPÍTULO - DO PATRIMÔNIO DE PEDRA E CAL AO CONCEITO DE PAISAGEM CULTURAL

1.1. - A PROTEÇÃO À PAISAGEM CULTURAL EM NÍVEL INTERNACIONAL

1.2.- A PROTEÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL NO BRASIL

1.3. - O PROCESSO DE TOMBAMENTO DA RESERVA FLORESTAL DO MORRO GRANDE

1.4 DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL À EXPERIÊNCIA DA PAISAGEM INDUSTRIAL

II CAPÍTULO – A RESERVA, O SISTEMA ALTO COTIA E A VILA

3.1 - A RESERVA E O SISTEMA ALTO COTIA

3.2 - A VILA OPERÁRIA DO DAE – O PARAÍSO É AQUI

III CAPÍTULO - DESEJO DE MEMÓRIA - DESEJO DE MUSEU

2.1. - DO GABINETE DE CURIOSIDADES A SOCIOMUSEOLOGIA

2.2.- DESEJO DE MEMÓRIA - INVENTÁRIOS PARTICIPATIVO

2.3. - OUTRAS AÇÕES

IV CAPÍTULO – O DOCUMENTÁRIO -

LISTA DE SIGLAS (por ordem de menção no corpo do texto)

- UNESCO** - A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
- SPAN** - Serviço do Patrimônio Artístico Nacional
- SPHAN** - Serviço Patrimônio Histórico Artístico Nacional
- CONDEPHAAT** - Conselho de Defesa do Patrimônio Arqueológico, Arquitetônico e Turístico
- ICOM** - Conselho Internacional de Museus da UNESCO
- CNRC** - Centro Nacional de Referência Cultural, criado em 1975
- RFMG** – Reserva Florestal Morro Grande
- CDPC** - Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade
- FBCN** - Fundação Brasileira Conservação da Natureza
- AGAPAN** - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
- IAB** – Instituto de Arquitetura do Brasil
- DAE** – Departamento de Águas e Esgoto
- OESP** – Jornal O Estado de São Paulo
- SABESP** – Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo
- PT** – Partido dos Trabalhadores
- SOP** - Superintendência de Obras Públicas subordinada a Secretária de Agricultura, Comércio e Obras Públicas
- RAE** - Repartição dos Serviços Técnicos de Água e Esgoto da Capital (criada em 1892 em substituição a Companhia Cantareira de Águas e Esgoto)
- CHI** – Companhia Hidráulica do Império
- CGGSP** - Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo
- CAC** - Cooperativa Agrícola de Cotia
- EMPLASA** - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A
- IGC** - Instituto Geográfico Cartográfico de São Paulo
- XIV SEMAGEO** – XIV Semana de Geografia

TICCIH - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage

PCH - Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, criado em 1973

MinC - Ministério da Cultura

DTC / IPHAN - Diretoria de Tombamento e Conservação do IPHAN

Eletropaulo – ver pagina 51 do capítulo 2

GEHT - Grupo de Estudos de História da Técnica de Campinas

TICCIH-Brasil - Comitê Brasileiro para Preservação do Patrimônio Industrial

TICCIH - Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial

COGESP - Coordenação Geral de Planejamento da Prefeitura de São Paulo sucedida pela SEMPLA

SEMPLA - Secretaria Municipal do Planejamento da Prefeitura de São Paulo

MAE - Museu de Arqueologia e Etnografia da USP

DOPS – ARRUMAR PAGINA 57 DO CAPÍTULO 2

CONPRES - ARRUMAR PAGINA 59 DO CAPÍTULO 2

CONDEPHAAPASA - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico Arquitetônico Paisagístico de Santo André

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Publicação da Carta do presidente da Câmara Municipal de Cotia, no jornal o OESP no caderno Cidades e Soluções, na seção Queixas e Reclamações em 30 de agosto de 1980, na página 30.

FIGURA 02 - Publicação da resposta da Sabesp para o Presidente da Câmara Municipal de Cotia sobre o fechamento das áreas de lazer da Vila do Dae

FIGURA 03 – Reunião no pátio da Vila, na fotografia o ex-secretário de Turismo do Município de Cotia (à direita), Dona Helena(centro), o supervisor de obras da Sabesp, sr. Air, Dona Ernestina, Sr. João

FIGURA 04 – Reunião no pátio da Vila, na fotografia do Secretário de Turismo do Município de Cotia (à direita), Dona Helena (centro), o supervisor de obras da Sabesp (de jaqueta azul), Sr. Air, D. Ernestina, Sr. João Rita

FIGURA 04 – convite elaborado para as redes sociais (grupos de Whatzapp e na página do Facebook do Morro Grande) sobre a Roda de Conversa Virtual, utilizando a tela a óleo realizada pelo artista plástico Sr. Jurandyr Diniz.

FIGURA 05 Página do Morro Grande no Facebook com a Matéria sobre a Roda de Conversa Virtual

FIGURA 06 - Fotografia da página do Google Meets coma página de abertura do I Roda Virtual e a fotografia com alguns dos participantes

FIGURA 07 – Fotografia de uma das Reuniões de Formação e Elaboração do Inventário Participativo

FIGURA 08 - Construção do Objeto e do Recorte da Pesquisa - Levantamento de dados para a Realização do Inventário Participativo

FIGURA 09 Fotografias das filmagens da Roda de Memória e na Represa Pedro Beicht, na antiga Olaria e na Barragem Nossa Senhora das Graças

FIGURA 11 – Fotografia da Exibição do Documentário no Salão da Igreja Nossa Senhora das Graças

FIGURA 12– Fotografia do Panfleto de Divulgação da Caminhada do Morro Grande – pela Preservação e Contra a Fome e do Teatro Jogo Do Espelho

FIGURA 13- Fotografia com alguns dos participantes da Caminhada pela preservação e contra a fome

FIGURA 14- Fotografia da Apresentação da peça teatral “Jogo de Espelhos “no Pátio – Vila DAE

FIGURA 15 – Fotografia do Material de divulgação (Folder) referente ao I SARAU DAS GRAÇAS

FIGURA 16 - Fotografia da vista técnica da equipe do Museu do Futebol a Vila DAE e ao campo do Esporte Clube Cachoeira da Graça – da esquerda para à direita (Filipe Ramos, Marcel Diego Tonini, sr. Mizael Almeida e o Sr. Air Albuquerque)

FIGURA 17 – Fotografia do estado atual do Campo do Esporte Clube Nossa Senhora das Graças e do time constituído por operários do DAE e da fachada na Arquibancada com o símbolo Esporte Clube Cachoeira das Graças e a torcida.

FIGURA 18 - O maciço verde à esquerda é a Reserva Florestal do Morro Grande (Fonte; Google Maps)

FIGURA 19. Planta do Rio Cotia, elaborada por Theodoro Sampaio, onde se observa o terreno que pertencia a Pedro Beicht, (nota-se o carimbo do RAE com a assinatura e a data 1901).

FIGURA 20 – Fotografia Empregados trabalhando nas obras de assentamento de uma derivação da 2ª linha do Cotia, na Alameda Tietê, pertencente ao Sistema Alto Cotia. Local: Alameda Tietê, São Paulo – SP. s/d. Disponível: <http://memoriasabesp.sabesp.com.br/acervos/acervos.asp>

FIGURA 21 – Fotografia dos trabalhadores nas obras de assentamento, do trecho localizado na Avenida Brasil, da 2ª linha do Cotia – Adutora por gravidade, pertencente ao Sistema Alto Cotia. Local: São Paulo – SP. Disponível: <http://memoriasabesp.sabesp.com.br/acervos/acervos.asp>

FIGURA 22 – Fotografia do Aqueduto de cimento armado – Cartão Postal Comemorativo dos 90 Anos da Estação de Tratamento do Alto Cotia – ACERVO MEMORIAL SABESP

FIGURA 23 - Fotografia dos Trabalhadores na construção da linha adutora do Rio Cotia - Araçá. Cartão Postal Comemorativo dos 90 Anos da Estação de Tratamento do Alto Cotia. Acervo MEMORIAL SABESP

FIGURA 24 - Fotografia de Trabalhadores em cima do aqueduto junto com criança. Cartão Postal Comemorativo dos 90 Anos da Estação de Tratamento do Alto Cotia. Acervo MEMORIAL SABESP.

FIGURA 25 – Fotografia de uma das carroças tombada durante a construção da Represa Pedro Beicht no Morro Grande – Acervo Memorial SABESP

FIGURA 26 - Construção da barragem Pedro Beicht - sistema de abastecimento de água do Alto Cotia. Fotografia produzida em 11/6/1929. Acervo Memória Sabesp

FIGURA 27 - Obras de construção dos decantadores da Estação de Tratamento de Água do Alto Cotia. Situada em meio à Reserva Morro Grande, as obras da Estação, pertencente ao Sistema Alto Cotia, foram concluídas em 1937. Fotografia produzida entre 1935 – 1937. Acervo Memorial Sabesp.

FIGURA 28- Fotografia da- Instalação dos Filtros. Disponível:
http://revistadae.com.br/artigos/artigo_edicao_3_n_1346.pdf

FIGURA 29a – Perspectiva do Sistema da Estação de Tratamento das Águas do Cotia – Repartição de Águas e Esgotos do Estado de São Paulo - Desenhista Mendes realizado em 19/06/1937. Disponível:
http://revistadae.com.br/artigos/artigo_edicao_3_n_1346.pdf

Figura 29b - Perspectiva da Nova Estação de Águas – Acha-se à direita a Nova “Casa Química”: aos fundos, as bacias de cantação e os antigos filtros; à esquerda o “Pavilhão dos filtros rápidos”. Disponível:
http://revistadae.com.br/artigos/artigo_edicao_3_n_1346.pdf

FIGURA 30 – Fotografia da Estação de Tratamento do Alto Cotia - Cartão Postal Comemorativo dos 90 Anos da Estação de Tratamento do Alto Cotia. Acervo SABESP.

FIGURA 31- Fotografia do Salão da Casa Chimica - Cartão Postal Comemorativo dos 90 Anos da Estação de Tratamento do Alto Cotia. Acervo SABESP.

FIGURA 32 - Fotografia do Verso do Cartão Postal com o Selo Comemorativo dos 90 anos do Sistema Alto Cotia (2007)

FIGURA 33 – Fotografia aérea da Represa Pedro Beicht

FIGURA 34 - Fotografia aérea - em primeiro foco a direita as estruturas da Estação de Tratamento do Sistema Alto Cotia e do lado esquerdo algumas estruturas da Vila do DAE (casas, galpão, a escola, a Sede, e a Igreja)

FIGURA 35 – Recorte/Foco/ ampliação da fotografia área da vila do Dae ao fundo a Igreja Nossa Senhora das Graças, da Sede, Pátio e do Galpão e de algumas casas.

FIGURA 36 – Fotografia da paisagem da vila do Dae, no centro da imagem a direita a fachada da edificação nova da Escola Prof. José Barreto e das casas dos operários e casas dos engenheiros no alto Morro atrás das árvores e do jardim. Acervo Sr. José Diniz.

FIGURA 37 - Planta das edificações e estruturas que compõem a Vila Operária do DAE

FIGURA 38 - Fotografia do. Galpão de Ferramentas (lado direito) – Acervo José

Barreto (s/d)

FIGURA 39 – Fotografia de crianças (à esquerda – Sr. Jurandyr Diniz, no meio – criança não identificada, à direita Sr. José Diniz, o adulto é o r. Paulo Diniz) na frente da Casa de madeira. No fundo da imagem Sede e Casas – Acervo Sr. José Diniz (s/d)

FIGURA 40 – Fotografia Moças carregando o andor para a Procissão de Nossa Senhora das Graças – aos fundos a casa de madeira.

FIGURA 41 Fotografia da porteira de entrada para a Vila Dae e ao fundo o frontispício (fachada antiga entrada) da Escola de Moços e Moças Nossa Senhora das Graças (atual EE Prof. José Barreto), lateral a Mercaria da Família do Sr. Lino – Acervo página Morro Grande – Facebook

FIGURA 42 - Fotografia no frontal da antiga escola de Moços e Moças Nossa Senhora das Graças (Sr.^a Elizabete no centro e Sr. José Diniz - terceira criança na primeira fileira de cima para baixo). Acervo Sr. José Diniz

FIGURA 43 - Fotografia no frontal da antiga escola de Moços Moças Nossa Senhora das Graças (D. Wlakyria primeira da direita na primeira fileira). Acervo d. Walkyria

FIGURA 44- Fotografia do atual estado da edificação que era utilizada pela antiga Escola de Moços e Moças Nossa Senhora das Graças

FIGURA 45 – Fotografia da antiga pensão do Dae (edificação pintada de vermelho), onde se hospedavam professores, engenheiros e turistas. Ao lado as casas que eram habitadas pelos conserveiros.

FIGURA 46 – Fotografia das Casas da Vila acima da Sede – (Lado direito – Casas dos Operários ao lado da Pousada – “Pensão)

FIGURA 47 – Fotografia das casas da Vila acima da Sede – (Lado esquerdo- Primeira casa do administrador)

FIGURA 48 – Fotografia das Casas da Vila acima da Sede – (Lado direito – Casas dos Operários ao lado da Pousada – “Pensão)

FIGURA 49 - Fotografia das casas dos conserveiros (na lateral) sem a antiga casa de madeira. No centro da Sede e ao fundo o conjunto de casas dos operadores de filtros e administradores.

FIGURA 50 -Ruínas das antigas casas dos Operários – fotografia realizada pela pesquisadora 23/07/2021

FIGURA 51 - Conjunto de casas Operária da Vila Operária do DAE - essas casas ainda permanecem habitadas por antigos trabalhadores do DAE e seus familiares, serviram de cenário para a série Meu Pé de Laranja Lima produzido pela TV Bandeirante – Fotografia realizada pela pesquisadora em 21/07/2021

FIGURA 52 - Fotografia atual da Fachada da Associação dos Trabalhadores da SABESP – chamada normalmente pelos moradores como “SEDE”, espaço que se realizava as sessões de cinema e os bailes de Carnaval, a vegetação tomou conta da paisagem, não permitindo visualizar o conjunto de casas existentes ao fundo – Fotografia realizada pela pesquisadora em 21/07/2021

FIGURA 53a – Fotografia do salão interno da Sede

FIGURA 53b - Fotografia do Salão interno da Sede

FIGURA 54 - Fotografia das casas acima da Sede e da barbearia (edificação no Centro da imagem) do lado - pintura a óleo realizada pelo artista Sr. Jurandyr Diniz

FIGURA 55 - Pintura a óleo realizada pelo artista Jurandyr Diniz da Igreja Nossa Senhora das Graças

Figura 56 - Fotografia da Sede no centro da imagem e ao fundo a Igreja Nossa Senhora das Graças - autoria desconhecida (1944) – acervo Sr. ° José Diniz

FIGURA 57 – Fotografia da Igreja Nossa Senhora das Graças

FIGURA 58 – Fotografias da Igreja Nossa Senhora das Graças e do Coreto que ficava no mesmo terreno.

FIGURA 59 – Trabalhadores carregamento de barro para a produção de tijolões na Olaria do Dae.

FIGURA 60 – Fotografia da Produção de Telhas Olaria DAE dentro da RFMG (Acervo Sr. José Diniz)

FIGURA 61- Fotografia dos trabalhadores da Olaria (olhando para os tijolos Sr. Jurandyr Diniz

FIGURA 62 – Fotografia dos Tijolos produzidos na Olaria do RAE

FIGURA 63 - Fotografia da Vila do DAE e a Sede e o casa na lateral (antiga barbearia) e as casas dos trabalhadores ao fundo.

INTRODUÇÃO

A Reserva Florestal do Morro Grande (RFMG) encontra-se localizada a 34 quilômetros do centro da cidade de São Paulo, ocupa 10.870 hectares, o que corresponde a 1/3 do território do município de Cotia, onde a Reserva está situada. Trata-se, portanto, de uma das maiores extensões de Mata Atlântica do Planalto Paulistano.

Atualmente, está sob a responsabilidade da Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo – (Sabesp), devido aos seus mananciais, os rios Capivari, dos Peixes, Cotia e da Graça, que nascem dentro da Reserva, alimentando o Sistema Alto Cotia, englobando as represas da Graça e Pedro Beicht, além da Estação de Tratamento que distribui água para mais de 400 mil pessoas que habitam a Grande São Paulo.

A criação da RFMG¹ através da Lei Estadual n. 1.949 de 04 de abril de 1979 e o seu tombamento realizado pelo Condephaat² no ano de 1981, e em 1994 é incorporado à Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo, reconhecida pela Unesco como Patrimônio Natural da Humanidade em 1994.

O processo de tombamento da RFMG representa os reflexos das modificações que começaram a ocorrer na concepção de patrimônio, após a década de 1970. Embasado até então, em uma visão inicial reducionista que enfatizava os aspectos históricos consagrados por uma historiografia oficial, o processo de tombamento foi se projetando para uma nova perspectiva mais ampla incluindo aspectos diversos, que passam a valorizar elementos que antes eram desconhecidos e marginalizados, como as práticas culturais de um povo, os lugares de memória e o patrimônio ambiental.³

O tombamento de áreas naturais no Estado de São Paulo representa essa ampliação do conceito de patrimônio como também o pioneirismo do Conselho de Defesa do Patrimônio Arqueológico, Arquitetônico e Turístico (Condephaat), ao inserir o patrimônio natural em sua prática de preservação, estabelecendo restrições a intensa degradação ambiental sofrida nessas áreas naturais. Essa inovação foi uma marca do

¹ RFMG sigla utilizada para Reserva Florestal do Morro Grande.

² Condephaat sigla utilizada para Conselho de Defesa do Patrimônio Arqueológico, Arquitetônico e Turístico

³ O patrimônio cultural refere-se às manifestações materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis que afirmam e promovem a identidade cultural de um povo e que são transmitidas de geração a geração. Uma definição como esta implica compreender que os seres humanos são produtores de cultura e que a identidade cultural de um povo é forjada no meio em que vive. Por isso, o ambiente também é patrimônio. Wagner Costa Ribeiro & Silvia Helena Zanirato. Ordenamento jurídico para a proteção do patrimônio natural no Brasil / Revista de História 158 (1º semestre de 2008), 277-300

Condephaat sob a coordenação do geógrafo e professor Aziz Ab´Saber, representante do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

Importante destacar que esses processos de tombamento partem de demandas oriundas de manifestações organizadas pela sociedade civil, que não foi diferente no caso do processo de tombamento da Reserva Florestal do Morro Grande (1978-1981), e se configurou como solução emergencial perante a ameaça de desmatamento de parte de sua área para a construção do Aeroporto Metropolitano de São Paulo, proposto durante o governo de Paulo Egydio Martins no período de 1975 à 1978.

Portanto, no ano de 1981, foi assinada a Resolução nº 2 de tombamento da RFMG pela Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo, que a considerou **“ecossistema digno de ser preservado quanto à sua cobertura florística, à fauna e aos seus mananciais, além de suas condições paisagísticas, topográficas valores climáticos, constituindo conjunto de inegável interesse cultural e turístico do Estado de São Paulo”**.⁴ A partir desta data, a RFMG não poderia mais ser alterada sem prévia autorização do Condephaat.

Em 1994, a RFMG também é declarada como zona núcleo da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo por sua importância estratégica em função da sua biodiversidade e dos seus mananciais e reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade

No entanto, as edificações da Vila Operária do DAE⁵, não foram inseridas no perímetro de tombamento, ou seja, não são tuteladas pelo mesmo, como se demonstra pela descrição do Artigo 2.0 do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: inscrição nº 6, p.303, 18/08/1986. **“Ficam excluídos de tombamento casas e instalações técnicas já existentes, devendo ser cientificado o Condephaat sobre novas alterações a serem introduzidas na Reserva”**⁶.

O conjunto de edificações é constituído por 52 casas,⁷ construídas entre as

⁴ Resolução 21 de 20.06.1981 publicado D.O. em 26.06.1981

⁵ DAE sigla para Departamento de Água e Esgoto, atualmente conhecida como Sabesp

⁶ Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: inscrição nº 6, p. 303, 18/08/1986

⁷ Parte dessas casas ainda hoje permanece habitada por esses antigos trabalhadores e seus familiares. Divididas entre casas dos engenheiros, administradores e as casas dos “conserveiros”, (como eram chamados os trabalhadores responsáveis pelas obras de manutenção dos aquedutos, da barragem e da vila) – essas últimas se fazem importante citar que se encontram ocupadas / invadidas desde da década de 80. Além do conjunto de casas a vila é composta por outras estruturas como: o Grêmio Recreativo, o campo de futebol do Esporte Clube Cachoeira da Graça, a Igreja Nossa Senhora das Graças e o pátio (atual pracinha). O clube com a piscina para os funcionários foi desativado pela Sabesp no ano de 1974, outra questão importante é que no ano de 2016, oito das casas que eram destinadas para os conserveiros

décadas de 1910 e 1930, com o objetivo de alojar os trabalhadores responsáveis pela construção e conservação/manutenção da barragem da “Cachoeira da Graça” (1914-1917) e da barragem “Pedro Beicht” (1927-1933). A mesma exclusão ocorreu com os hábitos e costumes dessa comunidade, desde o seu trabalho na construção e conservação das estruturas do DAE- atual Sabesp, ou do seu dia a dia na vila, como as compras na mercearia do DAE, a construção da capelinha pelos moradores, as romarias e quermesses, as folias de reis, a congada, o futebol, os bailes e sessões de cinema organizados pelo Centro Recreativo do DAE e até mesmo a relação desses moradores com a floresta e com o rio Cotia. Todos esses aspectos não são retratados e nem se quer elencados pelos órgãos responsáveis por sua preservação.

O que nos direciona a concordar com Zanirato que afirma que a justifica para a preservação do patrimônio ambiental “se dá muito menos pelo reconhecimento da identidade a quem nela vive e mais por um enfoque biológico e utilitarista”⁸. Este é o caso de seus atributos que lhe conferem beleza cênica, valores climáticos e a necessidade das águas da bacia do rio Cotia para o abastecimento da cidade de São Paulo e sua utilização para o turismo.

Com o intuito de superar a perspectiva puramente biológica e utilitarista apontada por Zanirato, esta pesquisa de doutorado compreende a Vila Operária do DAE, dentro do campo do Patrimônio Industrial. Nesse campo, a memória e a cultura visual dos trabalhadores, são tidos como vestígios industriais e considerados junto com suas edificações⁹, cujas definições gerais são apresentadas pela Carta de Nizhny Tagil¹⁰.

A preservação do Patrimônio Industrial é recente tendo surgido ao longo da década de 1950, na Inglaterra e se ampliado por vários países a partir da década de 60, como consequência da intensificação das demolições de edifícios fabris e ferroviários e o respectivo descarte de maquinários e acervos, ações ocasionadas pela

foram destruídas parte por um incêndio e parte foram dilapidadas, restando somente as suas ruínas/estruturas.

⁸ ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. Revista Brasileira de História, v. 26, p. 251-262, 2006.p;261

⁹ KÜHL, Beatriz Mugayar. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. Arq. urb., n. 3, p. 23-30, 2010.

¹⁰ “O patrimônio industrial compreende **os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico**. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, **tais como habitações, locais de culto ou de educação**. (grifo nosso). Disponível: <https://www.icomos.org/18thapril/2006/nizhny-tagil-charter-sp.pdf> Acesso: 21/08/2022

obsolescência produtiva ou por demandas de modernização urbana¹¹

A ideia é trabalharmos o Patrimônio Industrial como um elemento integrante da Paisagem Cultural. A RFMG e a Vila DAE são ambientes que estão associados e não dissociados. Por isso, adotamos o conceito de paisagem cultural, por nos possibilitar a compreensão da memória, da identidade e da paisagem por meio das narrativas de memória dos antigos trabalhadores da Vila do DAE, do acervo iconográfico, fotográfico constituído por esse grupo e pelas instituições responsáveis por sua preservação (Sabesp/Condephaat). Ao mesmo tempo, o conceito de paisagem cultural também nos possibilita a superação da dicotomia entre homem e natureza, por “contornar os limites das dualidades entre patrimônio cultural e natural e entre patrimônio material e imaterial praticadas pelas instituições de patrimônio nacional e internacional”¹² e por “costurar conceitos de memória e história aos conceitos da geografia, antropologia e urbanismo, pressupondo a ação integrada do planejamento urbano e da gestão territorial com as políticas culturais, ambientais, econômicas e sociais.”¹³

O I Capítulo DO PATRIMÔNIO DE PEDRA E CAL AO CONCEITO DE PAISAGEM CULTURAL apresentamos uma análise sobre historicidade dos conceitos de patrimônio, patrimônio ambiental e da categoria de paisagem cultural e a sua utilização por parte dos órgãos de preservação internacionais e nacionais.

Para analisarmos o conceito de patrimônio sua historicidade, recorreremos ao clássico de Françoise Choay Alegoria do Patrimônio e Dominique Poulot Uma história do patrimônio no ocidente (2008) para a análise da trajetória da constituição das ideias de patrimônio no Brasil, obras de Maria Cecília Londres Fonseca, José Reginaldo dos Santos Gonçalves, Maria Regina Romeiro Chuva, Marly Rodrigues para análise da trajetória da trajetória do tombamento de áreas naturais Aziz Nacib Ab’Saber, Simone Scifione, Felipe Bueno Crespim, Daniel Celso Pereira, Silvia Helena Zanirato, Wagner Ribeiro Costa, entre outros

Embora a paisagem tenha sido objeto de reflexão dos geógrafos, desde o

¹¹ CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (Ed.). Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos. Editora da Unicamp, 2020. P.233.

¹² PEREIRA, Danilo Celso. Paisagem como Patrimônio: entre potencialidades e desafios para a implementação da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. 2018. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro

¹³ FIGUEIREDO, V. G. B. Paranapiacaba: um caso de preservação sustentável da paisagem cultural. Labor e Engenho, Campinas, SP, v. 5, n. 3, p. 61–84, 2011. DOI: 10.20396/lobore.v5i3.128. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/128>. Acesso em: 2 maio. 2022.

final do século XIX, a consideração da paisagem integrada a noção de patrimônio enquanto categoria nasceu no âmbito da Unesco em 1992. No Brasil, O IPHAN cria um instrumento de identificação e reconhecimento a chancela de paisagem cultural. Analisamos o processo de evolução do conceito de paisagem, sua integração a noção de patrimônio cultural, a sua utilização como categoria pelos órgãos de preservação internacional e nacional, e especificamente a influência dessas transformações na atuação do CONDEPHAAT no processo de tombamento da Reserva Florestal do Morro Grande.

Para tal análise recorreremos aos seguintes autores e suas obras como Simon Schama Paisagem e Memória; Anne Cauquelin A Invenção da Paisagem (2007); John Lewis Gaddis Paisagens da História; Ulpiano Bezerra de Meneses A Paisagem como fato cultural (2002); Jean-Marc Besse. O gosto do mundo: exercícios de paisagem (2014) entre outros

A utilização do conceito de paisagem cultural, nos permite considerar conjuntamente as relações entre urbanização, patrimônios naturais, materiais e imateriais, considerando o passado, o presente e o futuro.

O II CAPÍTULO – A RESERVA, O SISTEMA ALTO COTIA E A VILA Partimos dos primeiros estudos sobre a utilização do Rio Cotia para o abastecimento de água da cidade de São Paulo a pedido da Secretária de Agricultura do Estado de São Paulo para a antiga Repartição de Águas e Esgoto (RAE), sob a coordenação do Engenheiro Theodoro Sampaio documentação que se encontra no Arquivo do Estado de São Paulo, a importância de tal documentos, se dá devido ao fato de apresentar o que consideramos a primeira análise cartográfica dos mananciais da região realizado por Theodoro Sampaio, mas também por nos apresentar o primeiro registro sobre os antigos moradores da RFMG, anterior a construção das estruturas da Estação de Tratamento do Alto Cotia – a Barragem Nossa Senhora das Graças e a Represa Pedro Beicht. Compreendemos que tanto a utilização dos mananciais do Morro Grande como a construção da Vila Operária do DAE são o resultado dos debates realizados por médicos e engenheiros sobre a questão sanitária naquele momento, o que será apresentado nesse capítulo

Por fim, apresentamos uma análise prévia da construção da memória do Sistema Alto Cotia e da RFMG por meio do acervo fotográfico da Sabesp e da série fotográfica que compõem o processo de tombamento da Reserva Florestal do Morro

Grande, realizado pelo Condephaat na década de 80 em paralelo com as narrativas de memória e do acervo fotográfico dos antigos trabalhadores e moradores da Vila Operária do DAE

A análise desses acervos iconográficos e fotográficos e sua utilização para a elaboração dessa pesquisa e para a produção do documentário teve como perspectiva a Cultura Visual no contexto historiográfico atual. Desde os tempos mais remotos da Humanidade até a contemporaneidade a imagem encontra-se presente no dia a dia. Somos frequentemente bombardeados por anúncios e mídias digitais. Apesar de sua importância, o que assistimos até pouco tempo atrás é a sobreposição da escrita e da imagem. A História demorou para considerar o potencial da fotografia e do cinema como fonte de pesquisa.

É a partir da Escola dos Annales que se inicia esforço para considerar a fotografia e o cinema como fonte de estudos históricos, ainda de maneira muito tímida, como relembra Meneses.¹⁴ Apenas no final dos anos 80 e início dos anos 90, as imagens passam a ser estudadas como um processo de produção subjetiva que dá origem a um campo interdisciplinar que ficou conhecido como cultura visual.

Ao analisarmos as séries fotográficas produzidas pela Sabesp e pelo Condephaat e da série fotográfica elaborada pelos antigos trabalhadores e moradores da Vila do Dae, temos como objetivo seguir a proposta realizada por Meneses de fazer uma História Visual¹⁵, que privilegie a "visualização" reconhecida como um constructo histórico e social em oposição a visão como uma faculdade supostamente natural, amorfa¹⁶.

Ao utilizarmos o acervo fotográfico dos órgãos responsáveis pela preservação da RFMG (tanto do Condephaat/Sabesp), como o acervo da antiga comunidade da Vila Dae, buscamos apresentar as narrativas criadas por essas fotografias através do tempo, retornamos a reflexão de Jacques Le Goff utilizada por Ana Maria Muad, da fotografia como imagem/monumento quanto como imagem/

¹⁴ MENESES, Ulpiano T. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. Revista brasileira de história, v. 23, p. 11-36, 2003.

¹⁵ O que anteriormente Philippe Dubois já tinha sublinhado sobre a importância e necessidade de a História formar um campo dedicado às diversas dimensões do visual: a História Visual. IN: DUBOIS, Phillippe. Entrevista com Phillippe Dubois. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 34, p. 139-156, jul./dez., 2004. Entrevista concedida à Marieta de Moraes Ferreira e Mônica Almeida Kornis. p.147 e 148 Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2221/1360>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

¹⁶ Sobre o assunto ver MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes Visuais, Cultura Visual e História Visual: balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História. São Paulo v. 23 nos 45 pp. 11-36, 2003. p. 22-23

documento, tanto como testemunho direto quanto testemunho indireto do passado.

Lembrando que todo documento é monumento

há que se considerar a fotografia, simultaneamente como imagem/documento e como imagem/monumento. No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado - condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo. Tal perspectiva remete ao circuito social da fotografia nos diferentes períodos de sua história, incluindo-se, nesta categoria, todo o processo de produção, circulação e consumo das imagens fotográficas. Só assim será possível restabelecer as condições de emissão e recepção da mensagem fotográfica, bem como as tensões sociais que envolveram a sua elaboração. Desta maneira, texto e contexto estarão contemplados.¹⁷

O marco temporal da pesquisa se estabeleceu por meio das fontes pesquisadas, partimos dos primeiros estudos sobre a utilização do Rio Cotia para o abastecimento de água da cidade de São Paulo a pedido da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo para a antiga Repartição de Águas e Esgoto (RAE), sob a coordenação do Engenheiro Theodoro Sampaio realizado no ano de 1898, e se finaliza no tempo presente, com a realização do Inventário Participativo com a comunidade do Morro Grande, instrumento de Educação Patrimonial que além de identificar as referências patrimoniais do bairro do Morro Grande e do seu entorno, também apontará as potencialidades e os desafios para a instituição de um museu de comunidade, analisando características como edificações que possam sediar o Museu, os recursos humanos disponíveis, a adequação do tema à realidade e as potencialidades do patrimônio local, o estado de conservação dos acervos identificados, entre outros itens.

As primeiras conversas com esses “velhos” moradores e trabalhadores da Vila Dae foram realizadas no ano de 2019 e referentes sobre a elaboração do inventário participativo e principalmente no que tange a diferenciação entre pesquisa histórica com o uso de fontes orais, imagéticas e o inventário propriamente dito.

Em oposição a outros projetos de usos que foram elaborados para região¹⁸

¹⁷ MAUAD. A. M. *Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces*. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 73-98. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf. Acesso em: 21/09/2015.

¹⁸ No ano de 2013 Prefeitura de Cotia e Sabesp assinaram um termo de Parceria para a criação do POLO DE ECOTURISMO DO MORRO GRANDE. O projeto inicial propunha implantar a casa do artesão, base da guarda ambiental, posto de saúde, base das secretarias de cultura, turismo, meio ambiente (relacionadas a Criação do Museu da Água) e indústria e comércio, creche, espaço para cursos ambientais

e com a compreensão de que a produção e gestão do patrimônio deve ser feita com a participação de sua comunidade, por meio do seu envolvimento e da valorização de sua memória e dos seus saberes locais, propomos para a comunidade a elaboração do inventário participativo o que por fim resultou no documentário Desejo de Memória: a História da Vila Operária do DAE e da Reserva Florestal do Morro Grande.

É importante esclarecer que quando nos referimos à ideia de comunidade, não a consideramos como um grupo homogêneo regido por uma convivência perfeitamente harmoniosa, tampouco estática. Essa visão seria ilusória, para não dizer ingênua. Também não adotamos o termo como uma tentativa de suavizar a realidade enfrentada pela população em situação de vulnerabilidade econômica no Morro Grande e nas áreas circunvizinhas.

Acreditamos na concepção de comunidade como um conjunto de forças dinâmicas em constante transformação, influenciadas por diversos fatores históricos, sociais e políticos. Reconhecemos que as diferenças culturais e perspectivas são fundamentais para o seu desenvolvimento.

Ao desenvolvermos a pesquisa encontramos diferentes realidades e interesses. Em um bairro em que sua origem anterior a utilização dos mananciais do Rio Cotia para o abastecimento se encontrava fundamentada na pequena produção agrícola por meio de sitiantes e meeiros em que parte foram absorvidos para o trabalho na construção e na manutenção das estruturas da Estação de Tratamento do Alto Cotia e para habitarem a Vila Operária.

Ao conquistar o direito de morar com seus familiares nas casas da Vila o que se percebe por meio das narrativas de memória dos antigos trabalhadores é que conjuntamente com o estabelecimento de um novo regimento social implementado pelo DAE assistimos a manutenção de saberes e fazeres, celebrações, ofícios dessa comunidade.

Nos meados da década de 70, verifica-se a partir da administração primeiramente da COMASP e depois da SABESP, com a justificativa de proteger os mananciais e de diminuir o ônus para os cofres público, ocorre o esvaziamento da Vila por meio do convite (expulsão) para que os funcionários do DAE e seus familiares

e de capacitação profissional. O contrato garantia tanto à Prefeitura quanto à Sabesp a permissão para usar esses locais (as casas e a SEDE – antiga Associação dos Trabalhadores da Sabesp) na inserção do plano proposto pelo Polo de Ecoturismo, bem como a criação de um gerenciamento compartilhado entre ambos. No entanto, a Prefeitura contratou uma OSCIP, a HABITA que ficou responsável pela implantação e Gestão do Polo de Ecoturismo do Morro Grande em Cotia -SP. Ao incluir um Campo de Golfe, a OSCIP passa a ser contestada por diversos grupos ambientalistas e o projeto não se concretiza.

desocupassem as casas.

Nos anos 80, ocorre a ocupação das casas por novos moradores de outras localidades, o que inicialmente ocasiona um sentimento de injustiça por aqueles que foram expulsos das casas pela SABESP, atualmente se transfigura em movimento de solidariedade e resistência pela preservação da Vila e da Reserva.

Aproximação e distanciamento. Coalizão e Colisão. Comunhão e descomunhão. Estes movimentos sempre existiam nas comunidades, mesmo as mais tradicionais que ainda sobrevivem¹⁹ As narrativas de memória desses antigos trabalhadores e moradores da Vila do DAE conjuntamente do trabalho desenvolvido no Inventário nos permitem identificar tais ações.

É com base na Nova Museologia e por meio das narrativas de memórias de moradores que a comunidade foi envolvida e pode se expressar. Ao realizar um **inventário participativo**, processo no qual as comunidades assumem, em primeira pessoa, a identificação, a seleção e o registro das referências culturais mais significativas para suas memórias e histórias sociais, esta pesquisa produziu com os moradores o Documentário **Desejos de Memória: A História da Vila Dae e da Reserva Florestal do Morro Grande**²⁰.

O III Capítulo DESEJO DE MEMÓRIA - DESEJO DE MUSEU temos como objetivo contextualizar historicamente essas transformações que os Museus passaram e estão a passar nessas últimas décadas, como debater os princípios teóricos e metodológicos da Museologia

Para nos auxiliar na análise desses processos, recorreremos aos seguintes autores, como de Hugues Varine–Bohan, Mario Moutinho, Maria Cristina Bruno, Mario Souza Chagas, Ulpiano Meneses, Moana Soto, Myrian Sepúlveda dos Santos, Peter Van Mensh, Bruno Brulon, Waldisa Russio Guarnieri entre outros.

As transformações na Museologia só ocorreram a partir do final da II Guerra Mundial, mas principalmente a partir do final dos anos 60 e início dos anos 70, por ocasião dos diversos movimentos sociais, como a atuação do movimento estudantil

¹⁹ LAZZARI, Artur, Jane M. MAZZARINO, and Luciana TURATTI. "Comunidade: a busca de um conceito." *Revista Espacios* 38 (2017).

²⁰ O documentário foi contemplado no edital nº 01/2020 - "Benedito Pereira de Castro – 'seu' Dito da Congada", através da Lei Aldir Blanc pela Secretaria de Cultura e Lazer de Cotia. O documentário contou com a parceria do Museu da Pessoa e da FATEC- Cotia, é o resultado das oficinas de formação em Educação Ambiental e Patrimonial com as professoras da E.M. Vicentina Pires de Oliveira e das diálogos individuais e de diversos encontros realizados com antigos e novos moradores do Morro Grande, como a I Roda de Conversa Virtual e a Roda de Memória, em que foi manifestado o desejo de registrar e promover a memória e a História da Vila DAE.

de 68, do movimento feminista, do movimento ecológico, o movimento negro.

Esses movimentos criticavam vários setores da sociedade, críticas que se estendem para o sistema de ensino, para a produção de arte, para diversas instituições, incluindo os MUSEUS, que “foram se fossilizando, suas coleções e objetos foram emudecendo e perderem a conexão com a contemporaneidade, tornaram-se anacrônicos. Daí passarem a ser identificados pelo senso comum como meros depósitos de coisas velhas.”²¹

Essas críticas representam o embrião da Museologia Social, a origem das transformações dos museus, o Museu passa a ter uma *função social* (grifo nosso). Momento importante de tal transformação foi a Mesa Redonda de Santiago, no Chile, organizada pela UNESCO, em parceria com o ICOM em 1972, cuja a temática principal foi o “papel dos Museus na América Latina”. A Declaração de Santiago de Chile estabelece um novo conceito de ação dos Museus: o Museu Integral, o qual deve atuar interdisciplinarmente em conjunto com as comunidades com objetivo de promover atividades que esclareçam os problemas atuais, conectem o passado e o presente, contribuam com o engajamento e a transformação das comunidades e que proporcione uma visão de conjunto de seu patrimônio natural e cultural.

A Declaração de Santiago do Chile (1972), a Declaração de Quebec (1984) e a Declaração de Caracas (1994) se constituem como a base teórica da Nova Museologia.

No campo da Museologia, o Inventário Participativo permite estabelecer diálogos entre as pessoas, a fim de identificar os aspectos a serem patrimonializados pela comunidade, assim como propor conjuntamente produtos difusores das ações de memória. Dentro do âmbito do inventário participativo realizaremos encontros com a comunidade que chamaremos aqui de Rodas de Memória, o que possibilitará abordar questões que perpassam os temas: memória, cultura, patrimônio, políticas culturais, museu e cidadania. Com o objetivo atender o desejo manifestado por seus antigos trabalhadores e moradores da Vila Operária do DAE, como das gerações atuais em preservar a memória e a história de sua comunidade e de salvaguardar o conjunto arquitetônico da Vila e suas estruturas que se encontram em avançado estado de abandono.

²¹ KASEKER, Davidson Panis. Museu, território, desenvolvimento: diretrizes do processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva (SP). 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.p.31

Convém esclarecer que a pesquisa histórica, produzida através de registros orais individual ou coletiva, é considerada documento que compõe o inventário participativo e não o próprio inventário. Pretende-se de forma colaborativa com os agentes desse patrimônio, realizar a sistematização dos dados coletados para a elaboração de produtos entre eles o mapeamento das principais referências culturais situadas no território da Reserva do Morro Grande, que se tornará o documento de referência do processo de registro e posteriormente, servirá de base para a elaboração do plano de salvaguarda, comunicação e difusão.

O inventário participativo além de identificar as referências patrimoniais do bairro do Morro Grande, também apontará as potencialidades e os desafios para a futura instituição, analisando características como edificações que possam sediar o Museu, os recursos humanos disponíveis, a adequação do tema à realidade e as potencialidades do patrimônio local, o estado de conservação dos acervos identificados, entre outros itens, elencando ações em curto, médio e longo prazo necessárias para a implantação do museu de território do Bairro do Morro Grande.

O Capítulo realiza uma reflexão sobre as transformações da Inventário como instrumento de Educação Patrimonial conjuntamente apresenta algumas das ações realizadas, entre essas a realização do documentário Desejos de Memória – A História da Vila operária do DAE e da RFMG

Vale dizer, que a metodologia utilizada para a realização do inventário como do documentário é de outras ações que foram realizadas no Morro Grande, foi a fusão/mescla/conjunção de um conjunto de metodologias, mas todas tendo em comum a ferramenta teórico metodológica conhecida como pesquisa-ação participativa.

A metodologia da pesquisa-ação participativa é baseada em autores como Paulo Freire (1979,1981)²², Carlos R. Brandão (1981)²³ e Thiollent (2013)²⁴, e fundamentou tanto a realização do Inventário Participativo, como do documentário e de outras ações que foram realizadas no Morro Grande. Utilizamos um conjunto de estratégias museológicas participativas, como caminhadas de reconhecimento, reuniões com a comunidade, reuniões com o poder público, representados pelas Secretarias da

²² FREIRE, P. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.; FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

²³ BRANDÃO, C. R. Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1981.

²⁴ THIOLENT, M. Fundamentos e desafios da pesquisa-ação: contribuições na produção de conhecimentos interdisciplinares. In: TOLEDO, R. F. (Org). A pesquisa-ação na interface da educação, saúde e ambiente: princípios, desafios e experiências interdisciplinares. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2013. p. 19-39.

Cultura, Turismo, Educação, Meio Ambiente de Cotia, como com o Condephaat e com a Sabesp, conversas individuais ou em grupo²⁵, oficinas referente aos temas memória, patrimônio, meio ambiente e museologia, diagnóstico participativo, a parceria com o Museu do Futebol (digitalização e o restauro do acervo do Sr. Mizael de Almeida referente ao Esporte Clube Cachoeira) e a elaboração e organização do I SARAU Cultural das Graças.

A pesquisa ação (investigação - ação) tem como origem a preocupação teórica e prática que se estabelece, a partir da década de 60, de novas formas de investigação e intervenção, privilegiando a participação em vista da transformação da realidade.²⁶ No Brasil, foi concebida por João Bosco Pinto, sociólogo brasileiro, como estratégia metodológica utilizada para incentivar a participação dos camponeses nos processos de planejamento e desenvolvimento regional e local, tendo como base o conceito de educação libertadora de Paulo Freire. Esta perspectiva se encontra na tese com as diretrizes da nova museologia e o recurso de inventário participativo, na medida em que o documentário é também um produto difusor das ações de memória.

Iniciamos a delimitação do território e do grupo através da troca de diálogos com as educadoras das duas escolas do bairro, a Escola Estadual Professor José Barreto, representada pela Coordenadora Ana Luísa Jacintho Palumbo, e a Escola Municipal Vicentina Oliveira Pires, representada pela diretora Luciane Cristine de Oliveira.

Nessa conversa inicial as gestoras de ambas as escolas foram responsáveis por apresentar um panorama inicial sobre a comunidade e por nos apresentar algumas lideranças do bairro.²⁷

É crucial ressaltar que a ideia primordial da pesquisa era promover oficinas de educação patrimonial direcionadas à elaboração do Inventário Participativo, envolvendo educadores e alunos das escolas situadas no Morro Grande.

No entanto, a resposta foi negativa por parte dos educadores da EE Prof^o

²⁵ Adotamos o termo conversas ou diálogos, do que entrevistas, em uma referência explícita a Eduardo Coutinho que defendia/argumentava: “ prefiro chamar de conversas, porque entrevistas, depoimento, pressupõe uma formalização que destrói o clima de diálogo espontâneo que é importante - não está, jamais, na perspectiva, por exemplo, da televisão e da maioria dos documentários”. In: COUTINHO, Eduardo. O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade. Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História, v. 15, 1997. p. 166

²⁶ BALDISSERA, A. (2012). PESQUISA-AÇÃO: UMA METODOLOGIA DO “CONHECER” E DO “AGIR” COLETIVO. Sociedade Em Debate, 7(2), 5-25. Recuperado de <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/570>

²⁷ Sr. José Roberto Nali (antigo supervisor do Sistema Alto Cotia) e o Sr. Mateus Oliveira e o Sr. Air Albuquerque de Oliveira

José Barreto

Situação completamente distinta foi na EM Vicentina Oliveira Pires, pois tanto a diretora quanto o corpo docente concordaram em realizar a formação de maneira remota, devido à pandemia. Inicialmente direcionado para as educadoras, detalharemos no II Capítulo as informações sobre a formação, suas atividades e realizações."

Delimitar o território, a área específica a ser estudada não se demonstrou algo tão simples, tanto pela extensão territorial da RFMG e por inicialmente acreditamos que tínhamos que pesquisar as comunidades que se encontram no entorno da RFMG, tanto por sua importância, como área estratégica de preservação, por corresponder a sua zona de amortecimento, quanto pelo envolvimento/interação dessas comunidades com a Reserva.

Conversamos com mestras/mestras das manifestações culturais que se encontram no entorno do Morro Grande, como Família Casimiro da Folia de Reis de Caucaia, localizada no Bairro da Estação, Elizete da família do Sr. Benedito de Castro, da Congada de Cotia e as lideranças das manifestações religiosas afro-brasileiras (Prof. Hélcio, Mãe Alcina e seu filho Robson Filocomono) e o padre Renato responsável religioso pelas igrejas das comunidades do Caputera, Ressaca e Itatuba. Desses diálogos duas demandas se estabeleceram em comum que era a necessidade de informação sobre a política de registro das manifestações culturais e a necessidade de articular o Conselho de Cultura do Município.

A partir dessas demandas manifestadas por esses grupos, procuramos a Historiadora Elisabete Mitiko Watanabe do Condephaat, que nos apresentou a possibilidade de o Condephaat realizar a Oficina sobre patrimônio cultural e políticas de salvaguarda no município de Cotia. Oficina realizada no dia 03 de julho de 2019, na biblioteca Batista Cepelos, dirigida pela Historiadora do Condephaat Débora Regina Neves, em que se debateu sobre a legislação referente ao registro do patrimônio imaterial, participaram da oficina representantes da Congada de Cotia, Folia de Reis, Saraus, movimentos de matriz africana, capoeira e moradores da Vila DAE entre outros, além da participação da própria Secretária de Cultura, Esporte e Lazer do município de Cotia.

A realização da Oficina permitiu aos participantes discutirem a importância dos debates sobre políticas públicas na área da cultura. Com esse propósito, organizaram um grupo de estudo visando a criação do Conselho de Cultura do Município. Atualmente, o conselho está empossado e trabalhando na organização da

Conferência Municipal de Cultura, que tem como objetivo estabelecer o Plano Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Cultura.

Enquanto essas iniciativas eram articuladas como parte da pesquisa, continuamos com o levantamento de bibliografia, documentos, e fotografias no acervo da Secretaria da Agricultura e do Comércio e da Secretaria de Obras e Viação do Arquivo do Estado de São Paulo, pesquisa no cartório de Registros do Município de Cotia, e no próprio Condephaat, Acervo Sabesp, Museu da Energia e do Saneamento²⁸, além da realização das conversas com a comunidade do Morro Grande.

Os encontros passaram a ser frequentes no Morro Grande- duas vezes por semana, com objetivo de observar e registrar o dia a dia do bairro e de conhecer o território por meio das caminhadas na Reserva ou pelas estruturas do Sistema Alto Cotia (Barragem Nossa Senhora das Graças ou da Represa Pedro Beicht) sempre acompanhada por algum morador ou a participação nas celebrações como nas festas juninas, do dia das crianças, de final de ano, realizadas por esses moradores que começamos a nos conhecer, e compreender as expressões, costumes, as relações de parentesco e de amizade e a sua relação com a Vila e com a Reserva, nesses encontros sempre surgiam relatos, ‘causos’, histórias tanto dos mais velhos, quanto das gerações mais novas.

Participar nas atividades que as pessoas envolvidas no projeto de pesquisa desenvolvem, não é populista ou sentimental, mas um “ato pedagógico” necessário para apreender a realidade social em que vivem os implicados no processo de conhecimento/ação.²⁹

Ao apresentarmos a ideia de inventariar essas memórias, a desconfiança, era fala comum de alguns moradores do Morro Grande, “Lá vem, mais um projeto”, “teve aquele outro projeto, eles até vieram apresentaram, mas não aconteceu nada!”³⁰

Mas a relação foi se estreitando e conforme íamos argumentando sobre o inventário participativo e apresentando experiências de outras comunidades que realizaram outros projetos participativos, como os realizados em outras Vilas Operárias, como da Vila Itororó³¹ e o da Vila Maria Zélia³², onde as suas comunidades

²⁸ Com relação ao Museu de Energia e Saneamento, o levantamento não pode ser efetuado pois o acervo encontrava-se em processo de mudança para o Museu da Água (projeto museológico elaborado pela Associação de Engenheiros da Sabesp)

²⁹ BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. *Sociedade em Debate*, v. 7, n. 2, p. 14, 2001.

³⁰ Referente ao Projeto do Polo de Ecoturismo do Morro Grande

³¹ ZUKER, F. (2021). Vila Itororó Canteiro Aberto. *Juventude.Br*, (14), 20–21. Recuperado de <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/148>

participaram de projetos de gestão compartilhada junto aos órgãos responsáveis pela preservação destes patrimônios.³³

E foram diversas as conversas nas cozinhas, varandas, quintais, ou sentados na beirada das calçadas, nos finais de tarde. De morador em morador, de conversa em conversa é que a desconfiança foi quebrada e passamos a compreender o desejo manifestado por essa comunidade de ver a sua memória, a sua história e da Vila DAE e da RFMG serem preservadas.

A partir dessa constatação em estreita associação com a comunidade, estabelecemos a delimitação da área, das lideranças e o objetivo específico da pesquisa, o de registrar essas memórias e de elaboração de ações conjuntas que apresentassem a importância da Vila e da RFMG, para as novas gerações e para o poder público e para a Sabesp responsáveis pelo seu atual estado de abandono e a procura de ações que modifiquem essa realidade.

“Pesquisa- ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.”³⁴

Utilizamos a história oral como procedimento metodológico, o que possibilita compreender as experiências pessoais, impressões particulares, ou seja, a “recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu.”³⁵

As conversas tiveram duração entre 60 minutos e 120 minutos. A maioria dos participantes é composta por “velhos” moradores entre os 60 e 80 anos de idade.

Ao escolhermos os antigos moradores e trabalhadores da Vila DAE e suas memórias, levamos em conta serem pessoas mais velhas da comunidade³⁶ “a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se

³² NEVES, Deborah Regina Leal. 100 ANOS DE VILA MARIA ZÉLIA: O DESAFIO DA PRESERVAÇÃO E DA EXPERIÊNCIA DE GESTÃO COMPARTILHADA

³³ Sobre Vilas Operárias, Memória e Patrimônio, apresentamos o Vídeo em reunião com a comunidade como exemplo de projeto de preservação participativo. O vídeo é uma reportagem realizada pela TVT, com o título “A mais antiga vila operária de São Paulo completa 100 anos”, sobre a primeira vila operárias de São Paulo - A Vila Maria Zélia, no Belém, que por meio de um projeto elaborado por sua comunidade foi tombada pelo Condephaat. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_EE0SnXUyqI&t=212s

³⁴ THIOLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 1985. p.14

³⁵ PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum. In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. (Orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

³⁶ BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: TA. Queiroz, p.15, 1994

prepara”.³⁷

A utilização das narrativas de memória desses antigos residentes e funcionários da Vila do DAE como uma das fontes de pesquisa, não é a de simplesmente contrapor os fatos à memória, mas o de utilizar o material dos depoimentos segundo a perspectiva de que “o material bruto da História oral não consiste apenas em declarações factuais, mas é a expressão e representação de cultura, e, portanto, inclui não só narrativas literais, mas também as dimensões da memória, ideologia e desejos inconscientes.”³⁸

E “a primeira coisa que torna a História Oral diferente, portanto, é que ela nos conta menos sobre eventos e muito mais sobre significados.”³⁹

Com o objetivo de pensar o conceito de memória, utilizaremos o conceito central da obra de Maurice Halbwachs⁴⁰ de “memória coletiva”. Como Halbwachs, analisa a memória individual que existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior do grupo. E, em relação ao contexto físico, Halbwachs destaca que ele é uma realidade que dura, assim, não há um grupo ou um gênero de atividade coletiva que não tenha nenhuma relação com o lugar, com o espaço”.⁴¹

A memória narrada por esses antigos moradores e trabalhadores da Vila Dae, se ateu a uma cronologia específica dos acontecimentos, o que eles classificam como Tempos do Rae/Dae e Tempos de Sabesp e além de nos oferecer pontos de referências espaciais, como a própria Reserva Florestal do Morro Grande, o campo de futebol do Esporte Clube Cachoeira da Graça, a Associação dos Trabalhadores com as sessões de cinema, as festas e bailes de carnaval, a Escola Estadual Professor José Barreto antiga Escola Mista Cachoeira Nossa Senhora das Graças, como a Igreja com suas procissões e festas religiosas e o pátio (praça) local de encontro dos trabalhadores nos seus horários de folga, são pontos de referência que estruturam a memória e a inserem na coletividade a qual se pertence, como disse Halbwachs, ou dito de outra maneira “A memória pendura-se em lugares, como a História em acontecimentos.”⁴²

³⁷ CHAUI, M. S. Os trabalhos de memória. Apresentação. IN: BOSI, E. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos, São Paulo. Companhia das Letras, p.18, 1994

³⁸ PORTELLI, A. As peculiaridades da História Oral. Oficina de História, n.12, 1981. p. 99.

³⁹ Idem, 1981 p. 99.

⁴⁰ HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004 p.55

⁴¹ Ibidem, 2004 p. 55.

⁴² NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Revista Projeto História, São Paulo: n. 10.p. 7-28, 1993

Alguns moradores durante os encontros coletivos ou individuais, apresentavam fotografias e pinturas da Vila Operária do Dae, o que nos levou a atentar, sobre o dia a dia no trabalho, o morar, às condições de vida, as festas, celebrações e pôr fim a própria vigilância que se institui sobre essa comunidade. Portanto, a pesquisa se baseou, dessa forma, na construção de um corpo documental que contou as narrativas de memória dos antigos trabalhadores e moradores da Vila Dae como do acervo iconográfico e fotográfico fornecidos por alguns deles, como da Sr^a. Walkíria Aparecida do Rosário, Sr^a Adelaide Pignonato, Sr^o José Diniz, Sr^o Francisco Andrade, Sr^o Mizael de Almeida, Sr. Air Albuquerque de Oliveira, Sr Jurandyr Diniz, Sr. Aparecida Diniz, Sr^a Maria Helena Almeida, D^a. Júlia Quaqlia (in memoriam), Sr. Luíz Maurício da Silva, Sr^o José Roberto Nali, Sr^o Mateus Manoel de Oliveira, D^a Elizabete de Moraes, Sr Heitor Pignonato, Sr. Daniel Ficher Incorporam-se ao acervo fotográfico dos participantes, apresentados nessa pesquisa imagens/fotografias publicadas na página MORRO GRANDE do Facebook, postadas por filhos e netos de antigos operários da Vila do Dae e as telas elaboradas pelo artista plástico Jurandyr Diniz (ex- operário e morador da Vila Dae) que retratam a Vila Dae e suas estruturas.

Também são fontes desta pesquisa o corpo imagético pertencente ao acervo institucional da Sabesp, pesquisadas no site da própria instituição (Memória Sabesp), como também nos Boletins Informativos da Repartição de Água e Esgoto (atual Revista DAE) que expõe parte do processo de construção do Sistema Alto Cotia. Outro conjunto fotográfico analisado são 07 fotografias reproduzidas em cartões postais confeccionados em razão dos “90 anos do Sistema Alto Cotia”, junto a produção de um selo, pela Sabesp, em parceria com a Secretária de Saneamento e Energia e o Governo do Estado de São Paulo, esse acervo foi apresentado a pesquisadora pelo Sr. Francisco Andrade (ex. Funcionário da Sabesp).

Acreditamos que tal conjunto fotográfico tem como objetivo registrar os avanços das realizações do DAE, como as construções de aquedutos, dos decantadores, dos filtros, a Casa Química, tal prática de apresentar suas realizações era ato comum da empresa, o que verificamos com a existência de registros similares como o da construção do Sistema Cantareira realizado pelo RAE como álbum fotográfico que se encontra presente no Acervo Iconográfico do Arquivo Público do Estado de São Paulo⁴³.

⁴³ Este conjunto pertence ao fundo Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas e reúne fotografias que registram o desenvolvimento das obras e os trabalhadores envolvidos na construção de

Além das fotografias produzidas pela comunidade e pelo DAE (atual Sabesp), integra-se a esse corpo documental 04 aerofotografias realizadas pela Escola Nacional de Força Aérea a pedido do Instituto Cartográfico Geográfico (IGC) que constituem o corpo documental do processo N° 20519 referente ao tombamento da Reserva Florestal do Morro Grande realizado pelo Condephaat.

A Pandemia de Covid 19 foi um período que para nós representou a angústia e o medo, manter-se vivo se tornou um ato de resistência diário perante o descaso dos nossos representantes políticos. Manter a sanidade nesse período não foi uma tarefa fácil.

Perante esse contexto, os encontros presenciais com a comunidade para a realização do inventário participativo foram paralisados. Foi um momento que representou um grande desafio.

Com a imposição do isolamento/distanciamento social, a comunicação virtual tomou um novo significado e passou a ter um lugar central nessa pesquisa isso para não dizer na vida de quase todos os brasileiros. As mídias sociais, as plataformas de conversa por vídeo, as notícias online, as palestras e cursos pela internet, a interação com “lives” diversas, passaram a ser os principais meios de comunicação e de conexão humanas.

Manter a conexão e dar continuidade ao inventário com a comunidade do Morro Grande, neste momento foi um dos maiores desafios dessa pesquisa. O que foi parcialmente solucionado pela criação de grupos do Whatsapp, com a geração mais jovem do Morro Grande (os netos, filhos e sobrinhos) dos antigos trabalhadores e moradores da Vila do Dae e a participação como membro e pesquisadora na página do Morro Grande no FACEBOOK.

A participação no curso EAD de Tecnologia Social da Memória, metodologia do Museu da Pessoa, possibilitou não apenas dar continuidade às ações como também ampliar as redes sociais com educadores do Morro Grande os grupos de cultura do entorno do Morro Grande.

Participamos também do Edital da premiação do Concurso “Benedito

Pereira de Castro - ‘Seu’ Dito da Congada” por meio da Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer do Município de Cotia, de acordo com a Lei Federal de Emergência Cultural Aldir Blanc, o qual fomos contemplados para a realização do documentário “Desejos de Memória” – A História da Vila Operária do Dae e da RFMG. Vale dizer, que a premiação possibilitou a contratação da equipe de filmagem, som, produção e ilustração e dos equipamentos necessários para a elaboração do documentário.⁴⁴

Se faz importante registrar que a produção do documentário não fazia parte da inicialmente da nossa proposta de pesquisa, a mudança ocorreu por meio das situações que surgiram, em âmbito global, nacional e local.

A crise sanitária provocada pela Covid-19, decorrente do agente infeccioso SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, desencadeou consequências de amplitude mundial não somente do ponto de vista biológico e epidemiológico, mas também em termos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes nos registros recentes das epidemias.⁴⁵

No Brasil, o setor cultural foi um dos mais impactados pela pandemia, tanto que no final de 2020 foi criado um auxílio emergencial para tal segmento, via Lei Aldir Blanc⁴⁶ (LAB). Essa lei, além de financiar um auxílio para trabalhadores e organizações do setor cultural, procurou estimular a atividade econômica desse importante setor.

Com o Decreto federal nº 10.464/2020, que regulamentou a LAB, ficou estabelecida a responsabilidade dos Estados quanto ao pagamento do auxílio aos trabalhadores e dos municípios quanto ao subsídio aos espaços e entidades culturais. Ambos restaram com a obrigação de realização de editais, prêmios ou outras iniciativas previstas no inciso III, do Artigo 2º da Lei.⁴⁷

Anterior a aprovação da LAB, os trabalhadores da cultura do município

⁴⁴ Beatriz Le Senechal, responsável pela Filmagem e edição de todo material; Som: Mariana Von Seckendorff, Produção Executiva: Gabriela Carvalho e Damaris Ferreira, Fotografo: André Pires

⁴⁵ Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia. Observatório Covid para a ação. Disponível: <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>. Visualizado; 18/03/2023

⁴⁶ O nome dessa política é uma homenagem ao compositor Aldir Blanc Mendes, que morreu em maio de 2020 em decorrência da covid-19. A proposição, de autoria da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e de outros cinco deputados, estende por cinco anos um benefício já previsto na Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural (Lei 14.017/2020). A lei no ano de 2021 se configura Projeto de Lei (PL) 1.518/2021, que cria a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Fonte: Agência Senado. Disponível: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/03/23/vai-a-sancao-lei-aldir-blanc-2-que-destina-r-3-bi-a-cultura-por-5-anos>.

⁴⁷ O governo federal disponibilizou R\$ 264 milhões para o Estado de São Paulo e R\$ 302 milhões para seus 645 municípios. Para o Município de Cotia o valor repassado foi de R\$ 1.624.746,90.

de Cotia, incluindo mestres, artesãos, artistas, educadores e pesquisadores, uniram-se para formar o Comitê de Cultura de Cotia.⁴⁸

O Comitê de Cultura de Cotia se constituiu como um movimento com o objetivo restaurar o Conselho Municipal de Cultura e reestruturar o Plano Municipal de Cultura. Naquela época, o movimento se configurava como um movimento de resistência, perante à situação nacional e local.⁴⁹

Perante a emergência do setor cultural e a aprovação da LAB, o Município de Cotia lançou o edital da Premiação N° 01/2020 denominado “Benedito Pereira de Castro – ‘seu’ Dito da Congada”⁵⁰ o qual a equipe do Comitê Cultural de Cotia, foi responsável por sua elaboração em conjunto ao secretário adjunto do município Gilmar José de Almeida., ao mesmo tempo perante a demanda do edital se fez necessário o mapeamento e cadastramento dos trabalhadores de Cultura, a divulgação do edital e a realização de mutirões que auxiliassem mestres/mestras de cultura no preenchimento do cadastro e no auxílio da redação dos seus projetos. Participamos como membro do Comitê de Cultura desse processo auxiliando os trabalhadores de Cultura do Município⁵¹. Foi em uma das reuniões do Comitê de Cultura para a análise dos dados obtidos que o Produtor Teatral Luiz Carlos Menezes colocou a ideia de participarmos do Edital com a elaboração de um documentário e sobre a necessidade de se contar uma outra história, para além da ambiental sobre o Morro Grande.

Durante uma das reuniões para divulgação do Edital e cadastramento dos trabalhadores no Mapa Cultural, os moradores da Vila, representados pelos senhores Air Albuquerque, José Diniz e Francisco Andrade, expressaram sua concordância: 'Já temos as filmagens das conversas nossa, as fotos e a pesquisa que a senhora está realizando.

⁴⁸ Assim ficou denominado o grupo de estudo mencionado anteriormente composto por mestras/ mestres, artesãos, artistas, pesquisadores e trabalhadores da Cultura no Município de Cotia. Constituído inicialmente por Inimar dos Reis (mestre de Folia de Reis e Folguedos), Robson Filocomono (Produtor Cultural responsável pelo Terreiro Ile Axé Girassol), Elisete de Castro (Congada de São Benedito), Gerson Ramos (Festa de Santa Cruz) , Ana Alcantara, (jornalista , coordenadora do Projeto Âncora) , Luís C. de Menezes (Produtor teatral), Damaris Ferreira (atriz, produtora cultural e gestora empresarial) e eu Vilma Cristina Soutelo Assunção Nosedá (historiadora e pesquisadora das áreas de Patrimônio e Museologia)

⁴⁹ Em âmbito nacional é importante lembrar que o Ministério da Cultura foi extinto durante a gestão do Governo Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2023). No que se refere a esfera local, o Município de Cotia, o setor da cultura estava organizado pelo antigo Departamento de Esportes, Cultura e Lazer, o que na prática se configurava na ausência de um olhar específico para o setor da Cultura.

⁵⁰ O Edital teve como objetivo selecionar projetos desenvolvidos por Artistas de todas as expressões artísticas e culturais, Agentes e Produtores Culturais, Profissionais da Cadeia Produtiva da Cultura, Grupos e/ou Coletivos Culturais, Pontos de Cultura, Patrimônio Imaterial, Cultura Popular, Tradicional e Urbana, Hip Hop, Artesanato e Gastronomia”, Vide Edital. (ANEXO I)

Por que não fazer um filme com tudo isso?⁵² Foi a partir desse contexto que surgiu a ideia do documentário."

A criação do cinema pelos irmãos Lumière em 1895 não apenas inaugurou essa forma de arte, mas também pode ser considerada como o marco inicial do gênero documentário, como Teixeira argumenta: "ao corroborar a sua "objetividade" no ato "espontâneo" de voltar a câmera para uma corriqueira e mundana chegada de trem a estação, para uma cotidiana saída de operários de seu local de trabalho."⁵³

Nas primeiras décadas tanto a fotografia quanto o cinema e principalmente o documentário eram tratados como possibilidade de reprodução do real, lhes foram conferidos uma autenticidade inabalável, uma "ânsia pela realidade"⁵⁴.

Porém, como sabemos a câmera pode até experimentar o "lugar do olho", mas a interferência (do autor ou dos autores como no nosso caso) acompanha todo o processo, o enquadramento, seleção e edição.

Portanto, o documentário é fortemente marcado pela subjetividade daqueles que o elaboram, é realizado por múltiplos olhares. É uma representação do real através de um meio - a câmera. Representar é tornar presente algo ausente, é a relação desses moradores com a Vila Operária e com a Reserva, é (re) significar a Vila Operária, de espaço onde apenas moravam os trabalhadores do DAE para espaço onde estabelece relações sociais conflituantes, mas também de solidariedade e de resistência sobre necessidade de sua preservação.

Um dos conceitos relevantes para o estudo é o de espaço, influenciado pelo pensamento de Michel de Certeau. O espaço deve ser compreendido como algo plural, composto por uma diversidade de questões, que vão além do aspecto físico. É um espaço que é construído, ressignificado e praticado pelas atividades humanas. Nesse espaço, diferentes sujeitos atuaram tanto na sua formação quanto foram moldados por ele, revelando os diversos poderes que o constituem em momentos específicos.

O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o

⁵² Essa fala ocorreu durante a realização de um churrasco no pátio, organizado pelos moradores como parte do encerramento de um mutirão de limpeza. Durante o mutirão, que envolveu o corte do mato e a realização de alguns reparos nos bancos do pátio.

⁵³ Em referência aos filmes dos irmãos Lumière "Chegada do Trem a Estação Ciotat" e "A saída dos operários da fábrica dos Lumière" ambos exibidos em 1895. In: AUTRAN, Arthur; TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. Documentário no Brasil: tradição e transformação. Summus Editorial, 2004.

⁵⁴ RODRIGUES, Flávia Lima. Uma breve história sobre o cinema documentário brasileiro. CES revista, v. 24, n. 1, p. 61-73, 2010.p.01

efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. (...). Em suma, o espaço é um lugar praticado. (CERTEAU, 2009, p.184).

O IV Capítulo – O DOCUMENTÁRIO DESEJOS DE MEMÓRIA e sobre a produção do documentário e uma análise da teoria fílmica .

A produção do documentário é resultado de conversas individuais ou em grupos, algumas dessas conversas foram realizadas no “pátio” - a praça da Vila Operária do DAE, outras nas cozinhas, salas, varandas (e até mesmo nas calçadas) das casas dos moradores do Morro Grande.

Conjuntamente das ações realizadas com a comunidade, como a Roda de Memória Virtual, a Formação com as Educadoras da Escola Municipal Vicentina Pires de Oliveira sobre Memória, Patrimônio, Território e Educação e da Roda de Memória Presencial, todo esse conjunto de ações foram filmados pelo Google Meets e pelo celular (com as devidas autorizações dos participantes), todo material foi transcrito.

O documentário é o resultado das reflexões dos debates gerados por essas ações e pela Oficinas do próprio Inventário Participativo que retornaram com o processo de abertura da quarentena⁵⁵. A decupagem, das conversas individuais e em grupo com os integrantes “mais velhos” da comunidade, o estabelecimento dos temas que seriam abordados no documentário e seleção das fotografias foi elaborado com a participação e consentimento conjunto da comunidade.

A RODA DE MEMÓRIA foi formada por 12 moradores, mais velhos (70 a 85 anos) e mais jovens (37 a 45 anos). Todos tiveram a oportunidade de compartilhar com riqueza de detalhes e emoção, suas memórias e vivências no território.

O que percebemos é que há um embate / uma disputa entre a Memória oficial aquela produzida pela Sabesp e a Memória elaborada pelos ambientalistas por meio do processo de tombamento da RFMG e a Memória confiscada dos antigos trabalhadores e moradores da Vila do Dae.

Não podemos falar de memória sem falarmos do esquecer, e o que nos faz esquecer, desnaturalizar o esquecimento é uma tarefa essencial para pensarmos a

⁵⁵ Nos encontros das Oficinas como nas Rodas de Memória seguimos o Protocolo de Saúde do Estado de São Paulo

constituição da memória. Memória é Instrumento de poder, e desnaturalizar o esquecimento é uma tarefa essencial para pensarmos a constituição da memória individual/coletiva e memória social como, define Jô Gondar:

Memória é um instrumento de poder - o que implica admitir que não há poder político sem controle da memória e do arquivo; e que a questão do esquecimento é política. Política que não se reduz à dimensão do Estado, mas que abrange todas as dimensões onde se verifica um embate entre forças, um jogo de poder - incluindo aí a própria constituição do "eu", a partir do qual se torna possível dizer "meu orgulho".

Orgulho... Se é este o motor do esquecimento, no plano do Estado, da sociedade ou do "eu", o que está em jogo é a manutenção de uma imagem ou representação de si mesmo - vamos chamá-la por seu nome de identidade - e a segregação ou exclusão do que a ameaça: a diferença.⁵⁶

Analisamos tal conjunto documental a partir de suas lacunas ou de tais “diferenças”, ou seja, aquilo que não se encontra explícito em uma primeira leitura ou como Walter Benjamin define a “**contrapelo**”⁵⁷ e duas questões se configuraram durante a pesquisa: a primeira diz respeito, qual a história e memória instituída para a Reserva Florestal do Morro Grande pelos órgãos responsáveis por sua preservação o Condephaat, a Sabesp e a Prefeitura do Município de Cotia. E a segunda questão e principal, é de reverberar a voz daqueles que não foram ouvidos, qual a memória e história que a comunidade da Reserva Florestal do Morro Grande e no seu entorno deseja que seja preservada para as novas gerações.

⁵⁶ GONDAR, Josaida. Lembrar e esquecer: desejo de memória. Memória e espaço. Rio de Janeiro, v. 7, p. 35-42, 2000.

⁵⁷ BENJAMIN. W. Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 2012, p.244

I CAPÍTULO - DO PATRIMÔNIO DE PEDRA E CAL AO CONCEITO DE PAISAGEM CULTURAL

1.1 DO PATRIMÔNIO DE PEDRA E CAL AO CONCEITO DE PAISAGEM CULTURAL

Permeado por disputas e conflitos, o conceito de Patrimônio tem sua etimologia (*patrimonium*) ligada a ideia de “Pater família” - o pai da família aquele que detinha todos os bens. Portanto, está associado à noção de herança “aquilo que se herda do pai”. Caracterizada inicialmente de uma forma individual e aristocrática sua compreensão vai se transformando ao longo do tempo e passa a ser considerada a herança comum, que é transmitida de uma geração para outra. Nesse sentido, há uma conexão intrínseca com a memória, a qual podemos considerar como a memória que se recebe, com o valor e a importância reconhecidos, como algo que deve ser protegido e preservado.⁵⁸

Antes da utilização do conceito de patrimônio histórico ser de uso corrente, no século XX, usava-se o termo monumento para selecionar edificações que mereciam cuidados e admiração. A palavra *Monumentum* em latim deriva de “*Monere*” (advertir, lembrar,), aquilo que traz à lembrança de alguma coisa.⁵⁹ No sentido mais antigo ou lato do termo, monumento “é uma obra criada pela mão do homem com o intuito preciso de conservar para sempre presente e viva na consciência das gerações futuras a lembrança de uma ação ou destino”.⁶⁰

São artefatos edificados, que se relacionam com a memória coletiva de um grupo, de um povo ou de uma comunidade, que pretende resguardar um passado que é significativo, não se trata de um passado qualquer, por isso é invocado, convocado, celebrado, rememorado, para evitar o seu desaparecimento e contribui para manter e preservar a identidade em todas as comunidades, mesmo que imaginadas.

Para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurado o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais

⁵⁸ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. In: Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 2004. p. 2012-2012.

⁵⁹ CHOAY, F. A Alegoria do Patrimônio. 4ªed. São Paulo, 2008, p. 18

⁶⁰ RIEGL, Alois. O culto moderno dos monumentos. Ed. Perspectiva, 2014.p.31

e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento.⁶¹

Françoise Choay aponta que tanto para Alois Riegl como para Chastel e Babelon o período medieval introduz um novo caráter, simbólico e coletivo à noção de monumento - o religioso. Na Idade Média, a Igreja Católica será a transmissora do culto aos santos e a valorização das relíquias, dando as pessoas comuns um sentido de patrimônio muito próprio e que, em certo sentido, permanece entre nós: a valorização tanto dos lugares e objetos como dos rituais coletivos.⁶²

No Renascimento, esse caráter religioso se altera, amplia-se o interesse pelas antiguidades, que começou a surgir entre os humanistas, que as consideravam como testemunhos confiáveis da história da Antiguidade Greco-romana, condenando o pensamento teocêntrico dos seus antecessores, desvinculando-se da tradicional associação cristã.

[Os] túmulos dos romanos e os vestígios de sua antiga magnificência que vemos à nossa volta nos ensinam a dar crédito aos testemunhos dos historiadores latinos que, com toda a certeza, de outro modo nos pareceriam menos críveis.⁶³

Apesar de condenarem o pensamento teocêntrico, Baxandall constata não apenas que a maior parte das pinturas do século XV são religiosas, mas também defende como as capacidades visuais são desenvolvidas nesse período, direcionadas para as experiências da vida cotidiana da sociedade, as quais se tornam parte determinante do estilo dos artistas desse período⁶⁴

Ana Cauquelin ao tentar definir a difícil origem da noção de paisagem, situa o seu nascimento por volta de 1415, na Holanda, e sua migração para a Itália, de onde “se instalaria definitivamente em nossos espíritos com a longa elaboração das leis da perspectiva.”⁶⁵ Para esta filósofa, a invenção da perspectiva se tornaria o “nó da questão”. Aplicada à pintura, a perspectiva legitima o aparecimento das paisagens no quadro, se reduzindo a uma representação figurada, destinada a seduzir o olhar do espectador, por meio da ilusão de perspectiva.

⁶¹ CHASTEL, André; BABELON, Jean – Pierre. La notion de Patrimoine. Revue de l'art, Paris, n.49, p. 5-32, 1980 apud FONSECA, M. C. L. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MINC-IPHAN, 2009.

⁶² FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio Histórico e Cultural. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

⁶³ Prólogo elaborado por ALBERTI em 1452 apud CHOAY F. A Alegoria do Patrimônio. 4ªed. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p. 46

⁶⁴ BAXANDALL, Michael. O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença. Paz e Terra, 1991.

⁶⁵ CAUQUELIN, Anne; MARCIONILO, Marcos. A invenção da paisagem. Martins, 2007.p.35

Ainda que a noção de perspectiva tenha essa origem, ela não se limita ao domínio da arte pois envolve e atravessa de tal modo o conjunto de nossas construções mentais que só conseguiríamos ver através do seu prisma. Tal técnica transformaria a visão global que temos das coisas. Cauquelin conclui.

Parece que se deu um salto que leva mais longe que a mera possibilidade de representação gráfica dos lugares e dos objetos, que é um salto de outra espécie: uma ordem que se instaura, a da equivalência entre um artifício e a natureza. Para os ocidentais que somos, a paisagem é, com efeito justamente “da natureza”. A imagem, construída sobre a ilusão da perspectiva, confunde-se com aquilo de que ela seria a imagem. Legítima, a perspectiva também é chamada de artificial. O que, então, é legitimado é o transporte da imagem para o original, uma valendo pelo outro. Mais até: ela seria a única imagem-realidade possível, aderiria perfeitamente ao conceito de natureza, sem distanciamento. A paisagem não é uma metáfora para a natureza, uma maneira de evocá-la; ela é de fato a natureza.⁶⁶

Cauquelin demonstra como a noção de paisagem fora pensada e construída como o equivalente da natureza, e como a sua percepção depende da apresentação que se fez dela na pintura do Ocidente no século XV e só parece natural ao preço de um artifício permanente. Essa crença em uma naturalidade da paisagem permanece difícil de erradicar, mesmo que no presente ela seja desmentida por diversas práticas.

Elias contribui com esse debate ao apontar que o prenúncio da categoria paisagem teve as suas primeiras formulações enraizadas na ideia de natureza, que por sua vez, era vista como uma criação divina, destinada ao desfrute dos homens. A paisagem “Oposta à civilização, era o lugar onde se encontrava o rústico, o selvagem. Dominá-la era uma forma de ascender a civilidade.”⁶⁷

Schama também acrescenta a esse conjunto de percepções que “Antes mesmo de ser descanso dos sentidos, a paisagem é obra da mente.”⁶⁸. E continua: “A paisagem é cultura antes de ser natureza, um constructo da imaginação projetado sobre mata, água e rocha”⁶⁹

Ao mesmo tempo que cresce a importância do conceito de arte, assumindo valores estéticos e de prestígio: “Monumento ilustre, soberbo, magnífico, durável, glorioso”⁷⁰. As antiguidades passam a serem objetos de um imenso esforço de

⁶⁶ CAUQUELIN, Anne; MARCIONILO, Marcos. A invenção da paisagem. Martins, 2007.p.38

⁶⁷ ELIAS. Nobert. O processo civilizador: uma história dos costumes vol2. Zahar, 2010.p.247

⁶⁸ SCHAMA, Simon. Paisagem e memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P.13

⁶⁹ Ibidem, 1993, p.70

⁷⁰ Dictionarie de L’Academie. I edição ,1694 apud CHOAY, F. A Alegoria do Patrimônio. 4ªed. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p.19

conceituação e de inventário, por parte dos antiquários que passam a produzir farta iconografia e inúmeras coleções, ao mesmo tempo em que são criados os precursores dos Museus de Arte: conservatórios oficiais de pintura, escultura, desenho e gravura.

Eruditos e colecionadores, os antiquários acumulavam em seus gabinetes não apenas medalhas e outros fragmentos do passado, como se dizia então, mas também sob formas de e de “portfólios, verdadeiros dossiês, com descrições e representações figuradas das antiguidades.”⁷¹

A partir do século XVIII, os antiquários passaram a se interessar também por antiguidades de outras civilizações que não apenas as da Grécia ou de Roma. Foram documentados e recolhidos vestígios do que se passou a considerar as antiguidades nacionais: antigos monumentos erigidos ou produzidos nos diferentes países europeus, “fato importante na atribuição de valores identitários que possibilitaram o reconhecimento da produção artística de determinadas comunidades”⁷², ao mesmo tempo que fortalecia as ligações entre o patriotismo e as pesquisas artísticas ou arqueológicas.

O saber histórico e o amor às artes produzido pelos antiquários não foram suficientes para implantar, de forma sistemática e definitiva, a prática da preservação.⁷³ Na Inglaterra, o vandalismo religioso da Reforma ao ter como alvo as catedrais góticas despertam a indignação das sociedades de antiquários e dos jornais que passaram a realizar campanhas de esclarecimento sobre a importância da proteção dos monumentos históricos que representam a nação.

É com o advento da Revolução Francesa que começa a se **pensar na conservação** e na institucionalização por parte do Estado dos bens da coroa, da Igreja e da aristocracia, associando esses bens aos valores de nacionalidade. A partir desse momento, o patrimônio passa a ter valor histórico e **comprobatório**, ao mesmo tempo a História era vista como narrativa do passado da **nação**.

A intensificação dos atos de vandalismo que levaram a destruição de parte dos bens pertencentes às classes dominantes, à nobreza e ao clero, fez o Estado estabelecer regulamentações, ainda que incipientes, visando a tutela do patrimônio monumental confiscado, justificando essa preocupação pelo interesse desses bens para a

⁷¹ CHOAY, F. A Alegoria do Patrimônio. 4ªed. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p. 65

⁷² GABRIELE, Maria Cecília Filgueiras Lima. Musealização do Patrimônio Arquitetônico: inclusão social, identidade e cidadania. Museu Vivo da Memória Candanga. 2012. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Departamento de Museologia, Lisboa, 2012.p.47.

⁷³ FONSECA, M. C. L. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MINC-IPHAN, 2009, p.58

instrução pública. A noção moderna de patrimônio começa aparecer através da **preocupação moral e pedagógica.**⁷⁴

Em primeiro lugar se deve tombar as diferentes categorias de bens recuperados pela Nação, depois inventariar e estabelecer o estado em que se encontra, por fim, antes de qualquer decisão sobre a destinação futura do bem, estes são protegidos e postos “fora de circulação”, reunidos em “depósitos”.⁷⁵

Criam-se duas categorias que permanecem até os dias de hoje aplicadas ao Patrimônio Material: a distinção de Patrimônio Móvel e Patrimônio Imóvel, em função de exigências distintas de conservação. Para os primeiros, serão transferidos dos depósitos provisórios ao definitivo aberto ao público, consagrado com o nome recente de *museum*.

Este tem por função servir à instrução da nação. Reunindo obras de arte, além de, em consonância com o espírito enciclopedista, objetos das artes aplicadas e máquinas, os museus ensinarão civismo, história, assim como as competências artísticas e técnicas.⁷⁶

Mas tanto Choay, Fonseca e Poulot são categóricos ao afirmar que é a partir da restauração monárquica francesa (1815–1830), que ocorre a consagração do Monumento Histórico com a institucionalização definitiva de sua preservação pelo estado na França, que se dá por meio da criação do cargo de Inspetor Geral dos Monumentos Históricos, pelo então Ministro Interior (e posteriormente Ministro da Educação) François Guizot (1787-1874).⁷⁷

Por sua vez, a preservação da paisagem desde suas origens é ligada a natureza e durante um longo período interligada aos padrões de estética, de beleza de excepcionalidade e monumentalidade.

É ainda no final do século XIX e início do século XX, segundo Scifoni que o monumento ganha mais novos adjetivos relacionados ao natural. Com a difusão da revolução industrial, a expansão da urbanização, as transformações da cidade moderna, se evidencia o início de uma tomada de consciência em favor da proteção da

⁷⁴ CHASTEL; BABELON, 1980. P. 18 apud FONSECA (2009) p.59

⁷⁵ CHOAY, F. A Alegoria do Patrimônio. 4ªed. São Paulo: Editora Unesp 2008 p. 100

⁷⁶ Idem, 2008, p.101

⁷⁷ Com objetivo de construir a memória nacional, volta-se para a arquitetura medieval, principalmente os góticos franceses que passam a ser considerados uma verdadeira manifestação do gênio francês em oposição a arquitetura acadêmica. IN: CHOAY, F. A Alegoria do Patrimônio. 4ªed. São Paulo: Editora Unesp, 2006; FONSECA, Maria Cecília Londres et al. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2009; POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do documento aos valores. Estação Liberdade, 2009.

natureza, muito relacionada ainda ao padrão estético e cênico.⁷⁸

Isso pode ser verificado pela adesão entusiasmada de intelectuais, artistas e escritores, como Victor Hugo escritor pertencente à corrente do romantismo, e parte do primeiro comitê de defesa da floresta de Fontainebleau⁷⁹, que declara: “uma árvore é um edifício, uma floresta é uma cidade e entre todas, a floresta de Fontainebleau é um monumento”⁸⁰

Para Keith Thomas a ideia de preservação da natureza surgiu muito antes, ainda no começo da revolução industrial, da vida das cidades, antes valorizada como sinal de civilização em oposição à rusticidade da vida no campo, que passou a ser criticada, pois o ambiente fabril tornava o ar irrespirável. A vida no campo passou a ser idealizada sobretudo pelas classes sociais não diretamente envolvidas na produção agrícola.

(...) emergiram aos poucos atitudes face ao mundo natural essencialmente incompatíveis com a direção em que se movia a sociedade inglesa. O crescimento das cidades conduziu a um novo anseio pelo campo. O progresso da lavoura fomentou um gosto por ervas daninhas, montanhas e natureza não dominada(...)⁸¹

Scifoni argumenta que as transformações das cidades modernas, no final do século XIX, foi um fator determinante para criação de instrumentos legais e administrativos de proteção a natureza, em diversos países como a Suíça, Estados Unidos, Japão, França e Brasil.⁸²

É dentro desse contexto que em 1872, o congresso estadunidense declarou uma região de mais de oito mil km² no Noroeste de Wyoming como o Parque Nacional Yellowstone. Criado em áreas ocupadas pelos povos originários que foram expulsos dos seus antigos territórios ancestrais⁸³, é considerado o parque nacional mais

⁷⁸ CALVIMONTES, Jorge; RANCAN, Gabriella Almeida; DA COSTA FERREIRA, Lúcia. Processos de patrimonialização e suas contradições: território, identidade e uso dos recursos naturais no Parque Estadual da Serra do Mar. Perspectivas patrimoniais: natureza e cultura em foco, p. 78. IN: CARVALHO. Aline Vieira(org.) ESPEJEL. Benjamin Ortiz(org.) JULIANO. Tiago(org.) perspectivas patrimoniais natureza e cultura em foco. 1.ed. Curitiba: Editora Prismas, 2018 .626p

⁷⁹ FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006.

⁸⁰ FROMAGEAU, Jérôme. Les monuments naturels, reflets naturels des monuments historiques IN: PRIEUR, Michel; AUDRERIE (sous la direction scientifique de). Les monuments historiques, un nouvel enjeu? Paris: L'Harmattan, 2004.p200.

⁸¹ THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, v. 544, 1989. P?

⁸² SCIFONI, S. (2006). A construção do patrimônio natural. Tese de Doutorado em Geografia FFLCH USP, 2006

⁸³ Conforme Diegues a área do Parque Nacional era ocupada por indígenas das nações Crow, Blackfeet e Shoshonne Bannocks, essas populações indígenas não deixaram a área do parque espontaneamente. É

antigo do mundo, tem como seu objetivo principal conservar os animais em extinção e as paisagens formadas por seus gêiseres e cânions, “torna-se um santuário da natureza, em que a presença do homem fosse interdita ou quando muito permitida como recreio controlado ou, então para fins científicos.”⁸⁴

O modelo de Parque Nacional de Yellowstone espalhou-se rapidamente pelo mundo, ou seja a criação de parques desabitados, sem intervenção humana – exceto aquelas com o objetivo de proporcionar atividades recreativas, com objetivo de preservar a natureza, “obedeceu uma visão antropocêntrica em que beneficiava as populações urbanas e valorizava, principalmente as motivações estéticas, religiosas e culturais dos humanos, o que nos mostra o fato de que a natureza selvagem não foi considerada um valor em si, digno de ser protegido”⁸⁵

Em outros países da Ásia como China, Índia e Japão, o apreço a natureza também já existia há muito tempo, sobretudo no Japão que é o país pioneiro na inclusão do termo monumento natural. Simultaneamente à criação de instrumentos legais e administrativos de proteção à natureza, no final do Século XIX, a própria noção de natureza ganha novas formulações acadêmicas em busca de sua regularidade e melhor aproveitamento. Ao mesmo tempo, o conceito de paisagem é formulado na perspectiva da ciência, pelo naturalista alemão Alexander Von Humboldt, (1769-1859) com uma visão totalizante, e comparativa, integrando fatos naturais e fatos sociais.⁸⁶ Para Humboldt, a paisagem se configurava em uma apropriação sensorial, pois é o sujeito que atribui sentido ao que vê e designa como paisagem.⁸⁷

Apesar da influência de Humboldt, a definição de paisagem como conceito formal da geografia moderna se estabelece no final do século XIX e início do século XX. Foi Carl Otto Sauer geógrafo norte americano na década de 1920, que fortemente influenciado pela geografia cultural alemã, utilizou como base para sua teoria os conceitos elaborados por Schluter e Passarge de Paisagem Natural e Paisagem

nessa perspectiva que se insere a noção de “wilderness” (vida natural/selvagem), subjacente à criação dos parques no final do século XIX, era de grandes áreas não habitadas, principalmente após o extermínio dos indígenas e a expansão para o Oeste. IN: DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. Mito moderno da natureza intocada. Editora HUCITEC. São Paulo. 1996. P.26 – 29

⁸⁴ KASEKER, Davidson Panis. Museu, território, desenvolvimento: diretrizes do processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva (SP). 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. p.53

⁸⁵ Idem, 2014, p.53

⁸⁶ RIBEIRO, Rafael Winter Paisagem cultural e patrimônio – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007 p. 17

⁸⁷ ZANIRATO, Sílvia. H. O lugar da Paisagem Cultural no Patrimônio. In: FIGUEIREDO, Lauro. C., PIMENTA, Margareth. C. A. (Orgs.) Lugares, Patrimônio, Memória e Paisagens. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. p.293-316

Cultural. Estabelece que para o estudo da paisagem, só se deveria tomar aspectos visíveis, os elementos físicos, excluindo assim todos os fatos não materiais da atividade humana.⁸⁸

Para Carl Sauer, a paisagem natural é aquela ainda sem transformação do homem, enquanto a paisagem cultural é a transformada pelo homem. Apesar dessa dualidade, estas noções não se constituem em dois elementos distintos. A paisagem é um elemento integrador ou simplesmente como uma unidade com dois lados. Scifoni aponta que isso é a principal característica do pensamento de Sauer - o fato dele eliminar o pensamento dicotômico sobre a paisagem ainda no ano de 1925, por meio da sua obra *Morfology of Landscape* (1925). A teoria de Sauer conquistou diversos adeptos especialmente na Escola de Berkeley, persistindo até os dias atuais.

Contudo a partir da década de 1960, Carl Sauer e a Escola de Berkeley passaram a ser criticados, por intelectuais adeptos da nova corrente de pensamento que se intitulava Geografia Humanista. Ao identificarem que o fundamental na paisagem é seu caráter simbólico e subjetivo, criticavam a definição do conceito de cultura adotada por Sauer, proposto por seu amigo e professor de antropologia em Berkeley Alfred Kroeber (1876 – 1960), no qual a cultura possui um valor autoexplicativo, não necessitando ser explicada, desconsiderando as dimensões sociais e psicológicas da cultura.

Ribeiro aponta que para os geógrafos da Geografia Humanista a paisagem passa a representar, “mais do que simplesmente o visível, os remanescentes físicos da atividade humana sobre o solo. A paisagem é introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção sobre o meio.”⁸⁹

Tal debate que ampliou o conceito de paisagem, embasou o processo de criação de políticas de preservação da paisagem em âmbito internacional e nacional. A criação de tais políticas é que iremos analisar nos próximos tópicos.

⁸⁸ RIBEIRO, Rafael Winter Paisagem cultural e patrimônio – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007 p.20.

⁸⁹ Idem, 2007, p. 24

1.2.- A PROTEÇÃO À PAISAGEM CULTURAL EM NÍVEL INTERNACIONAL

Embora a paisagem tenha sido objeto de reflexão dos geógrafos, desde o final do século XIX, a consideração da paisagem como bem cultural, retorna a ser debatida somente a partir da Carta de Atenas, no ano de 1931, ainda que sobre o prisma do conceito de entorno. Em 1964, a Carta de Veneza, em que se amplia a noção do monumento histórico, e se consolida a valorização de sítios urbanos e rurais, com arquitetura modesta e o conceito de entorno se amplia para o de ambiência. O mesmo é defendido pela Recomendação de Nairóbi (1976) e pela Carta de Washington (1986) e em outros documentos internacionais. Em todos eles, o critério para a preservação da paisagem é sua excepcionalidade, a preocupação principal era com o monumento arquitetônico, ainda que o conceito tivesse se ampliado, valorizando a arquitetura modesta, a paisagem se constituía com moldura, que tinha como função dar sentido ao bem.

No ano de 1972, ocorre a Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, promovida pela UNESCO, que se constitui como um marco, pois como Zanirato argumenta é considerada “o primeiro documento internacional a se referir à identificação e conservação das paisagens num sentido mais amplo, como manifestações resultantes da interação entre o homem e o ambiente.”⁹⁰

Como forma de promover a proteção aos bens considerados patrimônio cultural da humanidade, foi criada a Lista do Patrimônio Mundial, onde os bens patrimoniais poderiam ser inscritos em duas categorias: Patrimônio Cultural e Patrimônio Natural. Embora a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, de 1972, seja o primeiro documento a definir os conceitos de patrimônio cultural e natural, o seu texto acaba por refletir a dicotomia entre as categorias cultural e natural, o que Rafael Winter Ribeiro analisa como reflexo da origem bipartite da preocupação com o patrimônio mundial, oriunda de dois movimentos separados: um que se preocupava com os sítios culturais e outro que lutava pela conservação da natureza.⁹¹

Mais tarde, surge a classificação de bem misto, criada para abarcar aqueles bens que tinham sua inscrição justificada tanto por critérios naturais quanto

⁹⁰ ZANIRATO, Sílvia. H. O lugar da Paisagem Cultural no Patrimônio. In: FIGUEIREDO, Lauro. C., PIMENTA, Margareth. C. A. (Orgs.) Lugares, Patrimônio, Memória e Paisagens. Editora da UFSC, Florianópolis, 2014, p.293-316, p. 301

⁹¹ RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural e patrimônio – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007 p. 38

culturais, mas sem que a relação ou integração entre eles fosse objeto de análise ou valoração. A preocupação com a devastação da natureza junto com a afirmação da ecologia política como disciplina e a discussão em torno de categorias como o desenvolvimento sustentável⁹², provocou uma valorização no contexto internacional das relações harmoniosas entre os homens e o meio ambiente.

Em 1992, no mesmo ano em que se realizava a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio Janeiro, é realizada a **16ª sessão Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO** que inclui a categoria de “**paisagem cultural**”, na Lista de Patrimônio Mundial da Humanidade, pondo um fim na dualidade até então vigente.

Ribeiro ressalta que a **adoção da categoria de paisagem cultural da UNESCO**, em 1992, representou uma ruptura com as concepções anteriores, por adotar a própria paisagem como um bem, valorizando todas as inter-relações que ali coexistem.⁹³

No documento final as paisagens culturais são consideradas ilustrativas da evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, frutos da influência de circunstâncias físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo ambiente natural, bem como das sucessivas forças social, econômica e cultural, que nelas interferem. Elas deveriam ser selecionadas, portanto, pelo seu **valor universal e pela sua representatividade** em termos de uma região geocultural claramente definida e pela sua capacidade de ilustrar elementos culturais essenciais e distintos de determinada região.

Com objetivo de ampliar a proteção de territórios que foram considerados merecedores de proteção, em 1995 o Comitê de Ministros do Conselho da Europa, adotou a Recomendação R (95)9, que versa sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, recomendou a adoção dessa abordagem nas políticas de preservação do patrimônio.

Como Figueiredo e Forti analisam ao abordar a questão da gestão das paisagens culturais a Recomendação (95)9 ressalta, que

trabalhar com as paisagens culturais implica na ação integrada do planejamento territorial com as políticas ambientais e socioeconômicas. Busca conjugar a política de preservação ao processo dinâmico de desenvolvimento da cultura, das sociedades e suas cidades, o que implica, necessariamente, em não impedir as mudanças, mas direcioná-las a favor dos

⁹² idem. 2007.p 40 - 41

⁹³ Ibidem idem 2007. p.40

patrimônios e, portanto, trabalhar na perspectiva da sustentabilidade.⁹⁴

A Recomendação R (95)9 considera a paisagem como patrimônio cultural, por meio de um triplo significado cultural: a percepção do indivíduo ou da comunidade sobre o território, o testemunho do relacionamento existente entre os indivíduos e o seu meio ambiente, a especificidade das culturas locais, práticas, crenças e tradições.

Por fim, a Recomendação R (95)9 diferenciará paisagem, algo múltiplo, complexo e mais geral, de áreas de paisagem cultural, unidades ou sistemas de paisagens onde se pode identificar e justificar as especificidades e os valores reconhecidos como patrimônio cultural:

As áreas de paisagem cultural são partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representações em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos. Recomendação R (95) 9⁹⁵

Como consequência, da Recomendação R (95)9, no ano 2000, os países integrantes da União Europeia assinam um tratado regional especializado sobre a proteção das paisagens, a Convenção Europeia da Paisagem, que passou a vigorar em março de 2004.

A Convenção Europeia da Paisagem diferencia-se bastante da Convenção Mundial de 1992, primeiro pela escala territorial de atuação, enquanto uma tem objetivo regional (Europa), a outra é mundial. Além disso, a Convenção Europeia estabelece a proteção sobre **todas as paisagens e não apenas aquelas de valor excepcional** e introduz regras de proteção, gerenciamento e planejamento para todas as paisagens num conjunto de regras, se constituindo em um elemento fundamental de gestão do território.

96

Na perspectiva europeia, a partir de sua qualidade de documento, o território inteiro deve ser considerado como um grande arquivo de história do homem, bem como da natureza. Igualmente, o território é um **palimpsesto**, isto é, um

⁹⁴ FIGUEIREDO. Vanessa G.B; FORTI. Marina. PALIMPSESTOS NA PAISAGEM CULTURAL DO TRIÂNGULO HISTÓRICO SÉ: percepção, cognição e vivência a partir da proposta de eco museu. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. IV Colóquio Ibero- Americano. 2016. p.03

⁹⁵ IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil): Cartas Patrimoniais. 3 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro:2004, p.332

⁹⁶ RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural e patrimônio – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007.p.53

documento em perpétua transformação, onde encontramos alguns traços, mas não todos, que as diferentes épocas deixaram e que se misturam aos traços que o presente deixa à sua volta e que o modifica continuamente, de maneira contrária a uma simples estratificação.⁹⁷

No Brasil, a adoção da categoria da paisagem cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), se deu sob a influência das práticas internacionais que estavam ocorrendo. A Portaria nº127 de 2009, conceitua a paisagem como uma porção do território com características peculiares, produto de relações que os grupos sociais estabeleceram com a natureza, relações estas que podem aparecer fisicamente na forma de marcas, ou por meio de valores que lhes são atribuídos socialmente.⁹⁸ Contudo, mesmo após 14 anos de vigência do instrumento da chancela e dos diversos estudos realizados para a sua aplicação, nenhuma paisagem cultural ainda foi reconhecida.⁹⁹

Diversos obstáculos vem sendo identificados, como causadores do insucesso da aplicabilidade do instrumento da chancela de paisagem cultural, como: o desinteresse do poder público, da iniciativa privada e da população local, que precisam assumir responsabilidades conjuntas de gestão de uma eventual paisagem cultural; ausência de planejamento e integração entre diferentes órgãos públicos e esferas de poder; a falta de familiaridade do próprio IPHAN com o novo instrumento e a insuficiente infraestrutura do órgão para realizar os estudos relacionados, necessariamente multidisciplinares.¹⁰⁰

1.3 - A PROTEÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL NO BRASIL

No Brasil, em 1936, por solicitação do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, - Mário de Andrade ainda chefe do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo redige o anteprojeto da lei de proteção ao patrimônio cultural, no qual propõe a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN).

⁹⁷Idem 2007 p.58

⁹⁸ BRASIL. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural. Diário Oficial da União, 5 maio 2009. Seção 1, p. 17

⁹⁹ PEREIRA, Danilo Celso. Paisagem como Patrimônio: entre potencialidades e desafios para a implementação da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. 2018. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro.

¹⁰⁰ CÉSARI, Caroline; CALDEIRA, Danielle B. A Paisagem Cultural do Alto Rio São Francisco: Tentativa de delimitação. Fórum Patrimônio, Belo Horizonte, v.7, n. 1, p.01-17, 2014, p.65

A concepção de patrimônio de Mário de Andrade revela um sentido amplo de cultura, “Habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos”, uma vez que a paisagem é fruto do engenho humano, é para Mário de Andrade um bem artístico, passível de valorização e inscrição no Livro Tombo.

A preservação do patrimônio natural associada a Paisagem (como bem de valor patrimonial que deve ser preservado), aparece no anteprojeto de Mario de Andrade (1936), sob a perspectiva das disciplinas da Arqueologia e da Etnologia. Conforme Ribeiro relembra:

Mario associava a paisagem à etnografia e, quando dizia etnografia pensava também nas manifestações populares, na arte popular. Era em função disso que entendia a paisagem, também como constructo da arte popular, a partir de uma concepção ampla de paisagem. Através do tombamento de paisagem, os bens materiais impressos no espaço pelo trabalho coletivo, desassociados daquilo que considera como arte erudita, poderiam ser reconhecidos como patrimônio e preservados. É sintomático o fato de Mario usar, como exemplos para esse caso, mocambos do Recife e vilarejos da Amazônia.¹⁰¹

Mas, o anteprojeto de Mario de Andrade não teria lugar no governo autoritário de Getúlio Vargas (1937 – 1945) em que a prioridade era a “construção da história nacional através dos **monumentos históricos**, e em um momento que se privilegiava a unidade nacional.¹⁰²

No que se refere ao **patrimônio natural** no Decreto-lei 25/1937, a **natureza** é apresentada por seu caráter monumental, “reflete uma natureza espetacular, grandiosa, quase sempre ausente de condição humana, intocável e disponível apenas para a fruição visual.¹⁰³

O decreto-lei 25/1937, de 30 de novembro de 1937, elaborado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que instaura o Serviço Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN) representa a integração da temática do **patrimônio ao projeto de construção da nação pelo Estado**. Durante toda a fase heroica, como ficou conhecido o período de (1937-1975) o IPHAN elaborou um plano discursivo¹⁰⁴ do que deveria ser tombado e preservado, valorizando uma cultura genuinamente nacional. Gonçalves argumenta que:

o patrimônio se articulou em torno de fatos e dos heróis, mas, especialmente

¹⁰¹ RIBEIRO, Rafael Winter.op.cit, p.71.

¹⁰² DE OLIVEIRA, Almir Félix Batista. O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. Revista Cadernos do Ceom, v. 21, n. 29, p. 19-38, 2008.

¹⁰³ SCIFONI, Simone. Os diferentes significados do patrimônio natural. Diálogos, v. 10, n. 3, p. 55-78, 2006.P.59

¹⁰⁴ SANTOS, M. V. M. Nasce a academia SPHAN. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, Iphan, n. 24. p.73-85, 1996.

em torno de artefatos e lugares que testemunharam estes fatos, imprimindo unicidade à diversidade cultural e assim conduzindo ao apagamento das diferenças culturais e históricas presentes na sociedade.¹⁰⁵

Na concepção de pensamento de Rodrigo de Melo Franco de Andrade o Patrimônio se constituía como ferramenta educativa com objetivo de civilizar o povo brasileiro, por isso a valorização do passado, da **tradição**, como forma do Brasil se tornar civilizado, daí o **tombamento**, como política de salvaguarda dos objetos de arte e arquitetura (igrejas, fortes, palácios, casas de câmara e cadeia, conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, o chamado patrimônio de “pedra e cal” que representasse a identidade nacional.

O tombamento foi durante muito tempo o único instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Instrumento responsável, sobretudo pela preservação do patrimônio arquitetônico - o patrimônio de “pedra e cal”, **porém se demonstrou pouco eficaz à preservação de manifestações culturais de natureza imaterial e simbólica.**

A criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Arqueológico, Arquitetônico e Turístico (doravante, CONDEPHAAT) se dá no ano de 1968, no auge da repressão da ditadura militar, durante o governo estadual de Abreu Sodré, por meio da Lei nº10.247 de 1968 que regulamentava o artigo 128 da Constituição Estadual de 1967, que no artigo 2º estabelecia as atribuições do novo órgão preservacionista.

Artigo 2º – Competirá ao Conselho a adoção de todas as medidas para a defesa do patrimônio histórico, artístico e turístico do Estado, cuja conservação se imponha em razão de fatos históricos memoráveis, do seu valor folclórico, artístico, documental ou turístico, bem assim dos recantos paisagísticos, que mereçam ser preservados.¹⁰⁶

Conforme Marly Rodrigues sua origem “só foi possível quando frações conservadoras e tradicionalistas da burguesia paulista buscaram reafirmar a identidade bandeirante nos limites do quadro autoritário estabelecido em 1964”.¹⁰⁷

¹⁰⁵ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. p.110. OLIVEIRA, L. L. (ORG). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p.109-173

¹⁰⁶ SÃO PAULO. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Dispõe sobre a competência, organização e o funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado, criado pelo artigo 123 da Constituição Estadual e dá outras providências. LEI N. 10.247, de 22 de outubro de 1968 Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/leis/constituicoes/constituicoes-antiores/constituicao-estadual-1967/> Acesso 18/08/2022

¹⁰⁷ RODRIGUES, M. Alegorias do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1994.

Em um período de ascensão do conservadorismo, a criação do CONDEPHAAT segue a mesma diretriz do IPHAN ao tombar, nos seus primeiros anos, os remanescentes da colonização, testemunhos da história nacional e regional, como as Casas Bandeiristas.¹⁰⁸

Ao Condephaat caberia prestar assistência e supervisão técnica às prefeituras e tombar ex-officios bens já tombados pelo Patrimônio Nacional. Suas intenções se concentrariam nos bens de interesse estadual “relacionados à história sócio – econômica e a arte da terra paulista.”¹⁰⁹

Atendendo ao Compromisso de Brasília¹¹⁰, em 1974, se realizou por meio da parceria entre o IPHAN, os órgãos estaduais de patrimônio e as universidades, o curso de pós-graduação sobre o patrimônio cultural e restauração de obras de arte, na FAU/USP, ministrado pelo museólogo e historiador da Arte, Hugues Varine – Bohan, diretor do Conselho Internacional de Museus (ICOM) da UNESCO. As aulas ministradas por Varine-Bohan ficaram na memória dos profissionais do patrimônio, são frequentemente citadas pelo seu caráter inovador, e reconhecidas como responsáveis por mudar o pensamento cristalizado pelas práticas do “velho IPHAN”, o principal interlocutor de patrimônio no Estado até aquele momento.¹¹¹

Para Varine-Bohan, o Patrimônio Cultural deveria ser abordado da perspectiva de três vetores básicos:

“o do conhecimento, o dos bens culturais e do meio ambiente. Sob esse prisma, definia o "patrimônio do conhecimento" como os "costumes", as “crenças” e o “saber fazer” capaz de viabilizar a sobrevivência do homem no meio ambiente onde vivia, e delimitava o "patrimônio dos bens culturais" como conjunto de artefatos e tudo o mais que derivava do uso do patrimônio ambiental. Este último contemplava os elementos inerentes à natureza, como o próprio meio e os recursos naturais.”¹¹²

O conceito de patrimônio cultural e a reflexão ocasionada por sua pergunta sobre a finalidade da ação preservacionista, resultou em um forte impacto sob

¹⁰⁸ No município de Cotia encontram-se dois exemplares típicos da arquitetura rural paulista, o Sítio do Mandú e o Sítio do Padre Inácio. O sítio do Padre Inácio se encontra localizado nas proximidades da Reserva Florestal do Morro Grande, ambos os bens patrimoniais tombados pelo IPHAN e pelo CONDEPHAAT.

¹⁰⁹ Idem.1994. p. 56

¹¹⁰ O Compromisso de Brasília é o documento resultante do Primeiro Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais no ano de 1970. Esse corpo de medidas institucionais determinou que Estados e Municípios deveriam ter ação complementar na proteção de bens culturais, além de constatar a necessidade de curso para suprir a carência de mão de obra especializada em restauro. Disponível em <http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/cartaspatrimoniais.htm>.

¹¹¹ NASCIMENTO, Flávia Brito do. Formar e questionar? Os cursos de especialização em patrimônio cultural na década de 1970. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 24, n. 1, p. 205-236, 2016.

¹¹² VARINE-BOHAN, H. A experiência internacional: notas de aula. São Paulo: FAU-USP,1974.

os órgãos responsáveis pela preservação no Brasil.

No IPHAN, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) criado por Aloísio de Magalhães no ano de 1975, tinha como perspectiva rever as políticas de preservação do patrimônio, inclusive se aproximando das questões propostas por Mário de Andrade no anteprojeto de criação do IPHAN, em 1936, em que chamava a atenção para o valor histórico e artístico das manifestações populares, inclusive dos fazeres e dos saberes da população brasileira, além de visar o desenvolvimento do desenho industrial no país.

O CONDEPHAAT, também no ano de 1975 passa por uma reestruturação interna, sob a coordenação de Aziz Ab'Saber, representante do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, e o tombamento passou a ser adotado como medida de proteção do meio ambiente.¹¹³ Entre as áreas naturais tombadas pelo CONDEPHAAT, destacam-se as serras e morros limítrofes da região metropolitana de São Paulo, onde a alta seletividade espacial exigia a adoção de medidas urgentes de preservação, como são os casos do tombamento do Maciço da Jureia (1979), da Reserva Florestal do Morro Grande (1981) e da Serra do Japi (1983), entre outros espaços naturais no entorno da capital e litoral paulista.¹¹⁴

Crispim destaca que o professor Ab'Saber, já na qualidade de representante do Departamento de Geografia da USP em 1977 apresentou um texto ao conselho intitulado "Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no estado de São Paulo", com o intuito de orientar a atuação do CONDEPHAAT no tocante ao patrimônio natural, uma vez que algumas experiências pontuais já estavam se dando desde a sua criação, em 1969.

A ideia central das diretrizes era de que no contexto da modernização da agricultura, da urbanização e industrialização em São Paulo, determinadas áreas assumiam um significado especial que, em outras circunstâncias, talvez não tivessem.

Evidentemente, não se pode elaborar um corpo de diretrizes para a preservação de reservas naturais sem se levar em conta as dimensões do território, sua compartimentação topográfica e ecológica, e a densidade de ocupação e uso de seus solos. Sobretudo, não se pode deixar de considerar o nível atual de urbanização e industrialização¹¹⁵

¹¹³ RODRIGUES, Marly. Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987. Editora UNESP Fundação; Imprensa Oficial SP; CONDEPHAAT, 2000.p.77

¹¹⁴CRISPIM, Felipe Bueno. Entre a Geografia e o Patrimônio: Estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo CONDEPHAAT (1969-1989). 2014.

¹¹⁵ AB'SÁBER, Aziz Nacib. Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no Estado de São Paulo. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1977.

Nas “Diretrizes” o professor Ab’Saber estabelece três critérios para seleção. O primeiro deles é a Preservação de **áreas críticas e ecologicamente estratégicas**, correspondentes a filtros de Biosfera, reservas naturais de preservação obrigatória, amostras representativas de diferentes ecossistemas ou geofacies das paisagens paulistas. É nesse critério que o professor Ab’Saber classifica a Reserva Florestal do Morro Grande, por ser área de formação de mananciais, abastecedora da região metropolitana.

O segundo critério, é o que o autor nomeou de **paisagens de exceção**, o que Scifoni avalia não como um termo que faça referência a fragmentos da natureza que se destacavam do **ponto de vista estético**, mas sim que vincule o conhecimento das transformações resultantes da formação da natureza na terra¹¹⁶, como morros testemunhos, mares de pedra, lapas e cavernas. E por fim, o terceiro critério indicado pelo autor as **paisagens de substituição** como hortos florestais, jardins e parques para os quais se projetava fins turísticos e recreativos.

Assim, o CONDEPHAAT assume uma posição de vanguarda ao tomar o processo de tombamento historicamente associado à preservação do patrimônio edificado, para áreas naturais, conforme lembrado por Crispim, “atuava como sendo uma possibilidade de intervenção direta na escala de valores atribuídos ao território em que o valor cultural possibilitaria a construção de pactos sociais em prol da paisagem”¹¹⁷. E como afirmava AB’SABER:

A tomada de decisão para o tombamento é antes de tudo um ato de discernimento cultural, que procura atender as reclamações de muitas vozes e de muitas gerações. Como tal é um ato de inteligência e de coragem coletiva. Trata-se de uma estratégia trans ideológica destinada a ter permanência e validade histórica.¹¹⁸

No ano de 1979, é aberto o processo de tombamento da Serra do Mar, o que se constituiu como uma necessidade de sistematizar os critérios que permeiam a inclusão da natureza no órgão cultural. Essa demanda é o que determinou a criação do Grupo de Trabalho (GT) que resultou na elaboração do documento Subsídios para um plano sistematizador das paisagens naturais do estado de São Paulo que foi intitulado como Ordem de Serviço (O.S) nº 01/1982

A O.S. nº01/1982 deu respaldo técnico e jurídico aos tombamentos

¹¹⁶ Ibidem p.625.

¹¹⁷ CRISPIM, Felipe Bueno. Entre a Geografia e o Patrimônio: Estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo CONDEPHAAT (1969-1989). 2014.p.

¹¹⁸ AB’SABER AZZIZ. O tombamento da Serra do Mar no Estado de São Paulo. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, n. 21, p. 7-20, 1986., 1986, p. 9

naturais e suas diretrizes são fundamentadas na proposta encaminhada por Ab´Saber, embora ele não tenha participado do GT que foi coordenado pela professora do Departamento de Geografia Lea Goldstein¹¹⁹

Por fim, ao realizar a comparação entre as diretrizes do professor Ab´Saber com a Ordem de Serviço nº 01/1982, Crispim observa que

há certo distanciamento da perspectiva teórica do geógrafo com relação à ideia de “reserva natural” que, na ordem e serviço n. 1/82, se expressa como sendo “quadro natural” do mesmo modo que é dada evidência à “paisagem” enquanto expressão capaz de sintetizar a complexidade do assunto e situá-lo no plano do patrimônio cultural. Contudo, há a manutenção dos três níveis de prioridade estabelecidos no texto do geógrafo.¹²⁰

Estavam presentes nesse documento, ao menos à primeira vista, referências à preservação de comunidades humanas, o que no caso do Morro Grande, não ocorre, o que se verifica é a preservação do polígono que compreende especificamente a flora, fauna e os mananciais, criando-se a possibilidade de esquecimento e desconhecimento das práticas ali existentes ¹²¹.

1.4 - O PROCESSO DE TOMBAMENTO DA RESERVA FLORESTAL DO MORRO GRANDE

O tombamento de patrimônio paisagístico no Estado de São Paulo se insere no contexto de ampliação do conceito de patrimônio como também do pioneirismo do CONDEPHAAT, ao inserir o patrimônio natural em sua prática de preservação, estabelecendo restrições a intensa degradação ambiental sofrida nessas áreas naturais, na época coordenado pelo professor Aziz Ab´Saber representante do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

Importante destacar que esses processos de tombamento partem de demandas oriundas de manifestações da sociedade civil organizada¹²², o que não foi

¹¹⁹ DETONI, Sandro Francisco. Bases teórico-metodológicas do patrimônio natural: o papel da Geografia e da Geomorfologia na criação de áreas naturais tombadas. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 24, n. 1, p. 153-171, 2020.

¹²⁰ CRISPIM, Felipe Bueno. Entre a Geografia e o Patrimônio: Estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo CONDEPHAAT (1969-1989). 2014.p.90

¹²¹ DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. 2014.p. 159

¹²² Representados pela Associação Paulista de Proteção à Natureza, presidida pelo jornalista e morador de Cotia Sr. Waldemar Paioli, a Sociedade Botânica do Brasil – Seção de São Paulo, representada por Nanuza Luiza de Menezes (presidente), o Movimento de Arregimentação Feminina e a Sociedade Brasileira de Paisagismo, representado por Rodolfo Ricardo Geizer (Processo Nº 20519/78. Fl 34.)

diferente no caso do processo de tombamento da Reserva Florestal do Morro Grande (1978- 1981), e se configurou como solução emergencial perante a ameaça de desmatamento de parte de sua área para a construção do Aeroporto Metropolitano de São Paulo, proposto durante o governo de Paulo Egydio Martins no período de 1975 à 1978.

A ideia da construção de um novo Aeroporto para região metropolitana de São Paulo surgiu em 1947, no contexto do pós-guerra, quando se projetou um grande aumento de tráfego aéreo para a capital paulista superando a capacidade de tráfego do Aeroporto de Congonhas.¹²³

Os primeiros estudos foram realizados pelo Engenheiro Frederico Abranches Brotero e indicava a região de Santo Ângelo, próximo ao município de Mogi das Cruzes. Em 1965, Viracopos (em Campinas) volta a ser objeto de atenção das entidades aeroportuárias para o seu melhor aproveitamento. Em 1967, o Ministério da Aeronáutica encomendava novos estudos para o consórcio Hidro Service, e o relatório aponta Cumbica (em Guarulhos) como melhor lugar para a construção do Aeroporto Internacional, essa opção é logo descartada, em virtude das grandes desapropriações, o que aumentaria os gastos para os cofres públicos.

Em 1975, o governo do estado de São Paulo, declara de utilidade pública uma área situada no município de Ibiúna. Em 1977, tal declaração de utilidade pública é revogada e o governador Paulo Egydio define o sítio do Morro Grande na região de Caucaia do Alto, distrito do município de Cotia como o local para a construção do novo Aeroporto Internacional, atingindo os municípios de Cotia e Itapeverica da Serra.¹²⁴

A área destinada a construção do Aeroporto Internacional em Caucaia do Alto era de 60km², sendo 33km² localizados dentro da Reserva Florestal do Morro Grande, área que se encontra sob a tutela da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (doravante, SABESP) e em que estão localizados os mananciais.

Ainda em 1975, contrapondo as decisões dos técnicos do governo, o geógrafo e também morador de Cotia Aziz Nacib Ab'Saber, expôs alguns fatores no sentido de demonstrar como a escolha do Morro Grande para a construção do aeroporto tratava-se de uma decisão “totalmente errônea”:

¹²³ SILVA, Conceição Ferreira da. **Reserva florestal do Morro Grande (Cotia/SP): levantamento de subsídios para propostas de educação ambiental**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo p.57

¹²⁴ A mudança ocorreu por Ibiúna se encontrar a 60km do centro de São Paulo, enquanto Morro Grande – Caucaia a 30 km, além do fator do território da Reserva Florestal do Morro Grande (RFMG) pertencer já ao Governo desde 1900. IN: idem ibidem

A região de Cotia, do ponto de vista das condições gerais de seu relevo, constituiu-se em um setor daquilo que se convencionou chamar de domínios dos *mares de morros*, no Brasil de Sudeste...Tal topografia, situada entre 750 a 1000 m de altitude media, possui todas as características que elegeram o domínio dos *mares de morros* **como uma das áreas de meio natural mais difíceis em relação a construções de estradas, aeroportos e barragens no conjunto do território brasileiro.** (grifo nosso) Pode-se afirmar que, tanto pelas suas condições topográficas locais, quanto, sobretudo, pela topografia das regiões envolventes, a área do Morro Grande, pequena reserva da natureza, situada entre terras do município de Cotia e Embu, é **tecnicamente inadequada para a construção de um bom Aeroporto.**(grifo nosso) Por outro lado, em termos das condições atuais do povoamento regional, área Cotia-Vargem Grande, e em face de um critério de planejamento territorial eclético, o **sítio de Morro Grande pode ser considerado uma aberração em termos de opção para a implantação de um aeroporto,** (grifo nosso) em face das condições já descritas sobre as tendências atuais de ocupação do espaço Metrópole Externa.¹²⁵

Em 1977, Aziz Ab'Saber publica o trabalho “Diretrizes para uma política de Preservação das Reservas Naturais do estado de São Paulo”, onde apresenta um importante alicerce conceitual para a implementação de práticas e na formulação de políticas relativas à preservação de áreas naturais. Neste trabalho, o Ab'Saber já descreve, “como áreas críticas para a proteção ambiental as reservas e parques no entorno da região metropolitana que incluía a Cantareira, o Jaraguá, Cotia, Suindara, Cotia-Morro Grande, Bonilha e Paranapiacaba”.¹²⁶

O Movimento pelo Tombamento da Reserva Florestal de Morro Grande (doravante, RFMG) contou com o apoio de diversos setores da sociedade, como intelectuais, jornalistas, arquitetos, grupos da igreja católica e dos agricultores dos arredores da RFMG, como é apresentado pela matéria intitulada “Cresce a Briga por Caucaia” publicada no Jornal O Estado De São Paulo datada em 06/01/1978, a matéria notícia o pedido de tombamento da Reserva Florestal do Morro Grande em que detalha os autores do pedido de tombamento e a participação dos lavradores de Caputera

“região de hortifrutigranjeira que será desapropriada para a construção do aeroporto – estarão enviando telegramas ao governador Paulo Egydio Martins, ao ministro da agricultura Alysson Paulinelli e a outras autoridades, declarando-se apreensivos com o pedido de desmatamento e inconformados com o desprezo pela região visando transformá-la em deserto.”¹²⁷

¹²⁵ AB'SÁBER, Aziz Nacib. **A estrutura metropolitana e o novo aeroporto de São Paulo.** Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1975 p.07

¹²⁶ CRISPIM, Felipe Bueno. Entre a Geografia e o Patrimônio: Estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo CONDEPHAAT (1969-1989). São Berneando do Campo: EdUFABC/Fapesp, 2016 p.83

¹²⁷ Matéria “Cresce a Briga por Caucaia” publicada no Jornal O Estado de São Paulo em 06/ 01/1978 anexado no processo de tombamento da Reserva Florestal do Morro Grande (RFMG). In: CONDEPHAAT. Processo de tombamento. Nº20519/78 fl.03

O professor Ab´Saber em entrevista concedida a Silva, denomina o movimento pelo tombamento da RFMG, como o “*berço do movimento ambientalista paulista*”¹²⁸ (grifo nosso)

A partir de uma consciência ambientalista embrionária, algumas pessoas esclarecidas que moravam no Embu e trabalhavam na região de Cotia¹²⁹ eventualmente resolveram solicitar nossa ajuda, no sentido de bloquear a construção de um aeroporto em cima da Reserva do Morro Grande e Caucaia do Alto. Entre as pessoas que lutaram, figurou desde o início o jornalista Waldemar Paoli, Nanuza Luiza de Menezes, botânica e outros (...) **foi o berço do movimento ambientalista em São Paulo...**

(...) O que aconteceu também é que algumas pessoas chegavam na reunião para sondar e ficavam encantados com o movimento, nunca pensaram que esse movimento surgiria em uma cidade tão complexa quanto de São Paulo...

E por fim o professor Ab´Saber comenta:

“(...) Nosso movimento tinha o nome de **Defesa do Patrimônio da Comunidade**, eu disse que nós precisamos dar um nome e legalizar, então se deu o Flávio Bierrembach queria que fosse chamado de Comissão de Defesa do Patrimônio e eu insisti que precisava dizer que era da comunidade paulista, não era para ser brasileiro, embora nós tivéssemos também na defesa da Amazônia. Aí entraram outras pessoas para fazer instituições com contatos na Amazônia e em outros locais.”¹³⁰

Vale lembrar que o papel dos movimentos sócio ambientais responsáveis pelo pedido de preservação da RFMG é reflexo do processo de redemocratização da vida política no Brasil. Com a crise do regime militar a partir da década de 1970, surgem segmentos organizados da sociedade, preocupados com as questões ambientais e que só alcançariam alguma influência política em fins da década de 1980, ao mesmo tempo em que uma série de medidas progressivamente foram ampliando as garantias individuais, a liberdade de imprensa e das denúncias sobre o projeto desenvolvimentista com políticas agressivas ao meio ambiente a partir de 1982.

A essa altura o Brasil ocupava uma posição sólida entre as dez maiores economias do mundo, mas começou a viver desde 1982 quase uma década de recessão e inflação simultâneas. Porém, o contexto internacional e nacional havia mudado, em muitos aspectos, inclusive no ambiental. Países ricos,

¹²⁸ Ab´Saber. Aziz Nacib entrevista 13/junho de 2003 IN: SILVA, Conceição Ferreira da. Reserva florestal do Morro Grande (Cotia/SP): levantamento de subsídios para propostas de educação ambiental. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.2016, p.62

¹²⁹ Na década de 80 o município de Cotia curiosamente foi morada de uma intelectualidade uspiana, entre eles se encontram o próprio professor Aziz Ab´Saber, Ecléa Bosi e Alfredo Bosi, Odete Seabra, Manuel Nunes Dias, Antônio Penteado, e Eduardo Zanettini entre outros

¹³⁰SILVA, Conceição Ferreira da. Reserva florestal do Morro Grande (Cotia/SP): levantamento de subsídios para propostas de educação ambiental. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. p.66

investidores e ambientalistas estrangeiros junto com cientistas e movimentos sociais brasileiros, passaram a considerar a devastação ambiental e a poluição não mais vantagens que o Brasil detinha na competição desenvolvimentista internacional, mas como custos deletérios, evitáveis e, no limite intoleráveis.¹³¹

A Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade (doravante, CDPC) criada pelo jornalista Waldemar Paoli, dirigia-se à luta em defesa das áreas remanescentes da Mata Atlântica no entorno da Capital paulista, com maior destaque para a preservação da Serra da Cantareira e da área natural do Morro Grande.¹³² Contou com o apoio de mais de 60 entidades, como a Fundação Brasileira Conservação da Natureza (FBCN) representado por Luiz Emidio de Melo e Filho, da AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural) representada por José Lutzemberg, IAB – Instituto de Arquitetura do Brasil, representada por Pedro Taddei, Rotary Club do Brasil, entre outras entidades.

A luta contra construção do aeroporto no Morro Grande deu origem, em 1978, ao pedido de tombamento da área ao CONDEPHAAT pela CDPC. Dentre os documentos que compõem o processo de tombamento nº 20519/78, encontra-se o ofício ao Exmo. Sr. Presidente do CONDEPHAAT dr. Nestor Goulart Reis, datado em 04 de janeiro de 1978, em que o “*movimento ambientalista paulista*” requer em caráter de urgência, o tombamento da Morro Grande (Cotia) e de mais duas áreas a Serra da Cantareira e do Jaraguá, e expõe os motivos para tal pedido.

- 1 – É conhecida a ação predatória do Homem sobre o Ambiente Natural, sob quaisquer pretextos;
- 2 – As localidades expostas constituem ecossistemas naturais de flora exuberante, necessárias à sobrevivência de TODAS AS ESPECIES;
- 3 – O Exmo. Sr. Governador do Estado, eng. Paulo Egydio Martins, demonstrou visível preocupação com o sistema abastecedor de água para a Capital do Estado, através da promulgação da lei n. 1172 que regulamenta a proteção aos mananciais;
- 4 – O Código Florestal, o Código de águas e o código de caça são instrumentos basilares que justificam plenamente o pedido em apreço, pois constituem leis específicas sobre a matéria em apoio a este Requerimento;
- 5 – A preservação das reservas em foco é dever impostergável de todos os

¹³¹ DRUMMOND, José Augusto. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. **Ambiente & sociedade**, v. 3, n. 4, p. 127-149, 1999. P.128

¹³² CRISPIM, Felipe Bueno. Entre a Geografia e o Patrimônio: Estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo CONDEPHAAT (1969-1989). São Bernardo do Campo: EdUFABC/Fapesp, 2016 p.105

brasileiros em virtude da escassez de áreas verdes em torno da Capital de São Paulo, por se tratar de autênticos pulmões de filtro de biosfera.¹³³

A carta é assinada pelas seguintes entidades: Associação Paulista de Proteção à Natureza, presidida pelo Sr. Waldemar Paoli, a Sociedade Botânica do Brasil – Secção de São Paulo, representada por Nanuza Luiza de Menezes (presidente), o Movimento de Arregimentação Feminina e a Sociedade Brasileira de Paisagismo representado por Rodolfo Ricardo Geizer.

O documento apresenta cinco razões para o tombamento da RFMG, a primeira delas demonstra como preceito a ideia de que qualquer interferência humana na natureza é negativa. Diegues ao comentar sobre a atuação dos movimentos ecológicos brasileiros na década de 1970 e 80 lembra, que “a ideia de Unidades de Conservação Integradas à Sociedade é algo relativamente recente no Brasil.” E que por sua vez, essa visão conservacionista embasada no preservacionismo americano, em que a natureza selvagem é algo intocável ainda “é influência predominante em muitas instituições que tradicionalmente são responsáveis pela criação e administração dos parques, como o Ibama, o Instituto Florestal de São Paulo.”¹³⁴

O argumento que se pensou para o tombamento não foi somente a presença de uma considerável vegetação de mata atlântica no local a ser construído o aeroporto, mas também a presença de mananciais que abasteciam a região e algumas cidades da capital paulistana e por ser um filtro da biosfera que tem um papel importante contra a poluição e para o equilíbrio do regime de chuvas. Utilizando-se inclusive da própria contradição do governador do estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins ao ter promulgado a Lei nº 1172/75 que regulamentava a proteção aos mananciais, ao mesmo tempo que era colaborador da ideia da construção do Aeroporto metropolitano no Morro Grande.

Em 1979, é aprovado o projeto de Lei Estadual nº 1949 do deputado Antônio Carlos de Mesquita na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, criando a Reserva Florestal do Morro Grande. A criação da Reserva inviabilizava os planos do governo estadual referente a construção do aeroporto. Por sua vez, o processo de tombamento ficou paralisado por cerca de um ano, até que por volta de 1980 o Conselho executivo do CONDEPHAAT aprovou a adoção do perímetro da Reserva

¹³³ CONDEPHAAT. Processo de tombamento. Nº20519/78 fl.03

¹³⁴ DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001. p.125

Florestal de Morro Grande como delimitação dos limites da área a ser tombada viabilizando a finalização do processo 20519/78 e a publicação da resolução de tombamento no Diário Oficial em 26 de junho de 1981.¹³⁵

Ao analisar como a imprensa retrata as ações do CONDEPHAAT sobre os processos de tombamento de áreas naturais, Crispim identifica que o processo de tombamento da RFMG foi amplamente noticiado até 1978, mas que curiosamente a partir deste ano a imprensa exclui a participação do órgão de preservação estadual e a sua efetiva atuação no processo de tombamento da RFMG.¹³⁶

Como comentamos anteriormente a Resolução nº 2 de tombamento da RFMG assinada pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo em 1981, considerou a Reserva:

ecossistema digno de ser preservado quanto à sua cobertura florística, à fauna e aos seus mananciais, além de suas condições paisagísticas, topográficas e valores climáticos, constituindo conjunto de inegável interesse cultural e turístico do Estado de São Paulo¹³⁷

E a partir de então, a RFMG não poderia ser mais alterada sem prévia autorização do CONDEPHAAT. Porém, as edificações da Vila dos Trabalhadores da Departamento de Águas e Esgoto (DAE) não foram inseridas no perímetro de tombamento, como se vê no artigo 2º da resolução n.2 de 1981:

Ficam excluídos de tombamento casas e instalações técnicas já existentes, devendo ser cientificado o Condephaat sobre novas alterações a serem introduzidas na Reserva¹³⁸

No conjunto de documento que compõem o processo de tombamento encontramos a ata da reunião realizada com o Sr. Dr. Oscar Telles, presidente da SABESP, no dia 03/09/80, cujo assunto foi o tombamento Morro Grande – Cotia. Neste documento, feito um questionamento por parte do CONDEPHAAT sobre a possibilidade de a área de lazer existente no local vir a ser aberta ao público, atendendo às solicitações da comunidade, e lembrado que essa mesma área já esteve aberta há

¹³⁵ CRISPIM, Felipe Bueno. Entre a Geografia e o Patrimônio: Estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo CONDEPHAAT (1969-1989). São Bernardo do Campo: EdUFABC/Fapesp, 2016 p.112.

¹³⁶ Idem ibidem 2016, p.112

¹³⁷ Resolução de tombamento n.2/81 inscrição nº 6, p. 303 de18/08/1986, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, CONDEPHAAT

¹³⁸ Resolução de tombamento n.2/81 inscrição nº 6, p. 303 de18/08/1986, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, CONDEPHAAT

quatro ou cinco anos anteriores.¹³⁹

A área de lazer existente no local citada na ata da reunião é referente as piscinas, os jardins e o minizoológico, o campo de futebol e a “Sede”, espaços que foram fechados a partir do encapamento do DAE pela SABESP no ano de 1973.

Por fim, o presidente da SABESP informa que algumas casas existentes serão alienadas por política adotada na SABESP. O CONDEPHAAT esclarece que esse fato não trará nenhuma alteração ao tombamento, mas, que, nas escrituras dessa alienação trará o **Gravame do Tombamento**¹⁴⁰.(grifo nosso)

Essa é a única citação referente a Vila Operária no processo de tombamento da RFMG

Sob a tutela da SABESP, a Vila tem sido gradativamente esvaziada e suas casas e estruturas são deixadas ao abandono, resultando em seu progressivo estado de degradação. Mesmo durante a década de 80, quando as discussões sobre o patrimônio industrial tiveram início nos órgãos de preservação, como o IPHAN e o CONDEPHAAT, a expulsão dos trabalhadores das casas da Vila e o fechamento de importantes estruturas, como o Clube, o campo de Futebol do Esporte Clube Cachoeira ou a Sede da Associação dos Trabalhadores, não foram motivos suficientes para mobilizar a mesma sociedade civil organizada, que se organizou para pedir o tombamento da RFMG. Assim, sua história e memória foram negativas pela chave do esquecimento pela sociedade e pelos órgãos públicos responsáveis por sua preservação.

Compreendemos a Vila Operária do DAE, dentro do campo do Patrimônio Industrial.¹⁴¹

A preocupação em preservar antigos bens industriais conjuntamente com a origem do termo Patrimônio Industrial é recente remonta ao período do Pós- Guerra.

O debate consolida-se no Reino Unido na década de 1950 devido a

¹³⁹ Ata da Reunião com o Sr. Dr. Oscar Telles, presidente da SABESP no dia 03/09/80, cujo assunto foi o Tombamento do Morro Grande – Cotia - Processo. 20519/78 fl.107 (Anexo II)

¹⁴⁰ idem

¹⁴¹ Optaremos pela utilização da expressão patrimônio industrial por ser mais utilizada no Brasil. Seguimos pela mesma escolha da professora Cristina Meneguello do IFCH/UNICAMP que utiliza a expressão "patrimônio industrial" em vez de "arqueologia industrial". Ela faz essa escolha com base na maior frequência de uso da expressão "patrimônio industrial" no Brasil. Essa decisão é explicada em uma nota de rodapé no artigo, onde a autora justifica sua opção. MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. In: I Seminário Internacional História do Tempo Presente-ISSN 2237 4078. 2014. (Nota de rodapé 2, p. 1821).

intensificação das demolições de edifícios fabris e ferroviários e o respectivo descarte de maquinário e acervos – ações ocasionadas pela obsolescência produtiva ou por demandas de modernização urbana – despertaram a atenção de estudiosos e membros da sociedade civil para a perda de importantes referenciais integrados à paisagem e à memória coletiva.¹⁴²

O termo Arqueologia Industrial propagado por Michel Rix, arqueólogo medievalista da Universidade de Birmingham, em 1955, destacava a importância da preservação de materiais dos séculos XVIII – XIX e relíquias da Revolução Industrial na Inglaterra.¹⁴³

Evento que se tornou símbolo da luta pela conservação dos vestígios da indústria contemporânea foi as manifestações públicas contra a demolição do Arco de Euston, pórtico de entrada em estilo Neoclássico com colunas dóricas que foi construído em 1832 nas entradas da Estação Ferroviária em Londres.

O pórtico foi demolido em 1962, apesar da mobilização de intelectuais e da sociedade civil, mas deu destaque público à discussão sobre preservação de bens referentes à industrialização.

No mesmo ano, fábricas, minas britânicas foram listadas pelo Conselho Nacional de Arqueologia em Londres. A partir de então assistimos à consolidação e ampliação em vários países da defesa e difusão da importância dos vestígios industriais “por profissionais de diferentes áreas que passam a se dedicar ao estudo do patrimônio industrial e procuram definir métodos e critérios para a sua salvaguarda.

Vale atentar para a denominação “arqueologia industrial”, inicialmente centrada nos bens moveis e imóveis e em uma visão tecnocêntrica até os anos 90, o que originou diversos questionamentos sobre a delimitação do seu objeto de estudo centrado nos aspectos materiais da produção

Primordialmente a justificativa para a proteção de bens industriais se estabeleceu por seu recorte cronológico “monumentos ligados a Revolução Industrial

142 RUFINONI, Maria Rossinetti. Patrimônio Industrial. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.) Dicionário Temático do Patrimônio: debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020. p.233

143 DE OLIVEIRA, Eduardo Romero. ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL, PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E SUA DIFUSÃO CULTURAL. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; Bittencourt, Juliano Campos; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes. Arqueologia Pública e Patrimônio: Questões Atuais. Editora UNESC -Criciúma, 2015. P.218. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/309430972_Arqueologia_Industrial_Patrimonio_Industrial_e_Difusao_Cultural

(Michel Rix, Buchaw e Hudson)¹⁴⁴, o que seria contestado por Raistrick que irá defender uma cronologia mais ampla, pois atividades industriais estavam presentes desde a antiguidade até o período contemporâneo, por essa definição passa-se a enfatizar o trabalho humano ao invés de apenas o surgimento de um processo socioeconômico e tecnológico.¹⁴⁵

No final da década de 1970 os impactos sobre a paisagem passaram a se fazer presente nas definições sobre esses vestígios industriais. Neil Cossons estudioso de geografia histórica, afirma que “A revolução Industrial criou uma nova economia, uma nova paisagem um novo modo de viver”.¹⁴⁶ Outra estudiosa que colocará a paisagem como fundamental para análise arqueológica é Marylin Palmer na década de 90, ambos abrem novas perspectivas para a Arqueologia Industrial.

Além de reforçar a dimensão Humana nos vestígios industriais, para a arqueóloga Marylin Palmer a paisagem

é entendida como as manifestações físicas de mudanças promovidas pelas pessoas, tanto no espaço quanto no tempo, e que incluem as edificações no seu relacionamento umas com as outras e seu lugar topográfico¹⁴⁷

Por fim, o entendimento mais amplo sobre o objeto de estudo da arqueologia industrial, que contemple os diversos aspectos da dimensão social e cultural do passado industrial, irá se consolidar na redação da Carta de Nizhny Tagil, documento do TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage), de 2003 que adota o termo patrimônio industrial e caracteriza a arqueologia industrial como “método interdisciplinar”, e não mais como “disciplina” autônoma e aumenta o período de estudos, apesar de a ênfase ainda recair de meados do século XVIII .¹⁴⁸

O *patrimônio industrial* consiste dos vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetural ou científico. Esses vestígios consistem de prédios ou máquinas, oficinas, moinhos e fábricas, minas e locais para processamento e refinamento, armazéns (warehouses) e galpões, de locais onde a energia é gerada, transmitida e utilizada, transporte e toda a sua infraestrutura, assim como de locais usados para atividades sociais relacionadas à indústria, tais como habitação, locais para culto e para a educação.

144 Idem 2015. P.218.

145 RAISTRICK, A. *Industrial Archaeology: An Historical Survey*. Frimley: Paladin, 1973p.13.

146 COSSONS, N. *The BP book of industrial archaeology*. London: David & Charles, 1979. p.5apud DE OLIVEIRA 2015.p.218

147 PALMER, M. *The Archaeology of industrialization*. In: BAKER, G. *Companion Encyclopedia of Archaeology*. London: Routledge, 1999. v. 2, p. 1.171. apud DE OLIVEIRA 2015.p.218

148 NEAVEVERSON, Pedro; PALMER, Marilyn. *Indústria na Paisagem, 1700-1900*. Routledge, 2002.

“A *arqueologia industrial* é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou pelos processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial.

“O *período histórico* de maior relevo para este estudo estende-se desde os inícios da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII até os nossos dias, sem negligenciar suas raízes pré e proto-industriais. [...]”

O reconhecimento desses bens relativos ao patrimônio industrial ocorreu precocemente no Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN)

Ainda no ano de 1938, ou seja, dois após a sua fundação, o IPHAN¹⁴⁹ realiza o tombamento das ruínas da Fábrica de Ferro Patriótica, em Ouro Preto – MG, embasada ainda na ideia promovida pelos modernistas da imagem de patrimônio nacional associada às Minas Gerais e à riqueza proporcionada pela exploração do ouro; e da série de engenhos tombados na década de 1940, num momento de desagregação deste modo de exploração da cana-de-açúcar no nordeste brasileiro.¹⁵⁰

Em 1963, coincidindo com a expansão da ideia de proteção do patrimônio industrial, foram tombadas as ruínas do Engenho de São Jorge dos Erasmos¹⁵¹, localizado em Santos – SP, “[...] pelo IPHAN considerado o único exemplar conhecido da primeira tentativa oficial de exploração açucareira no Brasil.” Como um posicionamento de vanguarda anterior a elaboração da Carta de Nizhny Tagil

Porém, como Marly Rodrigues expõe o Engenho de São Jorge dos Erasmos, nem sempre é considerado representativo do universo industrial, possivelmente por tratar-se de ruínas. Considera-se como ação pioneira do Iphan, no

149 Na época era denominado como SPHAN (Superintendência do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) fundado em 1936.

150 MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. In: I Seminário Internacional História do Tempo Presente-ISSN 2237 4078. 2014.p.1824

151 No seminário Nacional de História e Energia realizado em 1986, Ruy Gama e Ulpiano Bezerra de Menezes debateram sobre a valoração dos bens industriais a partir da história da técnica no Brasil e sua relação com a dinâmica socioeconômica – particularmente sobre a ocupação portuguesa e o cultivo agrícola. IN: MENEZES, U. B. de. Patrimônio Industrial e Política Cultural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA E ENERGIA. Anais... São Paulo: Eletropaulo, Departamento de Patrimônio Histórico, 1988. v. 2, p. 68-73. – E, portanto, a arqueologia industrial no Brasil deveria incluir as primeiras instalações de caráter manufatureiro: os engenhos. Esta posição defendida por Gama advém de uma crítica à “valorização excessiva da Revolução Industrial” pela arqueologia inglesa IN: GAMA, R. Aspectos da arqueologia industrial no Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA E ENERGIA. São Paulo: Eletropaulo, Departamento de Patrimônio Histórico, 1988. v. 2. p. 252-259.

p. 259. Neste sentido, no mesmo evento, Margarida Andreatta apresenta o trabalho de resgate arqueológico do Engenho dos Erasmos (Santos, SP) realizado pela equipe do MAE IN: ANDREATTA, M. D. Engenho São Jorge dos Erasmos: prospecção arqueológica, histórica e industrial. Revista USP, n. 41, p. 28-47, mar./maio 1999. *Apud* DE OLIVEIRA, Eduardo Romero. Arqueologia industrial, patrimônio industrial e sua difusão cultural.

campo da preservação do patrimônio industrial, o tombamento, realizado em 1964, da Real Fábrica de Ferro de Ipanema, implantada em 1810.¹⁵²

Em 1964, o IPHAN realiza o tombamento da Real Fábrica de Ferro de Ipanema, implantada em 1810, o que representa o início do processo de modernização da gestão administrativa do IPHAN, com Renato Soeiro à sua frente, ao mesmo tempo em que correspondeu ao início do processo de democratização da questão do patrimônio.

Influência da Carta de Veneza¹⁵³ de 1964 marco na política de preservação, em que passa a consolidar a valorização de sítios urbanos e rurais. Na qual, inclusive obras modestas, mas de importância cultural, passam a se igualar, em valor cultural, aos monumentos, como é destacado no trecho abaixo da Carta de Veneza:

Artigo 1o – A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.¹⁵⁴

Ainda no seu artigo 7º, a Carta de Veneza estabelece que “o monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa.”¹⁵⁵

O que infelizmente não acontece com a Real Fábrica de Ferro Ipanema, a arquiteta Telma de Barros Correa destaca a existência de lugares de habitação no complexo industrial, porém esses são por sua vez são desconsiderados no processo de tombamento

O limite inicial do período em estudo, fixado em 1811, visa incluir nele a experiência pioneira da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, fundada em Sorocaba neste ano **e que ergueu habitações para abrigar escravos, soldados, dirigentes e artífices.** (grifo nosso)¹⁵⁶

Oliveira expõe que não obstante a importância da Real Fábrica de Ferro Ipanema como representante do início do processo de industrialização no Brasil, o seu

152 RODRIGUES, Marly. Patrimônio industrial, entre o fetiche e a memória. Arq.Urb: Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v. 3, p. 31-40, 1. sem. 2010. Disponível em: <http://ww.usjt.br/arq.urb/numero_03/4arqurb3-marly.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

153 Cartas Patrimoniais. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Visualizado em 154 Cartas Patrimoniais. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Visualizado em julho/2016.

155 ICOMOS. Carta de Veneza. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Veneza: 1964. Apud. MOTTA, L. Entorno de bens tombados. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2010.p.02

156 CORREIA, Telma de Barros. A moradia na paisagem industrial: a forma de vilas operárias e núcleos fabris. In: CORREIA, Telma de Barros (Org.). Forma urbana e arquitetura de vilas operárias e núcleos residenciais de empresas no Brasil. São Paulo: Annablume, 2011. p. 273-301.

tombamento é realizado, mas referindo-se ao reconhecimento como monumento histórico – nesse caso a fábrica, ou seja, mantendo o valor de caráter de excepcionalidade, portanto desconsiderando assim qualquer outra edificação formadora do complexo industrial, como as áreas de habitação.

Estes fatos são reflexos de uma época, em que a atividade de seleção de bens patrimonializados pouco se debruçava sobre o Patrimônio Industrial e os bens reconhecidos como patrimônio eram – no por motivações que privilegiavam exemplares de representatividade excepcional, por questões de antiguidade do bem ou de atividade pioneira desenvolvidas no país. Neste período, esses processos, não citavam ou até mesmo consideravam, as tipologias de vilas operárias nessas áreas, que somente na década de 1980 passaram a aparecer no cenário do IPHAN.¹⁵⁷

A partir da década de 1980, houve significativas transformações nas dinâmicas dos órgãos de preservação, tanto no IPHAN quanto no CONDEPHAAT, seja pela introdução de novos conceitos, às mudanças na conjuntura política internacional e nacional e às alterações institucionais ocorridas.

A ampliação da noção de patrimônio iniciada na gestão de Aloísio Magalhães ao mesmo tempo o a entrada em cena de novos atores sociais de diversas naturezas, que clamam por serem ouvidos nas questões culturais, o fim da ditadura em 1985 e a promulgação da Constituição em 1988 resultam na necessidade de se buscar patrimônios que representassem uma maior diversidade cultural brasileira.

Entre as alterações institucionais algumas iniciadas ainda em meados da década 70 encontram-se a criação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), em 1973, e do Centro Nacional de Referência Cultural, em 1975, o que por fim resultou na fusão em 1980 do SPHAN/Pró-Memória, em 1980, e em 1985 criação do Ministério da Cultura (MinC), que teve a sua extinção no governo Collor pela Lei nº 8028 de 1990¹⁵⁸

No que se refere ao âmbito do patrimônio industrial no ano de 1983 é criado o Grupo de Trabalho intitulado “Vilas e Congêneres” elaborados pelos técnicos da Diretoria de Tombamento e Conservação – DTC/IPHAN, motivada pelo processo de tombamento da Vila da Avenida Modelo¹⁵⁹ no Rio de Janeiro, o pedido e a criação do Grupo de Estudos foi motivado pelo interesse do Presidente do SPHAN, Marcos Villaça

157 OLIVEIRA, Daniella Christina Acioli do Carmo de. A perda nos processos de patrimonialização: Vila Operária como Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2018 (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). p.72

158 FONSECA, M.C.L. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro. Editora UFRJ/MINC-Iphan, 2005

159 Conjunto de Habitação Coletiva Denominado Avenida Modelo na Rua Regente Feijó nº 55; Vila Na Rua Regente Feijó, 55. Rio de Janeiro.

na realização de tombamentos de repercussão e apelo popular, como o Maracanã e as habitações populares, tal interesse é expresso pelo mesmo em uma declaração publicada no Jornal do Brasil.: “entrega-se, no momento, à tarefa de procurar, para Tombar uma Vila Operária representativa do início do processo de industrialização do Brasil.”¹⁶⁰

O estudo "Vilas e Congêneres" abordou temas inéditos para o IPHAN, compreendeu o estudo sobre tipos habitações coletivas, destacando-se as Vilas Operárias. Na época de realização do estudo, entre os anos de 1984 e 1987, surgiram diversos pedidos de tombamento de vilas operárias¹⁶¹.

Ao analisar processos de tombamento de Vilas Operárias realizados pelo Iphan, Oliveira argumenta que apesar do avanço conceitual realizado pelo grupo de estudos “Vilas Congenêres”, ao considerar em suas instruções de tombamento o fator histórico e memorial destes bens, mas o que se verifica na prática é a priorização dos aspectos arquitetônicos e valorização dos seus aspectos estilísticos.

Oliveira conclui que para a patrimonialização de Vilas operárias por meio do tombamento, a sua valorização não pode ocorrer somente em torno de uma busca por espaços íntegros, homogêneos de valores estilísticos excepcionais, antes, o enfoque deveria recair sobre o caráter histórico e memorial, sobre elementos que acionem e mobilizem as narrativas operárias e industriais, que são de grande valia para a história do Brasil. E finaliza:

Para o tombamento de Vilas operárias se faz necessário acionar as referências culturais dos moradores, considerando-se principalmente a população que ocupa os lugares que abrigavam essas vilas, como tal população se relaciona com o lugar, que memórias e experiências articulam aos conjuntos apresentando ex operários e/ou descendentes como narradores legítimos dos valores e das relações afetivas com esses espaços, sendo estes os melhores guardiões do patrimônio¹⁶²

Para além da importância da atuação dos órgãos de preservação, Cristina Meneguello comenta sobre a participação da sociedade civil organizada na valorização do patrimônio industrial, relata que, de forma semelhante à experiência inglesa, os primeiros a reconhecerem a importância desse legado foram os envolvidos no estudo da história da tecnologia e do maquinário já na década de 1960. Com o passar do tempo,

160 Idem OLIVEIRA, 2018p.30

161 Idem ibidem OLIVEIRA, 2018p.30

162 Entre os Bens imóveis de habitação operária tombados ou em estudo de tombamento pelo IPHAN, realizados a partir do grupo de estudos das “Vilas Congêneres” encontram-se: O conjunto da Avenida Modelo – RJ (Tombado, 1985), Conjunto Arquitetônico da Avenida Koeleer – Petrópolis – RJ (tombado, 1981), Conjunto da Habitação Operária, Goiana – PE (em estudo, 1983), Vila Operária, Fernão Velho – AL (em estudo, 1987), Vila Operária Delmiro Gouveia – AL (em estudo 1984). IN: OLIVEIRA, 2018p.204

eles foram acompanhados por historiadores e arquitetos interessados nas práticas de trabalho industrial e nos vestígios arquitetônicos.

Descreve a importância do 1º Seminário Nacional de História e Energia no ano de 1986, organizado pela Companhia de Força Elétrica de São Paulo (Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo)¹⁶³. A importância desse seminário encontra-se no seu pioneirismo, ao debater pela primeira vez aspectos da arqueologia industrial no mundo e no Brasil¹⁶⁴ e por resultar no Manifesto que estabeleceu o “Comitê Provisório pela Preservação do Patrimônio Industrial no Brasil”, iniciativa que desembocou na criação do Comitê Brasileiro para a Preservação do Patrimônio Industrial, fundado no ano de 2004 durante um encontro na Universidade Estadual de Campinas.¹⁶⁵

Dez anos mais tarde (1996) ocorre a realização das reuniões do Grupo de Estudos de História da Técnica - GEHT em Campinas responsáveis por “recuperar o papel do legado da industrialização e lançar a Declaração em Defesa das Contribuições e Instalações Utilitárias denominada de Carta de Campinas”¹⁶⁶

O documento em suas considerações e recomendações realiza uma crítica sobre a atuação e os critérios estéticos utilizados pelos Conselhos Órgãos de Tombamento ao selecionarem frequentemente “edificações oficiais e particulares, fartamente decoradas demonstradoras da riqueza de seus construtores. Em contrapartida as construções utilitárias, que aliam a simplicidade e a funcionalidade ao despojamento decorativo, são por isso frequentemente negligenciadas.”¹⁶⁷

No ano de 2004 é fundado o Comitê Brasileiro para Preservação do Patrimônio Industrial (TICCIH-Brasil) formado por profissionais de diversas áreas preocupados em desenvolver ações concretas contra a destruição/deterioração de nosso

163 Deste 1º Seminário Nacional de História e Energia participaram e palestraram conferencistas internacionais como Fabienne Cardot, José Manuel Lopes Cordeiro e Eddy Stols e Warren Dean, além de Ulpiano Bezerra de Menezes, Ruy Gama, Paul Singer e Carlos Lemos. In: MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. In: I Seminário Internacional História do Tempo Presente-ISSN 2237 4078. 2014.

164 VICHNEWSKI, Henrique Telles. As indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960). 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.p.33

165 MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. In: I Seminário Internacional História do Tempo Presente-ISSN 2237 4078. 2014.

166 idem

167 Carta de Campinas - Declaração do GEHT em defesa das construções e instalações utilitárias, 29 de janeiro de 1998. Disponível em: <http://cordioli.files.wordpress.com/2011/06/declara-geht-cartade-campinas.pdf>. Acesso em 21/05/2023.

parque industrial e dos inúmeros riscos que ameaçam a preservação desse patrimônio.¹⁶⁸

Por fim, em 2011, é apresentada uma carta conjunta do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) e o Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH) que atualiza e amplia a Carta de Nizhny Tagil, sendo identificada como Princípios de Dublin (ICOMOS, 2011).

Nesse documento, nota-se a ampliação e valorização da dimensão intangível existente no patrimônio industrial, como argumenta Manoela Rufinoni

Desse modo, além dos testemunhos materiais das atividades fabris, o conceito passa a incluir “os saberes e fazeres técnicos, a organização do trabalho e dos trabalhadores, ou um complexo legado de práticas sociais e culturais resultantes da influência da indústria na vida das comunidades, as quais provocaram decisivas mudanças organizacionais em sociedades inteiras e no mundo em geral.”¹⁶⁹

Ambos os documentos, tanto a Carta de Nizhny Tagil como os Princípios de Dublin são enfáticos sobre as estruturas construídas, mas para além dos valores excepcionais da edificação, passam a ser compreendidas como suportes as relações socioculturais e memoriais relativas ao mundo do trabalho, considerando os valores patrimoniais dos testemunhos da industrialização que se manifestam em várias dimensões, materiais e imateriais.

Manoela Rufinino destaca a importância de que os estudos dedicados à valorização e proteção do patrimônio devem se atentar para uma análise da totalidade do sítio industrial.

O edifício fabril considerado isoladamente é apenas uma pequena engrenagem de um complexo sistema, talvez incompreensível se não buscarmos evidenciar outros elementos que nos permitam ler, na cidade de hoje, a dinâmica urbana e antropológica associada à produção e ao trabalho, assim como as representações e memórias construídas em torno desse sistema ao longo do tempo, articulando o passado e o presente na cidade contemporânea. Os estudos voltados à valorização e tutela do patrimônio da industrialização, portanto, devem atentar para essa complexidade.¹⁷⁰

Na historiografia sobre a atuação do CONDEPHAAT verifica-se uma

168 A arquiteta Aline de Carvalho chama atenção de que essa versão brasileira está ligada ao comitê internacional TICCIH, que vinha tentando estabelecer representantes no Brasil desde os anos 1980. “Isso ocorreu devido ao interesse despertado pelos remanescentes bem conservados do patrimônio industrial no país. A industrialização tardia do Brasil resultou em um grande número de exemplares importados, principalmente da produção industrial inglesa, fazendo do Brasil um dos maiores importadores desses bens. IN LUTHER, ALINE DE CARVALHO. PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO INDUSTRIAL NA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE: UM ESTUDO PARA A PRESERVAÇÃO. Mestrado (dissertação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2012, p. 39

169 RUFINONI, Manoela Rossinetti. Do edifício ao território: o patrimônio urbano industrial na trajetória do CONDEPHAAT (1968-2018). arq. urb, n. 26, p. 44-60, 2019.p.46

170 Idem RUFINONI. 2019 p.46

gradativa percepção dessa complexidade nos estudos voltados à preservação dos bens industriais, a partir do final da década de 70.

A criação do Condephaat e sua atuação nos anos iniciais seguiu as diretrizes do IPHAN baseada em conceitos tradicionais de valorização da materialidade dos bens, como a anciandade, a monumentalidade e a excepcionalidade e com o objetivo de apresentar o patrimônio como atração turística. Como descreve Marly Rodrigues “inscreveu-se nos contornos do culto cívico ao passado e da consagração pragmática desse mesmo passado, como produto de consumo cultural valorizado com a expansão da indústria do turismo.”¹⁷¹

No que se refere a preservação do patrimônio industrial iniciou-se em 1974, quando foram tombadas *ex-officio* as ruínas do Engenho dos Erasmos e a Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema¹⁷².

Na mesma década, ocorreu o tombamento do conjunto do Horto e Museu Edmundo Navarro (1977), inicialmente valorizado por suas características ambientais, os estudos do processo de tombamento o vinculam a origem ferroviária por desempenharem um papel fundamental na sustentação da estrutura de produção de transporte da Companhia Paulista. Além de ser um local dedicado ao plantio, o Horto também servia como centro de pesquisas para seleção e adaptação de espécies fornecedoras de madeira utilizadas na fabricação de dormentes¹⁷³

Nas décadas de 1970 e de 1980, o CONDEPHAAT passou por uma reestruturação interna devido ao entendimento mais amplo do conceito de patrimônio, incorporando suas dimensões cultural, ambiental e urbana¹⁷⁴, acompanhando os debates sobre o tema no cenário internacional e nacional e pelas mudanças na conjuntura política do país.

No plano internacional, o entendimento da importância do planejamento como instrumento de conservação e renovação dos centros históricos foi consagrado a partir da Declaração de Amsterdã, redigida no Congresso do Patrimônio Arquitetônico

171 RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987*. 2000.P.46

172 Ambos os processos ocorreram por força da legislação, isto é, porque havia sido tombada anteriormente pelo IPHAN. IN: JUNIOR, Carlos Camilo Mourão. *A patrimonialização de remanescentes fabris urbanos no estado de São Paulo pelo CONDEPHAAT*.p.08

173 Rodrigues, 2000. P. 36

174 Como a Carta de Veneza (1964) e a Declaração de Amsterdã (1975), entre outros. O documento de Amsterdã propõe a chamada “conservação integrada”, método de atuação que conchama a participação multi e interdisciplinar no campo da preservação, bem como a integração entre as iniciativas de tutela e as práticas e normativas advindas do planejamento urbano e territorial

Europeu de 1975.

A Declaração de Amsterdã propõe a chamada “conservação integrada”, método de atuação que conclama a participação multi e interdisciplinar no campo da preservação, bem como a integração entre as iniciativas de tutela e as práticas e normativas advindas do planejamento urbano e territorial.

Em suas considerações e recomendações a Declaração de Amsterdã estabelece:

“A reabilitação dos bairros antigos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível, sem modificações importantes da composição social dos habitantes, e de uma maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem de uma operação financiada por fundos públicos.”¹⁷⁵

“Mas a conservação do patrimônio arquitetônico não deve ser tarefa somente de especialistas. O apoio da opinião pública é essencial. A população deve, baseada em informações objetivas e completas, participar realmente, desde a elaboração dos inventários até a tomada de decisões”.¹⁷⁶

A Declaração de Amsterdã estabelecia a função social do patrimônio, o que segundo Meneses “causava repulsa nos círculos, mas conservadores responsáveis pelas políticas de preservação”.¹⁷⁷ Mesmo assim, ainda na década de 1970 se verifica algumas tentativas inovadoras, no IPHAN como o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).¹⁷⁸

No CONDEPHAAT o conceito de patrimônio ambiental urbano surgiu no âmbito do Planejamento Urbano por meio do Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano elaborado pela Secretária de Economia e Planejamento do Estado De São Paulo.

Os arquitetos Carlos Lemos e Benedito de Lima Toledo durante os trabalhos realizados na Coordenação Geral de Planejamento da Prefeitura de São Paulo (COGESP) “entendiam que o patrimônio ambiental urbano não se compunha “apenas de monumentos históricos e artísticos”, mas fundamentalmente “de grande massa de bens culturais típicos, normais, comuns, cotidianos que, eles sim, representam alguma coisa no contexto urbano”. No ano de 1974, ambos os arquitetos participaram do inventário realizado para o COGESP, listaram as vilas Operárias e pequenas habitações

175 Cartas Patrimoniais: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> - Visualizado em julho/2016.

176 ibidem

177 MENESES, U. T. B. A Cidade Como Bem Cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano em Patrimônio: Atualizando o debate, IPHAN, 2015, 20 edição

178 NOSEDA, Vilma Cristina Soutelo Assunção et al. Era uma casa... Muito engraçada... A memória do Sítio do Mandú. 2017.P.

de trabalhadores.¹⁷⁹

Outra contribuição importante é a de Ulpiano Bezerra Meneses, um dos profissionais mais atuantes neste debate e dentro do próprio CONDEPHAAT¹⁸⁰, o conceito de patrimônio ambiental urbano definia-se como “um sistema de objetos socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações do meio urbano”. Não se tratava, portanto, de considerar este ou aquele objeto isoladamente, mas em relação a um sistema, “suporte de significados”, cuja apropriação social precisava ser conhecida. (...) Ele atribuía à ação preservacionista integrada à gestão urbana um caráter político. A “devolução da cidade aos cidadãos” passava, também, pelo programa de uso das edificações de valor histórico ou arquitetônico, de modo a orientá-las para a integração ao cotidiano.”¹⁸¹

Amplia-se o universo cultural representado no patrimônio as decisões de tombamento inicialmente marcadas por espaços das famílias de elite, da religião e do exercício do político institucional passam a incorporar o espaço de trabalho, de áreas naturais e o próprio ambiente urbano.

É dentro desse contexto que Carlos Lemos, durante a sua gestão como diretor do CONDEPHAAT, realiza o pedido de tombamento da Vila Economizadora¹⁸² localizada no bairro da Luz na cidade de São Paulo.

A Vila foi construída entre 1908 e 1909, pela Companhia Economizadora Paulista na região da Luz, é um conjunto residencial operário distribuídas por 147 casas de uma três quartos e armazéns. As casas foram alugadas principalmente para

179 Em 1984, o inventário das Vilas Operárias será publicado pela EMPLASA – Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo e SEMPLA - Secretaria Municipal do Planejamento (que sucedeu a COGESP) o livro “Bens Culturais arquitetônicos no Município e na região metropolitana de São Paulo de 1984”, o qual constam as Vilas Operárias (Economizadora, Queiroga e Suíça) e corredores de casas do início do século XX (na Luz e na Baixada do Glicério) viabilizados pela afirmativa do princípio do patrimônio ambiental urbano que garantiu a seleção de (...) construções de menor mérito, preservadas ou para manter as relações volumétricas compatíveis com os imóveis de relevância, ou para garantir a composição de espaços urbanos que interessa conservar. Importa acrescentar que essas construções de pouca relevância, quando em conjunto, possuem, elas mesmas, valor intrínseco, pois ajudam a melhor compreender o quadro sociocultural que lhe deu origem. São Paulo (estado). SNM/EMPLASA/SEMPPLA, Bens Culturais Arquitetônicos no Município e na região metropolitana de São Paulo, 1984, p.95. Apud. NASCIMENTO, Flávia Brito do. Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.p.173

180 Professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCHUSP), dirigiu o Museu Paulista e organizou o Museu de Arqueologia e Etnografia (MAE) da USP. Membro do CONDEPHAAT – SP (por 15 anos) e do Conselho Consultivo do IPHAN desde 2005.

181 RODRIGUES, Marly. Imagens do Passado: A Instituição do Patrimônio em São Paulo 1969-1987, 1999, p. 90-91

182 CONDEPHAAT, Processo de Tombamento n. 20213/77, vila Economizadora.

imigrantes italianos.¹⁸³



FIGURA 27 – Vila Economizadora – Acervo Condephaat s/d

A Vila Economizadora, conforme o processo de tombamento, era o exemplo persistente e íntegro da promoção de moradias para os trabalhadores no início do século XX. Era como documento das formas de morar na cidade de São Paulo que interessava preservar:

As casas populares, também definidas como operárias(...) sempre forma esquecidas e, ao longo destes últimos anos passaram por reformas seguidas, motivadas por desvirtuamentos de função e pela crescente valorização imobiliária. Assim, hoje em dia, são raros os grupos de residências modestas, do fim do século passado e começo deste, que abrigaram as famílias humildes de gente do interior, ou de imigrantes, que ajudavam São Paulo em seu crescimento acelerado.

(...) tem interesse essas casas oriundas dos esforços da classe dominante porque também ajudam a completar o quadro representativo desse grande problema que sempre foi o da moradia popular. Daí a nossa atenção a esse conjunto que, aliás, não apresenta nenhum aspecto de maior interesse, seja arquitetônico, seja construtivo. Constitui unicamente um documento, um bem cultural, que deve ser conservado. E como documento será encarado.¹⁸⁴

A arquiteta Flávia Brito do Nascimento destaca que o parecer favorável ao processo de tombamento da Vila Economizadora reforça a problematização de que as preservações das habitações sociais dos anos 80 foram consideradas, na época, como exemplos paradigmáticos para a aplicação prática dos conceitos de patrimônio que vinham sendo buscados desde o final dos anos 70, como os relacionados ao patrimônio ambiental urbano.

Por serem exemplares relevantes da história do urbanismo e ocupados por populações de trabalhadores tradicionalmente excluídos do patrimônio oficial, tornaram alvo interessante. Puderam ser legitimados pelos saberes técnicos da arquitetura e do urbanismo, ao mesmo tempo em que cobertos pelo manto das comunidades e dos atores sociais. A novidade da proteção jurídica de moradias populares e da possibilidade de aplicação de aportes

183 Disponível: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/vila-economizadora/>

184 Condephaat, Processo de Tombamento n. 20213/77, vila Economizadora.

conceituais como os de documento históricos e de patrimônio urbanos, atraíu estudiosos, técnicos e acadêmicos em instâncias diversas.¹⁸⁵

Esses fatores oportunizaram os pedidos de tombamentos como os da Vila Economizadora e Maria Zélia em 1985, pelo CONDEPHAAT, e de outros tantos ao IPHAN. Os anos 80 foram de grande produção discursiva para a proteção dos sítios urbanos e a redefinição do valor histórico, como destaca Marcia Sant'Anna: Os centros urbanos eram selecionados não apenas por serem monumentos artísticos, mas como documentos dos processos históricos, econômicos e sociais de produção urbana.

O documento como pressuposto de seleção implicou em considerável ampliação das áreas urbanas sob proteção, induzindo a inclusão de novos objetos no rol do patrimônio. Porém, em decorrência da estagnação econômica do país, as intervenções de preservação realizadas foram poucas, associadas ao processo de redemocratização do país, os anos 80, o patrimônio é apropriado como instrumento de política urbana, de construção de cidadania e de afirmação social. Minorias e grupos étnicos, que reivindicavam um lugar na história nacional, passam a protestar contra um modelo de desenvolvimento urbano destruidor do ambiente, tomaram o patrimônio com bandeira de luta e promoveram a proteção de novos objetos e áreas.¹⁸⁶

O que se demonstra pela da diversidade e ampliação da tipologia dos bens tombados pelo CONDEPHAAT de 1981 a 2000

A Reserva Florestal do Morro Grande (1981); Hospedaria do Imigrante (1982), Estação da Luz (1982), Centro Histórico de São Luiz de Paraitinga (1982); Teatro Oficina (1982) Serra do Mar (1985) e a **Vila de Paranapiacaba** (1987); Bairro dos Jardins (1986); Terreiro Axé Ilê Obá (1990); Museu da Pesca em Santos; Estádio Paulo Machado de Carvalho – Pacaembu (1998); Edifício do antigo DOPS (1999)¹⁸⁷

Porém, no que se refere a preservação de espaços fabris ou de bens relacionados ocorreram apenas 06 tombamentos, nessas duas décadas pelo Condephaat, como Carlos Camilo Mourão Junior demonstra.

Edifício da Fábrica de Tecidos São Luiz – Itu (1983); Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo -SP (1983 – 1993); Destilaria Central – Lençóis Paulista (1989); Manufatura de Tapetes Santa Helena (antiga Fábrica de Meias Elvia) – Jacareí (1990); **Vila Maria Zélia – SP (1992)**; Industrias Reunidas Francisco Matarazzo –

185 NASCIMENTO, Flávia Brito do. Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo

186

187 JUNIOR, Carlos Camilo Mourão. A patrimonialização de remanescentes fabris urbanos no estado de São Paulo pelo CONDEPHAAT. ANPUH – BRASIL. 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro.2021. P. 10

Marília (1992);¹⁸⁸

Mas é importante ressaltar que apesar do patrimônio industrial ser inserido de fato às ações de preservação do CONDEPHAAT, dos anos 1980 ao 2000 os critérios que nortearam as decisões e justificaram os tombamentos ainda estavam embasados na primazia arquitetônica e á ancianidade.

Em 1985, o CONDEPHAAT iniciou o estudo que levou ao tombamento da Vila Maria Zélia em 1992¹⁸⁹, construída em 1917 por Jorge Street para abrigar parte dos trabalhadores da sua Companhia Nacional de Tecidos de Juta.

A construção da fábrica e da vila começou em 1912 e foi terminada em 1917. As casas foram construídas para servir de moradia para parte dos trabalhadores, e se destacam das outras vilas operárias de outras empresas, construídas antes, porque constituíam praticamente uma cidade, contando com consultórios médicos e dentários, clube, armazéns, farmácia, creche, escola e igreja. Nas outras vilas operárias, não havia toda essa infraestrutura e Maria Zélia é considerada um exemplar único de habitação operária do início do século XX, em São Paulo.¹⁹⁰



FIGURA 28 – Vila Maria Zélia Acervo Condephaat s/d

O processo de tombamento da Vila Maria Zélia é característico do processo de inovação conceitual que os órgãos de preservação vinham vivenciando, ou seja, pensar o Patrimônio operário e a História do Trabalhador como questão central ao tombamento.

No entanto, como Scifoni e Neves relatam o que se verifica na

188 Idem JUNIOR, 2021. p. 11

189 Processo de Tombamento nº 24268/85, Vila Maria Zélia

190 Como os estudos de Eva Blay *Eu não tenho onde morar*, 1985, P.P. Teixeira, *A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street*, 1990 e V.S. MORANGUEIRA, *Vila Maria Zélia: visões de uma vila operária em São Paulo (1917-1940)*, 2006 e Regina Soares de Oliveira, *Aproximações entre experiências de moradia popular no bairro Belenzinho (SP): Mutirão do Casarão e Vila Maria Zélia – memória e segregação*, 2008 (1990),

contemporaneidade é que se houve avanços conceituais com a ampliação da noção de patrimônio nos anos 1980. Portanto, o tombamento da Vila Maria Zélia é um modelo que demonstra a manutenção de antigas práticas, entre eles a centralização das decisões por parte do corpo técnico dos órgãos de preservação, o que por sua vez, criou uma relação conflituosa dos moradores da Vila Zélia com o CONDEPHAAT.¹⁹¹

Tombada por ambos os órgãos de preservação – Municipal e estadual CONPRESP e o CONDEPHAAT, o que se revela é que a maneira que tombamento foi realizado desconsiderou a opinião e a participação dos moradores, além da falta de esclarecimento sobre o que significa o próprio tombamento, o que resultou em diversas intervenções nas casas da Vila Maria Zélia.¹⁹²

O que se destaca tanto no processo da vila Economizadora quanto da Vila Maria Zélia, é que mesmo com a renovação conceitual essa não ocorreu plenamente, na medida em que os procedimentos e a gestão desses patrimônios continuam ocorrendo de forma discricionária, sem diálogo e interlocução local.

Para que a preservação e salvaguarda sejam efetivas acreditamos, como Oliveira argumenta “que se faz necessário acionar as referências culturais dos moradores (ex trabalhadores, descendentes, “os de fora “, como narradores legítimos dos valores e das relações afetivas com o espaço sendo estes os melhores guardiões¹⁹³

Processo interessante é adoção do conceito de paisagem cultural para bens patrimoniais fabris possibilitando eliminar as fragmentações e reconectando as suas dimensões materiais (arquitetura, urbano e bens móveis), imateriais (tradições, saberes, fazeres, celebrações e lugares ambientais (ecologias), sociais, econômicos e políticos, como o que ocorreu no Complexo Ferroviário de Paranapiacaba entre o período de 2001 a 2008, como relatado por Figueiredo¹⁹⁴.

No ano de 1987, o Complexo Ferroviário de Paranapiacaba é tombado pelo Condephaat, após a inúmeras solicitações de movimentos populares.

A proteção legal incidiu sobre todo o perímetro construído incluindo sobre todo um perímetro construído, incluindo edifícios e outros bens ferroviários

191 NEVES, Deborah Regina Leal. 100 ANOS DE VILA MARIA ZÉLIA: O DESAFIO DA PRESERVAÇÃO E DA EXPERIÊNCIA DE GESTÃO COMPARTILHADA.

192 SCIFONI, Simone. Tombamento e participação social: experiência da Vila Maria Zélia, São Paulo-SP. Revista CPC, n. 22, p. 176-192, 2017.

193 OLIVEIRA, Daniella Christina Acioli do Carmo de. A perda nos processos de patrimonialização: Vila Operária como Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2018 (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). P.204

194 FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. Paranapiacaba: um caso de preservação sustentável da paisagem cultural. Labor e Engenho, v. 5, n. 3, p. 61-84, 2011.

considerados a sua relação com o meio natural e antrópico.



FIGURA 29 – Complexo Ferroviário Paranapiacaba Acervo Condephaat s/d

Foram tombados a Vila Ferroviária – a Parte Alta, ferrovia e o acervo, paisagem envoltória representativa do conjunto serrano da Serra do Mar, onde se encontram as bacias de drenagem formadoras do Rio Mogi e Rio Mogi e Rio Grande da Serra ou Jurubatuba, além das cabeceiras que abastecem o núcleo urbanos.

Em 2002, o Complexo Ferroviário de Paranapiacaba é tombado pelo IPHAN e 2003 pelo órgão municipal o CONDEPHAAPASA. (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico Arquitetônico Paisagístico de Santo André)

A vila é comprada pela Prefeitura em 2002 e estabelece o Programa de Gestão do Desenvolvimento Local Integrado e sustentável de Paranapiacaba, concebido e gerenciado como “paisagem cultural” a partir de 2005.¹⁹⁵ O Programa integrando políticas públicas em sete áreas: turismo, preservação do patrimônio cultural, planejamento urbano, conservação ambiental, desenvolvimento social, participação cidadão e gestão administrativa- financeira.

A Vila está inserida na região da Mata Atlântica e, em 1994, a UNESCO reconheceu a importância de sua biodiversidade e ecossistemas através da criação da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo. Em 2008, a paisagem cultural de Paranapiacaba tornou-se o primeiro patrimônio industrial ferroviário brasileiro e também primeiro patrimônio cultural paulista a compor a lista indicativa do IPHAN ao título de Patrimônio da Humanidade da UNESCO.¹⁹⁶

¹⁹⁵ FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.p.268

¹⁹⁶ não aprofundaremos a análise do tombamento do Complexo Ferroviário de Paranapiacaba,

Ao unirmos o conceito de paisagem cultural aos campos do patrimônio industrial e da museologia, compreendemos que essa perspectiva não apenas requer conhecimento nessas áreas distintas, mas também em outras disciplinas complementares. Além disso, exige a participação de diversos grupos sociais, tanto direta quanto indiretamente envolvidos na valorização e preservação do patrimônio. Para entender o ponto de vista e a percepção dos atores sociais, é necessária uma ação coordenada, cooperativa e integrada. Isso permite a construção, desenvolvimento e consolidação a longo prazo de uma mentalidade turística e museológica relacionada ao patrimônio industrial e cultural como um todo, como ocorreu no Complexo Ferroviário de Paranapiacaba. Ao estabelecer políticas de gestão e planejamento, é possível aumentar a capacidade de integração entre as partes envolvidas e promover uma efetiva interdisciplinaridade nos processos necessários para sua implementação. Essa é uma perspectiva que, sugere-se aqui, constitua um modelo para as próximas gestões do município de Cotia sobre a administração da Reserva Florestal do Morro Grande e da Vila Operária do DAE.

Enfim, acreditamos que Patrimônio Industrial e paisagem cultural são conceitos intrinsecamente interligados que promovem uma presença simbólica tanto no contexto cultural no passado quanto no presente, “lugares de memória”, expressão de Pierre de Nora.

Lugares de memória que traz um sentido político para esses antigos trabalhadores e moradores. da vila do DAE, de luta contra o esquecimento e consequentemente contra as formas de alienação principalmente aquelas que destroem a sua identidade. Eles possibilitam trabalhar a história da Vila, da Reserva e da cidade evidenciando aquilo que escapa ou se insurge contra os processos hegemônicos, aquilo que resiste contra a imposição de um espaço abstrato, do controle social e a opressão no trabalho. São memórias que nos cabe fazer aflorar a superfície para mostrar outras possibilidades de construção do urbano

II CAPÍTULO – A RESERVA, O SISTEMA ALTO COTIA E A VILA

A Reserva Florestal do Morro Grande (RFMG) encontra-se localizada a 34 quilômetros do centro da cidade de São Paulo. Ocupa 10.870 hectares, o que corresponde a 1/3 do território do município de Cotia e representa uma das maiores extensões de Mata Atlântica do Planalto Paulistano.

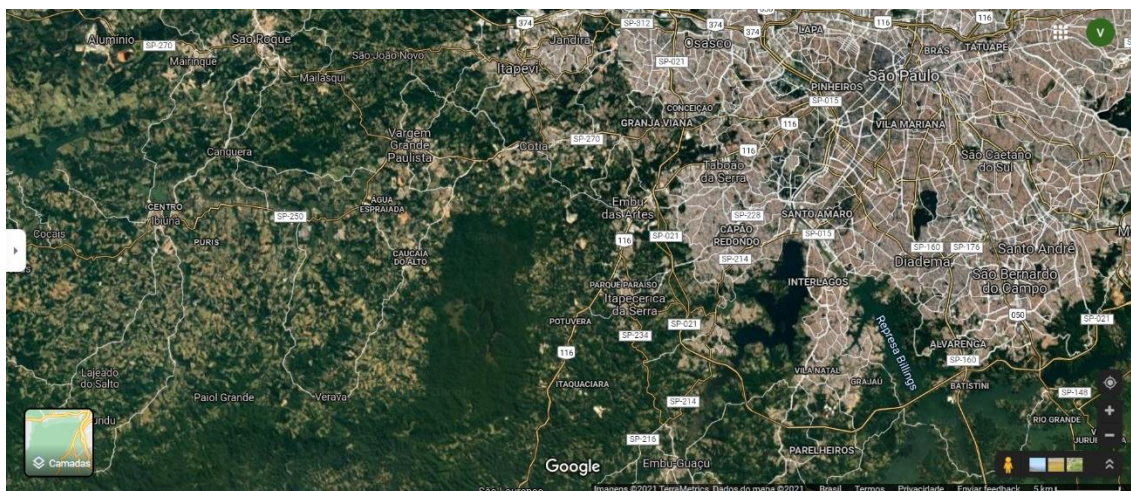


FIGURA 07 - O maciço verde à esquerda é a Reserva Florestal do Morro Grande (Fonte; Google Maps)

Atualmente está sob a responsabilidade da Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo (SABESP), devido aos seus mananciais, os rios Capivari, dos Peixes, Cotia e da Graça, que nascem dentro da Reserva, alimentando o Sistema Alto Cotia, englobando as represas da Graça e Pedro Beicht, além da Estação de Tratamento que distribui água para mais de 400 mil pessoas que habitam a Grande São Paulo.

O Território da Reserva Florestal do Morro Grande é ocupado pela Mata Atlântica há mais de 15.000 anos, sendo poucos milênios depois povoado pelos primeiros caçadores coletores. Estes foram sucedidos por indígenas praticantes da agricultura itinerante. Como descreve Warren Dean:

Os caçadores que irromperam nas savanas sul-americanas há cerca de 12 mil anos participaram do grande ato final de ampliação territorial humana. Os homens que brandiam fogo e armas finalmente alcançado uma distribuição continental cosmopolita. Uma vez que exaurida a megafauna que os atrairá, assumiram postos ao longo da franja florestal, onde o encontro de dois ecossistemas estimulava plantas de crescimento rápido e atraía a caça. A floresta era sua antagonista e o fogo era o meio para penetrá-la e frear seu avanço secular. Por fim, alguns dos grupos do planalto assumiram a agricultura, talvez porque seus recursos de caça e suprimentos não fossem

mais produtivos o bastante para sustentar seus contingentes.¹⁹⁷

Eram os indígenas das nações carijós que habitavam as margens do rio Cotia. “Foi nas bandas das terrações, próximo da linha d’água que se estabeleceram as aldeias indígenas, vivendo na primeira terra firme e tendo água para banho, para cozinhar e para beber, peixe para pescar”¹⁹⁸

Rios, córregos e nascentes também tiveram um papel de extrema importância para o “estabelecimento” de novos aldeamentos e povoados no estado de São Paulo a partir do século XVIII, fundadas inicialmente com objetivo de ampliar as defesas da Vila de Piratininga contra os constantes “ataques indígenas”. Cuidadosa era a escolha do local de fundação desses povoados, pois deveria ser “sítios onde existiam rios piscosos, ou lagrimais, ou barreiros que atraem a caça”. Para além da questão da subsistência, embora não fossem rios “muito favoráveis a navegação”, o povoamento nas regiões vizinhas a Vila de Piratininga se deu quase que exclusivamente, a margem dos rios, como ressalta Caio Prado Júnior:

partindo de São Paulo, o povoamento do planalto começa por seguir duas direções, ambas pelo Tietê: um rio acima, outra rio abaixo. É seguindo estas linhas que os colonos se vão estabelecendo e formando as primeiras povoações e vilas. Rio abaixo encontramos já muito cedo: Nossa Senhora da Expectação do Ó (hoje Freguesia do Ó) e Parnaíba, que em 1625 é constituída em vila. E pelas variantes do Pinheiros, seu afluente Jeribatiba (Rio Grande), **do Cotia** e afluente Mbói-Mirim (Embu) inúmeras povoações e aldeias de índios fundadas ou dirigidas pelos jesuítas: Pinheiros, Itapeperica, Ibirapuera (hoje Santo Amaro).¹⁹⁹

Ainda no século XIX, Cotia passou a ter um papel central no abastecimento da Capital paulista, destacando-se como uma zona agrícola e hortifrutigranjeira, com sua produção voltada para o mercado consumidor da capital e vilarejos vizinhos. Paralelo, a produção agrícola, a floresta nativa que cercava a cidade de Cotia são destruídas para a produção de combustível vegetal e para a fabricação dos tijolos e telhas fabricados pelas Olarias da região, que seriam utilizados no processo de crescimento e urbanização da Metrópole.

A atividade extrativista de corte da Mata Atlântica para a produção de energia na capital cresceu até a sua exaustão **pelas mãos desse caipira**, tendo como subproduto o espaço aberto que a produção agrícola assumiu. Não se comprava terras e sim as matas que as cobriam. O fornecimento de lenha para

197 Dean. W. A. Ferro e Fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia das Letras 2007 p. 56

198 AB’SABER. Aziz. Natureza primária de São Paulo de Piratininga. Scientific American Brasil, edição 25, junho 2004, Duetto Editorial, 2004a.

199 PRADO JUNIOR. Caio “A cidade de São Paulo: geografia e história” in Evolução Política do Brasil e outros Estudos. São Paulo: editora Brasiliense, 1966. p. 96 - 98

a Capital se transformara em um grande negócio com o aparecimento do caminhão e acumulou grandes riquezas. Cortadas as matas, as terras eram deixadas ao abandono. As mesmas terras que os japoneses começaram a arrendar para o plantio.²⁰⁰

A exploração da natureza para a retirada de matéria prima para a construção civil paulistana era prática comum na metrópole, como nos relata Janes Jorge

E para erguer fábricas, casas e outras edificações era preciso explorar rios e várzeas em busca de argila, areia e pedregulho, materiais indispensáveis à construção civil paulistana. Até meados do século 20, os dois últimos eram extraídos principalmente nos rios Tietê e Pinheiros e descarregados em portos em suas margens. Nas várzeas, inúmeras olarias encontravam o barro utilizado na fabricação das telhas, tijolos e manilhas que abasteciam os infindáveis canteiros de obras paulistanos.²⁰¹

O que Savioli não relata é que tal exploração não era realizada somente pela população caipira, o próprio Estado, por meio do DAE também será responsável pela exploração extrativista de corte da Mata Atlântica para a fabricação de telhas e tijolos que serão utilizados na construção e na manutenção de suas estruturas em diversos bairros da capital, como no Ipiranga, Ponte Grande e Casa Grande e na própria Vila do Morro Grande.

Em 1875, com a construção da Estrada de Ferro Sorocabana, o município regrediu. A localização da estação (atual município de Itapevi) distante da Vila de Cotia, não gerou desenvolvimento comercial ao seu redor.²⁰²

O desinteresse econômico da ferrovia pela Vila de Cotia, a partir do momento em que o transporte de carga era o seu principal objetivo, aconteceu pela ausência do frete, já que a economia do lugar era assentada sobre a prestação de serviço voltada para a parada de tropas. A produção baseada no extrativismo estava muito próxima à Capital para usar a ferrovia e não abandonou o sistema tradicional de transportes.²⁰³

Ao mesmo tempo a freguesia já se figurava como fonte de abastecimento de água para São Paulo, conforme registra Ernani Silva Bruno, ao relatar as soluções para falta de água em seu *Histórias e Tradições de São Paulo*. De acordo com ele:

O problema do abastecimento, que se agravava com o crescimento da cidade, entrou logo em seguida em fase nova. Em 1878, no então Alto da Consolação, começaram a ser feitas obras da primeira caixa de abastecimento para o serviço a cargo Companhia Cantareira. A esse reservatório – cujo

200 Idem.P.97

201 JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu: São Paulo 1890-1940*. Alameda, 2006.

202 MORAES, Fernanda. A Precariedade das condições de trabalho dos professores Públicos no Oitocentos (Vila de Cotia, Província de São Paulo). IN. *Anais do VII Simpósio Nacional de História Cultural – Escrita, Circulação, Leitura e recepções*

203 SAVIOLI, Mario Luiz. *A cidade e a estrada: as transformações urbanas do município de Cotia ao longo da rodovia Raposo Tavares*. São Paulo EDICON, 2007. p.34

portão principal ainda existe -, na Consolação, em frente da rua Piauí – três anos depois chegavam as águas da Serra da Cantareira, Cabuçu, rio Cotia.²⁰⁴

A cidade de São Paulo cresceu vertiginosamente no final do século XIX, a população passou da casa dos 31 mil habitantes em 1872 para 239.820 mil habitantes no ano de 1900.²⁰⁵ “Entre 1870-80, a Capital Paulista expandiu-se de forma crescente e ininterrupta, tanto que, segundo Eurípedes Simões de Paula, se pode falar numa segunda fundação de São Paulo.”²⁰⁶

O surto populacional deveu-se, principalmente, pelo afluxo de imigrantes espontâneos ou advindos das atividades agrícolas do interior do Estado. Com o crescimento acentuado da população urbana, aumenta a demanda de água para o consumo próprio, aliás a questão da falta de água²⁰⁷ e de saneamento, abastecimento e a coleta de esgoto, eram os principais problemas da cidade na época.

Por sua vez, as transformações da urbe paulista realizadas no final do século XIX e o início do século XX se estabelece como um **processo de modernização parcial e excludente**, ditada por uma elite embasada em um **ideal de civilidade europeia** que repele ferozmente o aspecto rural da capital paulistana.

Se fazia necessário tirar a “arraia miúda” dos espaços públicos e tudo que os simbolizasse: as quitandeiras, lavadeiras, as carroças que transitavam pelas ruas, os ferreiros, ourives, barbeiros, amoladores de facas que ofereciam seus serviços em plena calçada ou a porta dos armazéns, retirando do convívio das elites com as misturas das ruas, mulheres e homens negros, escravizados e libertos, pardos, trabalhadores imigrantes.²⁰⁸

O tema da higiene irá pautar o planejamento urbanístico da cidade. Para o controle das moléstias e epidemias que inicialmente assolaram a zona portuária de Santos em 1892, depois as cidades do Interior e a própria cidade de São Paulo, se fazia necessário a realização de obras urbanas, do estabelecimento de uma rede de água

204 BRUNO, Ernani Silva. Histórias e tradições da cidade de São Paulo. São Paulo: José Olympio, v. 3, 1954, p. 1122

205 Disponível em: http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_brasil.php

206 FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 284

207 ZANIRATO (2011) comenta que o processo de urbanização da cidade, gerou a ocupação das áreas de várzeas do rio Tietê, conjuntamente com o início do processo de impermeabilização do solo, quando a cidade recebeu os primeiros paralelepípedos. ZANIRATO, Sílvia Helena. História da ocupação e das intervenções na várzea do Rio Tietê. Revista Crítica Histórica, v. 2, n. 4, 2011.

208 A delimitação do espaço de rua e sua ressignificação como espaço de circulação foram o grande tema do primeiro conjunto sistematizado de leis urbanísticas da capital – o Código de Posturas de 1875, revisto e ampliado em 1889 In; ROLNIK. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 3.ed., p.32

potável, da construção do sistema de esgoto e das intervenções que estabelecem a ordem sobre as condições de moradia da população mais pobre.

Os altos índices de epidemias (varíola, febre amarela, febre tifoide e a tuberculose) e da insalubridade em locais públicos e privados, tornaram-se objeto de intenso debate entre médicos higienistas combinados com a técnica e engenheiros embasado nos **ideais higienistas e eugênicos da época**.

As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa: as classes perigosas continuaram a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais. Assim, na própria discussão sobre a repressão à ociosidade, que temos citado, a estratégia de combate ao problema é geralmente apresentada como consistindo em duas etapas: mais imediatamente, cabia reprimir os supostos hábitos de não-trabalho dos adultos; a mais longo prazo, era necessário cuidar da educação dos menores.²⁰⁹

O abastecimento público da cidade de São Paulo em 1877 até 1892 era realizado, pela Companhia Cantareira de Água e Esgoto, empresa de capital privado, que realizava o abastecimento de água, por meio de bicas e chafarizes, dispostos em largos e praças. Ali, a população coletava diariamente a água necessária no interior das residências, trabalho executado principalmente pela população escravizada.²¹⁰

A partir da Proclamação da República e por meio da Constituição de 1891, as unidades da federação ganharam autonomia política, econômica e fiscal. No caso do estado de São Paulo, esse fator foi importante para viabilizar os interesses das elites políticas e econômicas, formadas por grandes proprietários de terras (cafeicultores), industriais e capitalistas, interessados em realizar os seus projetos de modernização e urbanização da cidade aos padrões europeus.

É a implantação de novas indústrias, a expansão das ferrovias, as linhas de bondes, a criação de espaços de prestígio e de decisões na área central da cidade, a abertura de novas ruas e avenidas, construção de bairros residenciais de alto padrão, toda essa nova infraestrutura dependia diretamente da questão do saneamento, abastecimento e da coleta de esgoto.

A qualidade da água e do tratamento adequado ao esgoto era de

209 CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. Editora Companhia das Letras, 2018.p.29

210 SANTOS. Ademir Pereira dos. Memória do saneamento e do planejamento urbano e regional: Theodoro Sampaio e as águas em São Paulo. In: Revista DAE. volume 62, nº96. Edição especial. Julho de 2014. p.25

fundamental importância para a expansão da agricultura e da indústria. Como Janes Jorge ressalta:

E na década de 1890, doenças contagiosas desafiavam os tempos de progresso prometidos pela economia cafeeira, pois atingiam a especialmente os férteis municípios do interior paulista, o porto de Santos, e a própria cidade do Rio de Janeiro, a capital da República. Ou seja, tudo aquilo que era fundamental para o funcionamento do complexo agroexportador cafeeiro, em franca expansão, sustentáculo da economia e da elite política paulista.”²¹¹

Portanto, o Estado representado pela elite paulistana (cafeicultores) assumiu como questão estratégica e política, a execução de obras de infraestrutura, através da criação da Superintendência de Obras Públicas (SOP), subordinada a Secretária de Agricultura, Comércio e Obras Públicas²¹² que passa atuar em duas linhas de intervenção: saneamento e prédios institucionais/ públicos.

Com a intenção de resolver a questão do saneamento urbano – incluindo o abastecimento de água, os sistemas de esgotos, o problema das várzeas inundáveis e a canalização de rios e córregos, a Companhia Cantareira de Águas e Esgoto, em 1892, é encampada pelo governo do estado de São Paulo, em seu lugar é criada a Repartição dos Serviços Técnicos de Água e Esgoto da Capital²¹³, mais tarde denominada Repartição de Água e Esgoto da Capital (doravante, RAE), que seria chefiada pelo Engenheiro Theodoro Sampaio .

Iremos delinear aqui a biografia do Engenheiro Theodoro Sampaio por considerarmos a sua importância na realização dos primeiros estudos sobre a utilização dos mananciais do Morro Grande para o abastecimento da Cidade de São Paulo.

Theodoro Fernandes Sampaio, nascido em 07 de janeiro de 1855, na Bahia, atuou em diversos campos do saber, como história, antropologia, geologia e a cartografia, sua atividade principal como engenheiro sempre esteve associada aos rios, ao saneamento, ao tratamento dos esgotos e ao abastecimento de água.²¹⁴ Filho de uma mulher escravizada, foi alforriado quando criança e sua vida acadêmica é o início da sua trajetória de resistência contra a escravidão. Após a sua formação como Engenheiro Civil, em 1876, comprou a alforria da sua família. Seu primeiro trabalho foi como

211 JORGE, Janes. Tietê, o rio que a cidade perdeu: São Paulo 1890-1940. Alameda, 2006.

212 As intervenções urbanísticas eram vistas, portanto com aspecto indissociável de um processo econômico baseado na agricultura e apoiado pela atividade comercial. IN: CAMPOS, Candido Malta. Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo. Editora Senac São Paulo, 2019.

213 subordinada à Superintendência de Obras Públicas da Secretária da Agricultura, Comércio e Obras por meio do decreto nº 152- A de 31 de fevereiro e nº154 de 08 de fevereiro, ambos de 1893.

214 DOS SANTOS, Ademir Pereira. Origens do Planejamento Urbano e Regional: Theodoro Sampaio e a questão das águas em São Paulo p.02

membro da Comissão Hidráulica do Império (CHI), em 1878.

Chega a São Paulo em 1886 a convite da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (doravante, CGGSP). Um dos propósitos da CGGSP, era desbravar o imenso território paulista, até então desconhecido, para incorporá-lo a expansão da cafeicultura, a diversificação de culturas e a criação de gado. De 1886 a 1890, período que atuou na CGGSP, esteve empenhado no levantamento cartográfico e geológico da Província. Destacam-se os estudos do Rio Paranapanema e dos Sertões ou “Terrenos Desconhecidos”, ou seja, a parte não ocupada naquele momento, praticamente metade do território do Estado paulista. É desse período da atuação de Theodoro Sampaio no CGGSP, o seu conhecimento sobre a geomorfologia e a hidrografia no Morro Grande, na época denominado como Campo Grande e pertencente ao povoado de Itapecerica da Serra, o que se demonstrou extremamente útil para a elaboração de sua proposta para a utilização dos mananciais de Cotia para o abastecimento de São Paulo.

Como engenheiro em São Paulo Theodoro Sampaio atuou na Comissão de Saneamento de Várzeas (1890-1891), na Cia. Cantareira de Águas e Esgotos (1890-1892), como engenheiro na Repartição de Água e Esgoto e de Estado (1892-1898), nesse período como engenheiro sanitário participou das discussões para a formulação do primeiro Código Sanitário de 1894 e para a reestruturação do Serviço Sanitário, pela Lei n. 432, de 3 de agosto de 1896, que montou a estrutura básica da saúde pública mantida até 1911. E ainda de 1898-1903 na Repartição de Água e Esgotos em que é responsável pelo Plano de Abastecimento de Água com a utilização dos mananciais do Rio Cotia.

A proposta de utilizar as águas baixas do Rio Tietê para o abastecimento público, que por sua vez, já se encontrava poluído, originou diversos debates entre engenheiros, médicos sanitaristas e autoridades da época.

A utilização das águas do Tietê dividia opiniões entre os engenheiros e médicos sanitaristas, políticos e autoridades da época. A discussão gravitava entre os defensores das técnicas de purificação para o aproveitamento das águas do Rio Tietê e os que defendiam que as águas indicadas ao abastecimento público deviam vir de cabeceiras de rios, em regiões altas e protegidas, insuspeitas de poluição.²¹⁵

O próprio Código Sanitário promulgado em 1894, com seus 520 artigos, em que reunia as normas de higiene e saúde pública, no que se refere ao abastecimento

215 VICTORINO, Valério I. P. Luz e poder na dramática conquista do meio natural: a privatização dos rios paulistanos e a reflexividade socioambiental. (tese doutorado). São Paulo: Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas FFLCH, 2002, pp. 42-53

de água descrito no capítulo 15, estabelecia:

Artigo 311. a água destinada ao abastecimento doméstico devia ser potável, inteiramente insuspeita de poluição;

Artigo 312. Proverá sempre que for possível com origem na serra;

Artigo 324. Para o suprimento à população deverá ser preferido o sistema de condição de água pela gravidade.²¹⁶ .

Pelos parâmetros estabelecidos pelo Código Sanitário os únicos mananciais que estavam em um raio de 100 quilômetros da cidade, e em condições de serem aduzidos eram os Rios Cotia e Rio Claro. A escolha destes mananciais, ocorre pelo RAE considerar que as águas provenientes de rios seriam naturalmente puras, dispensando tratamento.²¹⁷

Entre as diversas propostas que se estabelecem, para solucionar a questão do abastecimento, três se configuram como mais importantes. A primeira que defendia o aproveitamento das águas altas, captação exclusiva “da fonte” como a concepção que estabelecia a implantação do sistema produtor Rio Claro distante 80km da capital ou a utilização dos mananciais do Rio Cotia, proposta elaborada por Theodoro Sampaio em 1902 com uma distância e custo menor, aproximadamente 37 km do centro, no sentido oeste, em combinação com o aproveitamento das “águas baixas”.

Para o Eng. Theodoro Sampaio, a solução viria do aproveitando de mananciais mais altos e distantes do centro da capital. Os estudos indicavam os mananciais situados na direção sul como córregos Cotia e M'Boy. O caso do Rio Cotia, indicado por Sampaio, era exemplar, pois era o de maior volume o ponto de adução estava 90 metros acima do ponto mais alto da Avenida Paulista.

A outra proposta endossada por Saturnino de Brito a partir de 1904 com a saída de Theodoro Sampaio e se baseava nas inovadoras linhas de pesquisa da medicina em que admitiam a captação das águas com níveis aceitáveis de impurezas, a serem eliminadas mediante tratamento.

Entre as diversas propostas, no ano de 1910 a de adução das águas do Rio Tietê foi vencida pelos riscos que oferecia à saúde pública, conjuntamente com a proposta de adução do Rio Claro, pelo custo e distância.

Por fim, em 1912 foram iniciados os estudos para a adução do Rio Cotia, e em 1914, depois de diversos estudos e pareceres, das discussões e consultas a diversos

216 ORTIGARA, Yuri Vilas Boas. Cartografia, plantas e projetos históricos de obras hidráulicas no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.p.101

217 SABESP, Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo Dossiê Sistema Alto Cotia e Baixo Cotia. São Paulo, 2008c

engenheiros e médicos sanitaristas, o governo do Estado iniciou as obras de adução, com o objetivo de abastecer as zonas alta e altíssima da cidade.²¹⁸

2.1 A INSTALAÇÃO DO SISTEMA ALTO COTIA E SUA COMPOSIÇÃO NA PAISAGEM

O levantamento topográfico do Rio Cotia, realizado por Theodoro Sampaio, tinha como objetivo principal a demarcação e preservação dos mananciais que seriam utilizados no abastecimento da Capital.²¹⁹

O filósofo Jean Marc Besse nos chama atenção que ao analisarmos mapas, é importante nos deligarmos de uma concepção puramente “naturalista” e “positivista” e seguimos a ideia que o mapa veicula um projeto relacionado ao território que representa, e este projeto não é somente de conhecimento, mas “sim como instrumento estratégico utilizado em uma situação de comunicação que se caracteriza pelo conflito das representações e dos interesses.”²²⁰ Tal perspectiva permite visualizar um outro lado - o daqueles que não são representados na cartografia, os sujeitos praticantes da paisagem.

Em 1900, o Dr. Antônio Cândido Rodrigues, secretário da Agricultura, desapropriou o território 10.800 hectares referente a Bacia do Ribeirão Cotia, acima da Cachoeira Pedro Beicht, a partir de anteprojeto realizado por Theodoro Sampaio, chefe da Repartição de Água e Esgotos da Capital. A **desapropriação das terras era referente** a toda área da bacia hidrográfica formada pelas cabeceiras do Rio Cotia, localizadas acima da Cachoeira das Graças e visava à proteção do manancial.

218 SABESP, Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo Dossiê Sistema Alto Cotia e Baixo Cotia. São Paulo, 2008c

219 Nota-se o carimbo do R.A.E onde se localiza a assinatura, a data de 1901. Existem duas áreas rachaduras na planta: a maior em tom sépia, refere-se a toda área a ser isolada para a preservação das águas e possui 2463 alqueires; a segunda menor e em tom mais avermelhado, corresponde às áreas pertencentes a Pedro Beicht e possui 50 alqueires. A planta apresenta curvas de nível com equidistância de 25 metros, valores variando entre 725m e 1000 m. Os rios estão indicados em traços azuis, e quanto maior o rio mais escuro o tom de azul. As linhas pretas finas indicam as estradas, e a linha preta mais grossa no topo da planta indica a estrada de ferro Sorocabana. A escala é de 1:10:000, o que é bem apropriado para a extensão da área e o nível de detalhes exigidos. Na parte inferior da planta há uma escala gráfica e uma notação. IN: ORTIGARA, Yuri Vilas Boas. Cartografia, plantas e projetos históricos de obras hidráulicas no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.p.102.

220 BESSE, Jean-Marc et al. O gosto do mundo: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: eduerj, v. 234, 2014.p.143

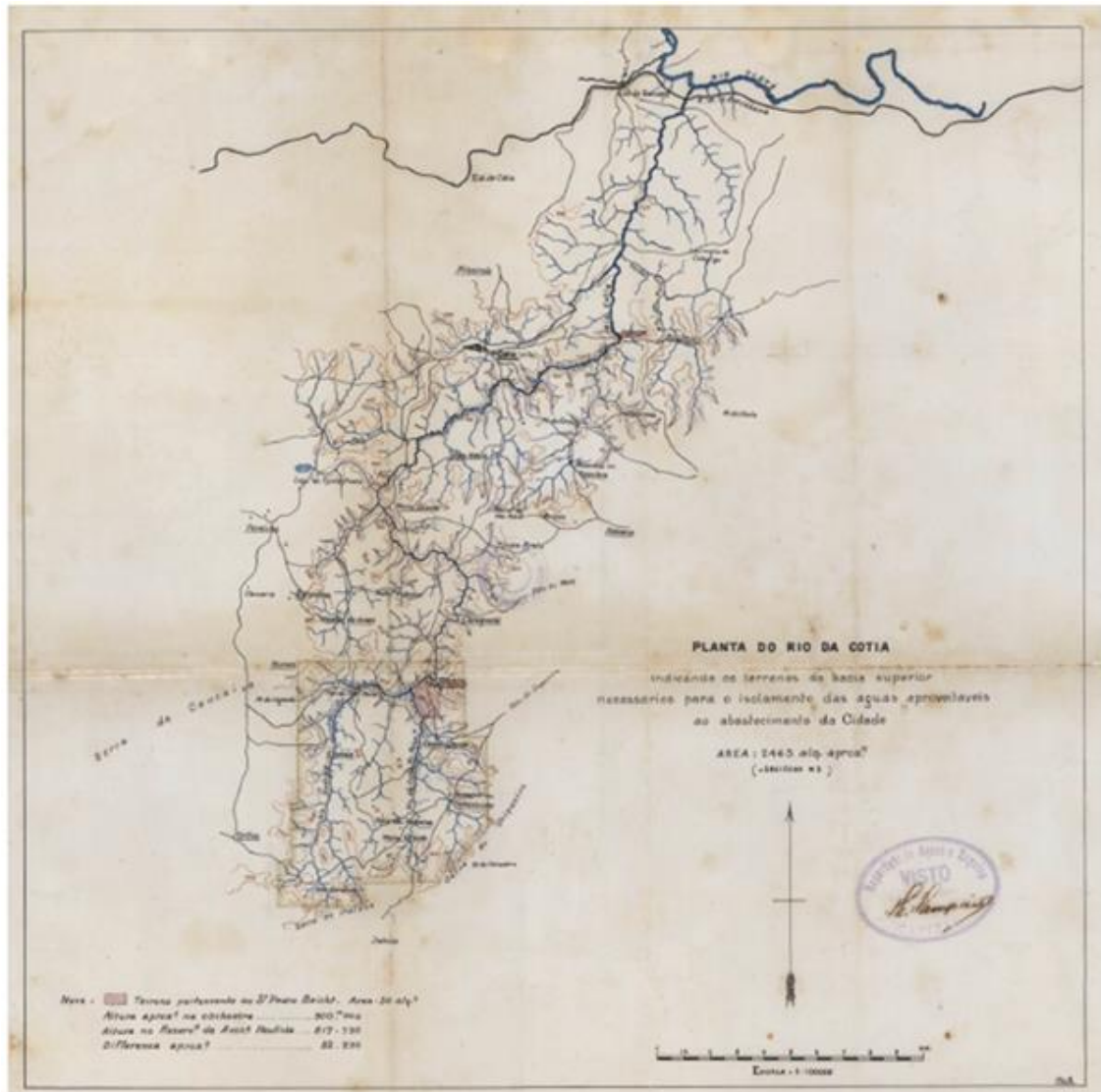


FIGURA 08 - Planta do Rio Cotia, elaborada por Theodoro Sampaio, onde se observa o terreno que pertencia a Pedro Beicht, (nota-se o carimbo do RAE com a assinatura e a data 1901).

O relato do Sr. Mateus Manoel Oliveira²²¹ nos descreve as desapropriações e a origem do termo MATA DO GOVERNO E MATA DA BACIA, como muitos dos antigos moradores da Reserva Florestal do Morro Grande.

Sr. Mateus Oliveira - É Mata do Governo! Porque existia o pessoal que vivia nessa região da Mata aí isso foi tomado pelo Governo. O Governo veio e tomou a mata toda! Até onde ele fez as divisas e aquele pessoal saíram de lá...aqueles residentes que moravam lá que tinham as suas roças que tinham as plantações, saíram de lá. Inclusive eu tenho a noção que minha avó morou dentro da Reserva. Então, acho que por volta de 1907, 1908 que o governo veio, tomou a Mata toda e aquele pessoal saiu de lá. Aqueles residentes que moravam lá, que tinham suas plantações, saíram de lá. Por isso que tinha esse nome MATA DO GOVERNO.

Luciane Oliveira - fala mais ou menos o ano que o governo tomou?

Sr. Mateus Oliveira – Então, mais ou menos, eu acho que por volta de

221 Sr. Mateus Manoel Oliveira / Luciane Cristiane Oliveira / André Domingues - roda de conversa virtual realizada 10/ABRIL/2021.

...1907, 1908, por aí que foi tomado...que o governo acampou essa Reserva e tirou o pessoal... os moradores da Reserva, que hoje é Reserva, né? É por isso, que tem o nome Mata do Governo.

E também tem outro nome... é Mata da Bacia, que é, porque toda a Reserva, toda aquela região que a água da chuva, só vai caindo pra dentro da Mata, nada sai... só pra dentro da Mata! Por isso, que chamava Mata da Bacia, para recolher toda essa água da chuva, já ir pros córregos do rio Pequeno, pra ir pro Grande... e o Grande vinha pra a Estação de tratamento.

André Domingues – Aqui em Caucaia, a gente chama de Mata da bacia.

Sr. Matheus Oliveira - Exatamente! E é essa bacia que seria para a captação de água da Chuva, que a água de vez de sair pra fora, ela entrava tudo pra dentro da Mata e de dentro da Mata, ela ia pros Córregos Pequenos (até onde eu conheço) e depois ia pro Rio Maior, que traz água pra Represa. Entendeu?²²²

Sobre as desapropriações de terras nos relatórios do RAE elaborado por Theodoro Sampaio para a Secretária da Agricultura e do Comércio, encontramos as relações dos moradores no vale do Rio Cotia acima da cachoeira Pedro Beicht (rio acima e rio abaixo), do Vale do rio Capivari (começando pelos terrenos do Sr. Pedro Beicht), são Camargos, Ribeiros, Pires, Soares, Felix, Rosas, Moraes, Gonçalves proprietários de terras que alocavam as suas terras para os outros sitiantes menores (meeiros), esses por sua vez não são mencionados no documento.

Muitos desses sitiantes que moravam no Vale do Rio Cotia e do Vale do Rio Capivari, segundo as narrativas de memória dos antigos operários e moradores da Vila do DAE eram membros de suas famílias, boa parte dessa população eram imigrantes e ex -escravizados. Muitos deles, com o represamento do território, foram absorvidos como operários para a construção das obras da Barragem Nossa Senhora das Graças e da Represa Pedro Beicht. A narrativa de memória do Sr. Jurandyr Diniz, é esclarecedora sobre esses moradores e sobre a questão da posse da terra.

Sr. Jurandyr: [...] “o que aconteceu com esses moradores? **Muitos vieram para cá receber, dizem que eles receberam dinheiro, não sei e compraram terras pra cá, outros foram embora e muitos ficaram por aqui. E muitos deles se tornaram funcionários da Companhia** que estava construindo as barragens.... Inclusive, meu avô era português, minha avó tinha pensão nessa Barragem Pedro Beicht. (08:03)

Entrevistadora: Essa pensão que tinha aqui?

Sr. Jurandyr: ...Não! Não essa pensão aqui! pensão lá improvisada por seus Esse tempo que minha vó falava da pensão, várias pessoas davam pensão para os trabalhadores. (08:43) A grande quantidade de trabalhadores naquele tempo, eles falavam, a maioria era portugueses, foi logo depois da abolição da **escravatura, Portugueses, Italianos, Espanhóis e muitos dos sitiantes, trabalharam lá ah, e ex escravos também, filhos de ex escravos trabalhavam lá**. Isso o que eu sabia da história, mais ou menos da construção da barragem. Depois da minha história ainda, já vem do tempo

222 Narrativa de memória do sr. André Domingues e do sr. Mateus Oliveira na Roda de Conversa Virtual realizada em 10/abril/2021

meu aqui de criança.²²³

O município de Cotia é **reconhecido ainda hoje** como parte do Cinturão Verde da Região Metropolitana de São Paulo.²²⁴ A inserção de Cotia neste Cinturão, porém, deita raízes não apenas nos aspectos ambientais, abundância de mananciais, Mata Atlântica e outros elementos. A origem desse título é uma referência direta à significativa participação de Cotia no abastecimento agrícola da Grande São Paulo. Calcula-se que, até década de 1960, essa participação chegou a 40% do total distribuído nos mercados de São Paulo. Ainda de acordo com Ernani da Silva Bruno, a partir da década de 1920, criou-se em torno de São Paulo uma área dedicada à produção agrícola:

Essa zona hortense – através de áreas mais ou menos especializadas em determinados produtos e cultivadas por elementos de certas nacionalidades – amplia-se constantemente, respondendo a necessidade de produção de gêneros para a população paulistana. **Em direção a Cotia, campos cultivados por japoneses.** Na direção da Serra da Cantareira, Guarulhos e Mogi, portugueses e espanhóis²²⁵

No que se refere a produção agrícola de Cotia tema o qual pesquisamos no mestrado, sabemos que, desde a década de 1920, essa foi incrementada pela chegada de imigrantes japoneses²²⁶, mas por meio das entrevistas de moradores do Bairro do Caiapiá e agora do Morro Grande se confere que a existência de um complexo maior de trabalhadores, de nacionalidades diversas na cadeia produtiva que abastecia São Paulo com hortaliças, legumes e outros gêneros rurais.

Ao descrever os fatores que levaram ao aumento da população imigrante no Município de Cotia, Savioli argumenta que entre eles estão: a agricultura comercial, instituída pela Cooperativa Agrícola de Cotia, constituída na sua maioria por imigrantes japoneses, pela indústria de produção de carvão vegetal e tijolos para as construções da Capital e pela construção da Barragem e da Represa Pedro Beicht nas décadas de 20 e 30.²²⁷

Até 1920 população de origem europeia estava envolvida com o pequeno comércio da Vila, pela indústria primária (carvão e tijolos) que dava suporte

223 Trecho da conversa concedida pelo Sr. Jurandyr Diniz realizada 07/03/2019.

224 Cinturão verde é uma área verde que pode ser composta por parques, chácaras, reservas ambientais, jardins ou pomares localizados ao redor de uma cidade (na área periférica).

225 BRUNO, E. S. Histórias e tradições da cidade de São Paulo. São Paulo: José Olympio, v. 3, 1954, p. 1352.

226 Tema que analisamos na dissertação de mestrado em que trabalhamos a História e a Memória do Sítio do Mandú em que entrevistamos a comunidade do Bairro do Caiapiá. IN: NOSEDA, Vilma Cristina Soutelo Assunção et al. Era uma casa... Muito engraçada... A memória do Sítio do Mandú. 2017.

227 SAVIOLI, Mario Luiz. A cidade e a estrada: as transformações urbanas do município de Cotia ao longo da rodovia Raposo Tavares. São Paulo EDICON, 2007. p.47

ao crescimento da Capital e pela produção rural, únicas atividades possíveis no Município. Após 1920, no momento em que as obras das barragens passaram a ser construídas, essa população emigrante era 850 pessoas, a maioria de portugueses. A população emigrante estrangeira, em 1940 era de 1277 pessoas, sendo que entre 1920 o acréscimo foi de 665 pessoas. A população emigrante nacional em 1940 era constituída de 241 pessoas.²²⁸

A historiografia oficial do Município pouco se refere à presença desses imigrantes, com exceção do papel da imigração japonesa principalmente da sua importância na constituição da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC)²²⁹. Sobre a presença de imigrantes de outras nacionalidades há pouquíssimas citações e, no que se refere a população indígena e africana, não se escreve uma linha. Curiosamente, vale lembrar que Cotia de 1790 a 1819 é uma região rural voltada para a economia de subsistência, em que a posse de escravos se encontrava amplamente difundida entre a população, destacando-se como proprietários os militares, as mulheres e os roceiros.²³⁰

Diferente do que se encontra na historiografia oficial, os relatos dos antigos moradores e trabalhadores da Vila DAE, coletados para esta tese, apontam de forma frequente a presença e diversidade destes outros **grupos étnicos**.

Sr. Daniel Fischer– Minha mãe e os pais dela eram alemães, né? Eles moravam ali no bairro da Graça, próximo ao convento do Padre Inácio... Meu pai, era o seguinte eles moravam ali no Embu, no Bairro da Ressaca, conhece?²³¹

Sr^a Adelaide Pignonato – A minha mãe falava: “Eu vim com 05 anos da Espanha, fugindo da guerra”. Eles vieram no porão do navio. Sempre ela contava... passaram fome.

Sr^a Júlia Quaglia: Eu não lembro, eu não lembro muito disso, ela só contava

228 Idem,2007p.47

229 A CAC provocou uma ruptura da dependência do minifúndio em relação ao latifúndio. Gradativamente, a Cooperativa estabeleceu e difundiu a viabilidade da pequena propriedade explorada intensivamente, através da rotação e diversificação de culturas. Com isso, trouxe uma nova realidade para a agricultura brasileira. Mostrou que a pequena área agrícola poderia ser rentável quando explorada de forma racional e sistemática, não estava vinculada somente à agricultura de subsistência e muito menos estava subordinada à grande propriedade. IN: HIRATA, N. O Processo de Inovação Tecnológica: o Caso da Cooperativa Agrícola de Cotia. ENANPAD 22º. CD-ROM (1998). p. 06. Disponível no endereço eletrônico: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_1998/ACT/1998_ACT7.pdf. Acesso em: 03/10/2016

230 SCHLEUMER.F. Além de açoites e correntes: Cativos e libertos em Cotia colonial (1790-1810). 1999.Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo. P. 148-159

231 Conversa com o sr. Daniel Fischer em sua casa em Vargem Grande realizada no dia 29/04/2019

que os pais que... **os avós dela, os pais dela, era filhos de escravo. E veio lá do Caputera, que minha mãe era negra e ela também ela veio de lá, do Caputera, era analfabeta, ela não sabia ler nem escrever e quando conheceu meu pai, meu pai era um italiano** que veio de São Paulo, branco, então meus avós achavam que minha mãe se casando com ele seria uma boa, uma boa investida, que ela ia ter tudo do bom e do melhor, né? E foi quando eles casaram e tiveram a gente, mas a minha mãe ela sempre foi a cabeça, a minha mãe ela sempre foi a que mais batalhou, pra criação da gente...²³²

Sr.^a Elizete Castro- A minha Mãe era filha de alemães com índio, né? Ai, vem a parte da Bisa, da avó que eram tudo de lá da barragem, era tudo de lá. Quando ocorreu a desapropriação para a criação da Reserva levaram os índios, muitos foram para o começo do Pico do Jaraguá e outros para Juquiá, Juquitiba. Eu não sei se já existia uma Reserva lá...²³³

Ainda no mesmo relatório do RAE elaborado por Theodoro Sampaio para a Secretária da Agricultura e do Comércio em 1901, o engenheiro concluía “que as **terras não eram de grande valor**” e com o objetivo de diminuir os gastos públicos deveriam ser consideradas como de utilidade pública pelo Estado.”²³⁴

A questão de que o solo da freguesia de Cotia se configurava como de péssima qualidade para o plantio, é uma constatação frequente entre diversos intelectuais ao retratarem a região comparada à moderna e urbanizada cidade de São Paulo. Mesmo com o investimento agrícola realizado pela Cooperativa Agrícola de Cotia, há duas décadas, Caio Prado Jr. descreve os arredores de São Paulo, como uma “paisagem agreste e despida de qualquer atrativo, onde o homem está ausente e a natureza é pobre e hostil.”²³⁵

Por fim, em 1910 a proposta de utilização das águas do Rio Tietê para o abastecimento público foi descartada. A Estação de Tratamento do Sistema Alto Cotia, como ficou denominada, foi construída, em duas etapas a primeira foi a construção da barragem para o represamento da Cachoeira Nossa Senhora da Graça, iniciada em 1914 e inaugurada em 1918.

A construção da estação de tratamento, cuja inauguração se deu em janeiro de 1918, foi executada durante a grande guerra, não pode a Repartição de

232 Conversa com a sr.^a Júlia Quaglia em sua casa no Morro Grande realizada no dia 15/03/2021

233 Conversa com a sr.^a Elisete Castro realizada no dia 17/06/2019

234 Relatório da Repartição de Águas e Esgoto da Capital ao Secretário da Agricultura e do Comércio e Obras Públicas realizado em 21 de junho de 1900 (ANEXO I)

235 PRADO JUNIOR. Caio. A cidade de São Paulo: Geografia e História. 1reimpr.da 2. ed.de 1989, São Paulo: Editora Brasiliense. S. A. 2004. P.33

Águas, por esse motivo, adquirir nos países estrangeiros uma instalação dotada do aparelhamento moderno da época. Teve assim que enfrentar o problema, cuja solução urgente lhe era imposta, lançando mão dos escassos recursos locais.²³⁶

O trecho acima extraído do artigo intitulado Inauguração da Nova Instalação para o tratamento das águas de Cotia, redigido pelo engenheiro químico Álvaro Cunha refere-se à construção da Barragem Nossa Senhora das Graças, nos chama atenção o lamento do engenheiro químico do fato de que a construção da barragem ser realizada durante o período da Primeira Guerra Mundial impossibilitando a aquisição do “nos países estrangeiros uma instalação dotada do aparelhamento moderno da época. lançando mão dos escassos recursos locais.”²³⁷

Apesar da ausência do tal “aparelhamento moderno da época”, nota-se que a conclusão da linha adutora do Rio Cotia, ficou responsável por abastecer os reservatórios de Vila Mariana, Araçá e Água Branca, chegando inclusive a ser aproveitada para atender à demanda da região da Penha (Zona Leste de São Paulo) e é reconhecida até os dias atuais por ser um projeto muito preciso para época, tanto que da barragem da Graças até a Vila Romana, são notados apenas 10 metros de desnível, um feito raro pelas condições da época²³⁸ por seu sistema de funcionamento em gravidade.

Acreditamos que a série fotográfica produzida sobre o Sistema Alto Cotia, foram elaboradas com objetivo de apresentar o avanço das obras na construção das estruturas (Barragem Nossa Senhora das Graças, linhas adutoras, aquedutos, a construção da própria represa Pedro Beicht e mais tarde, os tanques de tratamento e a Casa Química), uma vez que a questão da ampliação do sistema de abastecimento era uma das demandas que se estabelecia para a Repartição de Águas e Esgoto, perante o aumento populacional, os focos de epidemias que ocorriam na cidade e, mais tarde, a preocupação gerada pela estiagem de 1925.

Algumas dessas fotografias que registraram a construção das estruturas do Sistema Alto Cotia se encontram no site Memória Sabesp, outras como os cartões postais foram apresentadas pelo Sr. Francisco Andrade. Originalmente essas séries de

236 Rev. Boletim da Repartição de Águas e Esgotos – Secretaria da Viação e Obras Públicas de São Paulo. Ano I novembro 1936. Número 3. P. 301 -13 Disponível: http://revistadae.com.br/artigos/artigo_edicao_3_n_1346.pdf

237 Idem, p.302

238 O Aqueduto Alto Cotia encerrou suas atividades em 28 de fevereiro de 2000, porém, uma parte das instalações, que vai da Barragem da Graça até a Estação de Tratamento é usada ainda hoje, passará por uma reforma, onde será construída a nova Barragem. **Alto Cotia faz 90 anos (notícia) - Publicado em 18/12/2007**

fotos também compõem parte dos Relatórios da Repartição de Águas e Esgoto²³⁹, mais tarde, em 2007, algumas destas foram selecionadas e utilizadas na série de Cartões-Postais em comemoração aos 90 anos do Sistema Alto Cotia. Não temos as datas exatas e nem a autoria das mesmas.

Nessas séries de fotografias tanto do site Memória Sabesp, como o acervo dos cartões postais apresentados pelo Sr. Francisco Andrade, a presença dos trabalhadores e as condições de trabalho desses não se apresenta como foco principal, quando registrados sempre aparecem de perfil e a distância (FIGURA 09) ou de costas (FIGURA 09 e 10), realizando as suas devidas funções, mas também nos revela alguns *vestígios* sobre as precárias condições de trabalho destes operários e alguns dos materiais utilizados nas construções realizadas pelo DAE (FIGURA 11) como a utilização de concreto armado ao invés do ferro fundido²⁴⁰,

Ao mesmo tempo em que apresenta a utilização das próprias características geomorfológicas para a adoção do sistema de gravidade (FIGURA 12) além dos impactos de tais obras sobre a paisagem natural, podemos visualizar ao fundo da fotografia um pequeno fragmento de Mata Atlântica que compõem a Reserva Florestal do Morro Grande.

239 Em encontro posterior a realização da entrevista com o Sr. Francisco Andrade, n a frente do portão de sua casa e que ele nos apresenta essa série de cartões-postais. Ele pede para esperamos um pouco, adentra a sua casa e retorna com os cartões postais nas mãos e diz:” Achei que você ia gostar de ver isso”.

240 A utilização do cimento armado ao invés do ferro fundido foi tema de debates entre os engenheiros da Repartição de Águas e Esgoto. A questão é analisada pelo engenheiro técnico José Maria de Toledo Malta no artigo “Parecer sobre o emprego de tubos de concreto nas sub-adductoras da cidade de São Paulo. In: Boletim da Repartição de Águas e Esgotos – Secretaria da Viação e Obras Públicas de São Paulo. Ano I novembro 1936. Número 1. P. 09 -13



FIGURA 09 – Fotografia Empregados trabalhando nas obras de assentamento de uma derivação da 2ª linha do Cotia, na Alameda Tietê, pertencente ao Sistema Alto Cotia. Local: Alameda Tietê, São Paulo – SP. s/d. Disponível: <http://memoriasabesp.sabesp.com.br/acervos/acervos.asp>



FIGURA 10 – Fotografia dos trabalhadores nas obras de assentamento, do trecho localizado na Avenida Brasil, da 2ª linha do Cotia – Adutora por gravidade, pertencente ao Sistema Alto Cotia. Local: São Paulo – SP. Disponível: <http://memoriasabesp.sabesp.com.br/acervos/acervos.asp>



FIGURA 11 – Fotografia do Aqueduto de cimento armado – Cartão Postal Comemorativo dos 90 Anos da Estação de Tratamento do Alto Cotia – ACERVO MEMORIAL SABESP



FIGURA 12 - Fotografia dos Trabalhadores na construção da linha adutora do Rio Cotia - Araçá. Cartão Postal Comemorativo dos 90 Anos da Estação de Tratamento do Alto Cotia. Acervo MEMORIAL SABESP

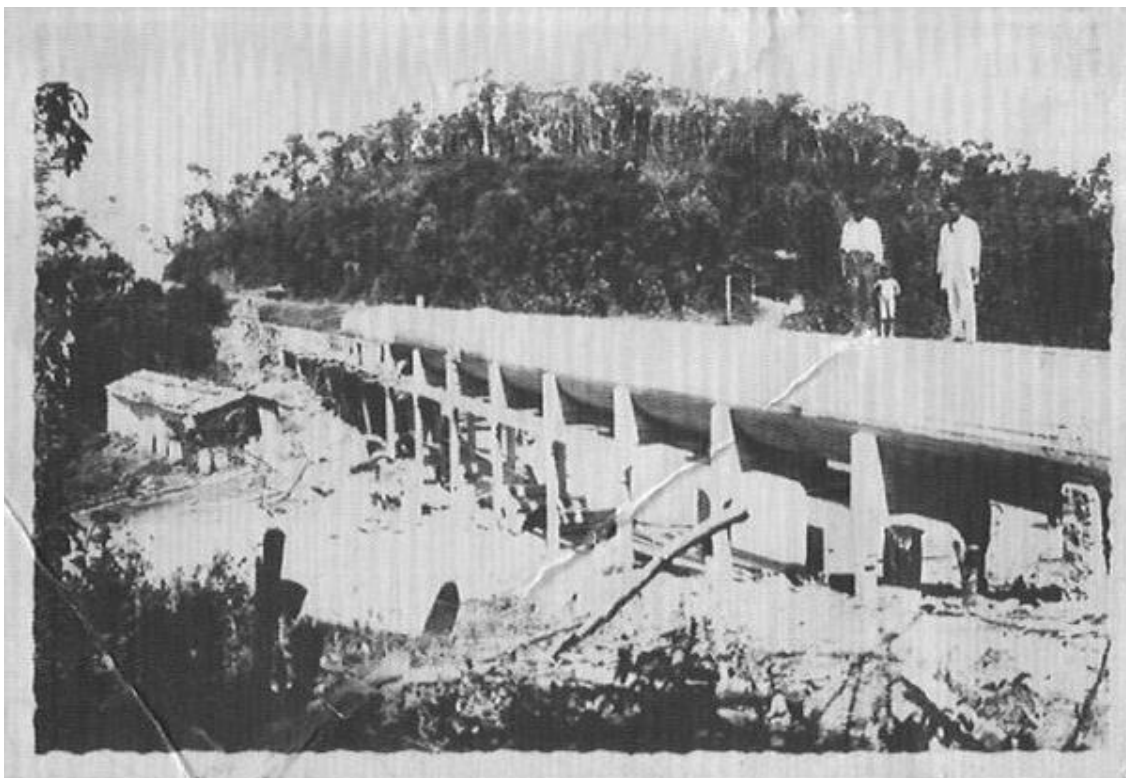


FIGURA 13 - Fotografia de Trabalhadores em cima do aqueduto junto com criança. Cartão Postal Comemorativo dos 90 Anos da Estação de Tratamento do Alto Cotia. Acervo MEMORIAL SABESP.

A Figura 13 apresenta a presença de dois homens adultos e uma criança, em cima da tubulação em concreto armado que estava em construção. Sabemos que a presença de crianças na obra em serviços paralelos, como levar o almoço para os seus pais – trabalhadores nos canteiros de obras da Represa Pedro Beicht, era algo comum e é lembrado nos relatos para esta tese pelo Sr. José Diniz e pelo Sr. Air de Albuquerque.

Sr. José Diniz – “...O meu pai veio pra cá, era moleque. O meu pai viu a construção da Represa Pedro Beicht, porque o padrao dele, servia comida lá, pros peões. Porque meu pai é de 1920, lá foi inaugurado. Pronto, em 1935, aproximadamente. Meu pai era moleque e ia levar comida pros peões da obra. Depois ele entrou e se aposentou no DAE.²⁴¹”

Sr. Air – “minha mãe tinha pensão, aqui na Vila, aquele casarão vermelho, ali era a pensão. Ela fazia comida e realizava a hospedagem, dos engenheiros, dos professores, mas de tudo que era gente que vinha trabalhar. No horário do almoço eu já saía correndo da escola e ia buscar o almoço e levava para o meu pai e para os outros. eu era pequeno, mas já andava por todos esses matos aí...era longe. Mas era bom!²⁴²”

O sr. Jurandyr Diniz relembra a questão do difícil acesso ao local da construção da Represa Pedro Beicht tanto pela topografia do local, como por se tratar de

²⁴¹ Conversa com o Sr. José Diniz em sua casa 12/07/2019

²⁴² Conversa com o Sr. Air em sua casa 10/03/2019

uma região composta por Mata Atlântica, com pouca estrutura para construções e ausência de maquinários e equipamentos de proteção, são presentes nas narrativas de memória do Sr. Jurandyr.

“eles contavam como que era feito o trabalho, não tinha máquina, máquina, maquinário, era feito tudo com carroça, tinha uns que tinha 30/40 carroças, outro tinha 80 carroças movido, puxado por burros e cavalos, é o trabalho que eles faziam na barragem, na preparação e construção da barragem, é o que eles falavam... tem fotografia disso, rodando por aí, eu já vi!

Esse tempo que minha vó falava ela tinha pensão, várias pessoas davam pensão para os trabalhadores.

Olha meu pai trabalhou e se aposentou no DAE, não eram nem DAE, era RAE, Repartição de Águas e Esgotos de São Paulo, depois virou DAE!

Meu avô materno, trabalhou no RAE, meu avô, segundo avô paterno, também trabalhou, meu pai, toda família trabalhou, eles já moravam lá tinham as terras e depois ficaram trabalhando na Companhia e viraram, depois pro Estado. Isso o que eu sabia da história, mais ou menos da construção da barragem. Depois vem a minha história ainda, já vem do tempo meu aqui de criança e depois adulto.²⁴³



FIGURA 14 – Fotografia de uma das carroças tombada durante a construção da Represa Pedro Beicht no Morro Grande – Acervo Memorial SABESP

As narrativas de memórias transmitidas de geração para geração, histórias de família recontadas oralmente e apresentadas por meio das

243 Conversa realizada com sr. Jurandyr Diniz e sr. Aparecida Diniz em sua casa, realizada em 07/03/2019

imagens/fotografias, dos quais a memória cultural como analisada por Assman havia apagado e a memória funcional/comunicativa faz questão de se restabelecer.

A comunicação entre épocas e gerações interrompe-se quando um repositório de conhecimento partilhado se perde. As anotações de nossos avós e bisavós só são legíveis nos termos das histórias de família recontadas oralmente. Há então um paralelo, entre a memória cultural, que supera épocas e é guardada em textos normativos, e a memória comunicativa, que normalmente liga três gerações consecutivas e se baseia nas lembranças legadas oralmente. Diminuição da memória em dois níveis memória cultural e comunicativa²⁴⁴

Jan Assman ao sintetizar as contribuições que Aleida Assman e ele próprio deram ao estudo da memória, explica o desmembramento do conceito de “memória coletiva”, de Maurice Halbwachs, em Memória Cultural e Memória Comunicativa. A memória cultural que foi remetida por Halbwachs categoria de tradição e, portanto, não priorizada por esse autor é tema dos estudos de ambos os autores, enfatizando que não desejam a substituição do conceito estabelecido por Halbwachs de “Memória Coletiva”, pelo contrário, caracterizam “Memória Cultural” e “Memória Comunicativa”, como dois modos diferentes de lembrar. Apesar da citação ser longa, acreditamos na sua importância ao analisarmos a memória comunicativa como objeto da História Oral, quando analisamos o problema da transmissão e da ressignificação do passado.

O termo “memória comunicativa” foi introduzido com o objetivo de delinear a diferença entre o conceito de Halbwachs de “memória coletiva” e a nossa compreensão de “memória cultural”. Memória cultural é uma forma de memória coletiva, no sentido de que é compartilhada por um conjunto de pessoas, e de que transmite a essas pessoas uma identidade coletiva, isto é, cultural. Halbwachs, todavia, o inventor do termo “memória coletiva”, foi cuidadoso em manter seu conceito de memória coletiva à parte do campo das tradições, transmissões e transferências, que nós propomos incluir no termo “memória cultural”. Preservamos a distinção de Halbwachs, dividindo esse conceito de memória coletiva em “memória comunicativa” e “memória cultural”, mas insistimos em incluir a esfera cultural, que ele excluiu, no estudo da memória. Não estamos, por isso, argumentando em prol da substituição de sua ideia de “memória coletiva” pela de “memória cultural”; em vez disso, caracterizamos ambas as formas como *modi memorandi*, dois diferentes modos de lembrar.²⁴⁵

Aleida Assman questiona o posicionamento dos que proclamam o fim da Memória e sua substituição pela História. “Com o advento da Modernização, a memória seria cada vez mais incorporada pela História, marcada por um discurso artificial e

244 ASSMANN, Aleida; SOETHE, Paulo. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Editora da UNICAMP, 2011.

245 ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. História Oral, v. 19, n. 1, p. 115-128, 2016.p. 118

racionalizado.” Para a autora, Memória e História não precisam se excluir e nem se recalcar mutuamente, os modos de recordar são definidos culturalmente e variam ao longo do tempo e segundo a formação cultural em que são formulados.

A autora argumenta que ao contrário da celebre proclamação de NORA²⁴⁶, o que vivemos atualmente é a intensificação da memória.

“Isso se deve ao fato de que a memória experiencial da testemunha da época, caso não se deva perder no futuro, deve -se traduzir em memória cultural na posteridade. Dessa forma a memória viva implica uma memória suportada em mídias, memoriais, museus e arquivos.”²⁴⁷

Desde sua invenção por Joseph Niépce (1827) e Jacques Louis Daguerre com seu daguerreótipo (1829) e depois com a sua popularização pela criação do norte americano George Eastman com a criação de uma máquina fotográfica simplificada, denominada *Kodak*, a fotografia trás no seu cerne a crença da veracidade incontestável.

Memória e Fotografia eternos enamorados, ligados pela ideia de credibilidade, a primeira significa a faculdade de reter as ideias, impressões, conhecimentos adquiridos anteriormente, lembrar, rememorar. Mas o esquecimento é o item constituinte da própria memória, “Só lembramos por que esquecemos”²⁴⁸.

Para que a memória se configure, se delimite, coloca-se antes de mais nada, o problema da escolha (seja ela consciente ou inconsciente), entre tantos estímulos diferenciados que nos chegam do mundo, alguns serão investidos a ponto de se tornarem traços mnemônicos, ao mesmo tempo em que outro serão segregados, esquecidos, sem que jamais se tenham convertido em memória.²⁴⁹

Portanto, não podemos ser ingênuos e acreditar que a Memória se constitui como uma zona neutra. Se faz necessário admitir que a Memória é instrumento de poder²⁵⁰ seja consolidada pelo Estado, pela sociedade ou pelo eu, com objetivo de consolidar uma identidade “uma força orgulhosa do eu” como afirma Jô Gondar.

admitir a relação de forças de entre memória e esquecimento implica admitir o quanto essa grande abstração chamada identidade é ficcional, o quanto ela

246 “Só se fala tanto de memória porque ela já não existe mais” In: NORA. Pierre. Entre História e Memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História, São Paulo: n. 10. p. 7-28, 1993

247 ASSMANN, Aleida; SOETHE, Paulo. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Editora da UNICAMP, 2011.

248 “Para que a memória se configure, se delimite, coloca-se antes de mais nada, o problema da escolha (seja ela consciente ou inconsciente), entre tantos estímulos diferenciados que nos chegam do mundo, alguns serão investidos a ponto de se tornarem traços mnemônicos, ao mesmo tempo em que outro serão segregados, esquecidos, sem que jamais se tenham convertido em memória.” IN: GONDAR, Josaida. Lembrar e esquecer: desejo de memória. Memória e espaço. Rio de Janeiro, v. 7, p. 35-42, 2000.P.35

249 Idem.

250 Ibidem GONDAR, Josaida. Lembrar e esquecer: desejo de memória. Memória e espaço. Rio de Janeiro, v. 7, p. 35-42, 2000.P.35

implicou numa escolha política - ou orgulhosa - o quanto ela se deve aos nossos interesses práticos. Não podemos falar de memória, articulando - a identidade, sem inseri-la num confronto de forças e sem levarmos em conta que a memória é antes de mais nada um instrumento de poder.²⁵¹

A fotografia por sua vez que do grego significa “escrita da Luz” foi agregada junto a Memória também a um status de “credibilidade” por registrar partes do mundo como “realmente” se apresentam.

O que Muad argumenta que ao se ultrapassar a ideia da fotografia como prova infalsificável de *analogon* da realidade, que permeou todo o início do século XX, em que se considerava a fotografia como um vestígio de um real, (o discurso do índice e da referência) passa a se compreender que entre o objeto e a sua representação interpõe-se uma série de adoções, convencionalizadas, tanto cultural como historicamente.

O ponto de partida é compreender a natureza técnica do ato fotográfico, a sua característica de marca luminosa, daí a ideia de indício, de resíduo da realidade sensível impressa na imagem fotográfica. Em virtude deste princípio, a fotografia é considerada como testemunho: atesta a existência de uma realidade. Como corolário deste momento de inscrição do mundo na superfície sensível, seguem-se as convenções e opções culturais historicamente realizadas.²⁵²

Em 1920 foram iniciadas as obras para a segunda etapa do Sistema Alto Cotia, em 1925, a cidade de São Paulo passa pelo que ficou conhecido como uma das maiores estiagens já vividas na Capital, assim, em 1927 foram iniciadas as obras da barragem Pedro Beicht, concluídas em 1933, sendo formado um lago artificial, denominado Reservatório Pedro Beicht, com capacidade de armazenamento de 15 milhões de metros cúbicos de água.

Ao analisarmos as fotografias divulgadas pelo site Memória Sabesp, como as utilizadas pelo Boletim Informativo do RAE, atual Revista do DAE ou a seleção realizada para a elaboração dos Cartões Postais, consideramos também o que Le Goff nos ensina que todo documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”²⁵³ .

Assim como no caso do Acervo fotográfico da SABESP, o documento é produto da instituição que o fabricou, segundo as relações de forças que nela detinham o

251 Idem ibidem p.35

252 MUAD. ANA MARIA. ATRAVÉS DA IMAGEM: FOTOGRAFIA E HISTÓRIA INTERFACES. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996, p. 73-98.

253 LE GOFF. Jacques. História e memória. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. – 5º ed. –Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 536).

poder. E resulta também do esforço da própria instituição para impor ao futuro determinada imagem de si própria. Como empresa moderna que mesmo com os obstáculos que a paisagem lhe impunha ou com a falta de matéria prima necessária para a realização de tais construções com o objetivo de proporcionar a “obtenção de uma água que se satisfaz às mais rigorosas exigências de potabilidade, como também proporcionará economia no tratamento.”²⁵⁴

Como as fotografias e perspectivas apresentadas no artigo “Novas instalações para o tratamento das Águas do Cotia” redigida pelo engenheiro químico Álvaro Cunha publicada na Revista Dae N°03, ou como era denominado na época Boletim Informativo da Repartição de Águas e Esgoto.

Vale lembrar que o lançamento do Boletim Informativo da Repartição de Águas e Esgoto ou Boletim da RAE (como ficou conhecida), em 1936 representou um acontecimento pioneiro de uma época muito significativa do desenvolvimento da engenharia sanitária no Brasil. Como Iara Regina define:

Nesse período, a Repartição de Águas e Esgotos de São Paulo assumiu o papel de uma verdadeira escola, de onde saíram grandes autoridades em sistemas de abastecimento e tratamento de águas e resíduos líquidos.²⁵⁵

O artigo do Engenheiro Químico Álvaro Cunha é uma prestação de contas sobre a aquisição do “aparelhamento moderno nos países estrangeiros”²⁵⁶, e da construção das novas instalações da Casa Química e dos novos filtros²⁵⁷ uma vez que a construção da estação de tratamento foi executada durante a guerra, o que impossibilitou a Repartição de obter o material e equipamentos modernos para tais construções, ao mesmo tempo que descreve a construção das novas instalações da Casa Química e dos novos Filtros.

Ao analisarmos as imagens publicadas no Boletim do RAE, referente as construções de tais estruturas do Sistema Alto Cotia o que percebemos é a manutenção

254 Boletim da Repartição de Águas e Esgotos – Secretaria da Viação e Obras Públicas de São Paulo. Ano I outubro 1937. Número 3. P. 09 -13

255 Em fevereiro de 1994 a revista parou de circular, voltando somente 14 anos depois em 2007. IN: CHAO, Iara Regina Soares. 1936–2016: 80 ANOS DA REVISTA DAE–O PERIÓDICO DE ENGENHARIA DA SABESP. In: IX Workshop de Editoração Científica. 2016.

256 Cinco firmas com materiais norte-americanos, ingleses e alemães, participaram da concorrência para as obras. A proposta vencedora da firma Byington & Cia cujo projeto, foi elaborado com materiais da Internacional Filter, foi a vencedora.

257 “A estação de Tratamento inaugurada em 1918 funcionou até os primeiros meses de 1937. De ano para ano, porém sua eficiência mais se distanciava da instalação dotada de aparelhamento moderno, aproveitando-se das câmaras de mistura e as e excelentes bacias de decantação da instalação antiga”.

da memória oficial da instituição, direcionada a preocupação em publicizar a adoção de tais tecnologias modernas, o que resultaria na maior potabilidade da água e principalmente economia no seu tratamento.



FIGURA 15 - Construção da barragem Pedro Beicht - sistema de abastecimento de água do Alto Cotia. Fotografia produzida em 11/6/1929. Acervo Memória Sabesp



FIGURA 16 - Obras de construção dos decantadores da Estação de Tratamento de Água do Alto Cotia. Situada em meio à Reserva Morro Grande, as obras da Estação, pertencente ao Sistema Alto Cotia, foram concluídas em 1937. Fotografia produzida entre 1935 – 1937. Acervo Memorial Sabesp.

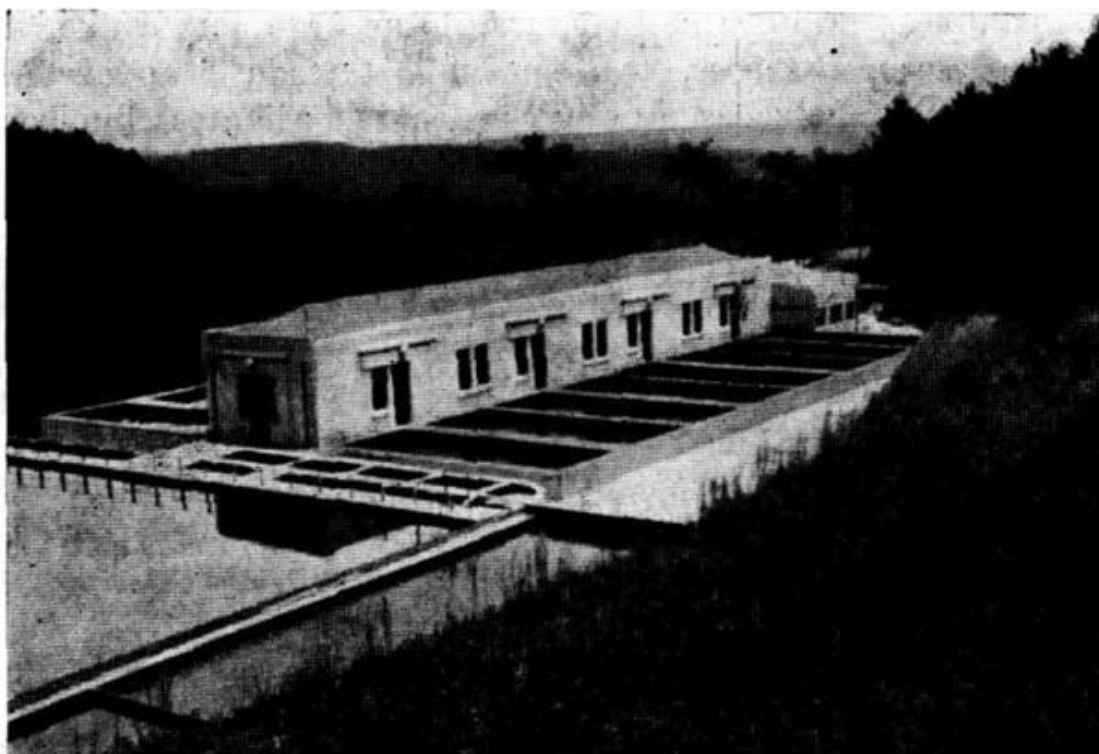


FIGURA 17- Fotografia da- Instalação dos Filtros. Disponível: http://revistadae.com.br/artigos/artigo_edicao_3_n_1346.pdf

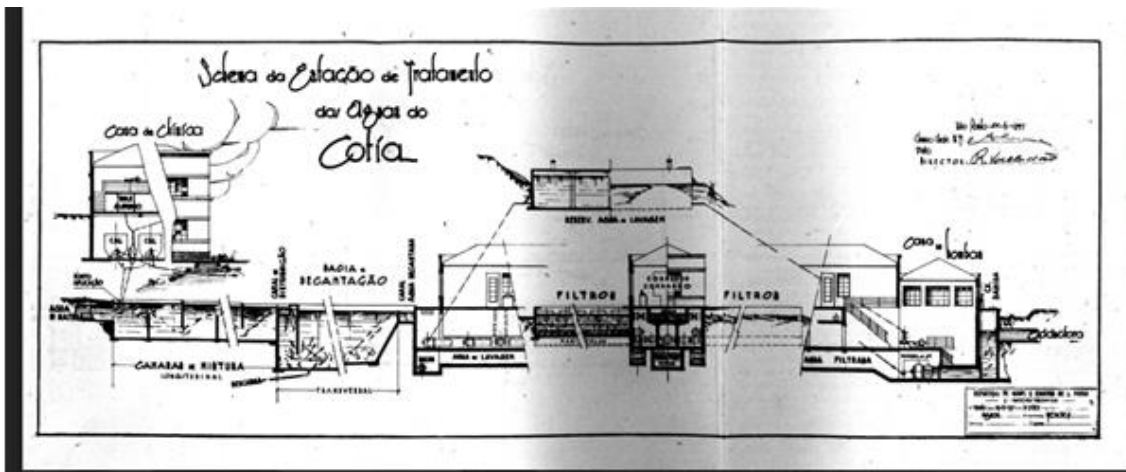


FIGURA 18a – Perspectiva do Sistema da Estação de Tratamento das Águas do Cotia – Repartição de Águas e Esgotos do Estado de São Paulo - Desenhista Mendes realizado em 19/06/1937. Disponível: http://revistadae.com.br/artigos/artigo_edicao_3_n_1346.pdf

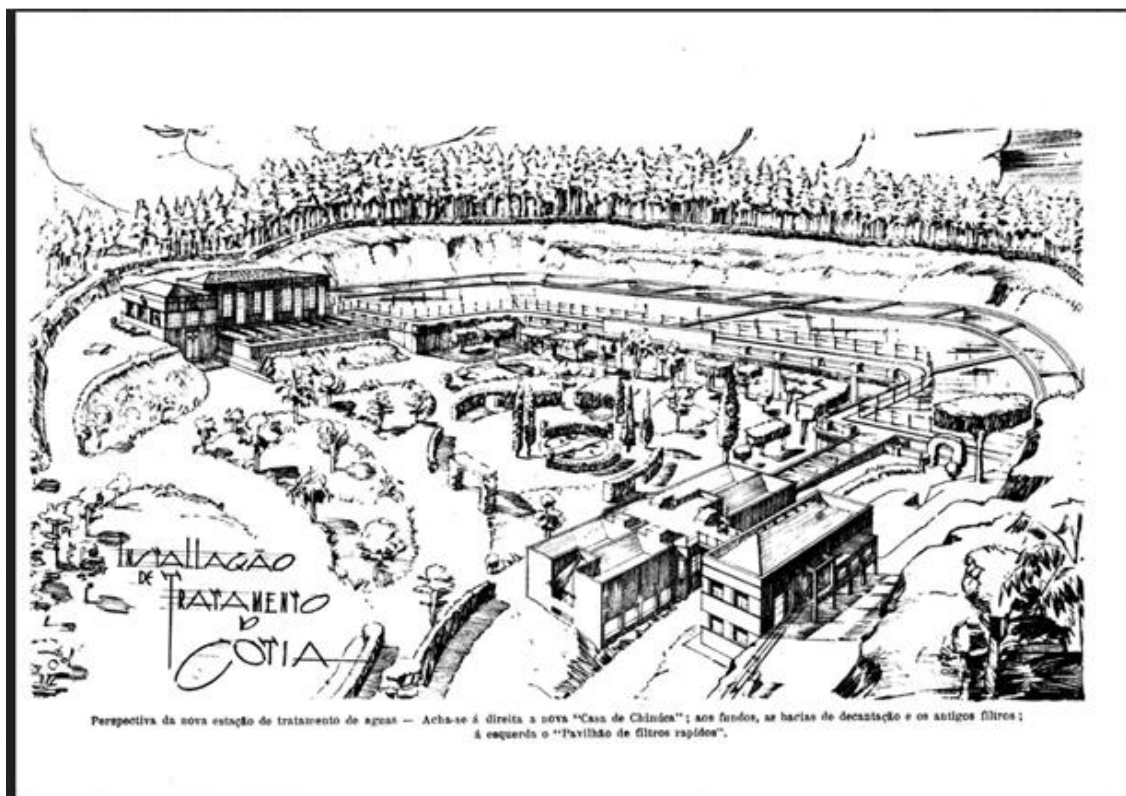


FIGURA 18b - Perspectiva da Nova Estação de Águas – Acha-se à direita a Nova “Casa Chimica”: aos fundos, as bacias de cantação e os antigos filtros; à esquerda o “Pavilhão de filtros rápidos”. Disponível: http://revistadae.com.br/artigos/artigo_edicao_3_n_1346.pdf

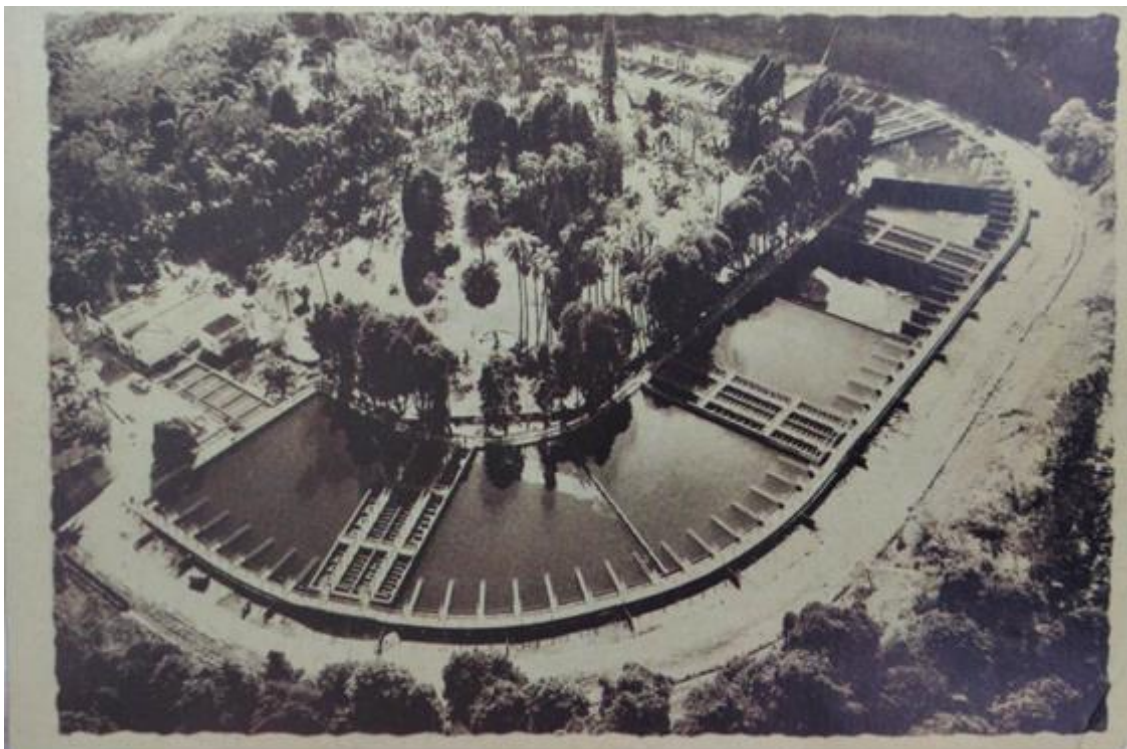


FIGURA 19 – Fotografia da Estação de Tratamento do Alto Cotia - Cartão Postal Comemorativo dos 90 Anos da Estação de Tratamento do Alto Cotia. Acervo SABESP.



FIGURA 20- Fotografia do Salão da Casa Química - Cartão Postal Comemorativo dos 90 Anos da Estação de Tratamento do Alto Cotia. Acervo SABESP.



FIGURA 21 - Fotografia do Verso do Cartão Postal com o Selo Comemorativo dos 90 anos do Sistema Alto Cotia (2007)

A elaboração dos cartões postais confeccionados em razão dos “90 anos do Sistema Alto Cotia” pela SABESP em parceria com a Secretária de Saneamento e Energia e o Governo do Estado de São Paulo, são imagens produzidas em diferentes épocas, que retratam elementos técnicos, o que se percebe ao analisarmos tais cartões postais é a manutenção da memória de uma empresa moderna e de vanguarda ao na adoção de soluções modernas na construção do Sistema Alto Cotia. Apresentam os materiais utilizados nos aquedutos, como as estruturas de “última geração”. Ao questionarmos o Sr. Francisco Andrade sobre como havia conseguido tais cartões-postais, elaborados em 2007, ele respondeu: “O Supervisor me deu, eles estavam tirando algumas coisas da Casa Química e ele me deu.”²⁵⁸

O Salão da Casa Química era até 2018 o espaço que guardava uma pequena exposição, com alguns equipamentos utilizados, como o dosador hidráulico de

258 Conversa com o Sr. Francisco Andrade e com sua filha Andrea Andrade em frente à sua casa realizada em 05/04/2019

sulfato de alumínio, livro de registro de produtos utilizados para a decantação e filtragem da água e as fotografias que acabamos de apresentar nessas pesquisas e *banners* retratando a fauna e flora existente na RFMG. Tal espaço recebia a visitação de grupos escolares e outros. Foi desmontado com a mudança da gestão da Sistema Alto Cotia²⁵⁹ e atualmente o agendamento das visitas ao Sistema Alto Cotia não é mais realizado.

O responsável pela exposição no salão da Casa Química era o administrador Sr. José Roberto Nali, em entrevista ele mesmo antigo morador da vila do DAE relata a sua preocupação sobre a preservação do acervo e sobre a Vila do DAE.

Sr. Nali. Aqui temos esses livros que contam algumas das histórias da construção da barragem do Pedro Beicht.

Esses livros eu preservo, para deixar no museu um dia! Não sei se vou conseguir!

Cris. O negócio não perder a esperanças Sr. Nali.

Sr. Nali. Esse aqui é o livro do ponto da barragem.

e esse aqui é o controle de estoque.

Esse aqui é o boletim de tratamento de 1920.

Cris. Sobre os materiais que eram utilizados para o tratamento?

Sr. Nali. Sim, na verdade é um boletim bem simples.

Eu tenho descrição pluviométrica de um terreno de 1916 é lindo!

Não diz nada, mas é a coisa mais bonita que tem.

Cris. O senhor é que guardou tudo isso?

Nali. Eu achei e guardei. Não sei até quando eu vou conseguir preservar. Porque as casas, a sede, a vila essas tinham que ter um olhar, uma gestão com mais cuidado, chegou a ter de sair alguma coisa com a ideia do Polo, mas só saiu a UBS e mais nada.²⁶⁰

Ao analisarmos o processo nº 20519/78 referente ao tombamento da RFMG, realizado pelo CONDEPHAAT encontramos o ofício GP – 71/78 de 10 de abril de 1978, endereçado ao presidente da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (EMPLASA)²⁶¹, em que o órgão realiza um requerimento das folhas de restituição e das fotografias ampliadas na escala 1:10:000 correspondente a área do Morro Grande.

O mesmo ofício assinado então pelo presidente do CONDEPHAAT na época o arquiteto Nestor Goulart Reis Filho, continua “Manifestamos o nosso interesse em obter cópias das fotografias tiradas no último voo de helicóptero sobre a Reserva

259 O responsável pelo acervo da exposição era o administrador Sr. José Roberto Nali, em entrevista ele mesmo antigo morador da vila do DAE relata o seu sonho que se tivesse um olhar mais cuidadoso

260 Conversa com o Sr. José Roberto Nali realizada na Estação de Tratamento do Alto Cotia em 11/02/2019

261 Endereçado ao presidente da EMPLASA Dr. Eurico Andrade Azevedo, aos cuidados Dr. Lúcio Gregori. A requisição pede também as fotografias da área de Jaraguá/Cantareira, folhas nº 60,61,62,63/78,80,84/96,97,98,99 (12 folhas). Tal conjunto de fotos foi encontrado acervo aerógrafo do IGC da cidade de Cotia – foto 282,283,284,285 todas de 21/05/1940. Referentes ao Reservatório de Cotia e a Represa Pedro Beicht. Acervo Iconográfico – Unidade do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

Florestal do Morro Grande, com objetivo de definir o estado atual de seu recobrimento vegetal”.²⁶²

Essas 04 aerofotografias realizadas pela Escola Nacional de Força Aérea a pedido do Instituto Geográfico Cartográfico de São Paulo (IGC) constituem o corpo documental do processo Nº 20519/78. Podemos notar com este material o foco principal sobre a paisagem natural e sobre as estruturas do Sistema Alto Cotia, que aparecem novamente nessas imagens. Por sua vez, a vila e suas estruturas são apresentadas em um plano secundário (FIGURA 23). Mas um fato revelador/dado importante é que esse conjunto de fotos é elaborado em 1940, (onde podemos localizar as estruturas da Vila Operária do DAE)²⁶³.



FIGURA 22 – Fotografia aérea da Represa Pedro Beicht²⁶⁴ Acervo Iconográfico – Unidade do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

Como comentamos anteriormente, essas fotografias são anexadas ao processo de tombamento da RFMG, processo esse realizado a partir da demanda da

262 Idem

263 Não encontramos a data de fundação da Vila Operária do DAE, nem mesmo as plantas baixas da mesma.

264 Legenda conforme as anotações que se encontram no verso da fotografia

sociedade civil organizada²⁶⁵, que adentra com o pedido de preservação no CONDEPHAAT como solução emergencial perante a ameaça de desmatamento de parte de sua área para a construção do Aeroporto Metropolitano de São Paulo, proposto durante o governo de Paulo Egydio Martins no período de 1975 à 1978. O que por sua vez, privilegiou somente a preservação da paisagem natural do Morro Grande, que por fim se consolidou diferente do posicionamento teórico e prático do Professor Aziz Ab´Saber, como iremos debater mais adiante.

O Professor Aziz Ab´Saber utilizando-se do conceito de espaço total para fundamentar a proteção de áreas naturais pelo estatuto do tombamento, em palestra realizada na Conferência de Abertura da XIV Semana de Geografia (SEMAGEO)²⁶⁶, o Professor Ab`Saber apresenta a gênese do espaço considerado de um modo total o que envolve uma análise da estruturação espacial realizada por ações humanas de um espaço herdado da natureza.

Eu tenho que entender de uma certa área de uma região, ou de parte de um sub-espaço de uma região em termos de como os homens e a natureza evoluiu, os primeiros sobre os anteriores, e de como predaram e de como modificaram, e de como construíram um outro tipo de organização, que é a organização dos homens sobre a herança da natureza. Esse, para os países do tipo do Brasil, é um pensamento essencial. Tudo o que se faz em todas as áreas do Brasil, está se **fazendo sobre processos antrópicos acumulativos, em cima da herança de naturezas regionais, que possui diferenciações internas razoáveis, mas que são heranças de velhas situações da evolução dos seres vivos, os vegetais, os animais, os micro-organismos, e depois homens da pré-história e colonizadores. Então, o espaço total, historicamente é sempre acumulativo. É a acumulação das ações antrópicas sobre ações antrópicas de diferentes épocas, e sobre uma natureza que é a base, é o suporte ecológico de todas as atividades, e que se modifica fundamentalmente se a pressão do capitalismo selvagem se fizer de um modo liberalizado por todos os espaços.** Vocês não tenham dúvida, a única possibilidade de bloquear a intensidade do capitalismo selvagem, sobre a natureza dos países inter-tropicais e sub-tropicais, está na questão ecológica.²⁶⁷

O aumento da quantidade de disciplinas interessadas em fazer da

265 Constituída no final do processo de tombamento por mais de 62 entidades e representada inicialmente pela Associação Paulista de Proteção à Natureza, presidida pelo jornalista e morador de Cotia Sr. Waldemar Paioli, a Sociedade Botânica do Brasil – Seção de São Paulo, representada por Nanuza Luiza de Menezes (presidente), o Movimento de Arregimentação Feminina e a Sociedade Brasileira de Paisagismo, representado por Rodolfo Ricardo Geizer

266Disponível:<https://profissoageografo.blogspot.com/2014/07/o-conceito-de-espaco-total-de-aziz.html#:~:text=Nesse%20sentido%2C%20o%20espa%C3%A7o%20total,tentam%20defender%20a%20m.uito%20custo.>

267 AB´SÁBER, Aziz. O Conceito do Espaço Total e a problemática da reorganização dos espaços regionais. In: LOCH, Ruth e CAMPOS, Nazareno. (Org.) Resgate Histórico das Semanas de Geografia da UFSC. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1995. p. 96-104 p. 101

paisagem seu campo de estudo e de intervenções, dentro das ciências humanas como a sociologia, a história, urbanistas, arqueólogos, urbanistas, ecologistas e geógrafos transformam a paisagem em conceito polissêmico.

A distinção entre paisagem natural e paisagem cultural, posição sustentada por alguns geógrafos físicos que se valem de um tipo de “naturalismo” enfrenta sérias críticas, tanto no plano da filosofia quanto da antropologia, como da própria Geografia e por que não dizer da História.

O geógrafo físico francês George Bertand um dos teóricos que irão embasar o conceito de espaço total de Ab´Saber ao desenvolver uma análise integrada da paisagem na década de 60, na qual culmina em uma gama de aplicações, expandindo-se pelas pesquisas brasileiras, define a função/papel/método da Geografia Física:

“Geografia Física não está destinada a substituir, nem mesmo a concorrer com outras áreas de estudo, que aliás as nutre. Sua função essencial é, portanto, de redescobrir a geografia física tradicional e de fazer diretamente apelo às ciências biológicas e as ciências Humanas”²⁶⁸

A Paisagem para Bertand deve ser entendida como uma totalidade específica que não se limita aos elementos naturais e humanos e sim as combinações que a constituem

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. A dialética tipo-indivíduo é próprio fundamento do método de pesquisa. É preciso frisar bem que não se trata somente da paisagem “natural”, mas da paisagem total integrando todas as implicações da ação antrópica²⁶⁹

Assistimos a partir dos anos 1960, portanto na Geografia a transformação do seu olhar ao incluir os fatores humanos na sua configuração e o foco da análise passa a ser a produção da paisagem como uma construção social.

Paisagem e espaço, são conceitos que possuem uma relação crucial, com missões semelhantes e que podem causar alguma confusão. Para Milton Santos

“A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o Homem e a Natureza. O espaço são as formas, mas a vida que os anima”²⁷⁰

268 BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global. Esboço metodológico. Raega-O Espaço Geográfico em Análise, v. 8, 2004

269 Idem

270 SANTOS. MILTON. A NATUREZA DO ESPAÇO. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo. HUCITEC. 1996

Porém, John Jackson afirma que a paisagem não é espaço, mas sim, “a paisagem é um conjunto de espaços, espaços esses transformados pelas relações humanas”²⁷¹

É assim que deveríamos considerar as paisagens: não somente em função de sua aparência ou de sua conformação a tal ou tal ideal estético, mas também de acordo com sua maneira de satisfazer as necessidades elementares como a de dividir algumas de suas experiências sensoriais numa situação familiar: canções populares, pratos populares, uma espécie particular de clima que supostamente não se encontra em nenhuma outra parte, um esporte ou jogo especial, que só se praticaria naquele lugar. Estas coisas que nos lembram do que nós somos, ou que vimos, de um lugar particular: um país, uma cidade, um bairro. Uma paisagem deveria estabelecer um laço entre as pessoas, o laço que cria a língua, as maneiras, a prática do mesmo tipo de trabalho ou de lazer, mas sobretudo uma paisagem deveria conter o tipo de organização espacial que favorecesse essas experiências e essas relações: espaços para se reunir, para celebrar, e espaços para a solidão, espaços que não mudam nunca e permanecem sempre tal como a memória os pinta para nós. São estas algumas características que dão a uma paisagem seu lado único, que lhe dão um estilo, e que fazem com que nos lembremos delas como emoção.²⁷²

Ao mesmo tempo a paisagem é um espaço social, a organização espacial da paisagem traduz a forma de organização da sociedade, bem como as representações e os valores culturais que atuam nessa sociedade, próxima da definição elaborada por Ab’Saber, em que

a paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades.²⁷³

A visão inovadora da paisagem como legado realizada por Ab’Saber será condicionante fundamental para a inserção da paisagem no contexto das políticas culturais de preservação de áreas naturais, mas que por fim, pela mudança do olhar e sentidos do próprio órgão responsável pela preservação (CONDEPHAAT) não se consolida.

Por sua vez, consideramos a paisagem da RFMG e da Vila Operária do DAE como palimpsesto, ou seja, como enigma a ser decifrado, em busca de tempos e espaços antigos, que em um primeiro olhar não são revelados. Como os antigos pergaminhos no qual se apagava a primeira escritura para o reaproveitamento por outro texto, mas onde a raspagem de um não conseguiria apagar todos os caracteres antigos, deixando *vestígios* que podem ser recuperados.

271 JACKSON, John Brinckerhoff. *Discovering the vernacular landscape*. New Haven: Yale University Press, 1984, p. 5.

272 Idem *ibidem*

273 AB’SÁBER, A. N. *Potencialidades Paisagísticas Brasileiras*. In: *Recursos Naturais, Meio Ambiente e Poluição: Contribuição de um ciclo de debates*. FIBGE/SUPREN, v. 1, p. 19-38, 1977.

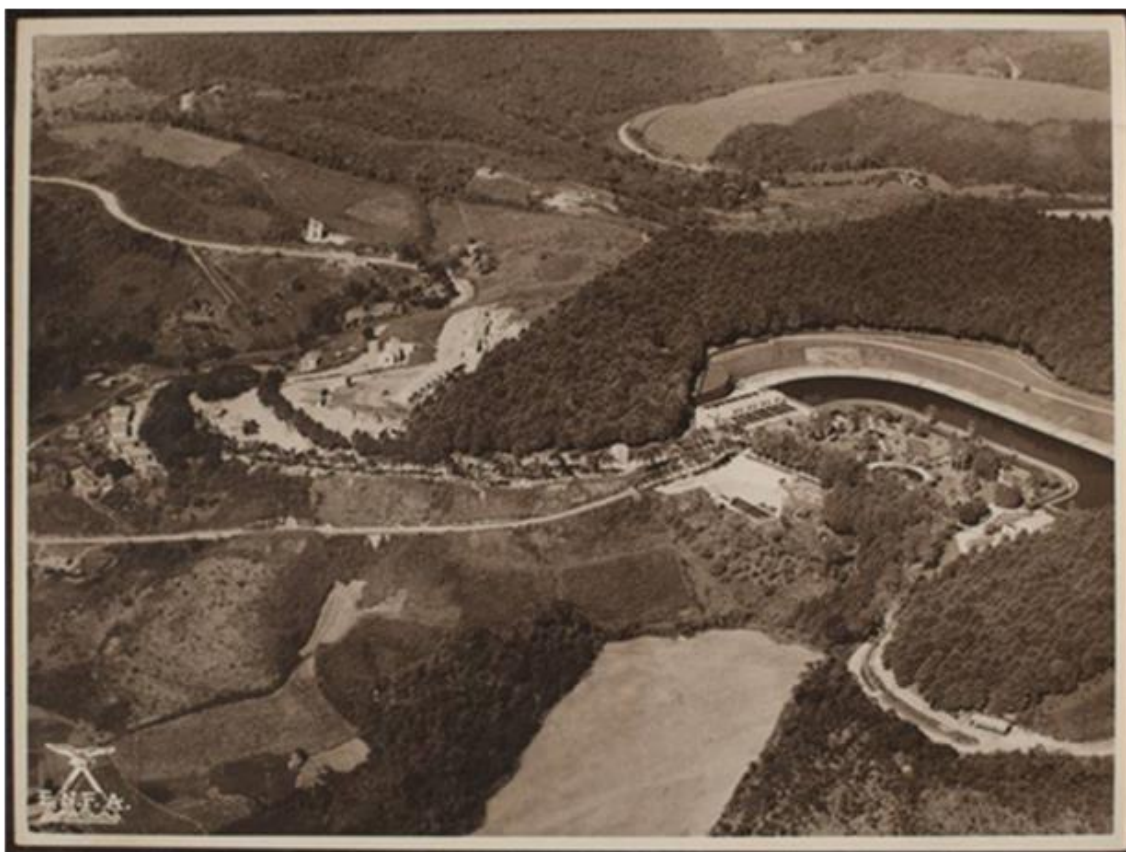


FIGURA 23 - Fotografia aérea - em primeiro foco a direita as estruturas da Estação de Tratamento do Sistema Alto Cotia e do lado esquerdo algumas estruturas da Vila do DAE (casas, galpão, a escola, a Sede, e a Igreja). Acervo Iconográfico – Unidade do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

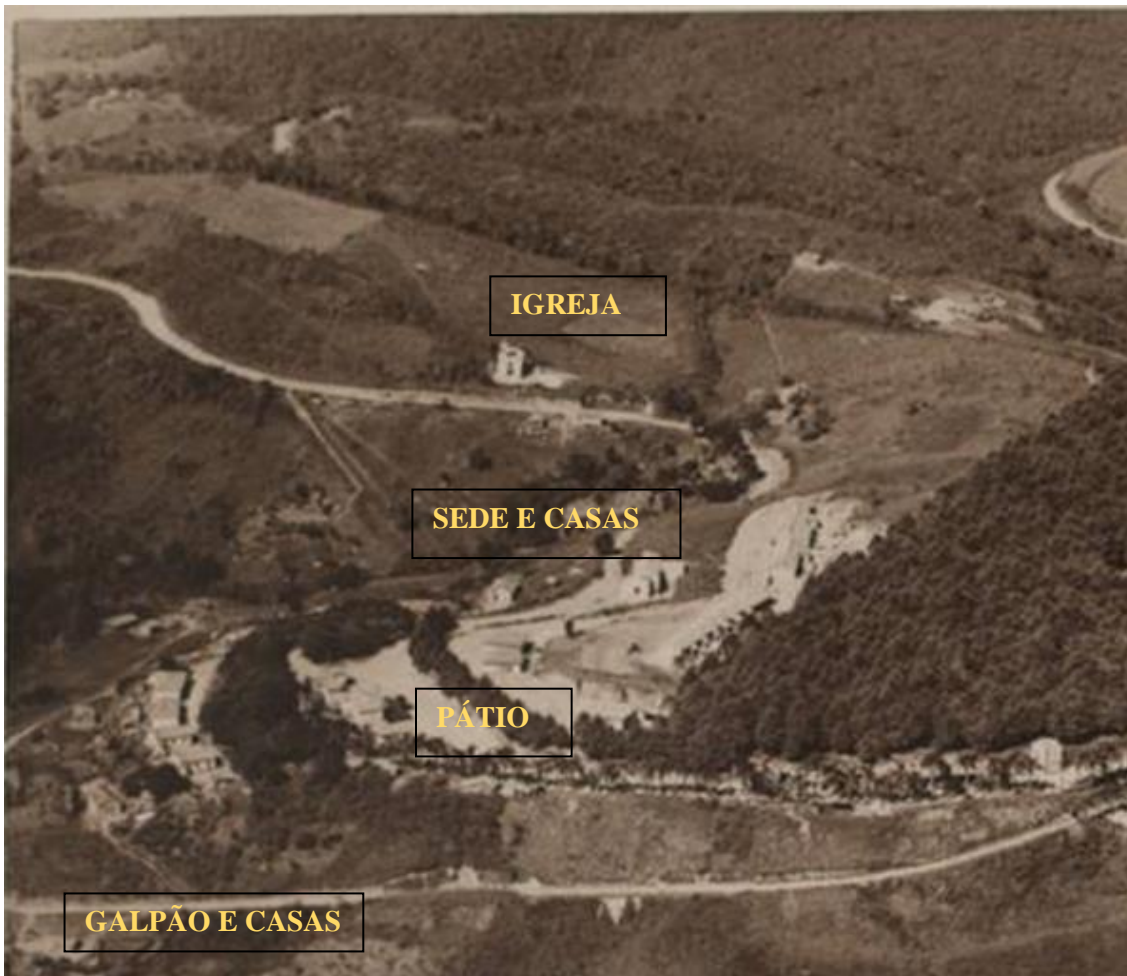


FIGURA 24 – Ampliação da fotografia (FIGURA 23) área da vila do DAE ao fundo a Igreja Nossa Senhora das Graças, da Sede, Pátio e do Galpão e de algumas casas. Acervo Iconográfico – Unidade do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

Nos anos 20 as fotografias aéreas tornaram-se ferramentas da arqueologia e da geografia histórica, o que possibilitou “revelar as pegadas invisíveis das civilizações hoje desaparecidas que foram definidas por seus métodos de implantação sobre o solo, o modo de agrupamento do seu habitat, às vezes pelo seu modo de dispor os locais de culto”. Em outras palavras, a fotografia de avião, como Besse argumenta “permitiu dar um fundamento demonstrativo, uma prova visual à sua afirmação segundo a qual a paisagem é essencialmente “cultural”.

Mas o que devemos nos questionar é o que significa de fato ver a RFGM do ponto alto e de longe ou a sobrevoo de asas de Ícaro, como define Certeau.

“Aquele que sobe até lá no alto foge à massa que carrega e tritura em si mesma toda identidade de autores ou de espectadores. Ícaro, acima dessas águas, pode ignorar as astúcias de Dédalo em labirintos móveis e sem fim. Sua elevação o transfigura em voyer. Coloca- o à distância. Muda num texto que se tem diante de si, sob os olhos, o mundo que enfeitiçava e pelo qual estava possuído. Ele permite lê-lo, ser um Olho Solar, um olhar divino.

Exaltação de uma pulsão escópica e gnóstica. Ser o ponto que vê, eis a ficção do saber.²⁷⁴

Atualmente, de modo geral compreende-se que desde o Renascimento a paisagem como “vista obtida de um lugar alto” corresponde a uma “produção ideológica da modernidade”, ou seja, como processo social é de ordem ideológica, foi instituída para ser uma representação que serviu ideologicamente para “neutralizar” a dimensão desigual das relações sociais, ocultando a realidade dos processos históricos e conflitantes que a produziram”. A fotografia aérea coloca-se a distância, pelo administrador do espaço (SABESP/CONDEPHAAT), do urbanista e do cartógrafo gera um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e desconhecimento das práticas daqueles que vivem abaixo.

Compreendemos a paisagem da RFMG e da Vila DAE como processo cultural, aliás acreditamos na enfática afirmação de Meneses de que expressão soa até como pleonástica pois toda “paisagem é sempre cultural” ou ainda como Besse defende: “Toda paisagem é cultural, não essencialmente por ser vista por uma cultura, mas essencialmente por ter sido produzida dentro de um conjunto de práticas (econômicas, políticas, sociais) e segundo valores que, de certa forma, ela simboliza.”²⁷⁵

E que por sua vez, sofre as alterações do tempo, que altera suas formas e funções, seja pela própria devastação ou regeneração de áreas naturais ou pela deterioração que o tempo causa a estrutura antigas ou pela ausência de manutenção das mesmas levando a sua substituição ou restauração/preservação como uma preocupação patrimonial.

Ao analisarmos o processo de tombamento da RFMG, percebemos que o que se mantém é a dicotomia entre natureza e cultura, ao se sobrepor e realizar um discurso em defesa do ambiente marcado por palavras como ecossistemas, biodiversidade, preservação dos mananciais, preservação da natureza e do meio ambiente, são “apagadas” Histórias de vida e memórias referentes dos antigos moradores e trabalhadores da Vila do DAE.

Ao pesquisarmos tais acervos institucionais o que percebemos é a Vila do DAE e os seus trabalhadores não são nem sequer mencionados, foram invisibilizados da

274 CERTEAU, Michel. "A invenção do cotidiano: artes de fazer." 22ª ed. Petrópolis, RJ:Vozes,2014. P. 159

275 BESSE, Jean-Marc et al. O gosto do mundo: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: eduerj, v. 234, 2014.p.30

Memória da Instituição.

O que nos remete ao historiador Peter Burke que ao constatar que frequentemente se diz que a História é escrita por vencedores, ele argumenta que seria possível dizer, de igual modo: a História é esquecida pelos vencedores²⁷⁶.

Em reposta a essa ausência no próximo item deste capítulo apresentamos as estruturas da Vila Operária do DAE, a sua constituição e o seu gradativo processo de degradação e abandono.

2.2 - A VILA OPERÁRIA DO DAE

Paralelo à construção e administração das instalações da Estação de Tratamento do Sistema Alto Cotia, o RAE foi o responsável pela construção do Núcleo Residencial que era composto pela Igreja, Grêmio, Clube, Escola, Posto de Enfermagem, Campo de Futebol, praça (pátio) e as 52 residências, esse conjunto de estruturas e edificações denominamos Vila Operária do DAE.

Vilas Operárias foi a denominação dada para os diversos tipos/modelos de habitações construídas para a população pobre e trabalhadora, como define CORREIA:

As “vilas operárias” surgiam como modelo privilegiado de reforma da habitação do pobre urbano, a qual era apontada como um dos problemas centrais da cidade. As “vilas operárias” definiam-se como um padrão, o termo sugeria casas salubres e dotadas de ordem espacial interna, que se distinguiu da falta de higiene, de espaço e de conforto atribuída às casas dos pobres urbanos. Também sugeria casas de famílias de trabalhadores estáveis, em oposição às misturas entre estes últimos e os indivíduos afastados dos empregos regulares (autônomos, vadios, prostitutas etc.), favorecidas pelas formas de moradia e relações de vizinhança nas habitações coletivas e em moradias precárias²⁷⁷

276 BURKE, Peter. História como memória social. In. Assman e D. Harsh (orgs.) *Memórias, formas e funções da recordação cultural*. Frankfurt, 1991.p.297.

277 DE BARROS CORREIA, Telma. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, n. 4, p. 83-98, 2001.p 84

A utilização dos mananciais do Morro Grande para abastecimento da cidade de São Paulo como a construção da Vila Operária do DAE é o resultado dos debates realizados por médicos e engenheiros sobre a questão sanitária no início do século XX.

Theodoro Sampaio como engenheiro sanitário na Diretoria de Higiene, responsável pelo Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Efigênia, participou das discussões para a formulação do primeiro Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894, que “consolidou um conjunto de procedimentos relativos à organização do espaço urbano (arruamento e praças), à construção de Habitações e de edifícios e a saúde dos moradores da cidade.”

278

O Código Sanitário de 1894 no capítulo “Habitações das Classes Pobres”, estabelecia todo um conjunto de normas sobre o padrão arquitetônico de tais casas que “deve ser terminantemente proibida a construção de cortiços, convindo que a municipalidade providencie para que desapareçam”; “não devem ser toleradas as grandes casas subdivididas, que servem de domicílio a grande número de indivíduos”; “as casas para habitações das classes pobres deverão ser construídas em grupos de quatro a seis no máximo”²⁷⁹. Logo em seguida, o Código Sanitário estabelecia a construção de Vilas Operárias “fora da aglomeração urbana.”

Por sua vez, Maria Luiza Freitas demonstra que “foram muito escassas as iniciativas do poder público de São Paulo no que se refere a construção de Vilas Operárias de 1916 a 1931.”²⁸⁰

“As ações de prevenção contra novos surtos epidêmicos seriam alcançadas por dois tipos de recursos: as medidas preventivas - a elaboração de uma legislação mais efetiva que incorpore recursos como a interdição, reforma dos ambientes considerados insalubres - e uma medida mais radical, a desapropriação e a demolição de construções. O tipo de habitação que deveria ser adotado seriam as vilas operárias, situadas em lugares de fácil comunicação, onde os terrenos eram baratos e amplos, ou seja, fora do perímetro urbano...”²⁸¹

O arquiteto Nabil Bonduki (2014) reforça a argumentação sobre a ausência do Estado sobre o fornecimento de moradias para a classe trabalhadora,

278 RIBEIRO, Maria Alice Rosa. O engenheiro e o inquérito: as habitações operárias no Distrito de Santa Efigênia, São Paulo, 1893. Cadernos de História da Ciência, v. 11, n. 2, 2015.

279 Código Sanitário do Estado de São Paulo, 1894 apud: Bonduki, 1982, 89. IN: FREITAS, Maria Luiza de. O lar conveniente: os engenheiros e arquitetos e as inovações espaciais e tecnológicas nas habitações populares de São Paulo (1916-1931). 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

280 Idem 2005.p.119

281 Ibidem p.115

durante o período da República até a década de 30 e 40, deixando a construção a cargo do setor privado e oferecendo incentivos aos empresários.

Prevalencia, entretanto, a concepção liberal de que o Estado não deveria intervir diretamente na produção e nas regras de locação da moradia, aspectos que eram considerados questões de mercado. Com o predomínio dessa visão, o poder público acabou por ter uma presença insignificante no enfrentamento do problema, limitada a ações tímidas, como favorecer, com isenções fiscais, a produção rentista privada e a exercer o poder de polícia sanitária, em uma perspectiva higienista. A produção direta de moradia pelo governo e o controle dos aluguéis eram combatidos pela ordem liberal e as poucas iniciativas tomadas nesse sentido praticamente não tiveram efeito prático.²⁸²

A Vila Operária do DAE, se configura como uma dessas poucas iniciativas realizadas pelo Estado, realizada dentro de uma perspectiva higienista e “com objetivo de superar a dificuldade de atração e retenção da mão de obra pelas empresas e possibilitar a ingerência direta no cotidiano operário, solidária com o controle e a produtividade no trabalho.”²⁸³

282 BONDUKI, Nabil. Os pioneiros da habitação social: cem anos de construção de políticas públicas no Brasil. São Paulo: Unesp: Edições Sesc, 2014. (Volume 1). p.23

283 CORREIA, Telma de Barros. A moradia na paisagem industrial: a forma de vilas operárias e núcleos fabris. In: CORREIA, Telma de Barros (Org.). Forma urbana e arquitetura de vilas operárias e núcleos residenciais de empresas no Brasil. São Paulo: Annablume, 2011. p. 273-301. p.274

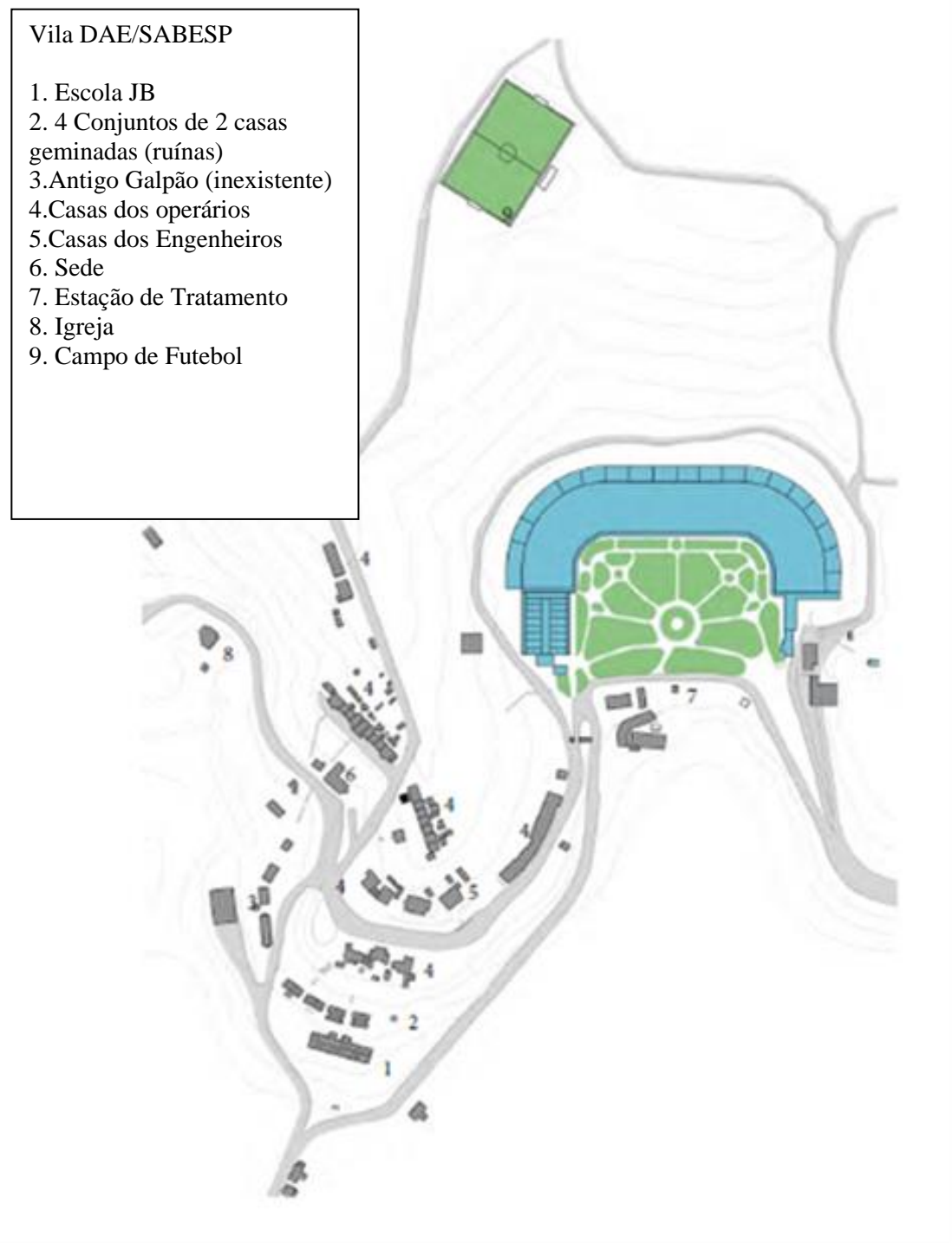


FIGURA25 - Planta das edificações e estruturas que compõem a Vila Operária do DAE²⁸⁴

284 Planta elaborada para o TCC Resignificação do espaço para uma nova aprendizagem .IN: Miklós. Johanna Levy de Wolinsk. Resignificação do espaço para uma nova aprendizagem Trabalho de Graduação desenvolvido no curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola da Cidade. São Paulo, 2016. P. 10.

A Vila subdivide-se em três partes: A primeira é a Parte Baixa é a entrada para a Vila, está parte era constituída pela seguintes estruturas e edificações: Portão, Merceria, Casa nº1, a Escola Estadual Profº José Barreto e 04 conjuntos de casas germinadas acima da escola e mais 04 conjuntos de casas na lateral da escola (atualmente é sua frente).



FIGURA 26– A fotografia apresenta a topografia do território (aproximadamente 800 metros de altitude) e a casa nº 01 da Vila Operária, ao fundo a Escola Estadual José Barreto. Acervo Sr. José Diniz s/d.

A parte central da Vila Operária é constituída pela pracinha ou "pátio", conforme denominado pelos antigos moradores e trabalhadores do DAE. Esse espaço era o local de encontro dos trabalhadores no início e ao final do dia, é também onde se encontram a primeira escola da Vila, as casas dos administradores, chefe geral e dos fiscais (atualmente uma das casas é utilizada como UBS - Unidade Básica de Saúde), è também onde se encontra a "Sede"- antiga Associação dos Trabalhadores do DAE.



FIGURA 27 – Em sentido horário- Fotografia com algumas estruturas da parte central da Vila Operária do DAE. 1º) O “pátio”; 2º) Antiga casa do chefe geral – atual UBS (Unidade Básica de Saúde);3º) Sede antigamente, com as casas da parte alta da Vila. Acervo José Diniz s/d.4º) Sede nos dias atuais.

A parte Alta é dividida do lado esquerdo e do lado direito. Lado esquerdo, temos as casas dos administradores, fiscais e técnicos. Do lado direito, a antiga pensão e mais um conjunto de casas germinadas em que eram habitadas pelos conserveiros e jardineiros.

As casas dos engenheiros sua construção é posterior e possui dois acessos um direto para a Vila Operária e outro para a Estação de Tratamento do Alto Cotia.



FIGURA 28 – Lado esquerdo da Vila (em cima) e o lado direito (embaixo) destaque para a pousada

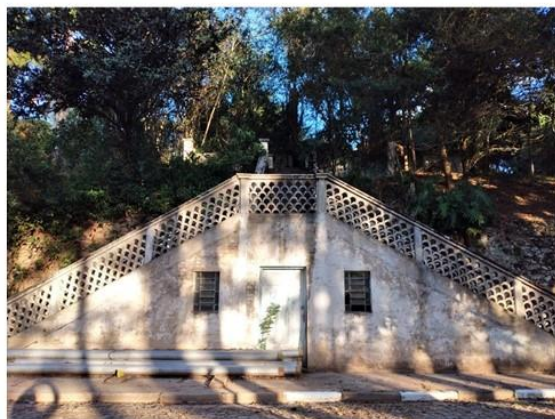


FIGURA 29 - Casas dos Engenheiros e a escadaria de acesso para a Estação de Tratamento do Alto Cotia

O diferencial das casas da Vila Operária do DAE é que todas tinham o banheiro interno, até mesmo as destinadas para os operários, como os conserveiros, jardins, carroceiros e outros. Conforme as propostas de moradias popular debatidas pelos engenheiros sanitaristas para moradias operárias no início do Século XX.

Miklós, em seu projeto arquitetônico de ressignificação do espaço da Vila operária do DAE, comenta que a topografia original desse terreno se deu por meio da construção de terraçamentos de muros de gravidade de terra.²⁸⁵ Por meio desenho da planta podemos visualizar como ocorreu a ocupação e intervenção humana sobre a paisagem.

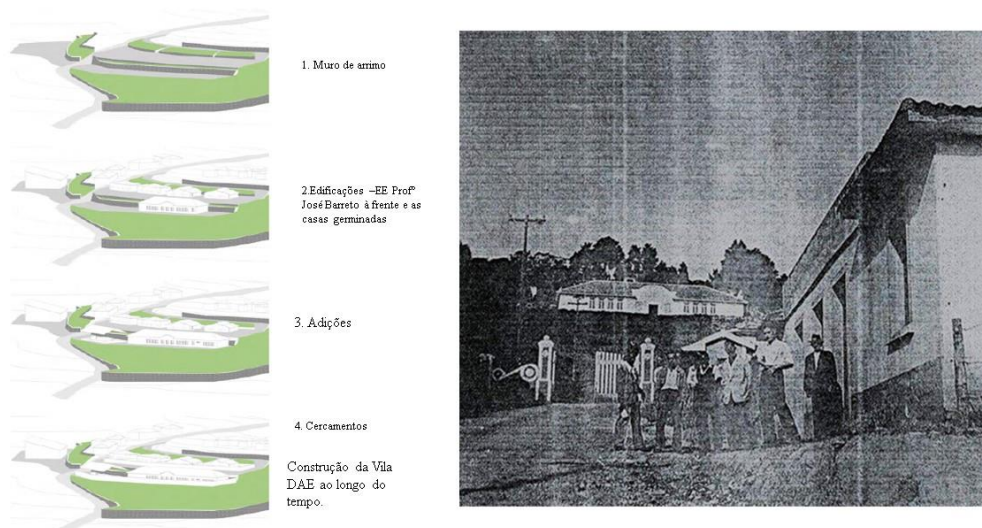


FIGURA 27 – Planta da construção dos terraços da Vila Operária do DAE, demonstrando a sua ocupação e fotografia da antiga mercearia (edificação lateral), portaria (portão) e no fundo a Escola Estadual Professor José Barreto

A Vila Operária não se limita apenas às casas dos trabalhadores; ela inclui uma área de lazer com a "Sede" - antiga Associação dos Trabalhadores do DAE, a Igreja Nossa Senhora das Graças e o Campo de Futebol do Esporte Clube Nossa Senhora das Graças. Todas essas edificações foram construídas pelos próprios trabalhadores, com a "permissão" do DAE, após o horário de trabalho. Conforme as narrativas de memória do Sr. Heitor Pignonato e do Sr. Air Pignonato.

Sr. Heitor – Eu lembro aqui na parede da Sede, ficava exposto um livro com a contribuição de cada trabalhador que ajudou financeiramente para a construção do espaço. Eu era menino, mas ficava orgulhoso de ver o nome do

²⁸⁵ Idem, p. 28

meu pai na parede. É uma pena que esse livro se perdeu!²⁸⁶

Sr. Air – O meu pai ajudou a carregar terra aqui para esse campo. Depois do trabalho, ele ia encher a carroça com terra para levar para o campo, ia cortar taquara para fazer a estrutura de drenagem do campo, você pode ver, pode chover à vontade, o nosso campo não cria uma poça.²⁸⁷



FIGURA 28 - Fotografias do clube da Vila Operária do DAE e do Campo de futebol do Esporte Clube Cachoeira Nossa Senhora das Graças. Acervo do Sr. José Diniz s/d. Acervo da sr. Walkíria Aparecida de Oliveira e do Sr. Mizaél Almeida s/d.

Ao analisarmos as fotografias como fonte histórica, retornamos à reflexão realizada por Sontag, que ao refletir a fotografia em nosso cotidiano, descreve que “fotos fornecem um testemunho”. Algo de que ouvimos falar, mas de que duvidamos parece comprovado quando nos mostram uma foto. E continua: “A foto equivale a uma prova incontestável de que determinada coisa aconteceu. A foto pode distorcer; mas sempre existe o pressuposto de que algo existe, ou existiu, e era

²⁸⁶ Conversa com o sr. Heitor Pignonato realizada 20/05/2022

²⁸⁷ Conversa com o sr. Air Albuquerque de Oliveira realizada 10/03/2019

semelhante ao que está na imagem.”²⁸⁸

Acreditamos que a Vila Operária do DAE constitui o sistema panóptico descrito por Foucault, pois havia regras estritas não apenas em relação ao trabalho, mas também em relação ao lazer. Controlava-se quem entrava e quem saía da vila, os bailes e as sessões de cinemas realizadas no Grêmio dos Trabalhadores eram organizados pelos Administradores e por sua vez, a edificação do Grêmio fica em um plano inferior, sob as vistas do engenheiro-chefe. O Clube com suas piscinas e o campo de Futebol, só era permitido somente aos finais de semana.

Para Michel Foucault, a disciplina é considerada uma técnica, um dispositivo e um instrumento de poder. Foucault destaca que na sociedade moderna as tecnologias de disciplinarização dos corpos representam o desejo de padronização dos comportamentos com vistas a uma racionalização do espaço.

Os trabalhadores desfrutavam de benefícios que não recebiam em outros lugares, como moradia, educação e lazer. Mas ao mesmo tempo, ficaram confinados ao lugar, com a sua mobilidade tolhida, até mesmo pela localização, mais ao mesmo tempo porque era do interesse da empresa fixar o trabalhador - o que já não era corresponde à situação atual.

isolamento tinha o objetivo de “[...] isolar a classe trabalhadora útil e produtiva dos pobres julgados irremediavelmente corrompidos”, submetendo o grupo trabalhador a um “(...) programa disciplinar que acentuasse suas aptidões para o trabalho e desenvolvesse novos hábitos regrados”. Essa prática tentava, desse modo, imunizar os operários das contaminações sanitárias, morais e políticas atribuídas às grandes aglomerações. Em somatório à organização espacial e habitacional segundo a lógica produtiva, “[...] a ideia de regeneração moral do trabalhador estava”, ela também, “vinculada a uma reforma de ordem sanitária e moral da moradia e da cidade”²⁸⁹

Na década de 70, com o encampamento do DAE pela Sabesp a Vila Operária é esvaziada, os trabalhadores afastados dos seus empregos e suas famílias obrigadas a se retirarem das casas.

Referente ao fechamento das áreas de lazer e a demolição de parte das casas e a retirada dos trabalhadores das casas da Vila do DAE, o Jornal O Estado de São Paulo publica a Carta do Sr. João de Moraes Victor presidente da Câmara Municipal de Cotia, no caderno Cidades e Serviços, na seção Queixas e Reclamações em 30 de agosto de 1980, na página 30.

²⁸⁸ SONTAG, S. Sobre Fotografia. Companhia das Letras: São Paulo. 2004, p.16.

²⁸⁹ C CORREIA, Telma de Barros. Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão. Campinas: Papyrus, 1998 – (Série Ofício de arte e forma). p. 12-3.

Não temos a intenção nessa pesquisa de desenvolver uma análise aqui do papel da imprensa no que se refere a questão da preservação da paisagem e do patrimônio, questão muito bem desenvolvida pelo Historiador Felipe Bueno Crispim²⁹⁰, mas nos chama atenção que em ambas as publicações, ocorrem durante os estudos e a incorporação de documentos para o processo de tombamento da RFMG, mas não se encontram anexadas ao mesmo.

A seguir apresentamos a Carta do Sr. João de Moraes Victor presidente da Câmara Municipal de Cotia, publicada jornal O Estado de São Paulo no caderno Cidades e Serviços, na seção Queixas e Reclamações em 30 de agosto de 1980, na página 30.

²⁹⁰ CRISPIM, Felipe Bueno. Entre a geografia e o patrimônio: Estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo CONDEPHAAT (1969-1989). 2014. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2014.

Cidades e Serviços

Queixas e Reclamações

A respeito do Morro Grande

Sr.:

Conhecendo perfeitamente a filosofia que norteia o conceituadíssimo e prestigioso Jornal O Estado de S. Paulo, como representante de parte desse povo, neste Município, sinto-me à vontade, para dirigir-me a Vossas Senhorias, no sentido de pedir a valiosa colaboração, tendo em vista o alto prestígio do jornal perante as autoridades públicas, para que um grande crime deixe de ser praticado, neste Município.

Por muitos anos, o local mais aprazível deste Município, aberto a todo o povo, não só daqui, como, e principalmente, da Capital, foi o Morro Grande. Ali, há muitas décadas, vem funcionando uma das importantes estações de tratamento de água que abastece em grande parte a cidade de São Paulo, e, graças ao bom gosto dos seus dirigentes, ao tempo da RAE (Repartição de Águas e Esgotos), depois do DAE (Departamento de Águas e Esgotos), ao lado dos setores destinados exclusivamente ao preparo da água, mantinham no local grandes áreas de lazer, com piscinas, jardins, praça de esporte, salão de baile, bosques, etc. Os funcionários da antiga Secretaria da Viação pertencentes ao RAE e depois ao DAE aí viviam com suas famílias, e participavam da alegria geral dos fins de semana, quando o local abrigava centenas ou milhares de paulistanos.

Mas tudo se acabou. Veio, após o D A E , a Comasp, cuja primeira atitude foi a de proibir o uso da piscina, dos bosques, dos jardins, do salão, chegando mesmo a cercar esses locais, impedindo as visitas. Os convêscotes foram proibidos. O local tornou-se simplesmente um grande estabelecimento comercial de venda de água aos consumidores da Capital e de Cotia. E a tristeza substituiu a alegria que ali reinava nos fins de semana. Inverteu-se a situação. Se o povo do Morro Grande quisese diversão, que saísse do Morro Grande.

E, em lugar da Comasp, veio a Sabesp, e a situação então piorou muito mais. Todas as proibições foram mantidas, e os funcionários seus foram proibidos de residir nas dezenas de boas casas que existiam

no Morro Grande, e, o que é pior, a direção da Sabesp planeja ou já iniciou a demolição das casas ali existentes. É o que noticia o Jornal da Cidade em seu número 34, e a notícia, ao que parece, reflete a realidade.

Não se pode admitir calado que um crime assim seja perpetrado conscientemente. Estamos enfrentando uma época de enorme carência, de deficiência de habitações, de pregação do desfavelamento, e surge uma empresa estatal e vem, além de impedir que o povo goze dos bens naturais que o Criador lhe colocou à disposição, impede, ainda, que seus próprios empregados se abriguem nos tetos das casas que para esse fim foram construídas, e simplesmente as destrói. Nossa época não está para atitudes como esta. Alguém há que se levantar e denunciar, na esperança de que outro alguém tenha o discernimento suficiente e a coragem de dizer "basta!".

Lutamos nesta Câmara, mas nossas vozes não ultrapassam as

paredes de nossa humilde Casa de Leis. o Jornal da Cidade denuncia, mas seu alcance vai pouco além das lindes do Município. Daí porque resolvemos implorar a Vossas Senhorias no sentido de que ponham o prestígio desse jornal na defesa do que pertence ao Povo e salvem mais este patrimônio que está destruindo, certamente à revelia dos que comandam esta Terra. Alguém a que olhar pelo Morro Grande, o lugar mais belo de Cotia e salvá-lo da sanha insaciável dessa vendedora de água que despreza os legítimos interesses populares, suas necessidades, e visando apenas o fim para que foi criada, qual monstro destruidor, tudo danifica para que possa atingir sua meta: vender água.

O povo de Cotia, o povo do Morro Grande, os funcionários da Sabesp, o povo da Capital esperam ansiosamente que também este jornal, como vanguardeiro das mais legítimas aspirações populares, lute conosco, e só assim esperamos ainda salvar o Morro Grande da inteira destruição. *João de Moraes Victor* presidente da Câmara Municipal de Cotia.

FIGURA 01 – Publicação da Carta do presidente da Câmara Municipal de Cotia, no caderno Cidades e Serviços, na seção Queixas e Reclamações em 30 de agosto de 1980, na página 30. Jornal OESP

Se faz necessário destacarmos alguns pontos que são debatidos na carta do Sr. João de Moraes Victor, presidente da Câmara Municipal de Cotia, publicada no jornal O Estado de São Paulo (OESP), em 30 de agosto de 1980. Esse documento terá, a

seguir, como contraponto relatos de moradores coletados para esta tese de doutorado.

O primeiro é referente a frequência das visitas e uso das estruturas e edificações da Vila Operária, como a piscina, o jardim, o campo de futebol e o grêmio, o que era comum nos finais de semana, feriados e meses de férias. Essa demanda evidencia a utilização do espaço como um parque, conforme ressaltado pelo Sr. Jurandyr Diniz e D. Cida Diniz

Sr. Jurandyr: Então..., e esse negócio da piscina que eles falam... do movimento, do parque nosso que tinha, muita gente vinha do centro São Paulo e vinha para o parque aqui do Morro Grande.

Em Cotia chegava uma visita na casa de alguém, onde ele ia? Trazia para o Morro Grande!

Gente, aqui era um parque! (grifo nosso) Com piscina, com jardim, tinha até um zoológico, o Marcelo (filho da Sr. Cida e do Sr. Jurandyr) até pegou um pouquinho.

O Morro Grande era o Ibirapuera de Cotia! Era o parque de Cotia, era o nosso parque! (grifo nosso)

Sr^a. Cida - Vinha muitos ônibus de fora fazer piquenique, na parte lá do parque, no cipreste, era tudo varrido, era limpinho, a grama toda cortada, os jardins eram muito bem cuidados.

Nossa, era muita, muita gente que vinha, depois ia para piscina, depois iam para a Sede fazer os bailinhos.²⁹¹

Sr^a. Cida - Nossa, a piscina! Devem ter falado para vocês, morreu bastante gente. Era uma piscina ampla, era uma piscina boa para quem gostava de nadar, tinha aqueles trampolins bem altos, mas aí vinha o pessoal de fora, as vezes não sabiam nadar ou comiam demais, aí ficavam, lá dentro acho que umas sete, oito pessoas morreram, lá dentro!²⁹²

Sr. Luiz: Cheio, muito cheio! A quantidade de pessoas que iam lá, era assim (gesto com as mãos simbolizando a quantidade de pessoas) O Morro Grande era invadido por eles, então você ficava preso dentro da sua casa né?

Para você ter uma ideia, a piscina, a água da piscina do Morro Grande, ficava preta, preta! A piscina fechava às 17h da tarde quando esvaziava, aí, o que que acontecia, me lembro muito bem, o pessoal do DAE, eles fechavam a piscina, abriam o sifão e deixavam a noite toda, escorrendo a água da piscina, pra na segunda-feira limpar. Então, no fundo da piscina ficava um lodo...²⁹³

Sr^a. Walkíria - tanto é que a gente não tinha liberdade de ir nas piscinas no final de semana. A mãe não deixava. Por que vinha muito ônibus, né?²⁹⁴

O segundo ponto é referente ao esvaziamento da Vila Operária com a retirada dos trabalhadores e seus familiares das casas, como é rememorado pelo Sr. Luiz Maurício que morou na Vila do DAE por 22 anos e pelo Sr. Jurandyr Diniz, que mora

²⁹¹ Conversa realizada com sr. Jurandyr Diniz e sr. Aparecida Diniz em sua casa, participaram da conversa, Vilma Cristina Soutelo Assunção Nosedá (historiadora), Gabriela Carvalho (turismóloga) e o filho Marcelo Diniz, realizada em 07/03/2019

²⁹² idem

²⁹³ Conversa com o sr. Luiz Maurício da Silva em sua casa realizada em 14/04/2019

²⁹⁴ Conversa com a sr. Walkíria Aparecida no salão da Igreja São Pio realizada 09/05/2020

até os dias atuais no Morro Grande.

Sr. Luiz Maurício: a SABESP, o que interessava pra ela... e interessa até hoje, é a venda da água, é o lucro! Não é outra coisa, não é a reserva, não é isso, tanto que isso tá largado, tá largado de mão. Então, o que aconteceu, foi que a SABESP como não havia interesse, não havia interesse do pessoal ficar morando nas casas, porque a gente morava nas casas, a gente não pagava água e luz, era tudo por conta da SABESP

Pesquisadora: O senhor morou na Vila?

Sr. Luiz Maurício: Moramos! Isso que eu falei, nasci, na maternidade São Paulo, em 53, fui pra lá, vivi, sai de lá com 20 anos, 22 anos, uma coisa assim...

Foi assim, primeiro foi a assistente social, foi em cada casa, conversar com quem morava na casa, dizendo que nós íamos ter que desocupar a casa, íamos ter que se virar, foi isso que eles fizeram! Então, a gente foi meio expulso de lá, aí cada um foi pra um lugar, cada um se virou como pôde, pra Caucaia, teve muita gente que foi pra Caucaia! Nós viemos aqui pro bairro do Atalaia, que antigamente chamava Bigarelli. Então, meu avô tinha casa ali no Atalaia, antiga Bigarelli, então meu pai veio alugou uma casa, depois foi morar na casa do meu vô, então nós..., ficamos ali...

Pesquisadora: Mas o seu pai ainda continuava trabalhando no DAE ou já tinha saído? Ou já tinha se aposentado?

Sr. Luiz Maurício: Não, aí foi assim, os funcionários do DAE, depois quando virou a SABESP, eles foram encostados, na “área verde” como eles chamavam na época, então eles iam lá pra rua Riachuelo, lá no centro de São Paulo, assinar o ponto, todo dia ia de manhã, assinava o ponto, e a tarde para assinar o ponto, de novo! E foi assim que ele terminou...²⁹⁵

O Sr. Jurandyr Diniz e Sr^a. Júlia Quaglia relatam a falta de reação por parte dos trabalhadores diante da necessidade de deixarem suas casas, bem como a proibição de uso das estruturas da Vila, como a piscina, a sede e o campo de futebol. Sua narrativa, juntamente com o testemunho do Sr. Luís Maurício, evidencia o autoritarismo da SABESP em relação a esses trabalhadores, não apenas no que se refere à remoção forçada deles e seus familiares das residências, mas também no que diz respeito aos seus empregos.

Sr. Jurandyr: ... foi um erro, um erro! ...Ah, eles avisaram assim, chegou uma semana..., tal dia todo mundo vai sair, vão para São Paulo. Acabou, assim, ninguém acionou, ninguém protestou, ninguém fez nada!

Sr. Jurandyr: a turma tinha medo de não achar onde ia trabalhar. Aí todo mundo saiu correndo, um corria para Pinheiros, outro ia para Lapa, correndo para arrumar lugar, e ficou essa coisa viajando. Teve até acidente aqui na Raposo, de funcionários que morreram, bateram o carro, gente velhinha! Eu era jovem, mas tinha velhos, de setenta e poucos anos, tudo viajando, eu nem sabia direito o que ia fazer em São Paulo, para onde ia...

Sr. Jurandyr – Então... aí, foi todo mundo para São Paulo!

Eu por exemplo quando eu fui, eu me afastei, pedi licença, fiquei só pintando! Olha aí! Oh, fui muito corajoso! Pedi licença, fui só pintar, fui para o Embu. Quando eu voltei, o pessoal estava encostado!

²⁹⁵ Conversa com o sr. Luiz Maurício da Silva em sua casa realizada em 14/04/ 2019

Não sei, se já falaram para vocês da área verde²⁹⁶... Então, todos nós que somos daqui, ficamos encostados, lá! Aí, ao invés de trabalhar, fomos lá assinar o ponto, um monte de gente! depois, também tinha que viajar, aí começaram arrumar serviço pra cá, voltar para Cotia. Aí, vai trabalhar na educação, na delegacia e em vários lugares.²⁹⁷

Sr^a. Júlia Quaglia: O pessoal não acreditava que tinha força para conseguir fazer alguma coisa, foi por isso! Se fosse hoje em dia, acho que eles teriam conseguido. Porque quando qualquer coisa que tá errado, as pessoas hoje em dia têm mais consciência de que, tem o poder. Então eles naquela época, lá. Aceitavam!...Porque todo mundo, tinha medo de perder o emprego.

Era todo mundo dependente, todo mundo achava que que não tinha força, eram unidos para olhar, para tomar conta um do outro, mas na hora da briga, na hora de colocar a cara a tapa, aí ninguém tinha. Tinham medo de se expor.

²⁹⁸

A resposta da SABESP para o presidente da Câmara Municipal é redigida pelo Sr. Ivo Zanini do Departamento de Imprensa da Sabesp, publicada no jornal O Estado de São Paulo no dia 23 de setembro de 1980

“A respeito do Morro Grande”

Sr.:
Com título “A respeito do Morro Grande”, foi publicada recentemente na coluna “Queixas e reclamações”, carta do sr. João de Moraes Victor, presidente da Câmara Municipal de Cotia, protestando quanto às medidas tomadas pela Sabesp, em relação à área onde se localiza o sistema produtor de água do Alto Cotia, no Morro Grande.

Esclarecemos que a Sabesp tem como uma de suas finalidades abastecer de água potável a população de São Paulo e, para isso, deve preservar os mananciais que estão sob sua responsabilidade. E o que acontece com o Morro Grande. Para evitar sua poluição, já a Comasp, antecessora da Sabesp, calçada em experiência acumulada em muitos anos, houve por bem proibir a frequência de público naquela reserva florestal.

A Sabesp manteve a proibição por entender que tal medida, ao invés de prejudicar o Morro Grande, contribui para a sua preservação.

Quanto ao outro ponto abordado pelo sr. João Moraes Victor, informa-

mos que, em épocas passadas, os extintos RAE (Repartição de Água e Esgotos) e DAE (Departamento de Água e Esgotos), dada a distância do Morro Grande e a dificuldade de transporte e comunicação, resolveram oferecer moradia no local para que seus funcionários tivessem condições de ali trabalhar. Essa providência, no entanto, já se não justifica, tendo a Sabesp decidido não oferecer mais residências aos que trabalham naquela unidade. A medida relaciona-se ainda ao objetivo desta empresa de reduzir custos operacionais, para não sacrificar seus consumidores com tarifas mais elevadas.

Informamos, também, que as quarenta e quatro residências localizadas na área, não serão demolidas, visto que Sabesp cogita aliená-las.

Assim, a Sabesp procura cumprir a sua finalidade, no sentido de conseguir melhoria na qualidade de vida e defesa do meio ambiente. Ivo Zanini, chefe do Departamento de Imprensa da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

FIGURA 02 - Publicação da resposta da Sabesp para o Presidente da Câmara Municipal de Cotia intitulada “A respeito do Morro Grande” – Jornal o Estado de São Paulo, publicada 23 /09/1980.

²⁹⁶ Referência a antiga Secretária de Obras e Meio Ambiente

²⁹⁷ Conversa realizada com sr. Jurandyr Diniz em 07/03/2019

²⁹⁸ Conversa com a Sr^a Júlia Quaglia na cozinha de sua casa em 15/03/2021

Sobre a justificativa de diminuir os custos operacionais e não sacrificar seus consumidores com tarifas mais elevadas, os trabalhadores e seus familiares foram “convidados” a se retirarem das casas da Vila Operária, conforme as narrativas de memória do sr. Luís Maurício.

Enfim, conforme as narrativas de memória de outros trabalhadores e moradores da Vila, as casas ficaram desocupadas de 1974 até 1989.

Em 1989, devido às fortes chuvas, diversos moradores do bairro do Portão perderam seus lares, na época com o apoio da Igreja Católica e do vereador municipal Antônio Siqueira (PT – Partido dos Trabalhadores), os moradores do Portão foram levados para ocupar as Casas da Vila Operária.



FIGURA 03. Fotografia do dia da ocupação da Vila em 1989. Acervo do Sr. Heitor Pignonato

A Sr. Júlia Quaglia nos comenta suas memórias e suas opiniões sobre a ocupação das casas da Vila Operária

Sr^a Júlia - Teve alguma coisa que aconteceu em Cotia, que tiraram lá o pessoal, jogaram todo mundo na rua, e aí, eles pegarem de noite, eles invadiram! No outro dia de manhã, quando nós acordamos, tava cheio de gente diferente. Aqui no Bairro, aí, todo mundo ficou assustado porque a gente não sabe quem que é. Como eu falei aqui, todo mundo conhece todo mundo. Quando vê uma pessoa diferente, a gente já se atenta, né?!

Pesquisadora: Mas era mais ou menos quantas famílias, Dona Julia?

Ah, eram muitas famílias! Muitas! E aí, a Sabesp, começaram a tirar as pessoas, através de liminar (reintegração de posse), né? Foram desocupando

e pegando, mas algumas ainda resistem. Tanto é que acho que ainda tem gente, lá.

Agora não sei como que eles conseguem. Até hoje! Estão morando nas casas e eles não tem nada a ver com a história. Não é nem filho de parente, nem parente nada.

Mas ao mesmo tempo a gente fala, pelo menos tem um teto!

Eu não vou brigar com eles, tem criança, brigar, a gente não vai brigar por conta disso. Eles estão morando lá, tem um teto para eles, né?!

Mas não consigo entender a gente era obrigado. A gente tinha um prazo de entregar a casa e todo mundo foi saindo! E eu acho engraçado isso, porque eles continuaram, persistiram e ficaram, né?

Agora.... Não sei essas pessoas que moram ali, não quero citar nomes, mas tem pessoas que reformaram a casa, se considera dono, e não é dono! Gente, ele não tem documento que tá falando, que é dele!²⁹⁹

Anterior a ocupação das casas da Vila, a Sabesp ainda no ano de 1988 “reativou o núcleo (Vila)”, conforme o relato do Sr. José Roberto Nali. Em um dos encontros para a realização do Inventário Participativo, em que participaram. José Roberto Nali, Air Albuquerque, Mizael de Almeida, Heitor Pignonato, Maria Helena e William Medeiros³⁰⁰. O sr. José Roberto Nali antigo morador da Vila e administrador da Estação de Tratamento do Alto Cotia - SABESP, comenta sobre esse processo de reativação

Sr. Nali :Eu entrei na Sabesp, o acampamento já tinha sido desativado dois anos antes.

Aqui tem um problema muito grande até hoje que é a falta de transporte. Devido à dificuldade de transporte para os funcionários, o engenheiro na época resolveu reativar o Núcleo. Ele perguntou: Tem gente querendo morar? Eu disse: tem!

Ele então mandou o projeto e foi realizado um levantamento e no final os trabalhadores da Sabesp vieram morar nas casas, por meio de regime de comodato, mas vieram poucos. Em fevereiro ocorreu a ocupação e em dezembro veio a liminar de reintegração de posse e o pessoal da ocupação foi retirado.

Pesquisadora: Rápido assim?

Sr. Nali – Ah, naquela época mesmo com o fim da ditadura havia resquício dela, era rápido assim...

O Sr. Heitor Pignonato complementa a narrativa constatando o que se estabeleceu naquela época, com uma expressão de melancolia em sua voz:

Sr. Heitor: Eles tiraram o pessoal do DAE e o pessoal da Sabesp foi entrando, foi assim mesmo!

A baixa adesão por parte dos trabalhadores da SABESP, para morar nas casas da Vila, na reativação do Núcleo realizada pela SABESP, se dá por dois motivos, o primeiro é que muitos desses trabalhadores, já encontravam-se habitando outros lugares e depois a ausência de garantia por parte da SABESP sobre a permanência

²⁹⁹ Conversa com a Sr^a Júlia Quaglia na cozinha de sua casa em 15/03/2021

³⁰⁰ William Medeiro – morou na Vila Operária do DAE durante a sua infância e adolescência, representa a 3º geração do Morro Grande, atualmente é professor e empreendedor social.

desses trabalhadores e seus familiares nas casas.³⁰¹

No ano de 1996, o Núcleo (a Vila) foi fechado novamente pela Sabesp sem explicação nenhuma, o que possibilitou que nos anos seguintes as casas fossem ocupadas novamente.

Atualmente, parte dessas casas encontra-se habitadas “pelos de fora”, conforme a denominação dos antigos residentes da Vila, somente três casas encontra-se atualmente habitadas por trabalhadores da SABESP, as demais permanecem abandonadas, como as casas dos engenheiros, dos administradores, chefe geral e dos supervisores e a dos conserveiros.



FIGURA 04 - Parte Alta da Vila (lado esquerdo) – conjunto de casas de administradores, feitores e operários (habitações ocupadas pelos “de fora”)

³⁰¹ Conforme a narrativa memória do Sr. José Roberto Nali



FIGURA 05 – Parte Alta (lado direito) - conjunto de casas dos conserveiros (habitações ocupadas pelos “de fora”)

As ações e ausências da SABESP no que se refere a gestão da Vila Operária deixou algumas “rusgas” nessa comunidade, entre os antigos trabalhadores do DAE e os trabalhadores da Sabesp e com “os que vieram de fora”.

O que nos leva ao único relato que conseguimos de uma moradora que passou a morar na vila a partir de 1996.

Olha, eles nos chamam de invasores. Eu não me vejo como invasora! Até porque foi uma pessoa da Sabesp, que me deixou morar aqui, que me entregou a chave, as casas estavam fechadas e o que essa pessoa falou é que eu poderia morar aqui com os meus filhos, até as coisas se acertarem. E assim, tem outros, que vieram morar aqui, que foi gente deles (SABESP) que convidaram, tipo assim: a minha sobrinha tá numa fase ruim, vem pra cá. Não posso falar nomes, para não complicar!

Agora, não é certo, falar que a gente não cuida, pode ver a minha casa tá toda arrumada.

Eles que não cuidam de nada! Olha lá embaixo o estado que eles (a SABESP) deixaram as outras casas, foram eles mesmo que destruíam, se alguém deles precisava de telha, de uma janela, de uma porta ... a fulano pode ir lá embaixo pegar, a gente aqui de cima, só via eles carregando tudo! Eles podem destruir, mas a gente não pode morar, não tá certo! (Moradora A)³⁰²

³⁰² A moradora pediu para não se identificar



FIGURA 06 - Parte Baixa da Vila do DAE – Fotografia das antigas edificações destinadas aos conserveiros - Casas germinadas próximas a EE Professor José Barreto.

III CAPÍTULO – DESEJO DE MEMÓRIA - DESEJO DE MUSEU

2.1- DO GABINETE DE CURIOSIDADES À SOCIOMUSEOLOGIA

Ao longo dos séculos, contemplamos a transformação da noção de patrimônio, incorporando novos valores e deixando de lado antigos referenciais, o mesmo ocorreu dentro do campo da museologia, o conceito de museus-templos como espaços de contemplação do objeto tem evoluído para o conceito de museu-fórum, como espaço de fomentação de políticas sociais transformadora.

Assim como a noção de patrimônio foi sendo modificada ao longo dos séculos, incorporando novos valores e perdendo antigos referenciais, o mesmo ocorreu dentro do campo da museologia, referente ao conceito de museus-templos como espaços de contemplação do objeto *versus* o museu-fórum como espaço de fomentação de políticas sociais transformadora.

Os museus se constituem como verdadeiros guardiões da memória cultural de um país, de uma comunidade, se constituem em territórios de diálogos entre o passado, presente e o futuro. Atualmente, a sua função se ampliou, além do seu papel em conservar, pesquisar e difundir, os museus se transformaram em espaços de tolerância, de desenvolvimento e de dignidade social.

A origem do termo Museion, surge com os gregos e está relacionada a explicação mitológica do antigo templo das musas,

da colina de Hélicos, Grécia, local onde se depositavam oferendas às filhas de Mnemosyne e Zeus, respectivamente a deusa da memória e o soberano dos deuses do Olimpo, as oferendas, segundo a tradição, iniciaram o que se passou a identificar como “coleções” conjuntos de bens que fazem parte do histórico museológico³⁰³

O zelo em proteger e tutelar objetos, ou seja, o ato de colecionar/de formar coleções, está intrinsecamente ligado a História da Humanidade como a história da formação dos Museus. Esteve presente no nobiliário funerário a partir do Neolítico, nas oferendas aos deuses realizadas no antigo templo das Musas – Museion (de onde se deriva o nome do atual Museu), nos presentes e despojos das monarquias orientais, nas relíquias e objetos sagrados difundidos pelo cristianismo e pelos detentores de poder ou

³⁰³ LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 1, p. 31-50, 2012.p.38

a formação dos tesouros principescos.

O ensaísta e filósofo polaco Kristof Pomian define coleções como

qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporariamente ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim e expostos ao olhar do público.³⁰⁴

Esses objetos ao serem retirados dos seus contextos originais, recolhidos/guardados em coleções particulares ou nos espaços identificados nos dias atuais como museus, são destituídos do seu valor de uso e passam a ser ressignificados tornando-se portadores de sentido (semióforos ou portador de significado)³⁰⁵, passam a representar o invisível, são dotados de um significado; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura.³⁰⁶

Vale destacar que coleções se constituíram ao longo do tempo, por meio de coletas, saque, o que demonstra o domínio de um povo sobre outro

A formação dos museus está estreitamente vinculada ao hábito de colecionar, prática antiga da humanidade que implica em retirar do contexto original objetos que, aos olhos de determinado sujeito ou grupo, possuem alguma qualidade explícita ou implícita, tais como beleza, raridade, exotismo e representação. Ao longo da história, as coleções foram formadas por diferentes processos, inclusive por saques e espólios, revelando o domínio de um povo sobre o outro³⁰⁷ Tais práticas de aquisição, comuns desde a antiguidade, multiplicaram-se com as viagens de descoberta (a partir do século XV na Europa) e levaram “[...] aos gabinetes de príncipes e sábios não só mercadorias altamente lucrativas, mas também todo um novo saber, [...] passando a representar o invisível: países exóticos, sociedades diferentes, outros climas”³⁰⁸

Desde a sua origem os museus estiveram ligados à produção de conhecimento e à preservação. Como espaço dos sábios era compreendido como lugar

³⁰⁴ POMIAN, Krzysztof. Coleção. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Einaudi, 1984, p. 53.

³⁰⁵ Idem, 1984, p. 53

³⁰⁶ Ibidem, 1984, p. 71

³⁰⁷ VASCONCELLOS, C.M. Turismo e Museus. São Paulo: Aleph, 2006. (Coleção ABC do Turismo). Apud Guerra, M. F. Musealização de territórios e turismo de base comunitária: reflexões sobre a comunicação e a salvaguarda do patrimônio da Reserva Extrativista do Mandira, Cananéia/SP. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Museologia.p.117

³⁰⁸ LOPES, M.M. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília, DF: Ed. UnB, 2009. Apud idem ibidem

ou edifício destinado às humanidades, ciência e artes, e o exemplo desse modelo é o complexo de Alexandria no século III, antes de Cristo – com Bibliotecas, salas de aula, sala de estudo, zoológico, jardim botânico, alojamento para professores, refeitório, observatório, anfiteatro.³⁰⁹

Nos séculos XVI e XVII, surgem os *gabinetes de curiosidades ou câmara das maravilhas*. Antecessores diretos dos museus, esses espaços reuniam os “tesouros” de reis, aristocratas e burgueses provenientes das grandes explorações dos novos continentes. Para exposição desses artefatos, eram feitas edições de catálogos, geralmente ilustrados, o que possibilitava o acesso à informação e difusão de conteúdo para os cientistas da época.³¹⁰

Mas a institucionalização dos Museus no século XIX, surge como demanda do Estado, com a necessidade de se **constituir a identidade nacional**. A partir daí são criados vários museus nacionais, com o objetivo de reforçar a unidade da “Pátria”, através de exercícios de representação e educação.

“A ideia de um museu a serviço do público, financiado e administrado pelo Estado, é a expressão máxima do espírito iluminista. O reconhecimento da importância, do valor da educação pública e universal difundiu a ideia de que as coleções, que anteriormente eram fonte de instrução e prazer de poucos, deveriam ser acessíveis a todos”³¹¹

No Brasil, uma referência importante na História dos Museus é a criação, no ano de 1818, por D. João VI, do Museu Imperial, o antigo palácio transforma-se em um museu de história natural que tinha intercâmbio com outros museus de história natural na Europa. Após a República passa a ser denominado Museu Nacional.

O Museu Nacional mais do que um Museu de História Natural que preservava coleções da flora e da fauna do Brasil, era o “guardião” da riqueza natural, inicialmente do Império, e, mais tarde, da República. Ao longo da sua história, esse espaço se manteve muito mais voltado para pesquisa do que para o grande público.³¹²

Mas ao mesmo tempo, contribuiu para a criação e apoio a outras

³⁰⁹ PARDELLAS DE BLAS, Xulio X. *Turismo cultural y ambiental*. Servicio de Publicaciones, 2003.p.142

³¹⁰ SOTO, Moana. Dos gabinetes de curiosidade aos museus comunitários: a construção de uma concepção museal à serviço da transformação social. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 48, n. 4, 2014. p.59.

³¹¹ Idem, 2014, p.60

³¹² SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus brasileiros e política cultural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, p. 53-72, 2004.p. 56

importantes instituições brasileiras ligadas à pesquisa e ao ensino como, por exemplo “o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, o Museu Paraense Emilio Goeldi, a Academia Brasileira de Ciências, o Museu Histórico Nacional, o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional (...), o Museu Imperial e outros.”³¹³

Vale explicar, que ao longo de todo o Século XIX e se projetando para o século XX, os Museus se constituíam de conceitos muito simples, basicamente a sua formação se dava por meio de três elementos:

Em primeiro, um *edifício*, que preferencialmente, tivesse como característica a arquitetura palaciana; em segundo, uma *boa coleção* com características universais e por fim, um *bom público*, que se resumia aos intelectuais, ou seja, os museus não foram feitos, para atender a população comum e sim os viajantes e pesquisadores que representavam a elite.

A criação do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro por Gustavo Barroso, e em São Paulo a inauguração do Museu do Ipiranga sob a direção de Affonso de Taunay, no ano de 1922, desviava-se da ênfase que fora dada às ciências naturais até então e em ambos os museus passam a ser constituídos por objetos que representassem a história da nação ou de sua localidade mais próxima, no caso do Museu do Ipiranga se privilegiava a história de São Paulo. Novamente em ambos os museus se privilegiou o legado da elite brasileira, assim como seus feitos históricos, como consequência, a grande maioria da população ficou novamente do lado de fora do museu³¹⁴.

O **Decreto-lei 25/1937** que criou o Serviço do Patrimônio Artístico Histórico Nacional, o Sphan, coordenado por Rodrigo de Mello Franco Andrade seguirá em certa medida a mesma linha nacionalista e conservadora de Gustavo Barroso diretor do Museu Histórico Nacional e criador da Inspetoria dos Monumentos Nacionais (1934), ou seja, priorizando os vínculos com fatos e personagens históricos que representassem a nação.

A herança cultural barroca é elevada como elemento genuinamente nacional, o Sphan tombou inúmeros prédios e sítios históricos e criou um grande número de museus, entre eles o Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, o Museu das Missões, no Rio Grande do Sul; e os Museus da Inconfidência e do Ouro, em Minas Gerais. Os primeiros museus de Arte Sacra no Brasil também datam desse

³¹³ MONTEIRO, Arlete Assumpção; GOMES, Edgar Da Silva; AVELINO, Yvone Dias. **Tecituras das Cidades: História, Memória e Religião**. Paco Editorial, 2019.pP.83

³¹⁴ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Op.cit, p 56

período. Mais uma vez nota-se a valorização em primeiro plano de um patrimônio edificado que representava o passado colonial, branco, europeu e católico.

As transformações só ocorreram a partir do final da II Guerra Mundial, principalmente a partir do final dos anos 1960 e início dos anos 70, por ocasião dos diversos movimentos sociais, como a atuação do movimento estudantil de 68, do movimento feminista, do movimento ecológico, o movimento negro.

Esses movimentos criticavam vários setores da sociedade, críticas que se estenderam para o sistema de ensino, para a produção de arte, para diversas instituições, incluindo os MUSEUS, que eram vistos como dinossauros, “elefantes brancos”, que geravam prejuízos e não tinham contato com a sociedade. Essas críticas representam o embrião da **Museologia Social**, a origem das transformações dos museus, o Museu passa a ter uma *função social*.

Peter Van Meensh chega até mesmo afirmar que ocorreram duas revoluções na História dos Museus – A primeira de 1880 a 1920 – “A era dos museus” - e, a segunda, de 1960 a 1980 - quando os museus passaram atuar como instituições sociais com agendas políticas. Em ambos os períodos o que assistimos é uma “nova retórica”, sendo que no segundo, é definida como Nova Museologia.³¹⁵

Marco inaugural dos debates sobre as transformações na Museologia é a Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada pelo UNESCO e ICOM³¹⁶ (1972), que contou com a organização de Hugues Varine Bohan³¹⁷. É nesta declaração que surge o conceito de patrimônio integral e o debate sobre a função social do museu, bem como o engajamento social e político da educação museal alicerçada pela pedagogia da libertação postulada por Paulo Freire. Tal reflexão deu origem ao conceito de Museu Integral, que segundo Hugues Varine Bohan:

“é um museu que deve levar em consideração a totalidade da sociedade na qual está inserido, para se colocar a seu serviço e se organizar em consequência, e fica claro para os museólogos conscientes que o seu lugar na

³¹⁵ MENSCH, Peter Vvan. O objeto de estudo da museologia – trad. Débora Bolsanello e Vânia Dolores estevam de Oliveira. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF,1994 p 21

³¹⁶ O Conselho Internacional de Museus é uma organização internacional de museus e profissionais de museus, a quem está confiada à conservação, a preservação e a difusão do patrimônio mundial - cultural e natural, presente e futuro, material e imaterial - para a sociedade. Disponível em: <http://www.icom.org.br/>. Acessado em 24 de abril de 2021.

³¹⁷ Formado pela Universidade de Paris, com pós-graduação em História e Arqueologia, Hugues de Varine foi diretor do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e despontou como um dos principais teóricos da chamada “Nova Museologia”, que deu outra dimensão à função social dos museus, dando o tom da Mesa de Santiago em 1972. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/tag/hugues-de-varine/>. Acessado em 11/09/17.

sociedade e dos agentes sociais é o de buscar um conjunto de soluções provenientes de uma observação e de uma escuta das comunidades entorno...³¹⁸

Portanto a Declaração de Santiago ao estabelecer o conceito do museu integral, reconhece que a preservação do patrimônio cultural deve ocorrer de maneira integrada, com uma estreita ligação entre o patrimônio e a comunidade que vive em um território que pode ser musealizado. Além disso, o evento também enfatizou o museu como uma potência de ação, visto como um instrumento dinâmico de mudança social ativa e consciente.

Anterior a Declaração de Santiago, a IX Conferência Internacional de Museus, realizada em Grenoble pelo ICOM, já abordava questões relacionadas à importância social dos museus, introduzindo pela primeira vez o termo "ecomuseu"³¹⁹, criado por, George Henri Rivière e Hugues de Varine, considerando que a noção de coleção deve ser substituída pela ideia de patrimônio, que em vez de público devemos levar em conta a comunidade, e que o museu não deve se restringir apenas ao prédio, mas sim ser pensado em relação ao território.

No ano de 1984 a Declaração de Quebec, adotada durante o I Ateliê Internacional Ecomuseu/Nova Museologia, foi o documento fundador do MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia em 1985.³²⁰

Essa declaração, que deu continuidade às reflexões realizadas na Declaração de Santiago, enfatizou que os testemunhos materiais e imateriais devem ser utilizados para explicar e desenvolver experimentação, em vez de serem apenas objetos para coleções. A pesquisa e interpretação assumiram importância ao abordar questões sociais, tornando-se preocupações essenciais da nova museologia, com o objetivo de identificar problemas e buscar soluções.

³¹⁸ VARINE-BOHAN. *Museus e Desenvolvimento Local um Balanço Crítico*, p. 15. in: BRUNO, M. C. O.; NEVES, K. R. F. (Coord.). **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento: propostas e reflexões museológicas**. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008.p.15

³¹⁹ Para Varine (VARINE apud SOARES, 2006, p. 7), —o Novo Museu é diferente do museu tradicional na ênfase dada ao território (meio ambiente ou sítio), em vez de enfatizar o prédio institucional em si; no patrimônio, em vez da coleção; na comunidade, em vez dos visitantes. Em todo caso, é o território que define e comumente nomeia o museu, mais do que o rótulo de ‘ecomuseu’. SOARES, Bruno C. B. - Entendendo o Ecomuseu: uma nova forma de pensar a Museologia. *Revista Eletrônica Jovem Museologia – Estudos sobre Museus, Museologia e Patrimônio*. Ano 01, nº. 02, agosto de 2006, p. 07. Disponível em <http://www.unirio.br/jovemmuseologia>

³²⁰ Em 1985, em Lisboa, Portugal, no II Encontro Internacional de Ecomuseus e Novas Museologias, a fundação do Movimento Internacional para uma Nova Museologia –MINOM.

Enfatizou a participação ativa da comunidade, o desenvolvimento social e a interdisciplinaridade como elementos fundamentais. Essa abordagem promoveu uma visão mais ampla e inclusiva dos museus, direcionada para o desenvolvimento comunitário e a promoção do conhecimento por meio de experiências participativas e educativas.

Ainda no ano de 1984, a Declaração de Oaxtepec no México, confirma-se que é indispensável uma visão integrada, indissolúvel do Patrimônio, da Comunidade e do Território³²¹.

Em 1992, realiza-se em Caracas, Venezuela, o Seminário A Missão do Museu na América Latina Hoje: novos desafios, onde a Declaração de Caracas retoma a doutrina de Santiago, realizando uma avaliação crítica desse percurso e reafirma o **papel do museu como agente de desenvolvimento integral na região**, “ações e processos que contemplam e consideram as particularidades de cada contexto local e específico, no qual atuam e se situam”³²²

Os horizontes da Museologia se expandiram, com a compreensão de que a coleção não é mais a única fonte geradora de processos museológicos. Houve uma ampliação do entendimento da preservação como uma ação essencial para integrar os diversos aspectos do patrimônio e fortalecer a abordagem interdisciplinar da museologia,

A partir da Declaração de Quebec e com a atuação do MINOM (Movimento Internacional para uma Nova Museologia), o campo museológico evoluiu, dando origem à Museologia Social ou Sociomuseologia, que se estabeleceu como uma área disciplinar do conhecimento.

Essa evolução foi impulsionada pela compreensão de que os museus não devem apenas preservar e expor coleções, mas também desempenhar **um papel social ativo**, envolvendo-se com as comunidades e abordando questões sociais e culturais relevantes. A Sociomuseologia, portanto, busca integrar os museus na dinâmica social, promovendo a participação da comunidade, a inclusão, a transformação social e a

³²¹ “O museu, seja o tradicional, seja o proposto pela Nova Museologia, deve ser capaz de proporcionar ao homem confrontar-se com a realidade e, para que esse confronto se realize, são necessários o diálogo e a participação comunitária, evitando-se, por outro lado, o monólogo do técnico especialista”. IN: GOMES, Maria Faria; CUNHA, Marcelo. O museu como agente de transformação—a inclusão cultural. Cadernos de Sociomuseologia, v. 45, n. 1, 2013.p. 67

³²² ARAUJO, Marcelo e BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo: Documentos e Depoimentos. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.p.35.

construção de identidades.

Essa área disciplinar do conhecimento reconhece a importância do **trabalho interdisciplinar**, envolvendo não apenas os profissionais de museus, mas também outros campos como sociologia, antropologia, educação e desenvolvimento comunitário. A Sociomuseologia visa promover a conscientização social, o diálogo intercultural, a igualdade de acesso e a valorização da diversidade cultural.

Para Moutinho, “o conceito de Museologia Social, traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea.” E, ainda:

A abertura do museu ao meio e a sua relação orgânica com o contexto social que lhe dá vida tem provocado a necessidade de elaborar e esclarecer relações, noções e conceitos que podem dar conta deste processo. O alargamento da noção de património, é a consequente redefinição de “objecto museológico”, a ideia de participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, a museologia como factor de desenvolvimento, as questões de interdisciplinaridade, a utilização das “novas tecnologias” de informação e a museografia como meio autónomo de comunicação, são exemplos das questões decorrentes das práticas museológicas contemporâneas e fazem parte de uma crescente bibliografia especializada³²³

Atila Tolentino ao argumentar sobre a Museologia Social ele destaca a transferência de foco de uma museologia tradicional centrada no estudo do objeto para a Museologia Social que passa a considerar o sujeito como produtor de suas referências culturais, engajadas nos problemas culturais, de uma forma integral, das comunidades a que serve o museu.

Para a museologia social, nas funções básicas de um museu, como preservar, pesquisar e comunicar, que devem ser executadas de forma participativa, os sujeitos sociais são a preocupação primeira, bem como os problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais enfrentados pelas comunidades, com vistas à luta e à busca por seu desenvolvimento sociocultural³²⁴

A ampliação e valorização da função social dos museus ocorre em paralelo ao alargamento da concepção de património, especialmente ao incluir a categoria do património imaterial. ³²⁵

³²³ MOUTINHO, Mário. Sobre o Conceito de Museologia Social. Cadernos de Museologia, 1. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1993. P. 08

³²⁴ TOLENTINO, A. B. (2016). Museologia social: apontamentos históricos e conceituais. Cadernos De Sociomuseologia, 52(8). <https://doi.org/10.36572/csm.2016.vol.52.02p.38>

³²⁵

Essa mudança de paradigma no campo patrimonial que fica evidente principalmente após a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial UNESCO 2003.

No Brasil essa mudança se encontra na própria Constituição de 1988, com a definição do conceito de patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.³²⁶ . Em seu parágrafo 1º insere a comunidade como colaboradora da preservação, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

No ano de 2000, decreto 3.551, de agosto de 2000 instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio imaterial, reforçando e instrumentalizando as ações preservacionistas dessa nova modalidade patrimonial.

Por sua vez a ampliação sobre o conceito de patrimônio e da própria museologia resulta na multiplicação de novas tipologias museológicas museus locais, museus comunitários, ecomuseus, centros de interpretação, museus escolares, que consideram o patrimônio para além do valor cultural e histórico uma herança que pertence ao capital da comunidade e em desenvolvimento.³²⁷

Ao longo do debate sobre as bases do pensamento museológico contemporâneo, as discussões acadêmicas em torno do caráter científico da Museologia centraram-se na identificação de seu objeto de estudo, na consolidação de uma metodologia e no estabelecimento de uma terminologia específica

O próprio objeto de estudo da Museologia passa a ser questionada, até então visto como a ciência que estuda Museus, “estende-se para além do Museu e tende a englobar a Herança Cultural e Natural como um todo”³²⁸

No Brasil, é de fundamental importância as contribuições da museóloga e professora Waldisa Russio Guarnieri precursora da Nova Museologia e da Sociomuseologia ao definir a Museologia “como a ciência do **fato museal ou**

³²⁶ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. , artigo 216

³²⁷ KASEKER, Davidson Panis. Museu, território, desenvolvimento: diretrizes do processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva (SP). 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. P.36

³²⁸ VARINE-BOHAN. Museus e Desenvolvimento Local um Balanço Crítico, p. 15. in: BRUNO, M. C. O.; NEVES, K. R. F. (Coord.). Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento: propostas e reflexões museológicas. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008.p.15

Museológico, que é a relação profunda entre o ser humano (Homem), sujeito que conhece, e o objeto, que parte de uma realidade sobre a qual o Homem atua ou interage num cenário institucionalizado, o Museu". Ou seja, Waldisa compreende que o **fato museal** é o "resultado de um processo em que o Ser Humano realiza com sua intervenção e participação conscientes," logo esse Homem – Ser Humano é construtor da sua História ao construí-la, se faz e se refaz, enquanto projeto inacabado.³²⁹

Além de ressaltar a interação homem-objeto, sua definição incorpora um elemento relevante: essa interação ocorre em espaço relacional que é o museu"



FIGURA : Sistematização do pensamento de Waldisa Rússio sobre o objeto da museologia - o fato museal

Waldisa Rússio Guarnieri argumenta sobre a importância de se eliminar a dicotomia entre o Patrimônio Natural e Patrimônio Cultural

“Portanto, não podemos segregar o ambiente físico natural do ambiente físico transformado pelo Homem: ambos são diferentes gradações do trabalho e da ação humana, o ambiente físico natural internalizado na consciência do homem,

³²⁹ GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. Cadernos museológicos, v. 3, p. 204, 1990.

percebido, valorizado, é um patrimônio e uma herança a ser transmitida; o ambiente físico transformado, reordenado pelo Homem, pelos assentamentos humanos, é um patrimônio e uma herança; ambos são dimensões diferentes da Cultura do Homem.”

Ao analisar o objeto de estudo da Museologia como sendo o fato Museológico Guarnieri rompe com o fetiche do objeto e de suas coleções, e transporta para a relação do homem/objeto, o foco de análise da museologia as relações e os relacionamentos humanos e sociais, o que passa a exigir não apenas novas técnicas, novos cenários museológicos, que extrapola as paredes dos Museus, processo responsável por gerar museus ao ar livre, dos museus de sítio e dos ecomuseus.

Cristina Bruno ao seguir a linha preconizada por Waldíssia Rússio Camargo Guarnieri em que o objeto da Museologia é o “fato Museal”, ou seja a relação entre o “Homem (Ser Humano) e o Objeto em um Cenário”, para os dias atuais compreendemos que se trata das conexões estabelecidas entre as sociedades e/ou comunidades com suas **referências culturais** das mais distintas categorias e tipologias, em um território específico, que pode ser uma instituição museológica estabelecida ou uma **paisagem cultural** delimitada pela percepção museológica.³³⁰

³³⁰ OLIVEIRA BRUNO, M. C. Museologia: entre abandono e destino. *Museologia & Interdisciplinaridade*, [S. l.], v. 9, n. 17, p. 19–28, 2020. DOI: 10.26512/museologia.v9i17.31590. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/31590>. Acesso em: 20 jul. 2023.

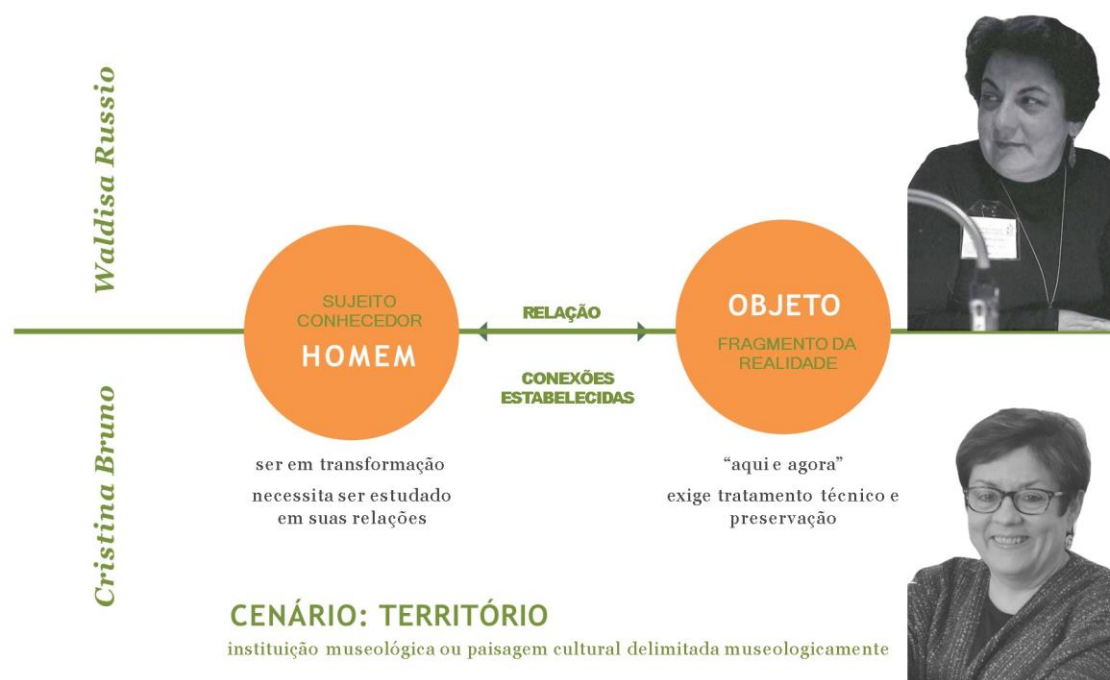


Figura – Sistematização referente a ampliação do objeto de estudo da Museologia por Cristina Bruno

Portanto, a Nova Museologia e a sua evolução a Museologia Social, incorpora em suas ideias centrais a noção de um museu aberto, voltado para a vida humana e plenamente comprometido com os problemas sociais das comunidades. Neste sentido, este *Novo Museu* se volta para três elementos primordiais, como pressupõe Varine: a identidade local, a perspectiva ecológica e a participação da população.

Enquanto no Museu Clássico estavam destacados o objeto e a coleção, na Nova Museologia são considerados todos os bens culturais de um território, de uma região. Diferente da tríade formada por edifício, coleção e público que constitui o museu tradicional esse novo ângulo é ampliado para território de ação, patrimônio coletivo e comunidade de habitantes.

Dessa forma o museu pode ser entendido enquanto instituição ou processo que lida com o patrimônio material e imaterial através de sua coleta ou registro, salvaguarda, pesquisa e difusão, atuando com a sociedade e visando seu desenvolvimento cultural e socioeconômico.³³¹

³³¹ MAIRESSE, François; DESVALLÉES, André. Brève histoire de la muséologie, des inscriptions au musée virtuel. In: MARIAUX, P. A. (Ed.). *L'objet de la muséologie*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, Institut d'Histoire de l'Art et de Muséologie, 2005. (Col. L'Atelier de Thésis, n. 2). IN: DE

3.2 - DESEJO DE MEMÓRIA - INVENTÁRIOS PARTICIPATIVO

Foi o pai de Macunaíma, o escritor Mário de Andrade, o pioneiro em semear uma noção de patrimônio ampla e plural que procurasse abarcar todas as manifestações do povo brasileiro³³². Ele também influenciou o papel dos museus no Brasil, especificamente a criação de museus municipais, sobretudo durante sua experiência no Departamento de Cultura (1935 – 1938) e no Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (1936).

Em carta datada de setembro de 1937, Mário de Andrade apoiou a campanha “Contra o Vandalismo e o Extermínio” do patrimônio cultural promovida pelo jornalista Paulo Duarte. O poeta modernista afirma nessa carta:

“Outra coisa que me parece de enorme e imediata necessidade é a organização de museus. Mas, pelo amor de Deus! museus à moderna, *museus vivos*, que sejam um ensinamento ativo, que ponham realmente toda a população do estado de sobreaviso contra o vandalismo e o extermínio”.³³³

Ainda no anteprojeto reivindicava a criação de Museus Técnicos, dedicados à exposição dos conhecimentos e de práticas envolvidas nos sucessivos ciclos econômicos do Brasil, em uma perspectiva histórica. Para Mario Chagas, “os sentidos dos Museus para Mário de Andrade, está na compreensão desses espaços como agência educativa, como veículo de participação da coletividade e como área de convergência de esforços da sociedade civil e do governo”³³⁴

Na contramão do que Mário de Andrade propunha com o seu Anteprojeto (1936), que procurava juntar o popular ao erudito, valorizando os aspectos da cultura considerados até então menos nobres, o **Decreto-lei 25/1937** que criou o Serviço do Patrimônio Artístico Histórico Nacional, o Sphan seguirá por uma linha nacionalista e conservadora priorizando os vínculos com fatos e personagens históricos que representassem a nação.

OLIVEIRA, Carlos Augusto. A musealização do território como estratégia de gestão do patrimônio e administração da memória. **Revista Memorare**, v. 2, n. 2, p. 34-51, 2015.

³³² NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. Editora Hucitec, 2005.

³³³ Idem

³³⁴ CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. Revista Eletrônica do Iphan. Dossiê Educação Patrimonial Nº, 2006.p.98

Portanto, foi a emergência da ideia de nação como comunidade imaginada, que veio garantir seu estatuto ideológico, e foi o Estado Nacional que veio assegurar através de práticas específicas, a sua preservação, entre elas a educação patrimonial.

A criação do Iphan, em plena ditadura Vargas, é bastante representativa do processo de construção de uma identidade nacional e de seus mitos fundacionais ao elegerem o patrimônio edificado que representava o passado colonial, branco, europeu e católico. O Estado por meio da educação patrimonial se utilizava da história e da memória para enquadrar a sociedade.³³⁵

Por sua vez, a relação do patrimônio com processos identitários pode ser entendida, também, quando acompanhados a afirmação de Dominique Poulot: “A história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e, mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais”³³⁶

Apesar de presente desde a fundação do Iphan em 1937, a educação patrimonial foi defendida e praticada como ferramenta complementar de forma recorrente. Buscava-se, por meio da informação educativa, convencer — sob a alcunha da conscientização — o “povo” da importância de colaborar com as ações preservacionistas realizadas pelo Estado.³³⁷

Concordamos com Siveiro ao defender que a ideia de que o “conscientizar para preservar” sob a justificativa de que o “povo brasileiro é um povo ignorante” é um “povo sem cultura”, não reflete a realidade, em que assistimos grupos sociais criarem agendas políticas pela preservação do patrimônio.

E como Scifoni expõe, essa ideia, despolitiza o debate, pois retira-se a responsabilidade dos gestores do patrimônio, do poder público, junto aos vereadores, deputados, prefeitos e governadores e dos empreendedores imobiliários, que por diversas vezes são os responsáveis por causarem o desaparecimento de bens culturais ou a perda de seus sentidos e significados.³³⁸

O compromisso da educação patrimonial deve superar a ideia da transmissão da cultura e da informação – a *educação bancária*, conforme denunciada

³³⁵ POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.P.07

³³⁶ POULOT, Dominique. Musée, nation, patrimoine, 1789-1815.Paris: Gallimard, 1997.p.36

³³⁷ SIVIERO, Fernando Pascuotte. Para além das fronteiras: patrimônio cultural, educação e territórios educativos. **Revista CPC**, v. 14, n. 27esp, p. 111-132, 2019. P.115

³³⁸ SCIFONI, Simone. Desafios para uma Nova Educação Patrimonial. **Revista Teias**, v. 18, n. 48, p. 5-16, 2017.

por Freire, para entendê-lo como processo de formação da consciência crítica sobre a realidade que pode possibilitar o reconhecimento das pessoas como sujeitos de sua própria história e cultura, capazes de agir em busca das transformações necessárias.

No ano de 1975, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)³³⁹, por Aloísio Magalhães havia expectativa de ver as políticas de preservação do patrimônio, inclusive se aproximando das questões propostas por Mário de Andrade no anteprojeto de criação do Iphan, em 1936, em que chamava a atenção para o valor histórico e artístico das manifestações populares, inclusive dos fazeres e dos saberes da população brasileira. Como, Sivieiro sintetiza “deixou-se de lado a ideia dos monumentos nacionais (pedra e cal) para dar lugar ao conceito de referências culturais.”³⁴⁰ E continua, ao ressaltar que:

Aloísio Magalhães, ao considerar ‘A comunidade a melhor guardiã de seu patrimônio’, envolvia técnicos e comunidade numa relação solidária e cooperativa de produção e troca de conhecimentos sobre si e sobre o contexto local com a intenção de descobrir e construir conjuntamente soluções locais, esses projetos contribuíram também para a promoção e proteção da diversidade cultural não reconhecida pelo Estado.³⁴¹

A morte prematura de Aloísio Magalhães, em 1982, levou a uma dramática interrupção a toda mudança conceitual estabelecida pelo CNRC.

Embora não tenha composto diretamente projetos na área da educação, as diretrizes teóricas e conceituais adotadas pelo CNRC favoreceram a instauração de parâmetros renovados para uma interlocução mais abrangentes entre processos educacionais e preservação patrimonial. O *Projeto Interação* criado no ano de 1982, foi inovador na medida em que buscava aliar as práticas da educação básica com os diferentes contextos culturais do Brasil, numa tentativa de aproximar o ambiente local da educação escolar ao cotidiano dos alunos.³⁴²

³³⁹Por sua vez, o CNRC visava “revitalizar a cultura brasileira, inserindo-a no discurso governamental do “desenvolvimento”, ou seja, o de que essas manifestações populares eram capazes de gerar valor econômico e de apresentar alternativas apropriadas ao desenvolvimento brasileiro”²⁴²

O Centro Nacional de Referência Cultural foi criado e implementado fora da estrutura do MEC, por meio de um convênio firmado entre os Ministérios da Indústria e do Comércio, da Educação e da Cultura, do Interior e das relações Exteriores, além do Banco do Brasil e do CNPQ. Por sua vez, o seu formato para-institucional proporcionou uma maior flexibilidade, o que permitiu um ganho em agilidade e autonomia na definição de programas, na gerência de recursos e na contratação de pessoal. Porém, com a finalização do Convênio ocorreu à unificação do IPHAN-PCH e o CNRC/Pró-Memória

³⁴⁰ SIVIERO, Fernando Pascuotte. **Um mapa para outros fazeres: territórios educativos e patrimônio cultural**. 2013. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) -Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.

³⁴¹ idem

³⁴² SIVIERO, Fernando Pascuotte. Op.cit p.63

Com uma concepção antagônica a do Projeto Interação³⁴³, no ano de 1983, o Museu Imperial de Petrópolis, realizou o *1º Seminário sobre o Uso Educativos de Museus e Monumentos*. Nessa ocasião, o termo educação Patrimonial, baseado na metodologia inglesa do *Heritage education*, foi traduzido e apresentado pela diretora Maria de Lourdes Horta e, posteriormente, sistematizado e apresentado no *Guia Básico de Educação Patrimonial*.

O *Guia* parte de uma proposta metodológica que envolve quatro etapas progressivas de apreensão concreta de objetos e fenômenos culturais (a saber: observação, registro, exploração e apropriação), a publicização do *guia* foi responsável pela consolidação do campo da Educação Patrimonial. Porém, como argumenta LORARDI

o Guia possui uma concepção conservadora de Patrimônio, de História e de Educação. Segundo essa perspectiva, o que se entende por patrimônio são os monumentos que provam as Histórias Nacionais, os grandes feitos. A noção de história tem princípios positivistas e é baseada na valorização dos acontecimentos vinculados a história hegemônica

Siviero declara que, apesar do Seminário e a publicação do Guia consolidar uma história hegemônica ele teve um papel importante em fortalecer o papel da educação patrimonial no Brasil.

A partir dos anos 80, movimentos sociais populares no Brasil, liderados por novos atores sociais (negros, índios, mulheres, camponeses, etc.) veem na preservação de sua memória um instrumento de afirmação de sua identidade e de suas lutas pelos direitos de cidadania. Este aspecto, paulatinamente, norteou a passagem da noção do patrimônio histórico consagrado por uma historiografia “oficial” centrada em episódios para uma nova perspectiva, mais ampla, que inclui o “cultural” incorporado ao “histórico” e às dimensões testemunhais do cotidiano e aos feitos não tangíveis e o patrimônio natural.

No ano de 1988, a Constituição Brasileira adota a denominação “patrimônio cultural” no lugar de “histórico, artístico, arquitetônico”, indicando uma abrangência maior de elementos que vão compor o patrimônio cultural. Desta forma, o

³⁴³DEMARCHI, João Lorandi. Referências culturais da escola, na escola: contribuições do Projeto Interação para a educação patrimonial. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2019.p.30. Foi apenas a partir dos anos 2000, que a experiência do Projeto Interação passou a ser inspiração para a formulação de princípios e proposições de novas metodologias, como a do Inventário Participativo.

artigo 216 seção II – DA CULTURA³⁴⁴ demonstra esta ampliação dos bens culturais a serem preservados, apontando para a constituição do patrimônio cultural brasileiro como sendo os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto.

O referencial conceitual que fundamenta as práticas de proteção ao patrimônio incorpora em seu texto constitucional uma “nova” noção de patrimônio cultural e reconhece a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. Atribui ao Estado, em colaboração com a sociedade civil, o papel de agente na preservação compartilhada destes bens e estabelece **o registro e o inventário** como importantes instrumentos de salvaguarda.³⁴⁵

Como apresenta o artigo 216 da Constituição Brasileira, em seu parágrafo 1º: o “poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação”. A Constituição brasileira, ao inserir o papel da comunidade como colaboradora da preservação do patrimônio, demonstra a compreensão desta como prática social e cultural de diversos e múltiplos agentes.

Com a Constituição de 1988 abriu-se o espaço para a afirmação de algumas exclusões e silêncios até então contidos nos procedimentos de construção do patrimônio. Um deles é o de “patrimônio imaterial” — que se consubstancia no Decreto n.3.551, de agosto de 2000, com a criação do registro como forma de salvaguarda e do **Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI)**. Nota-se uma estratégia de democratização do patrimônio, de modo a amenizar a exclusão de muitas manifestações que estruturam a vida espiritual e as relações de sociabilidade de inúmeros grupos de pessoas.

Assim, o Decreto n.3.551, tem também como objetivo viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural. É a instauração de uma **política pública** para a salvaguarda do patrimônio imaterial, que estabelece como instrumento jurídico de proteção do patrimônio imaterial o *registro*, que por sua vez, é bastante diverso do *tombamento* aplicado os estudos do patrimônio material, na qual o sujeito não está incluído e gira em torno do conhecimento acadêmico sobre um determinado objeto. O conceito matriz que

³⁴⁴ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Rideel, 2002, p. 98.

³⁴⁵ Iphan, 2007, p.16.

rege o estudo dos bens intangíveis é o de **Referência Cultural**³⁴⁶, de caráter marcadamente antropológico que busca a relação entre sujeito, manifestação cultural e espaço e a criação de uma nova metodologia de pesquisa o **Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC)**.

Desenvolvida pelo Iphan a metodologia do INRC visa criar um instrumento de aprofundamento do conhecimento acerca de bens culturais de natureza imaterial segundo as referências contidas no Decreto nº3.551/2000.

O Inventário Nacional de Referências Culturais–INRC –é uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Iphan que tem como objetivo produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinados grupos sociais. Contempla, além das categorias estabelecidas no Registro, edificações associadas a certos usos, a significações históricas e a imagens urbanas, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística. A delimitação da área do inventário ocorre em função das referências culturais presentes num determinado território. Essas áreas podem ser reconhecidas em diferentes escalas, ou seja, podem corresponder a uma vila, a um bairro, a uma zona ou mancha urbana, a uma região geográfica culturalmente diferenciada ou mesmo a um conjunto de segmentos territoriais.³⁴⁷

Em 2004, foi criada a Gerência de Educação Patrimonial e Projetos – Geduc, atual Ceduc, que se constitui na primeira instância da área central do Iphan voltada para a Educação Patrimonial. E a partir desse momento em que a sociedade indica seu patrimônio e são criados canais no sentido de democratizar a política do patrimônio cultural.³⁴⁸

De 2000 a 2010, foram realizados diversos encontros com a participação da sociedade civil, técnicos, gestores públicos para se discutir conceitos, princípios

³⁴⁶ Falar em referências culturais nesse caso significa, pois, dirigir o olhar para representações que configuram uma “identidade” da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos “fazer” e “saber”, às crenças, hábitos etc. Referências culturais não se constituem, portanto, em objetos considerados em si mesmos, intrinsecamente valiosos, nem apreender referências significa apenas armazenar bens ou informações. Ao identificarem determinados elementos como particularmente significativos, os grupos sociais operam uma ressemantização desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva, a que cada membro do grupo de algum modo se identifica. IN: Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.p.14 Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf Visualizado: 21/07/2022.

³⁴⁷IPHAN (2009). Instrução Normativa nº 001/2009, de 02 de março. Dispõe sobre as condições de autorização de uso do Inventário Nacional de Referências Culturais-INRC. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/>

³⁴⁸ BIONDO, Fernanda Gabriela. **Desafios da Educação no Campo do Patrimônio Cultural: Casas do Patrimônio e Redes de Ações Educativas**. 2015. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) –Iphan, Rio de Janeiro.

norteadores da educação patrimonial.³⁴⁹

2005 - *Encontro Nacional de Educação Patrimonial (I ENEP)*. Reunião para discussão e proposição de parâmetros nacionais para ações de Educação Patrimonial do Iphan nas escolas, nos museus e noutros espaços sociais.

2008 - Realização da *Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais* nas Casas do Patrimônio, quando, pela primeira vez, as diretrizes gerais das Casas do Patrimônio foram debatidas e consolidadas em âmbito coletivo.

2009- Realização do *I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio*, em Nova Olinda (CE). Organização de mesas-redondas sobre Educação Patrimonial no *I Fórum Nacional do Patrimônio cultural*.

2011 - *II Encontro Nacional de Educação Patrimonial (II ENEP)*. Reunião para pactuar as diretrizes no campo de Educação Patrimonial e fortalecer a rede de instituições e de profissionais atuantes na área educacional. Parceria entre MEC e Iphan para que o tema Educação Patrimonial integrasse o macrocampo Cultura e Artes do *Programa Mais Educação*, de Educação Integral.

Em 2009, o Ministério da Cultura com o apoio do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MINC), cria o Programa Pontos de Memória, que propõe o desenvolvimento de Inventários Participativos, com vistas ao “desenvolvimento processual, no intuito de aprimorar os acervos que representam as iniciativas comunitárias de memória e museologia social.” A argumentação é que

Os inventários participativos em comunidades historicamente excluídas, onde os patrimônios foram até então negligenciados, é de extrema importância, pois o reconhecimento de tais patrimônios pode significar uma nova perspectiva de formação do patrimônio social brasileiro, onde se reconhece a importância das diferentes contribuições sociais para a construção da Nação.³⁵⁰

No ano de 2012, foi desenvolvido e disponibilizado o Inventário Pedagógico, embasado na metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC, fruto da participação do Iphan no Programa Mais Educação³⁵¹, da Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC).

A proposta do Inventário Pedagógico é a de possibilitar um mapeamento inicial das referências culturais e potencialidades educativas que estão imersas na

³⁴⁹ idem

³⁵⁰ SILVA, Claudia Feijó. A Atuação Participativa entre Historiadores e Comunidade: Processo Metodológico de Inventário Participativo. In: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e diálogo Social. ANPUA. Natal. RN. 2013

³⁵¹ A estratégia do Programa “Mais Educação” visa promover a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Trata-se da construção de uma ação intersetorial das políticas públicas educacionais e sociais que visa contribuir tanto para a diminuição das desigualdades educacionais quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira – reconhecendo que a educação deve ser pensada para além dos muros da escola e considerando a cidade, o bairro e os bens culturais como potencialmente educadores, eles próprios

realidade escolar – um inventário pedagógico do patrimônio local.

Por fim, a Portaria 137/2016 que institui o marco legal para a educação patrimonial estimulou uma reorientação da prática, ao seguir princípios como:

favorecer a participação social nas ações educativas; integrá-las no cotidiano e na vida das pessoas; compreender o território onde se atua como espaço educativo; fomentar a relação de afetividade em relação aos bens culturais; e, principalmente, reconhecer que as práticas educativas se inserem em um campo de negociação e conflito entre diferentes grupos sociais³⁵².

Ainda em 2016 em consonância com o programa Pontos de Memória, o Iphan construiu uma proposta de educação patrimonial por meio de Inventários Participativos. Para a realização desse trabalho o Iphan se baseou em metodologias desenvolvidas anteriormente por eles, como o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC e o Inventário Pedagógico.

Com o objetivo de abarcar a diversidade de contextos culturais e faixas etárias atendidas pelo programa, o Iphan adaptou o material para ampliar o alcance para além do Programa Mais Educação.

Assim, foram feitos ajustes textuais, redefinindo seus potenciais usos e objetivos. A partir dessa reformulação, o alvo primordial dos “inventários participativos” passou a ser a mobilização e sensibilização da comunidade para a importância de seu patrimônio cultural, por meio de uma atividade formativa que envolve produção de conhecimento e participação.³⁵³

De modo inaugural, com a criação do Programa Pontos de Memória, o Estado brasileiro assumia a sua responsabilidade pela memória social que historicamente foi esquecida pelos museus: do povo pobre, negro, indígena, LGBTQI+, das mulheres, ribeirinhos, entre diversos outros.

Em outras palavras, como afirma Sancho Querol o Inventário Participativo refere-se à necessidade de equiparar a um mesmo nível, especialistas e comunidade no processo de construção de significados e de reconhecimento da

³⁵² Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016. Disponível: https://www.in.gov.br/materia/-asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21512179/do1-2016-04-29-portaria-n-137-de-28-de-abril-de-2016-21512121

³⁵³ FLORENCIO, Sônia Regina Rampim et al. Educação Patrimonial: inventários participativos. Brasília: Iphan, 2016.p.06.
Disponível:http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf

identidade patrimonial dos nossos bens culturais.³⁵⁴

Como exposto na introdução a nossa intenção inicial era de realizar as oficinas de educação patrimonial direcionadas à elaboração do Inventário Participativo, envolvendo educadores e alunos das escolas situadas no Morro Grande.

Ao apresentarmos a proposta de formação e o plano de trabalho para os educadores da EE Professor José Barreto, ficamos surpresos com a recusa agressiva por parte de alguns professores ao afirmaram que não participariam de mais um projeto.

Em 2020, voltamos a EE Prof José Barreto por um convite realizado pela recém-chegada professora de arte que estava ministrando uma eletiva na área de patrimônio e turismo, ainda conseguimos realizar uma oficina presencialmente com os alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio. No dia 21 de março de 2020, o governo do Estado decretou a quarentena em todos os 645 municípios do Estado de São Paulo e a suspensão das atividades escolares presenciais como medida para prevenir o contágio pelo coronavírus (Covid-19).

A comunidade nesse momento se inscreve para obter a certificação como Ponto de Memória e com a participação da EE Prof^o José Barreto por meio da sua coordenadora e de alguns professores.³⁵⁵

Em relação a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental I Vicentina Pires de Oliveira, devido a incompatibilidade das agendas, as oficinas com os educadores, se iniciou somente no final de 2020, o ano da pandemia.

A diretora - Luciene Cristina³⁵⁶ da EE Vicentina Pires de Oliveira que nos apresentou os primeiros integrantes da pesquisa, o sr. Mateus Manoel de Oliveira (pai da Diretora Luciane Cristina) e o sr. Air Albuquerque de Oliveira. Os três foram responsáveis por apresentar não apenas as suas memórias sobre o Morro Grande, como também em apresentar a Vila e a Reserva e por abrir diversas portas na comunidade para nós.

³⁵⁴ QUEROL, Lorena Sancho. Para uma gramática museológica do (re) conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participativo. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. 25, 2013, pág. 165-188. p.178.

³⁵⁵ Apesar da negativa de alguns educadores da EE Prof. José Barreto para a realização das oficinas na escola, em outros encontros como na Roda De Conversa Virtual ou em reuniões com a comunidade a Coordenadora e outros professores da escola estiveram presentes

³⁵⁶ A EM Vicentina Pires de Oliveira através de sua diretora desde o início do pesquisa colaborou com diversas ações entre elas ceder o espaço para as reuniões que realizamos com a comunidade, divulgação das ações entre outras.

A cada pessoa que conhecíamos apresentada por eles estabelecíamos um novo contato, o que resultou em uma lista inicial de 08 membros da comunidade. Conseguimos marcar uma primeira conversa conjunta no “pátio” em março de 2019, onde conseguimos ouvir um pouco da história de cada um e suas memórias sobre o bairro e apresentar o objetivo da pesquisa e debater sobre outros nomes para a lista de contato. As nove pessoas presentes foram responsáveis por indicar outros antigos moradores. Os critérios para compor essa lista foram definidos pelos próprios participantes, que procuraram abarcar os moradores mais velhos e, também, personalidades icônicas do local.

Com os nomes indicados, iniciamos a etapa de agendamentos das conversas. Essa etapa foi delicada, tendo em vista a necessidade de sensibilizar os entrevistados a destinarem seu tempo e a quebrar a desconfiança inicial, devido ao não cumprimento de outros projetos. Realizamos diversas visitas no bairro antes que a entrevista transcorresse, para participar da dinâmica do bairro, como a conversa realizada com o Sr. José Diniz durante o concerto do sino da Igreja, ou a caminhada com o Sr. Francisco Andrade e o Sr. Air até o antigo viveiro da Sabesp, ou a limpeza na frente da antiga escola com a D. Maria Helena e sr. Air, além das festas juninas, festa do dia das crianças ou as diversas caminhadas pelo bairro e pelas trilhas da Reserva.

Lembramos novamente da concepção teórica de Certeau ao compreender a cidade como texto, onde são os passos do caminhante que a reescrevem. São os moradores da vila que reconfiguram a Vila constantemente, atualizando, legitimando, transformando, desconsiderando e criando novos caminhos na ordem espacial instituída

Aqui é o nosso “pátio”, não é praça, coisa alguma...É “pátio”, porque era aqui que iniciava o dia e terminava. Era aqui que a gente se reunia com os outros, antes de começar uma nova empreitada de trabalho. Tinha até a sirene, que tocava no início e no fim do dia³⁵⁷

Como afirma Certeau: “Os passos tecem lugares, moldam espaços, esboçam discursos sobre a cidade”³⁵⁸

Então, os seus passos estão como o enunciador, ou produtor de

³⁵⁷ Narrativa de memória do Sr. Air Albuquerque de Oliveira

³⁵⁸ CERTEAU, M. A invenção do cotidiano I: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998. Apud. Nosedo, V. C. S. A. (2017). Era uma casa... Muito engraçada... A memória do Sítio do Mandú.p.16

narrativas. O pedestre se apropria da topografia do lugar, assim como o locutor se apropria da língua, como Barros descreve

os pedestres caminham por uma ordem espacial atualizando e reinventando esta língua e ao caminhar em um universo urbano onde muito outros caminham, o pedestre insere-se em uma rede de discursos – em um sistema polifônico de significados.³⁵⁹

Nessa etapa foi indispensável o trabalho e a participação de vários moradores para a apresentação do projeto e explicação da sua contribuição para preservação da memória local. Destaca-se a atuação direta do Sr. Air Albuquerque de Oliveira, Sr. Mizael Almeida, Sr. José Diniz e a Sr. Maria Helena, moradora do Morro Grande e presidente da Associação de Bairro do Morro Grande e responsável pela articulação comunitária,

A cada pessoa apresentada ao comentamos sobre a pesquisa, proporcionava um novo contato, o que proporcionou uma lista inicial com 16 membros da comunidade. No dia agendado, deslocávamos até o local de escolha do participante uma vez, que era fundamental que ele estivesse à vontade e confortável neste momento.

Algumas conversas foram realizadas nas casas, outras no banquinho do “pátio”, outras na frente das casas, nas calçadas e varandas, raras foram feitas individualmente, a maioria sempre tinha alguém da família ou um dos compadres e comadres juntos.

³⁵⁹BARROS, J. D. Cidade e História. Petrópolis: Vozes, 2007, p.45.



FIGURA - Em sentido horário – 1º) Caminhando de costas o sr. Francisco Andrade para registraros o estado do antigo viveiro. 2º) Conversa com senhor Air, eu e a senhora Adelaide Pignonato na varanda da sua casa. 3º) Conversa no pátio com Elisabete Moraes, Argina Fernandes Pereira, Maria Zita de Jesus. 4º) Na torre da Igreja Nossa Senhora das Graças com o Sr. José Diniz durante a manutenção do sino

Cabe esclarecer que todos os participantes da pesquisa se conhecem desde da infância e se visitam quase diariamente, as exceções são Sr^a. Walkíria Aparecida do Rosário, Sr. Daniel Fischer e o seu sobrinho Sr. Luís Maurício, por morarem em outros bairros.

Uma vez cumprida esta primeira etapa de registro audiovisual das 16 conversas propostas, passamos ao segundo momento de tratamento e análise deste material, que contemplaria as transcrições dos áudios. Finalizadas as transcrições, iniciamos a elaboração dos textos. Visto que os áudios transcritos perfaziam documentos, em média, de 20 laudas.

Por fim, voltamos aos entrevistados para a leitura e revisão dos textos (tirar as dúvidas sobre palavras ou frases que ficaram incompreensíveis) e aprovação dos textos. Após a leitura, das transcrições questionávamos qual a parte da nossa

conversa, era a mais significativa, a mais importante para o entrevistado³⁶⁰. Essa simples questão, resultou em uma pré seleção de temas, que seriam debatidos e discutidos mais tarde, com a comunidade para a realização do documentário.

Ao escolhermos os mais velhos da comunidade, respectivamente a segunda e terceira geração dos moradores do Morro Grande é por serem esses os responsáveis ainda hoje ações de preservação da Vila Operária do Dae e por auxiliar os mais jovens³⁶¹ (inclusive essa pesquisadora) por esse caminhar pela memória, pois como afirma, Maurice Halbwachs, “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas são lembradas pelos outros”³⁶²

Ecléa Bosi expõe que há “para o velho uma espécie singular de obrigação social, que não pesa sobre os homens de outras idades: a obrigação de lembrar, e lembrar bem.”³⁶³ Ainda em relação à importância dos idosos nas lembranças coletivas, a autora Bosi ressalta que

Um verdadeiro teste para a hipótese psicossocial da memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas, elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que uma pessoa de idade.³⁶⁴

Para o filósofo Walter Benjamin, narrar seria a habilidade de intercambiar experiências; uma forma artesanal de comunicação arraigada a uma tradição oral profundamente coletiva. O narrador retiraria seu conteúdo de sua experiência, contando histórias referentes à própria extensão de sua vida ou relatadas pelos outros e, desta maneira assimilaria referências que transcenderiam os limites de

³⁶⁰ Na época pensávamos em divulgar essas memórias videocast, na página do Grupo Morro Grande no Facebook, com as devidas autorizações por parte do grupo, mas tínhamos alguns problemas. referente a qualidade do som e do vídeo dessas filmagens, questão que iremos debater, mas a frente sobre na elaboração do documentário.

³⁶¹ A conversa dos mais velhos com os mais jovens na Vila do DAE e algo comum, a maioria destes jovens possuem algum parente que trabalhou no DAE/ Sabesp e também muitos deles utilizam ainda hoje as estruturas / edificações (casas, campo de futebol, praça, escola). Conforme as diretoras das duas escolas do bairro, pelo menos uma vez ao ano, os mais velhos são convidados por ambas as escolas para contar sobre a importância da Vila e da Reserva para as crianças e adolescentes.

³⁶² Halbwachs, Maurice. 1990. A memória coletiva. São Paulo: Vértice.p.26

³⁶³ Bosi, Ecléa. 1994. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras.p.63

³⁶⁴ Ibidem, p. 60

seu território de ascendência e o espaço temporal de sua existência. “Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la inteira”.³⁶⁵ A narrativa carregaria em si uma dimensão utilitária, pois o narrador seria um homem sábio que sabe dar conselhos, seja em forma de sugestões ensinamentos morais, provérbios ou normas de vida

Uma das consequências da aceleração desenfreada dos tempos modernos, no olhar de Benjamin, era que a faculdade de intercambiar experiências esvaecia, de modo irreversível.

Apesar da constatação negativa sobre o fim da narração tradicional, Benjamin esboça um horizonte de esperança com a ideia de uma outra narração, uma narração nas ruínas da narrativa, uma transmissão entre os cacos de uma tradição em migalhas, portanto uma renovação da problemática da memória.

Podemos reter da figura do narrador um aspecto muito humilde, muito menos triunfante.

Distante de uma realidade em que as condições sociais se modificam rapidamente, esta arte de contar reduziu-se a uma raridade. O artesanato, concebido em sua temporalidade lenta e orgânica³⁶⁶, unificava vida e palavra; memória e tradição. Inscritos em um ritmo global, no qual a tradição se concentrava, associada a afazeres que se diferenciavam do caráter fragmentário do trabalho industrial, saberes eram amplamente partilhados. A partir da oralidade, as experiências coletivas eram ressignificadas e reatualizadas. A memória viva exercia um papel centralizador, à medida que preservava um conjunto de costumes, conhecimentos, lendas, histórias.

O narrador que encontramos nas descrições de Benjamin refere-se a uma tradição oral que floresceu e se difundiu em um meio artesão, dentro de um desenvolvimento histórico na cultura europeia. No entanto, quando o trabalho gradativamente deixou de basear-se no artesanato, aos passos da dissolução do mundo feudal pela expansão do capital e as revoluções industriais, os mecanismos de difusão de sabedoria se descentralizaram. A individualização do ser humano assolou as comunidades de ouvintes e, conseqüentemente, a função prática atribuída aos narradores. Uma análise de cunho marxista nos levaria a conceber o modo de produção capitalista que se desenvolve na modernidade como um condicionante para a

³⁶⁵ BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2ª edição, 1994. P 221

³⁶⁶ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta - p7-19. In: BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2ª edição, 1994. P. 10

privatização dos sujeitos nestas sociedades. A fragmentação da ordem social e a rotinização da destruição levaram Walter Benjamin a analisar uma figura do narrador como um resíduo de uma prática cultural em vias de extinguir-se.

Aqui vale nos questionar nos tempos atuais os narradores e suas memórias continuam mudos a espera pelo dia em que poderão narrar ou suas narrativas encontram-se escondidas “mascaradas” ou sendo devastadas em nome das novas modernidades da Cidade.

No ano de 2020 devido a Pandemia de COVID-19, os encontros presenciais com a comunidade para a realização do inventário participativo foram paralisados. Foi um momento que representou um grande desafio.

O que se apresentou como um obstáculo inicial e que foi parcialmente solucionado por meio da participação em Editais um deles foi o curso EAD de Tecnologia Social da Memória, metodologia do Museu da Pessoa, que nos possibilitou não apenas dar continuidade às ações como também ampliar as redes sociais.

A Tecnologia Social da Memória, metodologia desenvolvida pelo Museu da Pessoa, reúne práticas, conceitos e princípios essenciais para que públicos diferenciados, com objetivos diversos, para que possam se apropriar da metodologia de registro e produção de narrativas históricas. Com base na metodologia da história oral, para registro de narrativas pessoais, bem como uma prática de mobilização e formação de agentes locais, que possam a elaborar e realizar suas próprias iniciativas de memória.

A metodologia da TSM se constitui de três etapas que se complementam para a realização de projetos de Memórias, que são: construir Histórias, organizar Histórias e socializar Histórias. As etapas da TSM foram planejadas para serem realizadas coletivamente e presencialmente, o que perante o contexto de pandemia se demonstrou como desafio no Morro Grande, outro fator que dificultou a realização do curso pelos antigos moradores e trabalhadores como da população jovem da Vila do DAE, foi a dificuldade de acesso à internet e a computadores.

Mas por sua vez, a formação EAD da Tecnologia Social da Memória ofertada pelo Museu da Pessoa, permitiu a formação dos mestres e mestras das manifestações culturais, de artistas, educadores e de outros participantes do município

de Cotia³⁶⁷ interessados em criar suas próprias memórias a partir das histórias de vida, valorizando as experiências de todas as pessoas.

A partir dos debates estabelecidos durante o curso e de nosso contato prévio com a EM Vicentina Pires de Oliveira, por meio de sua diretora, começamos conjuntamente a elaborar a realização de oficinas com as educadoras de forma remota

Conforme as conversas que tivemos a Diretora Luciane existia algumas questões específicas que traziam um enorme incômodo, a primeira questão era o fato de que a cada dia diminuía o número de estudantes filhas(os), net(as/os) de ex-funcionários da Dae/Sabesp, porém cada vez mais a escola estava atendendo crianças provenientes de outros bairros recém inaugurados (resultado da especulação imobiliária) vizinhos ao Morro Grande e que não conheciam e nem se identificavam com o território, o mesmo acontecia com o seu corpo docente

Outra questão abordada foi o fato de a escola estar inserida em um território como a Reserva Florestal do Morro Grande, porém esse contexto não estava sendo explorado em sala de aula.

Essas preocupações apontam para a importância de promover uma maior integração entre a escola e o território, reconhecendo e valorizando a diversidade, o conhecimento e a vivência das crianças dentro de sua comunidade. Através das oficinas propostas, buscamos criar oportunidades para que as educadoras pudessem explorar e incorporar esses aspectos em suas práticas pedagógicas, permitindo uma educação mais contextualizada e significativa para os estudantes da EM Vicentina Pires de Oliveira.

Em nossa primeira reunião, com a equipe pedagógica foram apresentadas as etapas de cada encontro e o calendário quinzenal que nos daria a garantia de continuidade no processo.

As oficinas realizadas com as educadoras foram realizadas virtualmente pela plataforma do Google Meets, em que foram abordados e debatidos os conceitos de Memória, Patrimônio, Territórios Educativos e Museologia Social.

A Escola EE Vicentina Pires de Oliveira atende crianças dos 6 aos 10 anos de idade, estudantes que estiveram longe da escola por todo o ano de 2020 e parte de 2021, uma das demandas colocadas pelas educadoras era de reestabelecer a ligação afetiva desses estudantes com a escola e com o território.

³⁶⁷ Foi o caso dos integrantes da Congada do São Benedito e do professor Hécio Barbosa Historiador e pesquisador das casas religiosas de matriz africana no município de Cotia e da diretora Luciane Cristiane Oliveira da EM Vicentina Pires de Oliveira que participaram do curso.

Durante a pandemia, as escolas precisaram se reinventar, acreditamos que as práticas de Educação Patrimonial na educação formal têm o potencial de transformar a escola em um lugar de afeto e construção de conhecimento, sensível à realidade das comunidades escolares do entorno ao mesmo tempo que fortalece o senso de identidade e pertencimento à comunidade.

Adotamos parte dos instrumentos propostos pela Tecnologia Social da Memória, metodologia desenvolvida pelo Museu da Pessoa, pela “experiência bem-sucedida do museu no uso das tecnologias digitais para a mobilização comunitária e criação de novos espaços digitais, como arquivos, museus e narrativas de vida”³⁶⁸ e como instrumento inicial de sensibilização e mobilização da comunidade.

As oficinas procuram retratar o bairro do Morro Grande, como instrumento pedagógico no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, exploramos no curso as contribuições do conceito de territórios educativos como uma possibilidade teórica-metodológica para o desenvolvimento de uma prática preservacionista educativa, compartilhada e participativa sobre o patrimônio cultural do Morro Grande.

Como Fernando Siviero defende

“...a escola deve, portanto, relacionar-se com o mundo a sua volta encarando-o como um território apropriado, percebido e usado por diversos e distintos sujeitos que conferem a ele diferentes sentidos e valores. Assim, busca-se romper a distância que separa a escola do mundo a sua volta...”³⁶⁹

Sua origem como conceito, Siviero argumenta que se apropria de duas ideias básicas e complementares, a primeira embasada nas palavras de Paulo Freire: “Há uma pedagogicidade indiscutível na materialidade do espaço”³⁷⁰. A segunda, por sua vez, encontra expressão em Bia Goulart: “todo e qualquer lugar/elemento/ser urbano é potencialmente cultural, histórico e educativo”^{371,372}

³⁶⁸ MARINO, Ian Kasil. História sob encomenda: o Instituto Museu da Pessoa sob um olhar historiográfico. Dissertação de mestrado. Unicamp. Campinas, SP, 2021. P. 33

³⁶⁹ SIVIERO, Fernando Pascuotte. Um mapa para outros fazeres: territórios educativos e patrimônio cultural. 2013. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) -Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.p.84

³⁷⁰ Freire. Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.p.45

³⁷¹ GOULART, Bia. Centro SP – uma sala de aula. Experiência de Bairro-Escola em São Paulo. São Paulo. Editora Peirópolis, 2009.p.29

³⁷² SIVIERO, Fernando Pascuotte. Um mapa para outros fazeres: territórios educativos e patrimônio cultural. 2013. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) -Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.p.84

As ações foram organizadas em oficinas realizadas com as educadoras, somente o Mapeamento Afetivo foi realizado com algumas crianças

Oficinas	Proposta
I. Linha do tempo individual - Linha do tempo coletiva;	A construção da linha do tempo individual, permite a construção de uma cronologia própria, a organizarem a sua própria história. A linha do tempo coletiva é um exercício de construção conjunta de uma história e de um grupo e uma ferramenta de mobilização a partir do que é comum
II – Mapa Afetivo e sua sistematização	A construção do Mapas Afetivo possibilita acessar os sentimentos, aquilo que faz sentido em relação ao território que as crianças vivem.
III– Construção de Sentido	Tem como objetivo explicitar a razão de nova empreitada, alinha expectativas e visualizar os desafios e o potencial do núcleo
IV – Roda de Conversa Virtual – Roda de Memória	Tem como objetivo contar a memória, a história do bairro Morro Grande e do seu entorno a partir das memórias de seus moradores.
V – Inventário Participativo	Tem como objetivos principais de fomentar a discussão sobre patrimônio cultural, assim como estimular que a própria comunidade busque identificar e valorizar as suas referências culturais.
VI - VII – Documentário Desejos de Memória	A elaboração documentária teve como objetivo conjunto à comunidade validar os dados da pesquisa, selecionar e ao mesmo tempo valorizar e promover os bens culturais identificados e sensibilizar a sociedade civil para a importância de preservação dos mesmos

A linha do tempo individual e a linha do tempo coletivamente foram atividades realizadas com as educadoras com o objetivo de sensibilizar e mobilizar o grupo e ao mesmo tempo permite discutir conceitos sobre a História e Memória.

Para a Linha do tempo individual algumas questões foram lançadas para estimular a reflexão para a construção da linha do tempo, como: Quais os principais marcos de sua vida? Por que são marcos? Quais as pessoas significativas? Quais as

escolhas? Quais foram as rupturas?

O resultado da construção da linha individual realizada pelas educadoras se constatou um eixo em comum nas histórias de vida que era o fato de todas lecionarem a um determinado tempo na EM Vicentina Pires de Oliveira (o mínimo 07 anos)

A partir da constatação do primeiro eixo começamos a construção da linha do tempo coletiva que é sobre a História comum do grupo de educadoras na escola Vicentina, o que possibilitou a articular diferentes visões sobre acontecimentos, permanências e mudanças vividas pelo grupo na escola.

Fundada na década de 70 denominada como Escola Parque Morro Grande, a escola era administrada pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

A escola era um espaço reduzido constituída de duas pequenas salinhas, uma cozinha e banheiro, atendia inicialmente o Jardim II e o Primeiro Ano, com turmas com número reduzido as crianças em sua maioria eram filh(as/os) dos funcionários da Sabesp.

Segundo as narrativas de memória das professoras apesar da edificação ser um espaço pequeno o fato de ser aberta sem grades, permitia uma relação maior com o território, como estudos de meio até ao Campo de Futebol ou a Barragem Nossa Senhora das Graças, além do próprio espaço externo da escola ser amplo e composto por brinquedos e uma horta.

Nos anos 80 a escola abre uma turma de Ensino de Jovens e Adultos os alunos eram em sua maioria os antigos residentes das casinhas e trabalhadores da Vila Operária do DAE.

Final dos anos 80 a escola recebe novos alunos das famílias que ocuparam as casas da Vila Operária e passa atender o ciclo completo do Ensino Fundamental I (1º, 2º, 3º e 4º anos).

A escola é municipalizada nos anos 90 e passa atender crianças de outros bairros vizinhos, as salas ficam lotadas. Em 2000 o prédio é reformado a escola passa a ter 04 salas, mas se perde o espaço externo e com isso a horta e o parque. Durante a reforma a escola ocupa a Sede – Associação dos Trabalhadores, que já se encontrava abandonada e em péssimas condições de uso por alguns meses

Durante as narrativas de memória para a construção da linha do tempo coletiva as educadoras comentaram sobre funcionários que tiveram importância significativa na escola (e que são antigos residentes da Vila), projetos que realizaram, as

transformações que o bairro (a vila) passou e a repercussão dessas mudanças no seu dia a dia e sobre a valorização do território e a comunidade em que a escola estava inserida e sobre a sua própria prática pedagógica

É diferente, a gente que vem de fora fica encantado com a família dos tucanos logo no amanhecer, os macaquinhos. E eu como professora me indagava o porquê as crianças não ficavam encantadas se eles estavam vendo, quando perguntei eles vieram com um repertório inteiro, sobre pássaros, o som que eles faziam, os quatis, veados e sobre as onças. Eles sabiam, eu que não tinha questionado. (Luciene Cristina)

Com estudantes queríamos realizar essa atividade e replicá-la com a História de Vida dos Pais e Avós, mas as educadoras acharam que o momento não era adequado, as crianças narravam casos de Covid com seus familiares.³⁷³

Por isso apresentamos a metodologia do Mapeamento Afetivo Virtual recurso que permitiu visualizar as memórias afetivas das crianças sobre lugares do Morro Grande, transportadas para o papel em forma de desenhos e em rodas de conversas virtuais com os pequenos realizadas pelas educadoras.

A atividade do Mapeamento Afetivo teve como objetivo principal reestabelecer a conexão entre os estudantes e o território em que a escola está inserida durante um período de pandemia, quando o ensino era remoto. Ao mesmo tempo, buscou-se trabalhar a educação patrimonial, a história local e as memórias por meio das referências culturais reconhecidas pelas crianças.

Mapas Afetivos, Cartografias afetivas, são estratégias de ação (frequentemente implementadas de forma presencial), que fazem parte do campo da educação patrimonial que se fundamentam em uma visão do processo educativo a partir do caráter dialógico, como possibilidade de construção coletiva de uma ideia de patrimônio cultural.

A atividade inicialmente foi realizada pelas professoras das turmas dos 3º e 4º anos, devido a pandemia a aula e as orientações para a realização da atividade foram explicadas remotamente, somando as duas turmas juntas 11 (onze) alunos somente 06 (seis) alunos que conseguiram participar da aula e enviaram os seus mapas afetivos.

A situação que acabamos de comentar não foi uma exclusividade da EE

³⁷³ Os relatos das crianças sobre casos de Covid nas famílias, inclusive com casos de óbitos era uma constante nas narrativas das crianças, segundo as educadoras.

Vicentina Pires de Oliveira a dificuldade de uma internet de qualidade, um único celular por família, foram algumas das dificuldades enfrentadas pelos educadores no Brasil para a realização das aulas remotas durante a pandemia.

Para a realização do mapeamento afetivo foi delimitado um ponto de origem (saída) que seria a casa da criança e o destino (chegada) a escola. Partimos de um de algumas questões norteadoras, como: Que caminhos percorremos? O que encontramos nesses caminhos? Quais os cheiros, gostos, sabores, sons que vem a mente? Quais são os lugares que são especiais e por quê? Escreva um pequeno trecho descrevendo a paisagem.

A realização dos Mapas Afetivos apresentou para as educadoras o trajeto diário dessas crianças, o que demonstrou que muitas moravam em bairros distantes, em outros desenhos retratavam as dificuldades que enfrentavam para frequentar a escola, como árvores caídas na estrada ou enchentes.

A seguir há três desenhos mapas afetivos para ilustrar o trabalho pedagógico realizado:



FIGURA Fotografia do mapeamento afetivo virtual “a minha boa lembrança foi quando saia de casa e descia e via o rio onde sempre tinha patinhos nadando”



FIGURA Fotografia do Mapeamento Afetivo - “Porque me lembro a natureza, lembra os índios, lembra a minha casa e também lembro quando ia viajar



FIGURA As dificuldades de chegar a escola, nos dias de chuva árvores caídas e inundações

Entre os lugares retratados a própria escola, com recados de como

estavam com saudade das brincadeiras, dos amigos e da professora, mas outros lugares apareciam nas representações dos mapas afetivos, o lago formado pelo rio Cotia na Estrada da Cachoeira com os seus patinhos, as casinhas da Vila Operária, o parquinho do pátio e a Escola.

Para a sistematização dos Mapeamentos Afetivos, cada criança apresentava o seu mapa respondendo as seguintes questões: quais os locais estavam representados nos mapas; o significado (explicação da criança sobre o seu desenho); pontos positivos e negativos sobre esses lugares; sensações e sentimentos.

O que se demonstrou em primeiro lugar era a saudade que os pequenos estavam da escola, mas também surgiu questões do porque as casinhas estavam estragadas, pichadas, por que ninguém cuidava, outra criança contou que ela tinha sido anjinho na Igreja perto da escola (referente a procissão de Nossa Senhora das Graças), outra nos relatou que morava longe e que um dia choveu tanto que a TEG (transporte escolar gratuito) não conseguiu chegar na escola, porque uma arvores tinham caído na estrada, todas falaram do parquinho no “pátio” e quanto era legal quando elas iam lá, uma criança lembrou dos “índios” que antes moravam lá na Reserva e quando perguntamos se elas achavam que a escola se encontrava em um lugar diferente , todas relataram que sim, “diferente das outras escolas tem muito bicho, passarinho e muitas árvores perto da escola”.

O mapeamento afetivo enquanto uma prática de Educação Patrimonial fundamentou-se em uma visão do processo educativo a partir do caráter dialógico, como possibilidade de construção coletiva de respeito às diferentes narrativas, sentidos e interpretações atribuídas pelos estudantes sobre o território e sobre o patrimônio nele existente.

No diálogo sobre os mesmos, os estudantes apresentaram o seu trajeto e evidenciaram o que representava e o que tinham como referência, em sua localidade, o rio Cotia, as casas, a natureza, a referência a Processão a Nossa Senhora das Graças, o pátio com o parquinho e a escola.

Nas duas oficinas, o que verificamos é que a própria escola era constantemente mencionada nas narrativas de memória das crianças e das professoras. Talvez isso se deva ao momento que estávamos vivenciando, mas existia uma outra questão relevante: A EM Vicentina Pires de Oliveira tinha completado 50 anos e não tinha nenhum registro da sua História nem mesmo na Secretária de Educação do Município e nem mesmo na Secretária de Educação do Estado de São Paulo.

As professoras comentaram que até mesmo quando alguém questionava onde era a escola, as pessoas do bairro do Morro Grande encaminhavam para a EE Prof. José Barreto, por conhecerem a escola somente por “escolinha” e não pelo seu nome Vicentina Pires de Oliveira, aliás uma outra questão, quem era essa que dava o nome para a escola?

Apresentamos o projeto com a proposta das oficinas com as educadoras e com os estudantes na reunião de pais e conversamos sobre a realização do documentário e o convite para participar da Oficina do Construir Sentido e para a Roda Conversa Virtual.

Convidamos os pais para se sentirem à vontade para realizarem comentários e dúvidas. Para além das congratulações pelo projeto, o que presenciamos foi o surgimento de novos relatos de memória, especialmente em relação à escola e ao próprio bairro.

Começamos a alinhar as diretrizes do projeto, com a oficina do Construir Sentido, com as educadoras da EM Vicentina Pires de Oliveira, conjuntamente com a comunidade, com o objetivo de nortear o trabalho com a comunidade escolar e definir o tipo de narrativa histórica, realizamos uma sequência de perguntas, como: Que memória queremos registrar? Porque queremos registrar? Para que queremos construir essa história? Que material consultaremos? Quem vamos entrevistar? Para quem queremos contar nossa história? Como vamos socializar nossa narrativa? As respostas estabeleceram as diretrizes do projeto.

Apresentamos a tabela resultado da Oficina de Construir de Sentido com a comunidade e com as educadoras do EM Vicentina Pires de Oliveira

Nossa Memória	Sentidos de Memória	Objetivos	Fontes de Memória	Públicos	Nossos Núcleos
Que Memórias queremos registrar?	Por que queremos registrar?	Para que queremos registrar?	Quem são as pessoas, os documentos e os objetos que escolhemos?	Para quem?	Com quem vamos trabalhar na narrativa? Como a função do núcleo comunitário atua?
Memória dos antigos moradores e trabalhadores do DAE	-Preservar/salvaguardar memórias, história da arquitetura Vila do DAE, história do abastecimento e saneamento, História da urbanização; preservar acervos costumes e celebrações -Preservar/salvaguardar memórias, costumes e celebrações - Conscientização sobre a importância do território e do seu patrimônio	- Para que possamos garantir a preservação da memória e do patrimônio que existe no território e para que seja transmitido para outras gerações Fortalecer e valorizar a identidade da comunidade do bairro do Morro Grande - Para tornar público a importância da história da vila e da Reserva - Formação para estimular desenvolvimento social e econômico através de formações, capacitações para turismo, artesanato a partir do entendimento da relevância da identidade do território - Debater e resistir sobre a especulação imobiliária do território	- Antigos moradores do bairro Morro Grande e do seu entorno. Novos Moradores -O conjunto de edificações das Vila e a Reserva; fotografias, pinturas, documentos - Professores e estudantes - Filmes Xingú, Pelé, Nossa Senhora Aparecida e novela Meu Pé de Laranja Lima foram gravados no local - Objetos arqueológicos -Fotos e documentos da DAE/SABESP - Objetos, Brinquedos e brincadeiras antigas	- Para a comunidade do Morro Grande, para a cidade de Cotia e para todos que queiram conhecer, visitar ou se relacionam com o território	- Educação o patrimônio cultural - Educação o ambiente - Debates políticos públicos - Preservação paisagem cultural do Morro Grande (a Open Space, Reservas) - Cultura oferecida atividades culturais que promovam integração, sentimento pertencimento desenvolvimento sustentável; Política Pública
Memória dos espaços e estruturas da Vila e da Reserva e de novas estruturas e pessoas (a Escola Vicentina e a ocupação)					
Cotidiano, costumes, festas, lazer (futebol e carnaval), relação com a Mata, com rio					
Memórias da floresta (remédios e lendas)					
Relações entre as famílias					

				Pedic de tomb ento/ regul entaç sobre ques fund ; Socia Amp ques do Mora habit o so form o, capa ção geraç de re Econ co: Gera de r atrav das capa ções área gastr mia, turis come o econ a cri
--	--	--	--	---

Brincadeiras

FIGURA - Tabela elaborada com as educadoras da EM Vicentina Pires de Oliveira e com a Comunidade do Morro Grande

Paralelamente, educadoras e a comunidade escolar começaram a realizar o levantamento e a pesquisa de fontes históricas, como documentos de doação do terreno para a criação da escola, fotografias e conversas com antigos residentes e ex – estudantes da EM Vicentina Pires de Oliveira.

Thiollent nos chama atenção que o processo de educação associado a

metodologia de pesquisa ação, a relação entre pesquisa (fase de investigação) e a ação educacional pode ser de tipo sequencial. Como define:

Primeiro, os grupos pesquisam o contexto de atuação, os atores, suas identidades, necessidades e expectativas. Com base nesse levantamento, estabelece-se a programação de uma ação educacional que é ponto de partida para outras investigações retroativas. É uma sequência que foi inspirada na linha de Paulo Freire (investigação/tematização/programação da ação) e que pode existir de diversas formas e com várias modalidades de retroalimentação entre as fases. As ações decorrem de um amplo trabalho de tematização e reflexão junto com os interessados³⁷⁴

A pesquisa continua ainda neste momento e uma das descobertas é que EM Vicentina Pires de Oliveira ou a escolinha do Morro Grande foi fundada como “Escola Parque do Morro Grande”, voltada para o público do Ensino Fundamental I e também com o Ensino de Jovens e Adultos – ciclo de alfabetização, que atendia principalmente os trabalhadores e moradores da Vila Dae.

Parte deste acervo já está catalogado e está divulgado na página que foi criada no Facebook sobre a escola.

Estimulada pelo trabalho realizado com as educadoras e alunos, a equipe pedagógica da EM Vicentina Oliveira Pires, está aproveitando o projeto para tornar a escola um espaço museológico ao completar 50 anos. Por meio das redes sociais, buscase ex-alunos, professores, fotos e documentos que reconstroem a história da escola.

2.3 – RODA DE CONVERSA VIRTUAL

Perante a dificuldade de se realizar atividades presenciais e a necessidade de dar sequência as ações, entre elas o próprio inventário participativo, o projeto do Ecomuseu Morro Grande e o documentário, começamos a organizar a I Roda de Conversa Virtual.

Rodas de Conversa são um método de participação coletiva que promove debates sobre uma determinada temática, permitindo que os participantes dialoguem entre si, expressem suas opiniões e ouçam uns aos outros, através do exercício reflexivo. Um dos principais objetivos das Rodas de Conversa é compartilhar conhecimentos e promover a troca de experiências e permitir a construção conjunta de

³⁷⁴ THIOLENT, Michel Jean Marie; COLETTE, Maria Madalena. Pesquisa-ação, formação de professores e diversidade. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 36, n. 2, p. 207-216, 2014.

novos conhecimentos sobre o tema proposto.³⁷⁵

Cada roda de conversa é única como argumentam Moura e Lima é um momento de diálogo, sob a coordenação de um mediador, normalmente esse desempenha o papel de organizar o encontro e estabelecer alguns direcionamentos, como nos ensina Paulo Freire e Shor:

O diálogo não é uma situação na qual podemos fazer tudo o que queremos. Isto é, ele tem limites e contradições que condicionam o que podemos fazer... Para alcançar os objetivos de transformação, o diálogo implica em responsabilidade, direcionamento, determinação, disciplina, objetivos³⁷⁶

Com o apoio da Secretaria de Cultura e Lazer publicamos na mídia local, uma matéria onde se comentava sobre o projeto e anunciava a data e horário da Roda de Conversa, onde constava também um link para a inscrição.

O encontro virtual que durou cerca de (02 horas), reuniu 30 pessoas entre essas ex-moradores, filhos de moradores, professores, diretoras das escolas públicas local, ambientalistas e turismólogos interessados no debate referente a preservação da RFMG e da Vila do DAE.



FIGURA 04 – convite elaborado para as redes sociais (grupos de Whatsapp e na página do Facebook do

³⁷⁵ MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. Universidade Federal da Paraíba. Revista Temas em Educação, v. 23, n. 1, p. 95, 2014.

³⁷⁶ SHOR, Ira; FREIRE, Paulo. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. Paz e Terra, 1987.p.127

Morro Grande) sobre a Roda de Conversa Virtual, utilizando a tela a óleo realizada pelo artista plástico Sr. Jurandyr Diniz

O convite para realização da inscrição da I Roda de Conversa Virtual foi realizado pelas Redes Sociais, como nos grupos do Whatsapp e na página do Morro Grande do Facebook e por meio da publicação do projeto na página da Prefeitura de Cotia.³⁷⁷

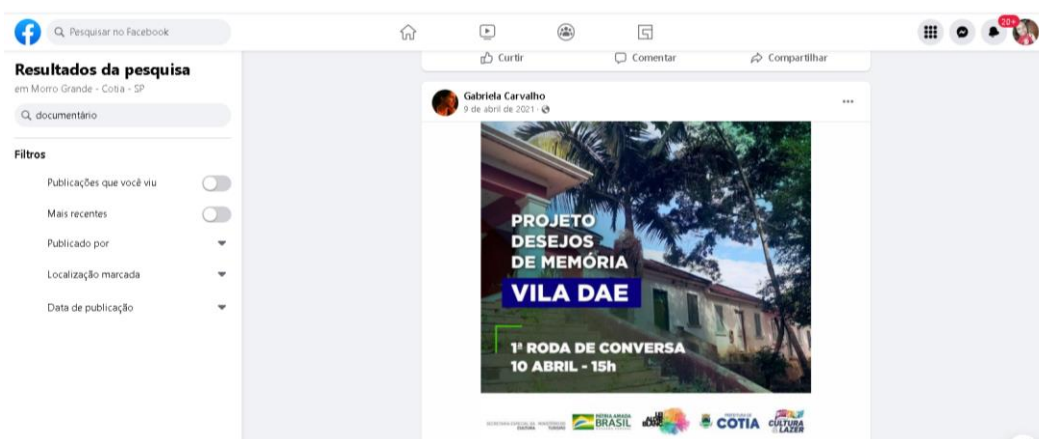


FIGURA 05 - Página do Morro Grande no Facebook com a Matéria sobre a Roda de Conversa Virtual³⁷⁸

A proposta feita aos presentes, era de compartilhar as memórias das experiências vividas no bairro do Morro Grande

Nesse encontro foram trazidas lembranças da imensa riqueza da fauna e flora da Reserva Morro Grande, das festas de Nossa Senhora das Graças, ocasião em que as crianças se vestiam de anjos e a famílias participavam da procissão percorria o bairro carregando os andores. Foram lembrados os alegres bailes de carnaval realizados na Associação dos Trabalhadores do DAE—espaço denominado como “SEDE”, pelos moradores, local em que também era realizada sessões de cinema, em que se exibia filmes como “Mazzaropi”, o “O Gordo e o Magro” e outros.

As narrativas de memórias das Educadoras da Escola Estadual Professor José Barreto representada pela professora Maria Isolina Godinho Camargo de Liendo e

³⁷⁷ Disponível: <https://cotia.sp.gov.br/noticia/3035/premiado-projeto-esta-construindo-documentario-de-memorias-da-vila-dae-no-morro-grande> postada 07/abril/ 2021

³⁷⁸ PREMIADO, PROJETO ESTÁ CONSTRUINDO DOCUMENTÁRIO DE MEMÓRIAS DA VILA DAE, NO MORRO GRANDE. Disponível: <https://cotia.sp.gov.br/noticia/3035/premiado-projeto-esta-construindo-documentario-de-memorias-da-vila-dae-no-morro-grande>

das professoras Adriana Marta Ferreira Menezes e da professora e diretora Luciane Cristina Oliveira e da EM Vicentina Pires de Oliveira lembraram ações realizadas em tempos passados por ambas as escolas dentro das áreas de Educação Ambiental e Patrimonial demonstrando a potencialidade educativa do Morro Grande, como “território educativo”³⁷⁹ que deveria ser trabalhado para dentro e fora dos muros da escola.

Ao mesmo tempo as narrativas demonstram o quanto esse trabalho é atualmente prejudicado pelo abandono e pela ausência dos órgãos responsáveis pela preservação (Sabesp/Prefeitura)

Prof.^a Maria Isolina - “Realizávamos várias “saídas” – (estudo de meio), ora para o Sítio do Padre Inácio, ora pela trilha do verde com os alunos do Ensino Fundamental II e Médio. Convidávamos algum morador para falar da Vila, eu ganhei de um aluno uma fotografia muito antiga, depois passei até para o Sr. José Diniz, porque ele tem um acervo grande de fotografias daqui, chegamos até realizar uma exposição com essas fotografias. E depois saíamos para caminhar pela Vila e até a trilha do verde. Hoje isso é impossível, é perigoso demais, as casas parte estão abandonadas, você não sabe quem frequenta ali, na trilha é carro queimado, lixo, até assalto já teve!”³⁸⁰

Prof.^a. Adriana - “Levávamos as crianças no Campo de Futebol, sempre vinha algum morador antigo para falar da Vila e do Esporte Clube Cachoeira, o professor de Educação Física aproveitava para realizar alguma atividade com as crianças, mas agora não dá, aquela arquibancada ... sei não... uma ora cai e também não tem água e nem banheiro! É difícil.”³⁸¹

Prof.^a. Luciane - Costumávamos ir à Estação de tratamento tinha sempre alguém da Sabesp para realizar a monitoria, falar sobre a importância da água, de como funcionava a Estação de tratamento e a importância do território, como área de mananciais, hoje eles não realizam mais, tá tudo fechado.”³⁸²

Foi lembrado o Programa PJ – programa eco profissionalizante que foi realizado de 2005 a 2011, por um dos participantes, recordando a importância de na

³⁷⁹ PEDRO, Joanne Cristina; STECANELA, Nilda; DE CASTRO PITANO, Sandro. Paulo Freire e o território educativo além muros da escola: três chaves de acesso a múltiplas dimensões de aprendizagem. Revista Educação e Emancipação, p. 205-232.

³⁸⁰ Narrativa de memória da Prof.^a Maria Isolina Godinho Camargo de Liendo

³⁸¹ Narrativa de memória da Professora Adriana Marta Ferreira Menezes

³⁸² Narrativa de memória da Diretora Luciane Cristina Oliveira

adolescência ter participado de projeto ambiental no local³⁸³. A experiência foi transformadora contribuindo, inclusive, para sua escolha profissional.

Por fim, as narrativas da Roda de Conversa Virtual apresentaram a mudança administrativa com a entrada da SABESP, como marco temporal do descaso sobre a Vila e a Reserva, inclusive como fator que possibilitou a ocupação de parte das casas, ao mesmo tempo em que demonstram como ambas as escolas e a comunidade passaram a auxiliar essas famílias que vivem em condição de risco até os dias atuais.

O que não significa que no que se refere a questão fundiária das casas, não tenha gerado uma mágoa entre os antigos trabalhadores e os novos moradores.

É comum o sentimento de desgosto nas narrativas dos primeiros que se viram da noite para o dia afastados dos seus empregos e obrigados a se retirarem das casas, para que anos depois essas fossem ocupadas por pessoas que não tinham nenhuma relação com Morro Grande.

As condições de vida para esses moradores, não é nada fácil, a Sabesp entrou com uma ação de reintegração de posse e cortou a distribuição de água para essas casas, por sua vez, o sentimento de desconfiança é comum por parte desses moradores.³⁸⁴

³⁸³ A narrativa é do turismólogo André Domingues que rememora o tempo em que participou da formação do Programa de Jovens, Meio Ambiente e Integração Social – PJ MAIS programa de educação ecoprofissional e formação integral de adolescentes entre 15 e 21 anos de idade, voltado para habitantes de zonas periurbanas e entorno de áreas protegidas da RBCV. A proposta do PJ-MAIS é adequada ao conceito de reserva da biosfera, integrando a necessidade de sustentabilidade econômica de jovens em situação socioeconômica desfavorável com a preservação e recuperação ambiental, mudando atitudes e paradigmas em relação ao seu ambiente e melhorando a qualidade de vida as comunidades envolvidas. Cotia Desenvolveu inicialmente um Núcleo de Educação Ecoprofissional no distrito rural de Caucaia do Alto e no segundo semestre de 2005 foi inaugurado um outro Núcleo próximo a Reserva do Morro Grande. O Programa durou até 2011. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutoflorestal/o-instituto/rbcv/projetos-e-atividades/#programa> Acesso: 01/07/2022.

³⁸⁴ Procuramos em diversos momentos conversar com essas famílias, argumentamos sobre os objetivos da pesquisa., em nenhum momento concordaram em conceder uma entrevista, uma única moradora concordou em conversar perante o celular desligado.

I Roda de Conversa sobre o
Documentário **Desejo de Memória** e o Projeto do
Ecomuseu Morro Grande



FIGURA - Fotografia da página do Google Mets como página de abertura do I Roda de Conversa Virtual

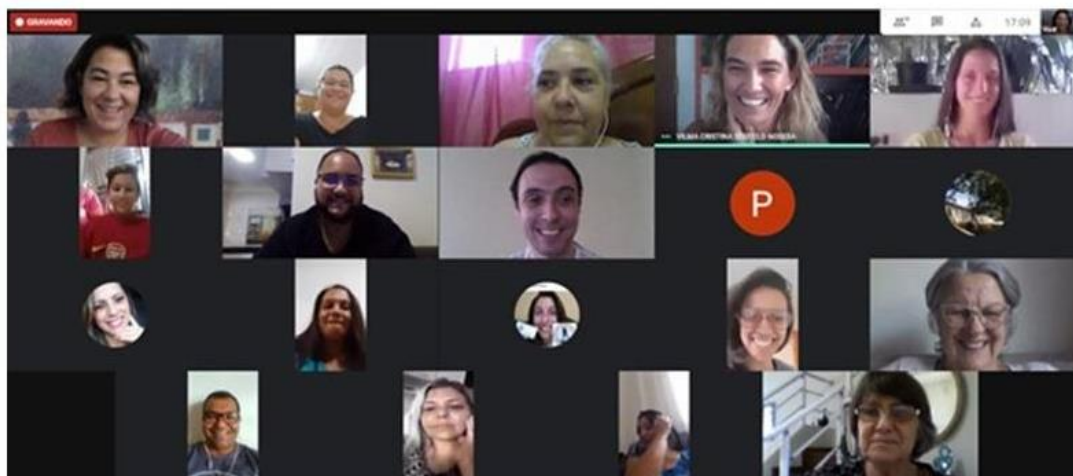


Figura - fotografia com alguns dos participantes da Roda de Conversa Virtual

3.3. INVENTÁRIO PARTICIPATIVO

Como discutimos anteriormente as etapas de sensibilização, mobilização e a delimitação do território foram realizadas por meio das seguintes ações: participação nos mutirões, caminhadas pelo território, participação nas festas do dia das crianças, festas juninas, carnaval, concerto do sino da Igreja Nossa Senhora das Graças, as

conversas individuais e em grupo, as oficinas de Educação Patrimonial com trabalhadores da cultura do território, como as Oficinas de Criar Sentidos e a Roda de Conversa Virtual e a própria Roda de Memória. Conjuntamente com as reuniões com a comunidade e o poder público (Secretaria do Turismo, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria da Cultura) e com a Sabesp.



FIGURA - Em sentido horário- Formação conjunta com o Condephaat “O Patrimônio e sua Preservação” com a Comunidade e Mestras e Mestres das diversas manifestações culturais , Cortejo de Carnaval na Vila Operária, Reunião planejamento do inventário, Preparativos para a Caminhada da Preservação, Planejamento de Ações, Inventário sobre as edificações.

Ao argumentar sobre o Planejamento do Inventário participativo, Isadora Paiva explica que para se obter uma real e efetiva participação da comunidade, se faz necessário

primeiramente, observar, conhecer e compreender o modo de vida e os interesses da comunidade, de forma a envolvê-la em torno de questões que perpassam os conceitos já delineados, quais sejam, patrimônio, memória, identidade, território e museu e, inclusive, conceitos elementares e fundamentais, como a cidadania e a dignidade.

O Inventário Participativo é um instrumento da educação patrimonial com a intenção de construir e/ou fortalecer a identificação de sua comunidade com o seu legado cultural ou como o IBRAM o define: “processo no qual as comunidades assumem, em primeira pessoa, a identificação, a seleção e o registro das referências culturais mais

significativas para suas memórias e histórias sociais”³⁸⁵

Portanto, o maior diferencial no método do inventário participativo reside nas ideias de mediação e protagonismo social.³⁸⁶ Como Paiva argumenta:

... como principal característica desse tipo de inventário, a atuação da comunidade como sujeito e como autora do processo e da transformação social inerente a ele. Essa nova abordagem de um método tradicionalmente utilizado pela museologia, revela-se, então, como um exercício de cidadania e de democracia representativa e participativa, uma vez que, com o uso de novos métodos e técnicas, o inventário deixa de ser realizado “sobre ou para” a comunidade, e passa a ser realizado “com” a comunidade³⁸⁷

Ao sermos contemplados pelo Edital da premiação do Concurso “Benedito Pereira de Castro - ‘Seu’ Dito da Congada” por meio da Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer do Município de Cotia, de acordo com a Lei Federal de Emergência Cultural Aldir Blanc, o qual fomos contemplados para a realização do documentário “Desejo de Memória” – A História da Vila Operária do DAE e da RFMG.

Começamos a realizar o planejamento das ações tanto para a elaboração do documentário como do próprio Inventário Participativo. O planejamento deve prever as ações que serão executadas em todas as etapas, de maneira a correlacionar os recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos disponíveis.

O Inventário como o documentário é o resultado das reflexões dos debates gerados pelas conversas individuais e coletivas, do curso de formação de Criação de Núcleos do Museu da Pessoa, que levaram a realização das oficinas de formação em Educação Ambiental e Patrimonial com as educadoras da EM Vicentina Pires de Oliveira, das reuniões com a comunidade para a elaboração do Inventário, da I Roda de Conversa Virtual e por fim da própria Roda de Memória

³⁸⁵ IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus.; OEI, Organização dos Estados Ibero- americanos para a Educação a Ciência e a Cultura. Pontos de Memória: Metodologia e Práticas em Museologia Social. Brasília: Phábrica, 2016.p.39

³⁸⁶ PAIVA, Isadora dos Santos et al. Da museologia social ao inventário participativo: patrimônio, território e desenvolvimento. 2019.

³⁸⁷ Idem, 2019 p. 59



FIGURA 07 – Fotografia de uma das Reuniões de Formação e Elaboração do Inventário Participativo

Conjuntamente com todo o processo de pesquisa bibliográfica, das imagens de arquivos, e dos documentos diversos e do acervo fotográfico institucional da Sabesp e do Condephaat e do Arquivo do Estado de São Paulo (no que se refere ao acervo fotográfico Gaensly³⁸⁸ que retrata o processo de modernização e urbanização da cidade de São Paulo e que foi utilizado no documentário) e do acervo fotográfico da comunidade especialmente do Sr. José Diniz, Sr. Mizael Almeida, da Sr^a Walkyria Aparecida e das pinturas realizadas pelo artista plástico Sr^o Jurandyr Diniz.

³⁸⁸O fotógrafo Guilherme (Wilhelm) Gaensly (1843-1928), nasceu no cantão de Thurgau, na Suíça, mas veio para o Brasil ainda criança. Já em 1871, estava radicado em Salvador (BA), onde iniciou a carreira abrindo o estúdio Photographia Premiada. Associado, mais tarde, a Rodolpho Lindemann, Gaensly elabora, entre outros, o Álbum da Estrada de Ferro Central de Alagoas, Maceió e Vila Imperatriz. Em 1895, transferiu-se para a capital paulista e abriu uma filial da Fotografia Gaensly & Lindemann, na Rua XV de Novembro. Durante mais de 25 anos, Gaensly contribuiu com a São Paulo Tramway Light and Power Company e com instituições públicas como a Secretaria de Agricultura. De 1900 a 1910, já trabalhando sozinho, num estúdio da Rua Boa Vista, editou várias séries de cartões-postais sobre a cidade de São Paulo, fazendas de café e o Porto de Santos. Até 1921, produziu milhares de imagens, que hoje têm importância central na iconografia da cidade de São Paulo do início do século. A coleção aqui digitalizado data de 1911. Contém 24 fototipias de Gaensly, e foi doado ao Arquivo Público do Estado de São Paulo em 1980. Catálogo da coleção de fotografias Guilherme Gaensly. DISPONÍVEL: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/iconografico/guilherme_gaensly

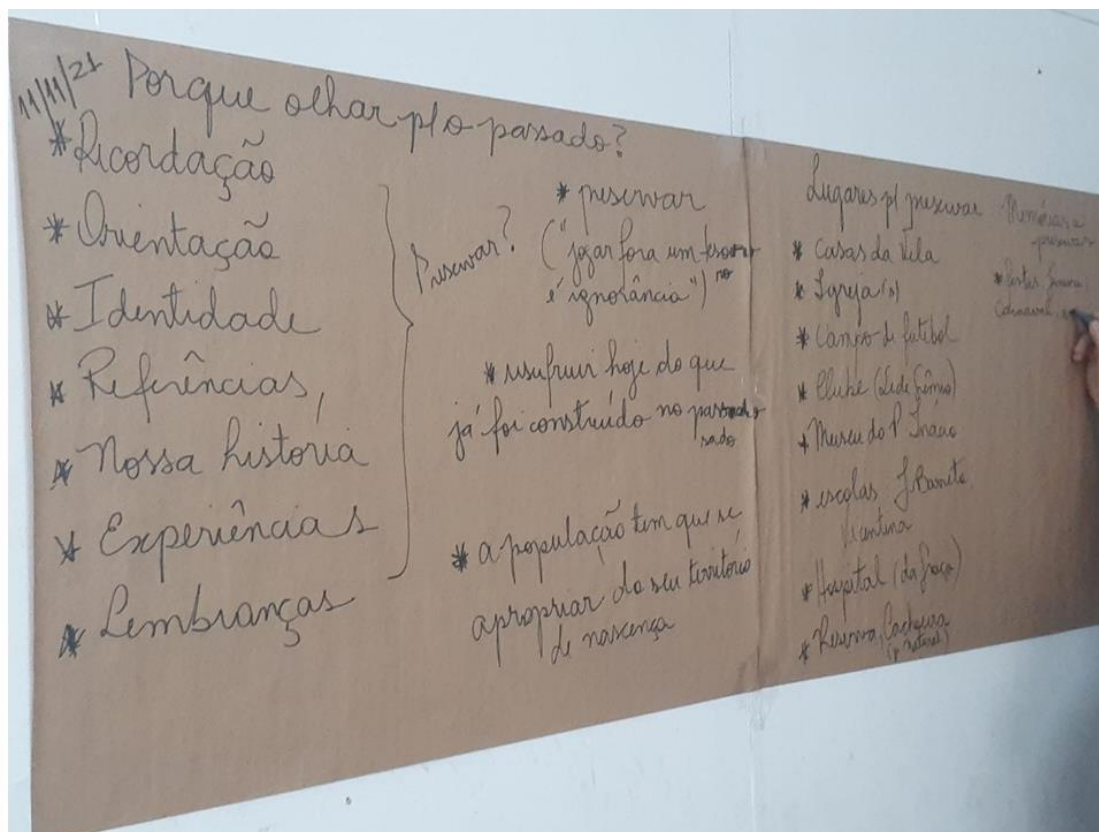


FIGURA 08 - Construção do Objeto e do Recorte da Pesquisa - Levantamento de dados para a Realização do Inventário Participativo

A responsabilidade de divulgar essas memórias pouco conhecidas e silenciadas foi algo que nos inquietou desde o início da pesquisa, o que nos resultou na constante preocupação em que todo o processo de elaboração do documentário, desde a ideia inicial de participar do Edital, a escolha das temáticas, o desenvolvimento do roteiro, o título, teve a participação e a autorização desta. Vale dizer, que tanto o inventário participativo como o documentário são formados do ponto de vista de quem produz, não esgotando assim o tema.

Concordamos com a afirmação de Chagas de que Memória, Patrimônios e Museus são campos de conflito e de poder. Qual Memória lembrar ou esquecer, o que preservar e qual Museu constituir?

Memórias, patrimônios e museus são campos de luta, conflito, litígio. Nestes campos disputa-se tudo. Disputa-se o passado, o presente e o futuro; o lugar, o espaço e o território; a amizade, o amor e a atenção; a liberdade, a criatividade e o discurso; disputa-se o substantivo, mas disputa-se também, com especial interesse, o

adjetivo.³⁸⁹

A afirmação se lança sobre a questão da adjetivação da Nova Museologia e da Museologia Social, como Chagas observa sobre “uma disputa cada vez mais intensa e acirrada, sobre o que é e o que não é novo museu e principalmente sobre o social”. Por fim o questionamento quem quer negar e anular a potência do adjetivo social? Que interesses alimentam aqueles que querem despotencializar o social?³⁹⁰

Essa disputa se apresenta como verdadeira nas narrativas de memória que constituíram tanto o inventário participativo como o próprio documentário e das outras ações, a disputa em negar e anular o potencial do social foi uma permanente, seja por parte dos órgãos públicos responsáveis pela preservação da Vila e da RFMG (Sabesp, Prefeitura, Condephaat) como pelo próprio movimento ambientalista na década de 80, ao não considerar a Vila do DAE no pedido de tombamento.³⁹¹, o que ainda permanece nos dias atuais.

A memória aqui debatida nos remete ao pensamento teórico de Derrida sobre o conceito de arquivo em seu ensaio *Mal de arquivo*, que ao revisitar o pensamento de Freud, no *Mal-estar da Civilização* em que argumenta que essa relação exagerada da memória, a necessidade constante do arquivamento e da lembrança é um mal-estar, uma pulsão, uma pulsão de morte, de agressão e de destruição.³⁹²

Nas últimas décadas do século XX, assistimos ao crescente interesse pela memória, o que Peter Burke afirma como um verdadeiro “boom de memória”³⁹³. Tal fenômeno proporcionou uma preocupação maior com as questões ligadas ao patrimônio cultural. Por sua vez, Huyssen diz que estamos “seduzidos pela memória”: “um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas das sociedades ocidentais. Para ele, “[...] a memória se tornou uma obsessão cultural de proporções monumentais

³⁸⁹ CHAGAS, Mario et al. A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 55, n. 11, 2018.p.84

³⁹⁰ Idem, p. 84

³⁹¹ O processo de anulação do social permanece ainda nos dias atuais pelo movimento ambientalista na proposta de criação do Parque Estadual Morro Grande, novamente a Vila do DAE é deixada de fora da proposta _ assunto que iremos comentar mais adiante.

³⁹² DERRIDA, Jacques; REGO, Claudia de Moraes. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. 2001.p.21

³⁹³ BURKE, P. *Centenários e Milênios*. In: BURKE, P. *O historiador como colonista*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2009.

em todos os pontos do planeta’³⁹⁴

No Brasil, não foi diferente, a partir dos anos 80, movimentos sociais populares, liderados por novos atores sociais (negros, índios, mulheres, camponeses etc.) veem na preservação de sua memória um instrumento de afirmação de sua identidade e de luta pelos direitos de cidadania.

É nesse sentido que ao mesmo tempo que ocorre a pulsão de morte, o arquivo da memória, pode se transformar-se em pulsão de vida em uma vontade de lutar, preservar e resistir, ou seja, se o esquecimento é a operação necessária para a constituição da memória é o entre o lembrar e o esquecer que se constitui o Desejo de Memória.

³⁹⁴ HUYSEN, A. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 9-16

3.4 - O PARAÍSO É AQUI!

É como costume dizer: nasci no Paraíso e continuo morando no Paraíso. ³⁹⁵
Sr. Mizael de Almeida

A VILA

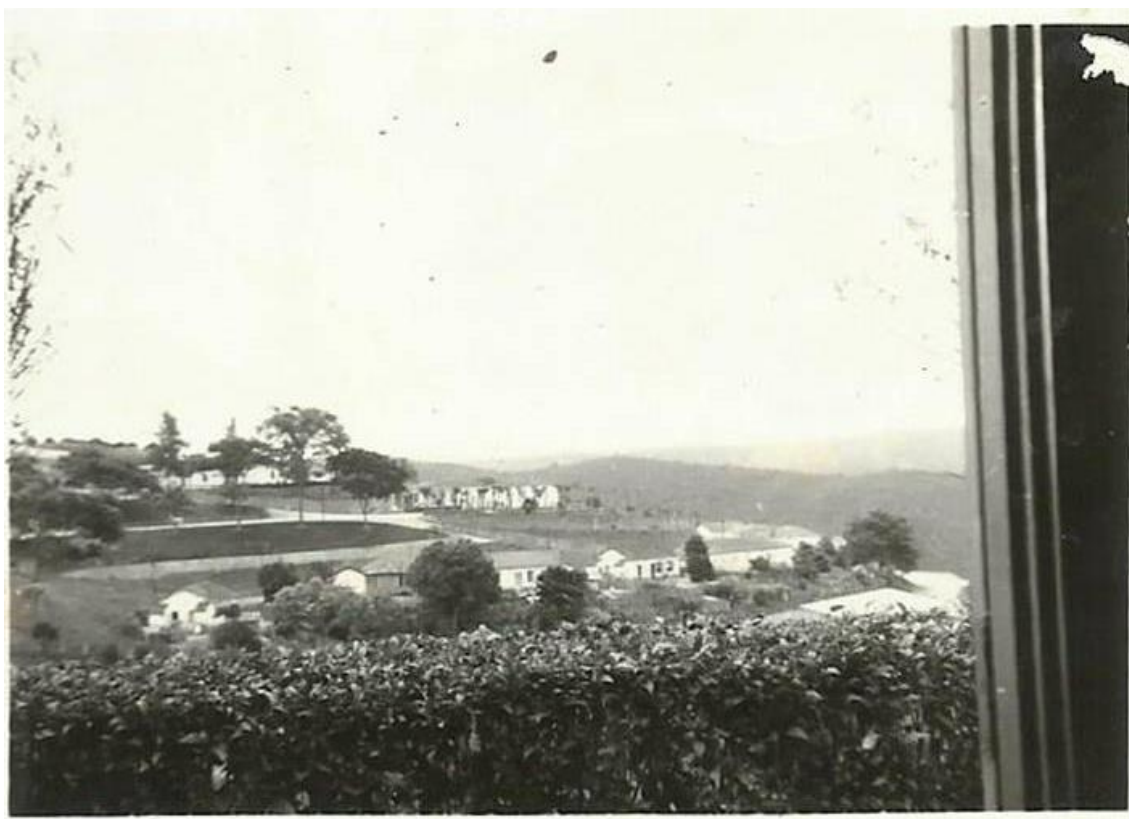


FIGURA25 – Fotografia da paisagem da vila do Dae, no centro da imagem a direita a fachada da edificação nova da Escola Prof. José Barreto e das casas dos operários e casas dos engenheiros no alto Morro atrás das árvores e do jardim. Acervo Sr. José Diniz.

A afirmativa do Sr. Mizael é mais uma de tantas, das quais os antigos moradores e trabalhadores do DAE afirmam que o Morro Grande é o paraíso.

A partir de tais afirmativas aceito o convite de Benjamin de flunar pelo Morro Grande, ao percorrer cada viela indo de um ponto ao outro do bairro deixando-me levar pela satisfação de ser convidada a entrar tomar um café (companheiro fiel) sempre pronto e a História de vida a história da vila, começa a se desenrolar.

395 Trecho do relato do Sr. Mizael de Almeida – 68 anos apresentado no documentário Desejos de Memória: A História Vila do DAE e da Reserva Florestal do Morro Grande

Estar atenta a abrir os sentidos para esses narradores experientes no sentido que Walter Benjamin atribui para a categoria “experiência”: alguém que tenha uma história para contar por que inicia o seu relato a partir da sua vivência, da sua relação íntima com a Reserva, com a vila e as instituições antigas como a Dae e a Sabesp.

O retorno a essas memórias do passado silenciadas, esquecidas, para além de lembranças/ memórias do (eu) sujeito narrador se configuram como memórias coletivas ao mesmo tempo como memória de lugares: Matas, Rios, casas, quintais, jardins, pátio, sede, clube, igreja, campo de futebol. Lugares de Memória resgatados pelo presente perante o seu completo abandono são capazes de revelar um sentimento comum um desejo de futuro, um desejo de memória.

Ao analisarmos a paisagem da RFMG e da Vila operária do DAE como um texto humano. Não é apenas um simples conjunto de espaços organizados coletivamente pelos homens, é uma sucessão de rastros, de pegadas que se superpõem no solo e constituem, por assim dizer, sua espessura tanto simbólica quanto material. Portanto, a paisagem também é um lugar de memória, no sentido que dá ao termo Maurice Halbwachs: “o local ocupado por um grupo não é um quadro negro sobre o qual se podem escrever e apagar números e figuras [...] Ele recebeu a marca do grupo, e reciprocamente” e como David Lowenthal complementa: percebemos as diversas camadas de um passado que podem ser achados por detrás dos objetos, das palavras e dos olhares. Como David Lowenthal, escreve sobre a Paisagem:

[...] não é apenas um lugar imediatamente presente, mas também um lugar de memória [...] tanto nos lugares como nas pessoas, o olhar da mente percebe um palimpsesto construído na base de todas as nossas experiências passadas, de nossas hipóteses passadas e atuais sobre a História da Paisagem³⁹⁶

Analisaremos as narrativas de memória dos ex-moradores da Vila DAE sobre certos temas através das imagens e depoimentos orais por eles apresentados a mim.

Em um primeiro momento, as entrevistas com esses “velhos” moradores do bairro do Morro Grande nos pareciam ingênuas, mas nas entrelinhas apontavam mais do que pareciam ser. Então, ouvir a partir do narrado e interpretar esta voz que soa é também compreender um pouco da experiência de vida de quem nos conta algo. Como

396 LOWENTHAL, David. Passage du temps sur le paysage. Infolio, 2008.p.14

Benjamin descreve ao falar sobre o narrador e nos demonstra que este tem um papel fundamental para o grupo do qual faz parte e nos ensina:

o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes.³⁹⁷

O que o Sr. Jurandyr Diniz nos exemplifica em sua narrativa

Sr. Jurandyr: Me chamo Jurandir Diniz, tenho 78 anos, sou aposentado do Estado, antigo DAE, sou Artista Plástico em atividade há 50 anos, sei uma coisa dos antigos funcionários e sei mais da minha convivência, daquilo que eu vivi, aquilo que eu participei. Tem muita coisa que vocês já sabem e outras não, né?³⁹⁸

Para Benjamin, portanto, a memória e a narração são conceitos inseparáveis. Tanto os modos de lembrar como os de esquecer e também as formas de narrar são meios fundamentais para a construção da identidade que, por sua vez, remetem à questão narrativa. Portanto, para Benjamin, Memória/História/Identidade não são conceitos imutáveis, são transformações.

Sr^a. Júlia -Aí fui crescendo, eu já fui enraizando aqui nesse Morro Grande, pois conheci meu esposo lá da Zona Norte, trouxe ele passear aqui, ele se apaixonou pelo bairro, aí 2 anos e meio a gente se casou e ele já não quis mais sair daqui também, quer dizer a nossa mudinha, nossa raiz, ficou plantada aqui no bairro. Tem as minhas filhas, tenho 3 filhas, tenho um anjo e as minhas filhas também, são tudo daqui do Morro Grande, não saio daqui do Morro Grande, moram tudo aqui, hoje tem um neto, que também já mora... a minha filha é casada com uma pessoa que também é daqui do Morro Grande, ou seja, nós temos a raiz aqui plantada no bairro e eu acho muito difícil a gente sair daqui um dia, eu não quero sair daqui, jamais. A casa que eu moro hoje era a casa da minha mãe e a gente herdou, a gente cuida e vai passando e eu falo pra minhas filhas que é delas também, dos meus sobrinhos, é eles que vão cuidar, mas jamais passa na vontade da gente de vender isso aqui um dia, pra sair daqui do bairro, sempre vai ter alguém aqui, a minha família aqui é o mais popular que o pessoal conhece é a família Quaglia, a família Osvaldo Quaglia, que todo mundo conhecia meu pai, era pelo Quaglia³⁹⁹

A afirmativa do Sr. Mizael é mais uma de tantas, das quais os antigos moradores e trabalhadores do DAE afirmam que o Morro Grande é o paraíso.

A partir de tais afirmativas aceito o convite de Benjamin de flunar pelo Morro Grande, ao percorrer cada viela indo de um ponto ao outro do bairro deixando-me levar pela satisfação de ser convidada a entrar tomar um café (companheiro fiel)

397 BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.201.

398 Conversa realizada com o Sr. Jurandyr Diniz realizada 08/02/2019

399 Conversa realizada com o Sr^a Júlia Quaglia realizada em 15/03/2021

sempre pronto e a História de vida a história da vila, começa a se desenrolar.

Estar atenta a abrir os sentidos para esses narradores experientes no sentido que Walter Benjamin atribui para a categoria “experiência”: alguém que tenha uma história para contar por que inicia o seu relato a partir da sua vivência, da sua relação íntima com a Reserva, com a vila e as instituições antigas como a Dae e a Sabesp.

O retorno a essas memórias do passado silenciadas, esquecidas, para além de lembranças/ memórias do (eu) sujeito narrador se configuram como memórias coletivas ao mesmo tempo como memória de lugares: Matas, Rios, casas, quintais, jardins, pátio, sede, clube, igreja, campo de futebol. Lugares de Memória resgatados pelo presente perante o seu completo abandono são capazes de revelar um sentimento comum um desejo de futuro, um desejo de memória.

Ao analisarmos a paisagem da RFMG e da Vila operária do DAE como um texto humano. Não é apenas um simples conjunto de espaços organizados coletivamente pelos homens, é uma sucessão de rastros, de pegadas que se superpõem no solo e constituem, por assim dizer, sua espessura tanto simbólica quanto material. Portanto, a paisagem também é um lugar de memória, no sentido que dá ao termo Maurice Halbwachs: “o local ocupado por um grupo não é um quadro negro sobre o qual se podem escrever e apagar números e figuras [...] Ele recebeu a marca do grupo, e reciprocamente” e como David Lowenthal complementa: percebemos as diversas camadas de um passado que podem ser achados por detrás dos objetos, das palavras e dos olhares. Como David Lowenthal, escreve sobre a Paisagem:

[...] não é apenas um lugar imediatamente presente, mas também um lugar de memória [...] tanto nos lugares como nas pessoas, o olhar da mente percebe um palimpsesto construído na base de todas as nossas experiências passadas, de nossas hipóteses passadas e atuais sobre a História da Paisagem⁴⁰⁰

Analisaremos as narrativas de memória dos ex-moradores da Vila DAE sobre certos temas através das imagens e depoimentos orais por eles apresentados a mim.

Em um primeiro momento, as entrevistas com esses “velhos” moradores do bairro do Morro Grande nos pareciam ingênuas, mas nas entrelinhas apontavam mais do que pareciam ser. Então, ouvir a partir do narrado e interpretar esta voz que soa é

400 LOWENTHAL, David. Passage du temps sur le paysage. Infolio, 2008.p.14

também compreender um pouco da experiência de vida de quem nos conta algo. Como Benjamin descreve ao falar sobre o narrador e nos demonstra que este tem um papel fundamental para o grupo do qual faz parte e nos ensina:

o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes.⁴⁰¹

O que o Sr. Jurandyr Diniz nos exemplifica em sua narrativa

Sr. Jurandyr: Me chamo Jurandir Diniz, tenho 78 anos, sou aposentado do Estado, antigo DAE, sou Artista Plástico em atividade há 50 anos, sei uma coisa dos antigos funcionários e sei mais da minha convivência, daquilo que eu vivi, aquilo que eu participei. Tem muita coisa que vocês já sabem e outras não, né?⁴⁰²

Para Benjamin, portanto, a memória e a narração são conceitos inseparáveis. Tanto os modos de lembrar como os de esquecer e também as formas de narrar são meios fundamentais para a construção da identidade que, por sua vez, remetem à questão narrativa. Portanto, para Benjamin, Memória/História/Identidade não são conceitos imutáveis, são transformações.

Sr^a. Júlia -Aí fui crescendo, eu já fui enraizando aqui nesse Morro Grande, pois conheci meu esposo lá da Zona Norte, trouxe ele passear aqui, ele se apaixonou pelo bairro, aí 2 anos e meio a gente se casou e ele já não quis mais sair daqui também, quer dizer a nossa mudinha, nossa raiz, ficou plantada aqui no bairro. Tem as minhas filhas, tenho 3 filhas, tenho um anjo e as minhas filhas também, são tudo daqui do Morro Grande, não saio daqui do Morro Grande, moram tudo aqui, hoje tem um neto, que também já mora... a minha filha é casada com uma pessoa que também é daqui do Morro Grande, ou seja, nós temos a raiz aqui plantada no bairro e eu acho muito difícil a gente sair daqui um dia, eu não quero sair daqui, jamais. A casa que eu moro hoje era a casa da minha mãe e a gente herdou, a gente cuida e vai passando e eu falo pra minhas filhas que é delas também, dos meus sobrinhos, é eles que vão cuidar, mas jamais passa na vontade da gente de vender isso aqui um dia, pra sair daqui do bairro, sempre vai ter alguém aqui, a minha família aqui é o mais popular que o pessoal conhece é a família Quaglia, a família Osvaldo Quaglia, que todo mundo conhecia meu pai, era pelo Quaglia⁴⁰³

Sr. Jurandyr. Agora... o que eu lembro da minha história aqui! Eu lembro muito...Tudo que vocês já escutaram... Que não tinha luz, não tinha água! Mexia com água..., mas não tinha água nas casas! Eu lembro que as mulheres lavavam roupa, certos lugares tinham... uma bica, água, que tudo que era mulherada iam lavar a roupa ali! Eu lembro ...que eu era pequeno ficava ali vendo⁴⁰⁴

Sr. Júlia - tinha um tanque lá também, que era um tanque de lavar roupa

401 BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.201.

402 Conversa realizada com o Sr. Jurandyr Diniz realizada 08/02/2019

403 Conversa realizada com o Sr^a Júlia Quaglia realizada em 15/03/2021

404 Conversa realizada com o Sr. Jurandyr Diniz realizada 08/02/2019

comunitário. Eles também lavavam roupa lá, eram tanto bem grandão. Eu era muito pequena nessa época, acho que devia ter uns três anos, dois, três anos... Era muito pequena!

Mas eu lembro assim, aquela, aqueles fleche de memória que dá, eu lembro da minha mãe, carregando aqueles ... tachos, com aquelas trouxas de roupa na cabeça, indo lá por tanque, lavar e eu agarrada nela, no corpo dela, nos peitos, porque eu vivia mamando no peito.⁴⁰⁵

Os relatos de memória do Sr. Jurandyr e da Sr Adelaide em conjunto com a figura 26 e figura 40 apresenta os diversos materiais utilizados para a construção das casas da Vila e a casa de madeira

Sr. Jurandir - A casa de madeira, nós moramos aqui. Essa casa de madeira, quando veio pra cá, veio desmontado, importante e era a casa pro engenheiro morar, não tinha casa lá em cima, do engenheiro ainda. Foi no começo...

Sr. Jurandir - A casa de madeira, veio desmontada, aí foram montando a casa, fizeram em baixo, o piso, e montaram essa casa, era a casa de engenheiro.

No começo não tinha a casa do engenheiro ainda.

Sr. Jurandir - Ó, eu tô aí, minhas duas irmãs, minhas duas irmãs...

Pesquisadora- Pequenino... e... essas são as irmãs do senhor?

Sr. Jurandir - É... a Graça e a Ana Maria e meu avô Tom Oliveira.⁴⁰⁶

Sr^a Adelaide – Meu pai conseguiu trabalho no DAE, aí meu pai mudou pra cá. Só que meu pai teve que morar em uma casa de barro lá embaixo bem longe, sabe? Foi lá que eu nasci. Quando meu pai ganhou a casa do DAE. Eu fui pra lá com 02 anos e saí de lá pra casar⁴⁰⁷

405 Conversa realizada com o Sr^a Júlia Quaglia realizada em 15/03/2021

406 Conversa realizada com Sr. Jurandyr Diniz realizada 08/02/2019

407



FIGURA 26 – Fotografia de crianças (à esquerda – Sr. Jurandyr Diniz, e suas irmãs Sr^a Graça, Ana Maria, o adulto é o seu avó Tom Oliveira) na frente da Casa de madeira. No fundo da imagem “Sede” e Casas – Acervo Sr. José Diniz (s/d)



FIGURA 27 - Fotografia do. Galpão de Ferramentas (lado direito).

As primeiras edificações da Vila como os barracões que eram utilizados para armazenar ferramentas de trabalho foram feitos utilizando-se zinco e as primeiras casas de sapê, depois madeira e por fim alvenaria.

O galpão de zinco era o espaço em que se guardava ferramentas para uso dos conserveiros, mas também tinha outras utilidades. Inicialmente era o local em que se lavava roupas antes das casas de alvenaria, como relata o Sr. Jurandyr, mas também era onde ficavam os animais das carroças para a coleta do lixo e a criação de porcos e a horta comunitária.

Sr. Jurandyr: Mexia com água..., mas não tinha água nas casas! Eu lembro que as mulheres lavavam roupa, certos lugares tinham bica, água, que tudo que era mulherada iam lavar a roupa ali! Eu lembro ...que eu era pequeno ficava ali vendo

Pesquisadora: Onde era essa bica?

Pra baixo da Sede, pra baixo da sede tem uma caixa d'água ali, pra baixo da sede, tinha uma bica ali, no antigo galpão. Eu lembro, disso aí, que eu era garoto, eu lembro que toda mulherada, conversando, brincando e ...lavando roupa.

E. a água na cidade demorou pra chegar e não tinha luz também!⁴⁰⁸

Sr^a. Júlia -E eles criavam porcos, ali pra baixo no galpão, tinha várias divisórias, com vários porcos, e cada porco era de um dono lá, ela tinha o dela também lá

Tinha... tinha criação de porco todo mundo ali, um olhava do outro, cê não tinha maldade.⁴⁰⁹

Com o tempo as construções em sapê e em madeira são substituídas pela construção em alvenaria com os tijolos fabricados na Olaria do DAE

As décadas de 30 e 40 do século XX, devido ao crescimento urbano e às restrições comerciais e à crise no abastecimento de produtos petrolíferos impostas pela Segunda Guerra Mundial, grande parte das florestas do município de Cotia foram derrubadas para o estabelecimento do cultivo, principalmente de batatas e de retirada de madeira, e também para a fabricação de tijolos, telhas e carvão. A área onde hoje se encontra a RFMG era ocupada por pequenos sítiantes que praticavam culturas agrícolas em meio às matas e capoeiras. O próprio R.AE e depois o DAE administraram uma Olaria dentro da Reserva Florestal do Morro Grande, que produzia tijolos, telhas para a manutenção de suas estruturas dentro e fora da Vila, como comentado anteriormente

O relato de memória do Sr. Air conjuntamente com as fotografias do acervo do Sr. José Diniz nos esclarece de como era feita a extração de matéria prima

⁴⁰⁸ Conversa realizada com o Sr. Jurandyr Diniz realizada 08/02/2019

⁴⁰⁹ Conversa realizada com o Sr^a Júlia Quaglia realizada em 15/03/2021

da natureza para a produção de materiais para a construção civil e sobre o próprio trabalho na Olaria.

Sr. Air – Tijolo se fazia aqui. Eu mesmo trabalhei na Olaria.

Pesquisadora – Que era do Dae?

Sr. Air – RAE, depois DAE

Então, lá a gente fazia o tijolo... e o tijolo nosso era bom! Tijolo bom, isso eu garanto! Porque... assim, não porque eu fiz, porque na época era..., tinha que ser bem-feito.

Então...É, ... Nois tinha a olaria...a queima, durava aí cinco, seis dias...de dia e noite, direto. Vinte e quatro horas por dia.

Então, se começava numa segunda-feira, uma sexta, num sábado tava terminando a empreitada da queima. Então, direto e reto tinha gente lá Olaria.

Sr. Air – As construções do acampamento aí...das casas. Às vezes, precisava de alguma coisa, não tinha que tá comprando. Então a gente tinha aí. Nois tinha tijolo. Areia nos tirava do rio. Então, era tudo desse jeito. Aí, quando, às vezes, precisava de uma areia, o DAE também precisava de areia, então às vezes a turma pegava e tirava dos rios aqui e levava para Ponte Pequena ou para a Casa Grande. Era desse jeito.⁴¹⁰

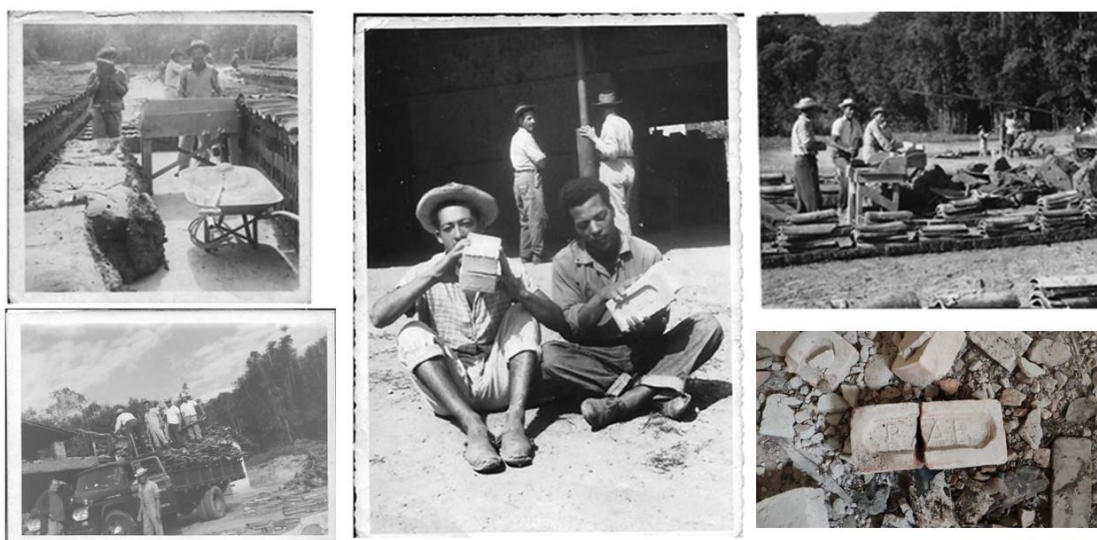


FIGURA – Em sentido horário Trabalhadores na produção de telhas e tijolos carregamento de barro; (foto central) Sr. Jurandyr é o rapaz à direita com os tijolos com a sigla do DAE; Produção de telhas (floresta ao fundo); Caminhão com carregamento de Madeira para os fornos da Olaria do DAE; Tijolo com a Sigla do R.A.E - Repartição de Águas e Esgoto (1892 -1954) – Fotografias :Acervo Sr. José Diniz s/d. e a última fotografia da pesquisadora.

A casa de madeira, o galpão, antiga Olaria, são edificações que representam o início da formação da Vila Operária. Os sítios ao serem despejados de suas terras, como discutimos anteriormente, parte é absorvida para trabalhar e morar no acampamento (Vila Operária)

Com o passar do tempo, as casas de sapé e madeira são gradualmente substituídas por construções de alvenaria e o que se verifica é um ordenamento do espaço.

A Vila é construída em torno da Estação de Tratamento do Alto Cotia, referente as moradias, nem todos os trabalhadores moravam nas casas da Vila, essas eram disputadíssimas pelos trabalhadores do DAE outro fator é que tais construções eram realizadas e ocupadas conforme a função/ posição que exercia dentro do DAE.

As casas maiores eram dos engenheiros, administradores e supervisores, funcionários do escritório, já as casas menores ocupadas pelos funcionários mais simples (jardineiros, operadores de filtro, vigias, conserveiros, carroceiros), conforme a hierarquia da empresa.

Referente a definição de quem habitaria tais casas o sr. Jurandyr relembra:

Sr. Jurandir - Era administrador, do lado esquerdo era parte da chefia, que era um tipo de encarregado também. Ali eram as casas melhores e eram disputadas, quando alguém desocupava uma casa, outra família era indicada. Meu pai morou ali.

Pesquisadora - Mas quem definia quem ia morar naquela casa?

Sr. Jurandir - O engenheiro ou o administrador, pelo tempo de serviço⁴¹¹

⁴¹¹ Conversa realizada com o Sr. Jurandyr Diniz realizada 08/02/2019



FIGURA 46 - Parte Alta (lado esquerdo) Conjunto de Casas acima da “Sede” – Associação dos Trabalhadores, (edificação do Centro da Foto), casas dos administradores, encarregados supervisores, fiscais.



FIGURA 47 – Parte Alta - Fotografia das casas da Vila acima da Sede – (Lado esquerdo- Primeira casa do administrador)

A Escola inicialmente destinada aos filhos dos funcionários do Dae ocupava uma das casas da Vila. Os educadores vinham de São Paulo e de outras regiões, para lecionarem na Escola de Moços e Moças do Morro Grande e se hospedavam na antiga pensão. Com o tempo e aumento da demanda é que se constrói a edificação que até os tempos atuais é ocupado pela escola EE Prof. José Barreto, construído acima da porteira.

Sr. Air - Isso! José Barreto. Só que ali, naquela época que eu nasci, a escola era aqui mais pra cima... do lado do postinho ali, a senhora sabe do postinho...

Pesquisadora - Sim.

Sr. Air - Então, ali do lado do postinho, é... tinha duas casas ali, e uma daquelas casas era a escola. Aí, é... isso... aí, o DAE mudou os meus pais, para a pensão, para que a escola fosse lá. Mas enquanto não tinha construído a escola... eu nasci ali, onde é a escola. Ainda brinco com a criança: meu "umbigo" deve tá enterrado aqui, onde eu não sei ...

Sr. Air - (risos). Porque na época se falava que se enterrava o "umbigo" da gente...

O Srº Jurandyr relembra as dificuldades de concretizar os estudos, pois no Morro

Grande só era ofertado até o quarto ano primário.

Sr. Jurandir - Não era Cachoeira, Escola Mista da Barragem da Graça, que era por causa da Barragem. Era o nome da escola, naquele tempo.

Quando a gente andava a pé aqui na estrada, eu vejo hoje, a gente vinha da escola brincando, correndo brincando, meninas, meninos, a gente fazia o 4ºano lá. Naquele tempo o 4º ano era o máximo que a turma fazia, nós fizemos até o 4ºano. Hoje não, hoje tem que fazer faculdade, naquele tempo quem queria fazer acima do 4ºano ia para São Paulo, alguns iam fazer. Era difícil tinha de fazer Madureza, para ser professores né, como que era o nome?

Sr. Jurandir - Era Magistério e tinha a 5º a 8ºsérie, mas era outro nome

Sr. Jurandir - Não, tinha aqui e poucas iam para São Paulo e muitos não tinham o 4ºano, estudava até o 2ºano, 3º ano.

Cris - e antes da Escola... teve algum outro lugar que foi a escola?

Sr. Jurandir - Sim. só que aí é antes do nosso tempo, ali no pátio, meu pai, minha mãe a mãe dela, estudaram perto do laboratório.

Gabi - Do lado direito do laboratório?

Sr. Jurandir - É do lado esquerdo, primeira casa, é do lado direito exatamente, ali tinha a escola, nosso país, todos estudaram ali.

Dona Cida - Naquele tempo os professores eram de régua, milho, vocês sabem, né?

Sobre a dificuldade de concluir os estudos Sr.^a Valquíria comenta:

Aliás é por isso que deixamos de morar no Morro Grande, os meus pais só tinham até a quarta série. E olha só antes de se casarem, eles já comentavam e combinaram que os filhos deles terminariam os estudos. Então, eles tinham uma consciência sobre a importância de estudar, já naquela época. E a minha irmã quando terminou a quarta série, foi estudar no Batista e era aquela dificuldade, todo dia de ir e vir. Tenho dois anos de diferença...então quando chegou a minha vez de continuar a estudar, foi quando viemos para cá (bairro do Atalaia). eu não queria, todas as minhas amiguinhas estavam lá no Morro Grande, mas hoje vejo que os meus pais estavam certos. E no final a gente sempre estava no Morro Grande, porque os meus avós, meus tios e tias estavam lá.



FIGURA 42 - Fotografia no frontal da antiga escola de Moços e Moças Nossa Senhora das Graças (Sr^a Elizabete no centro e Sr. José Diniz - terceira criança na primeira fileira de cima para baixo). Acervo Sr. José Diniz

Ao observarmos as vestimentas das crianças que se encontram na Figura 39 a fotografia nos revela a condições econômicas de algumas dessas famílias que trabalhavam e viviam na Vila do DAE, algo que também se encontra presente nas narrativas de memória.

D. Helena - A vida era boa, mas eu na minha vida nunca tive uma boneca! Meus pais nunca tiveram condições de me dar. Porque na verdade, minha família é uma família que foi assim, o pai criou a gente com muito sacrifício. Então a gente não tinha assim condições. Também, não tinha nem como exigir coisas né!⁴¹²

Sr. Air - Eu mesmo não tive muita infância pra dizer assim bem a verdade pra senhora. Por um motivo: eu toda vida quis ter meu dinheirinho, então com nove ano de idade eu já subia aqui de baixo com nove litro de leite nas costas pra entregar pro povo. Criança de tudo... subia pendendo ainda... que daí é que se pode ver que o Morro Grande é o Morro Grande... é o morro alto. Então os assentos são só nas plataformas mesmo, né. Pra maioria é só subida. Eu puxava leite aqui de baixo. tinha um homem que tinha o gado leiteiro daqui de baixo, chamava "Otávio", e... eu vinha, pegava leite lá e trazia pra entregar aqui no Morro Grande, logo de manhazinha... aí, fazia a entrega e

⁴¹² Narrativa de memória D. Maria Helena Almeida

depois ia para a escola. E era gostoso, fazia mal nenhum. Hoje criançada não pode trabalhar porque não sei o que, tem uma lei disso, tem lei daquilo...
Sr. Air - Conversa fiada. Trabalhei tanto...⁴¹³

A edificação onde foi a Escola de Moços e Moças Nossa Senhora das Graças, atualmente encontra-se em total estado de abandono.



FIGURA 44- Fotografia do atual estado da edificação que era utilizada pela antiga Escola de Moços e Moças Nossa Senhora das Graças

Sr. Daniel - Olha, eu estudei na vila, na vila mesmo... eu lembro, que eu tinha mais ou menos 09 anos, quando entrei na escola. Aí, depois, eu passei a estudar no grupo escolar até o 3 ano, né?

Antes a escola era vizinha, onde era o posto de saúde... A minha primeira professora se chamava D. Isabel, a primeira, né? Depois a segunda se chamava Diva.

Depois, do 3 ano não tinha no Morro Grande.

Escuta a estória... Tinha o ônibus que vinha de manhã até a vila, né? Para Cotia, só de manhã... depois a gente voltava a pé... porque ele ia até São Paulo, voltava só a noite, só! Então, ia de manhã de ônibus e depois voltava a pé!

Dá uns 09 km, né? E naquela época tinha aula ao sábado ainda! Não tinha moleza!⁴¹⁴

Os professores vinham de outras regiões para lecionar e ficavam hospedados na pousada, com outros trabalhadores e pessoas que vinham a passeio.

Sr. Jurandyr -Outra coisa importante, que eu me lembro muito, muito bem!

A pensão... era como se fosse pousada, vinham pessoas boas passar fim de semana, em dezembro vinha pessoas, que ficava aí, quinze dias, um mês, era uma pensão.

⁴¹³ Narrativa de memória Sr. Air Albuquerque de Oliveira

⁴¹⁴ Narrativa de memória do Sr. Daniel Fischer entrevista concedida 04/novembro/2019

E vinham pessoas também para trabalhar! Vinham Engenheiros, Professores, trabalhadores, outras que ficavam de férias, ficavam uma semana, quinze dias.⁴¹⁵

Sr. Jurandir - Naquela escadaria lá era a pensão.

Ali tinha uma pensão, depois virou ambulatório... Tinha ali uma pessoa que cuidava, que fazia comida.

Dona Cida - Era um salão bem grande, tinha várias mesas, vários quartos.

Dona Cida - Tinha vários quartos, o pessoal vinha se hospedava, tinha professor também da escola.

Sr. Jurandir - Exatamente, tinha professor que morava, vinha de fora, Professor Luiz de Piracicaba, morava ali, que dava aula na escola aqui..., mas vários professores.

Dona Cida - Vários professores, professoras também.

Sr. Jurandir - Tinha também uns cursos do DAE que vinha professor de São Paulo, determinados cursos, os professores vinham dar cursos para funcionários se hospedavam ali também.⁴¹⁶



FIGURA 45 – Fotografia da antiga pensão do DAE. Acervo pesquisadora

A pensão (edificação pintada de vermelho), onde se hospedavam professores, engenheiros e turistas. Mas tarde, se tornou a enfermaria do DAE, sob a responsabilidade do Sr. Olívio. Ao lado as casas que eram habitadas pelos conserveiros,

⁴¹⁵ Narrativa de memória Sr. Jurandyr Diniz

⁴¹⁶ Narrativa de memória Sr. Jurandyr Diniz e D. Cida Diniz

jardineiros, carroceiros.



FIGURA 49 - Fotografia das casas dos conserveiros (na lateral) sem a antiga casa de madeira. No centro da Sede e ao fundo o conjunto de casas dos operadores de filtros e administradores.

As narrativas de memória desses antigos moradores e trabalhadores da Vila Operária do DAE são memórias plenas de conhecimentos e de sensibilidades, do cotidiano na Vila e no trabalho na Estação de Tratamento. Conforme as entrevistas ocorriam as fotografias surgiam pelas mãos dos entrevistados “você vai ver nas fotos o que eu estou te dizendo”

É por meio do acervo fotográfico e das memórias da sua comunidade que as referências às formas de sociabilidade, geradas pelo apoio entre vizinhos e parentes na organização do trabalho, das necessidades do dia a dia, do lazer e para a realização dos rituais religiosos, são comumente relatadas em todas as famílias.

Para além, da nostalgia sobre a época a narrativa do Sr. Air nos relata a tristeza causada pela ausência de manutenção das estruturas da Vila do DAE, como podemos verificar nas fotos atuais.



FIGURA 50 -Ruínas das antigas casas dos Operários – fotografia realizada pela pesquisadora 23/07/2021



FIGURA 51 - Conjunto de casas Operária da Vila Operária do DAE - essas casas ainda permanecem habitadas por antigos trabalhadores do DAE e seus familiares, serviram de cenário para a série Meu Pé de Laranja Lima produzido pela TV Bandeirante – Fotografia realizada pela pesquisadora em 21/07/2021

O CORAÇÃO DA VILA - A SEDE , A IGREJA E O CAMPO



FIGURA 52 - Fotografia atual da Fachada da Associação dos Trabalhadores da SABESP – chamada normalmente pelos moradores como “SEDE”, espaço que se realizava as sessões de cinema e os bailes de Carnaval, a vegetação tomou conta da paisagem, não permitindo visualizar o conjunto de casas existentes ao fundo – Fotografia realizada pela pesquisadora em 21/07/2021

Em uma das reuniões com o grupo sobre o Inventário e conversando sobre patrimônio, o sr. Air Albuquerque de Oliveira, se levantou e colocou a seguinte afirmação:

Sr. Air - A senhora que saber o coração dessa Vila é a Sede, o campo de Futebol do Cachoeira e a Igreja, acho que todo mundo concorda comigo, né?
O que todos do grupo concordaram.

As três edificações como comentamos anteriormente foram construídas pelos primeiros trabalhadores e moradores da Vila do DAE, fora do seu horário de expediente.

A Antiga Associação dos Trabalhadores é conhecida como Grêmio ou

Sede, pelos antigos habitantes e operários do Morro Grande. É chamada como Sede, porque durante algum tempo foi Sede do Esporte Clube Cachoeira Nossa Senhora das Graças.

O espaço originalmente é constituído por um salão grande, palco e a torre e um banheiro, mas tarde reformada é construído um espaço anexo com cozinha, churrasqueira, e duas piscinas.

Durante longo período, foi utilizado para as reuniões dos trabalhadores, mas também como cinema e para os bailes de final de semana e os famosos bailes de carnaval.

O espaço era utilizado pela comunidade para cursos de artesanato e também para as formaturas da Escola Estadual José Barreto e também para as festas do Dia das Crianças.



FIGURA 53b - Fotografia do Salão interno da Sede

Sr. Luís Maurício - Só que, me lembro assim acho que tinha uns 10 anos, uns 10 anos depois, mas aí, a gente começa a lembrar das coisas, dessas coisas todas né? Mas é, assim, eu tenho uns flashes de pequeno assim, assim hm..., do cinema por exemplo, então, a Sede, a Sede que é do Grêmio, da cachoeira né? Então, todo, todo final de semana, na sexta-feira, inclusive meu pai era o que trabalhava na máquina lá, do projetor, meu pai era um dos que trabalhava na máquina do projetor, junto com Seu Lino, que o Seu Lino que apoiava que, apoiava pra fazer as coisas...⁴¹⁷

D. Bete - Que que a gente tinha naquele tempo?

Cinema na sede!

Já viram isso aí, toda semana tinha filme, a gente sabia até o filme que ia passar!

Passava muito filme do Mazzaropi, o Gordo e o Magro é... Carlito... é, Faroeste naquele tempo passava... Então, a gente sabia!⁴¹⁸

D. Gina - Ah, era muito legal!! Tinha a banda... até o primo dela tocava. Apontando para a Bete

Era muito bom...A gente dançava muito... acabava com a sola do sapato de tanto dançar, tinha muita música romântica... era muito bom!⁴¹⁹

Nos deparamos atualmente com essas edificações, em total estado de abandono, o que não refletem sua História e importância para sua comunidade e passam despercebidas por aqueles que visitam a RFMG atualmente.

Como no palimpsesto, da mesma maneira na fotografia, produtos químicos participam do processo pelo qual uma escrita invisível se torna legível ou uma imagem invisível se torna visível.

Benjamin ao referir a memória substitui a metáfora da escrita pela fotografia

“A história é como um texto no qual se armazenam imagens como sobre uma chapa fotossensível. Somente o futuro possui os produtos químicos necessários para revelar essa imagem com toda acuidade”

Por fim, a correlação da paisagem com a imagem é visceral. Paisagem e representação de paisagem muitas vezes se equivalem no senso comum, particularmente quando o suporte é a pintura (gravura) ou a fotografia.

⁴¹⁷ Narrativa de memória do SR. Luís Maurício

⁴¹⁸ Narrativa de memória D.Elizabete

⁴¹⁹ Narrativa de memória D. Gina

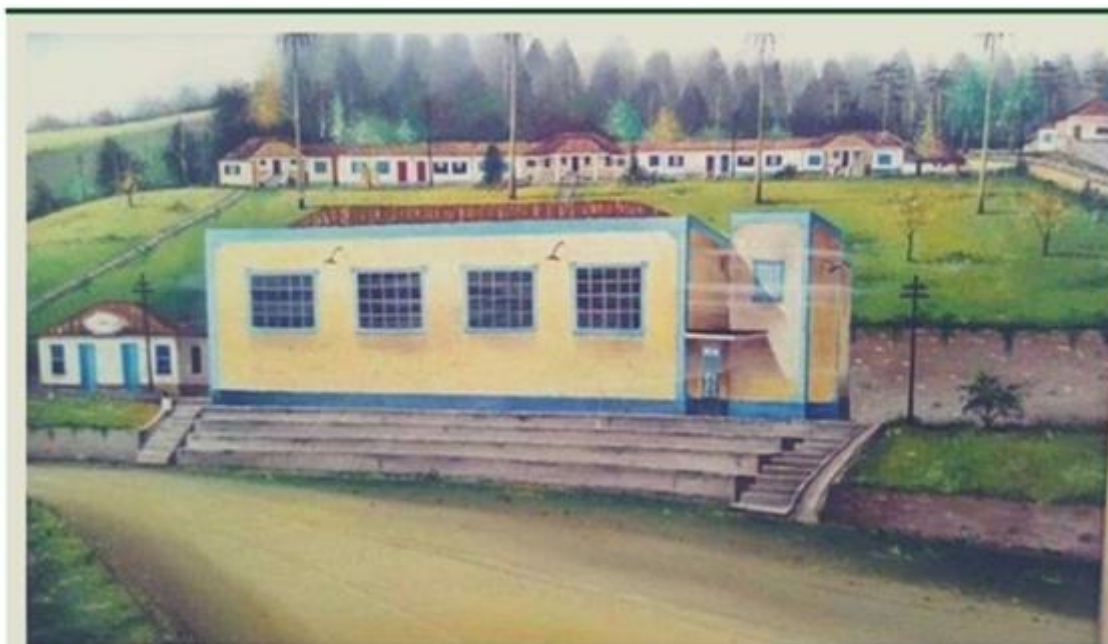


FIGURA 54 - Fotografia das casas acima da Sede e da barbearia (edificação no Centro da imagem) do lado - pintura a óleo realizada pelo artista Sr. Jurandyr Diniz

A sede para além de espaço utilizado com cinema e os bailes e bailes de Carnaval, funcionava como Centros comunitário, com cursos de pintura e artesanato, espaço utilizado para as formaturas da EE Prof. José Barreto, Festa de Natal, Festa do dia das Crianças, exposição dos troféus do Esporte Clube Cachoeira Nossa Senhora das Graças.

Sr. Jurandyr - Eu lembro... dos bailes, dos Carnavais, Festa de Natal. Eu lembro ...que eu era jovem, eu já mexia com arte, eu já fazia decoração de Natal na sede, fazia decoração de carnaval, fazia os painéis, naquele tempo... eu tinha 16/17 anos! Eu falei 50 anos, mas que eu mexo com arte 60 e poucos.
Tem uns quadros que pintei. um é da SEDE o outro é da Igreja que está com a Walkyria... eu pintei, faz parte da minha vida, da minha História, você entende?

D. Walkyria - Uma coisa eu queria era um quadro da Igreja, da Igreja que eu vivi, que eu me lembrava, com o coreto, a igreja da minha comunhão... e foi aí que encomendei com o Jurandyr, por que não teria nenhuma outra pessoa que saberia pintá-

A Igreja Nossa Senhora das Graças, o seu terreno foi doado por um antigo morador do Morro Grande, conforme o relato dos habitantes da Vila.

A imagem originária da santa de devoção foi levada para o município de Vargem Grande, quando houve a desapropriação das terras para a Construção da Represa Pedro Beicht.

Os dois sinos da Igreja foi uma doação da esposa do Governador Adhemar de Barros em 1945.

A sua parte interna passou por transformações, o que ocasionou o um descontentamento por parte de sal comunidade, principalmente devido ao apagamento da pintura de Nossa Senhora das Graças realizada pelo Sr. Jurandyr Diniz e pela retirada dos demais Santos da Igreja sem a consulta dos fiéis.

A Celebração do Dia de Nossa Senhora das Graças, 27 de novembro, é comemorado até os dias atuais, com a procissão com os altares dos santos carregados pelos moradores e com um cortejo onde as crianças se vestem de anjinhos.

A Igreja Nossa Senhora das Graças é também responsável pelas Festas Juninas da Comunidade.

Na sua lateral tinha um pequeno coreto onde a banda de músicos se apresentava durante os festejos do Bairro.



FIGURA 55 - Pintura a óleo realizada pelo artista Jurandyr Diniz da Igreja Nossa Senhora das Graças. Acervo Sr. Walkíria Aparecida do Rosário



Figura 56 - Fotografia da Sede no centro da imagem e ao fundo a Igreja Nossa Senhora das Graças - autoria desconhecida (1944) – acervo Sr. ° José Diniz



FIGURA 57 – Fotografia da Igreja Nossa Senhora das Graças



FIGURA 58 – Fotografias da Igreja Nossa Senhora das Graças e do Coreto que ficava no mesmo terreno.



FIGURA 63 - Fotografia da Vila do DAE e a Sede e o casa na lateral (antiga barbearia) e as casas dos trabalhadores ao fundo.

Ao questionarmos o Sr. José Diniz sobre a produção das fotografias da Vila do DAE, ele comenta:

“Meu pai tinha uma kodakinha muitas dessas fotos foram ele, outras fui eu quando jovem ... mais tarde, as pessoas ficavam sabendo que eu tinha essas fotos e me entregavam outras fotografias, olha acho que isso é importante, Zé!”

O Sr. Heitor Pignonato esclarece um pouco mais sobre a piscina.

Teve um engenheiro que ficou um bom tempo conosco e ele realmente gostava daqui. Foi ele que mandou construir a piscina, na época o Dae, não queria...Então, ele colocou que seria construído, mas como um tanque de água, tanto que se você olhar, você vai ver que a piscina era um tanque.



FIGURA - Fotografia da piscina Acervo sr. José Diniz



FIGURA – crianças na Piscina. Acervo sr. Joé Diniz

ESPORTE CLUBE CACHOEIRA



FIGURA - Emblema do Esporte Clube
Cachoeira da Graça. Fundação
25/01/1930

O Esporte Clube Cachoeira da Graça é um time de futebol amador da cidade de Cotia, São Paulo. Sua fundação e equipe foi uma iniciativa dos funcionários do antigo Departamento de Águas e Esgoto (DAE) - atualmente Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Com o tempo, familiares e amigos dos primeiros integrantes começaram a participar do clube, que cumpre o objetivo de levar o futebol aos moradores da região. Possui como sede o campo Morro Grande e suas cores representativas são o preto e branco.

O time foi fundado no dia 25 de janeiro de 1930 e adquiriu muita importância para os moradores de Cotia. Chegou a trocar seu nome no ano de 1972 para "Corsan", em referência ao fato de ter em sua composição uma predominância de jogadores corinthianos e santistas. Atualmente utiliza sua nomenclatura original, "Esporte Clube Cachoeira da Graça".



Figura – arquibancada do E.C.C Graça nos dias atuais. Acervo da pesquisadora.

Fotografia de Vicente Feola (Técnico da Equipe campeã de Futebol da Copa do Mundo em 1958);

Fotografia da arquibancada do ECC Graça. Acervo sr. José Diniz s/d



Pai do Sr. José Diniz (4º da esquerda para a direita) de Jaleco o operador de tratamento de água. (Benedito Dias Jorge)

AS PERSPECTIVAS AUDIO-VISUAIS SOBRE A RFMG

“A luta do homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento” Milan Kundera

A epígrafe, utilizada na abertura do documentário e no início deste capítulo, foi selecionada da obra “O livro do Riso e do Esquecimento”⁴²⁰ do escritor Milan Kundera, obra em parte autobiográfica, política e também filosófica. O livro é composto por sete capítulos independentes, que se entrelaçam através de temas como a memória, esquecimento e identidade, e faz alusão às estratégias do totalitarismo soviético dos usos da História, as quais investem sobre esses temas. Ao mesmo tempo, demonstra a utilização da memória como força de embate contra o esquecimento.

Em uma tentativa de justificar aquilo que os seus amigos chamam de imprudência: “mantém cuidadosamente seu diário, guarda sua correspondência, redige as minutas de todas as reuniões em que discutem a situação e se indagam como continuar.”⁴²¹ Ao preservar os vestígios da memória (suas “armas” para o combate) Mirek -protagonista da obra, assume essa forma de resistência.

A frase de Mirek protagonista da obra de Kundera, “A luta do homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento”, veio ao nosso encontro durante a produção do documentário. A memória se pôs como força de embate contra o esquecimento, ao ser convocada pelos antigos trabalhadores e moradores do Morro Grande contra o esquecimento e o descaso dos órgãos responsáveis pela preservação da Vila do DAE e da RFMG

O Livro do Riso e do Esquecimento é o primeiro romance de Kundera

420 O “Livro do Riso e do Esquecimento” relata os dilemas vivenciados pela República Tcheca em 1968 após o recrudescimento do regime comunista que esmagou a Primavera de Praga e perseguiu com violência toda uma geração de dissidentes que foram forçados à emigração. A Primavera de Praga foi um movimento político que ocorreu na antiga Tchecoslováquia (atual República Tcheca e Eslováquia) em 1968. O movimento foi liderado pelo líder comunista Alexander Dubček, que promoveu uma série de reformas políticas, econômicas e sociais para democratizar o país e reduzir a influência soviética.

As reformas incluíram a liberdade de imprensa, a tolerância a outras ideologias políticas e a abertura das fronteiras do país para os países ocidentais. No entanto, essas mudanças foram vistas como uma ameaça ao controle soviético sobre o bloco comunista e, em agosto do mesmo ano, tropas soviéticas invadiram a Tchecoslováquia para pôr fim à Primavera de Praga. O movimento foi reprimido e muitos líderes políticos foram presos ou exilados, entre eles o próprio autor.

421 KUNDERA, Milan. O livro do riso e do esquecimento. Companhia de Bolso, 2023. P. 07 - 08

publicado na França no ano de 1978, coincidentemente, momento em que a memória se tornava uma das principais preocupações culturais e políticas das sociedades ocidentais.

Andreas Huyssen diz que estamos “seduzidos pela memória”: e constata que o interesse em consumir o passado se tornou um desejo recorrente na sociedade pós-moderna. E essa preocupação se reflete na restauração de centros urbanos antigos, na proliferação de museus, empreendimentos patrimoniais, moda retrô, biografias, entre outros.⁴²² E complementa

a obsessiva automusealização através da câmera de vídeo, a literatura memorialista e confessional, o crescimento dos romances autobiográficos e históricos pós-modernos (com suas difíceis negociações entre fato e ficção) a difusão das práticas memorialistas nas artes visuais, geralmente usando a fotografia como suporte, e o aumento do número de documentários na televisão.⁴²³

Como resultado da aceleração do tempo, existe uma preocupação crescente com a perda de sentido do passado e com os processos de esquecimento, o que tem resultado em uma onda de patrimonialização e de busca pela “sua” história com uma necessidade de identidade.

François Hartog exemplifica isso ao apontar que “até mesmo nas cidades-dormitórios e nas periferias se produzem lugares de patrimônio para construir uma identidade; escolhendo uma história inventada, reinventada e exumada.”⁴²⁴

Se o futuro se transformou no tempo da desilusão e das incertezas, como resultado das promessas utópicas do progresso, “somos conduzidos a desacelerar e buscar apoio na memória e no passado.”⁴²⁵ Patrimonializa-se o passado recente na medida que ele garanta a segurança e o conforto de um tempo que se torna refém do presente.

A aceleração da História e o seu constante desdobramento, a mudança incessante e sua decorrência, a ameaça do esquecimento, são questões que permeiam as reflexões de Pierre Nora sobre o conceito de “lugares de memória”.

⁴²²HUYSEN, A. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 9-16

⁴²³ Idem p.14.

⁴²⁴ HARTOG, F. Tempo e Patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, Jul/Dez 2006

⁴²⁵ HUYSEN, A. Passados presentes: mídia, política, amnésia. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2000, p. 15

Nora defende a ideia de que só existe o “lugar de memória” porque não existe mais memória. Para Nora, estamos vivenciando uma época de “aceleração da história”, ou seja, um embate entre a memória verdadeira (aquela interligada às sociedades ditas primitivas ou arcaicas) e a história (a forma pela qual as sociedades modernas, pressionadas por mudanças rápidas, organizam seu passado). Em seu raciocínio, sustenta que “se o que eles [a sociedade que produz história] defendem não estivesse ameaçado, não haveria necessidade de construí-los”. Por isso a necessidade de se criar lugares para a preservação de memórias coletivas⁴²⁶.

Como mencionamos anteriormente no capítulo X Assman questiona o posicionamento de P. Nora sobre o fim da memória⁴²⁷, mas acreditamos que podemos aproximar a noção de “lugares de Memória” com a memória cultural e comunicativa da autora. Os 'lugares de memória' podem ser definidos como componentes importantes da memória comunicativa – aquela compartilhada entre grupos por meio da interação de seus membros - por sua capacidade ampliada de transmitir os significados inerentes a uma tradição coletiva ao longo do tempo.⁴²⁸ Esses objetos, locais e imagens têm o potencial de despertar lembranças, desde que sejam cuidadosamente preservados e retirados do esquecimento.

A elaboração do documentário “Desejos de Memória: a História da Vila DAE e da Reserva Florestal do Morro Grande”, desde sua concepção se estruturou como instrumento de mobilização e sensibilização, mas também como de resistência perante constante destruição do conjunto arquitetônico e paisagístico da Vila Operária do DAE e a devastação da Reserva Florestal do Morro Grande.

Portanto, nos aproximamos da perspectiva do documentário como um “lugar de memória”, como Cassio dos Santos Tomain define

.... O documentário interpretado aqui sob a chave analítica dos lugares de **memória é um filme engajado politicamente com a memória de um determinado acontecimento histórico, e a**

426 CASTRO, A. L.S. O Museu do sagrado ao segredo. Rio de Janeiro: Revan, 2009. p.94-5

427 Para a literata, as questões relacionadas à memória se tornam cada vez mais evidentes e influenciadas por uma variedade de interesses, principalmente quando consideramos sua interação com o poder. O avanço das tecnologias de armazenamento de memória aumenta a complexidade na construção, preservação e proteção da memória coletiva. Conforme argumentado por Assmann, essa memória é dinâmica, em constante reformulação, e desempenha um papel fundamental na produção e transmissão do conhecimento, indo além da mera reprodução. IN: ASSMANN, Aleida; SOETHE, Paulo. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Editora da UNICAMP, 2011.

428 Idem, 2011 p

sua produção é marcada por um dever, o documentarista busca fazer justiça ao passado (grifo nosso)⁴²⁹

O documentário como Lugares de Memória como Tomain argumenta é a materialização de uma vontade de memória realizada em um sentido de vigilância do presente, como uma atividade afetiva⁴³⁰ seguindo a definição de Pierre Nora “com a função principal de parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado das coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial [...]”⁴³¹

Ao optarmos por registrar a memória desses antigos moradores e trabalhadores da Vila Operária do DAE, recorreremos a denominação de “documentário de memória” como conceito ao qual Guy Gauthier recorre para distinguir o “documentário histórico”. Para o autor, o documentário de memória consiste em “[...] um mergulho no passado por intermédio das testemunhas ou da pesquisa dos indícios”⁴³²

Esse mergulho ao passado, se deu pelos indícios dos acontecimentos, que se encontram materializados em documentos e fotografias (acervos pessoais da comunidade do Morro Grande), como pelas próprias edificações e estruturas da Vila Operária – lugares de memória, mas principalmente a partir das narrativas de memória de sua comunidade.

Perante o anjo da história, a intenção de produzir o documentário era o de trazer a superfície essas vozes de homens e mulheres, trabalhadores e moradores do Vila Operária do DAE, ao mesmo tempo apresentar que para além da beleza cênica e da importância ambiental da Reserva Florestal do Morro Grande, existe na entrada do Morro Grande uma comunidade, que como toda comunidade é polissêmica, com vários desejos e com várias memórias. Vale ressaltar que não o documentário não teve a pretensão de abarcar a totalidade desse conjunto polissêmico, mas oferecer um recorte possível, entre outros, que permite visibilizar aspectos invisibilizados seja pelo poder público ou pela documentação e debate legal existentes para preservação do espaço.

É importante lembrar ainda que é tardia a relação entre História e o

429 DOS SANTOS TOMAIM, Cássio. Documentário, história e memória: entre os lugares e as mídias “de memória”. Significação: revista de cultura audiovisual, v. 46, n. 51, p. 114-134, 2019. P.123 -124
430 idem

431 NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto história. Revista do Programa de Estudos em Pós-Graduados em História e do departamento de História da PUC, São Paulo, n.10, 1993, p 7-28. p.22

432 GAUTHIER, G. O documentário: um outro cinema. Campinas: Papirus, 2011.p.213

Cinema, inicialmente considerado como mero entretenimento para o povo, o cinema até meados do século XX foi visto com desconfiança pelos historiadores por ser considerado como uma espécie de reflexo transparente da realidade ou uma verdadeira imagem do passado.

Ainda no século XIX, primeiro a fotografia e mais tarde o documentário foram utilizados como técnica de registro visual para as Ciências Biológicas (Antropometria), para a Geografia (as narrativas de viagens) e principalmente para a Antropologia a serviço dos países neocolonialistas com o propósito de suprir uma “obsessão invariante” com base em uma perspectiva eurocêntrica, branca, ocidental e colonialista.⁴³³

Durante muito tempo essa perspectiva positivista e evolucionista foram as características do documentário etnográfico. É a partir dos anos 60, que a Antropologia passou a reconhecer uma dimensão da cultura associada a visualidade⁴³⁴.

Meneses ao analisar o desenvolvimento do filme etnográfico e do próprio campo da Antropologia Visual argumenta que tal transformação se dá

pelo reconhecimento do potencial informativo das fontes visuais foi capaz de tomar consciência de sua natureza discursiva. Com isto, os objetivos desse novo campo disciplinar incluíram na produção, circulação e consumo das imagens a interação entre o observador e o observado⁴³⁵

É a partir da escola dos Annales que se rompe completamente com uma historiografia tradicional/positivista, onde se inaugura uma nova concepção de História que se amplia a noção de fonte historiográfica como também passa a incorporar novos objetos, métodos e abordagens que diversificaram as maneiras de utilizá-las.

Nos anos 1970, com o advento da Nova História⁴³⁶, a concepção de transparência do documento histórico é abandonada, como argumenta Jacques Le Goff,

“O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo

433 PIAULT, Marc-Henri. Antropologia y cine. Madrid, Espanha. Cátedra Signo e Imagem, 2002. P.32

434 MENESES, Ulpiano T. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. Revista brasileira de história, v. 23, p. 11-36, 2003. P. 16

435 Idem, p.16

436 Nova História corrente historiográfica surgida nos anos 70 correspondentes a terceira geração dos Annales

silêncio.”⁴³⁷

Mônica Kornis argumenta que de maneira similar ao historiador o cineasta também teve que abandonar a concepção de que o registro fílmico é um espelho transparente da realidade ou a verdade absoluta

“... o filme passa a ser visto como uma *construção* que como tal altera a realidade através de uma articulação entre a imagem a palavra, o som e o movimento. Os vários elementos da confecção de um filme – a montagem, o enquadramento, os movimentos de uma câmera, a iluminação, a utilização ou não de cor – são elementos estéticos que formam a linguagem cinematográfica conferindo-lhe um significado específico que transforma aquilo que é real.”⁴³⁸

A constatação de o que o documento não é inocente, passando a considerar o seu caráter representacional e que cabe ao Historiador de desmontá-lo e desmitificá-lo⁴³⁹ é a diretriz que irá orientar/nortear os vários trabalhos sobre as relações entre Cinema e História. É nessa perspectiva que o historiador Marc Ferro se destaca ao debater essas questões, sobretudo a relação entre História e Cinema.

Em seu ensaio “O filme: contra análise da sociedade?”, publicado na coletânea “História: novos objetos” organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, em 1976, Marc Ferro demonstra uma série de elementos que comprovam a importância do uso do cinema como documento histórico e insiste na particularidade do trabalho com esse tipo de fonte.

Para Marc Ferro, tanto o documentário quanto a ficção devem ser submetidos a uma análise cultural e social (portanto histórica), desmistificando assim, a ideia de que o primeiro gênero é mais objetivo e retrata fielmente a realidade.

Outro ponto importante é que em seus textos Ferro enfatiza que os filmes devem ser compreendidos não apenas como obras de arte, mas como produtos culturais, ou seja, como imagem-objeto que transcende sua significação puramente cinematográfica. Ele defende uma abordagem sócio-histórica que autoriza a crítica e análise dos filmes, a qual não deve se restringir apenas ao contexto da época em que foram produzidos, mas também deve explorar os vínculos que conectam o passado ao presente.

437GOFF, J. História e Memória, Ed. Da Unicamp, Campinas, 1996, p.574

438KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. Revista estudos históricos, v. 5, n. 10, p. 237-250, 1992.?

439 Idem. p.110

Para Ferro, é fundamental examinar não apenas o visível, mas também o não visível - o que está por trás da superfície aparente das imagens. Ele propõe questionar a maneira como os cineastas constroem a história, a influência deles sobre as imagens projetadas e como a ideologia do contexto histórico influencia ou não os filmes. Em suma, Ferro convida o historiador a ir além do visível, buscando desvendar o não visível através do visível, a fim de compreender as múltiplas camadas de significado presentes nas obras cinematográficas.

Visto também como construção, o Cinema para Marc Ferro é como um documento privilegiado que possibilita a contra análise da sociedade, por revelar os conflitos e disputas em seu interior de forma mais surpreendente e involuntária do que os documentos escritos. Tem a capacidade de expor os silêncios da história oficial e revelar uma parte oculta e invisível da história. Uma História paralela que Ferro denominou de contra História. Além disso, reconhece o cinema como um agente histórico com uma particular eficácia política e social.⁴⁴⁰

Carlos Assunção de Barros, afirma que entre as várias possibilidades de interação e relações entre a História e o Cinema⁴⁴¹, como fonte, tecnologia e representação histórica, o Cinema pode ser visto também como agente histórico.

O Cinema mostra-se um agente histórico importante no sentido de que interfere direta ou indiretamente na História. Ou, mais propriamente, poderíamos acrescentar que o Cinema se tem mostrado um instrumento particularmente importante ou um veículo significativo para a ação dos vários agentes históricos, para a interferência destes agentes na própria História.⁴⁴²

Ao mesmo tempo que o cinema é reconhecido como agente político, portanto sujeito da História, Marc Ferro afirma que não tardou para que o Cinema tenha sido utilizado também como instrumento de dominação e de imposição de ideologia, por grupos ligados ao poder instituído (governo, partidos políticos, igrejas associações diversas).

No Brasil, os filmes produzidos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), durante o Governo Vargas do Estado Novo foram exemplos de como o cinema foi usado como instrumento de doutrinação política. Regimes ditatoriais,

440 MAUAD, Ana Maria; KNAUSS, Paulo. Memória em Movimento: a experiência videográfica do LABHOI/UFF. História Oral, v. 9, n. 1, 2006.p.145

441 (especificamente, para esse estudo o gênero documentário)

442 BARROS, José D. Assunção. Cinema e história—as funções do cinema como agente, fonte e representação da história. Ler história, n. 52, p. 127-159, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2547>. Visualizado : 08/02/2023

como o stalinismo e o nazismo também se utilizaram do cinema para propagar sua ideologia política.

No que se refere a Reserva Florestal do Morro Grande e a Vila Operária do DAE o que notamos é que a produção do filme pela SABESP e pela Prefeitura de Cotia é uma forma de propagandear a suas realizações como empresa (no caso da SABESP) e no caso da Prefeitura de Cotia um processo de fetichização da natureza como mercadoria, com o apelo para os esportes na natureza, a busca por emoções e pela “adrenalina” dos “esportes radicais”.

Em ambos os filmes o que se verifica é o que Pollak denominou como enquadramento de Memória, ao se ressaltar a importância da Estação de Tratamento do Alto Cotia e do patrimônio natural da RFMG, em detrimento da história e memória da sua comunidade da Vila Operária do DAE.

O sociólogo Michael Pollak afirma que a memória é fenômeno construído e seletivo e que por diversas vezes as memórias coletivas acabam por se homogeneizar, ou serem homogeneizadas. É o que Halbwachs chamou de memória coletiva oficial ou nacional⁴⁴³. Para Pollak, o termo enquadramento da memória ou o trabalho de enquadramento da memória seria mais adequado que “memória coletiva”. E esse enquadramento da memória, segundo o autor, se alimenta do material fornecido pela História, e nesse sentido, o papel do historiador é bastante significativo, especialmente quando se trata da produção de uma História oficial ou nacional.

Ainda de acordo com Pollak, o filme é um instrumento de enquadramento de Memória e considera que:

Ainda que seja tecnicamente difícil ou impossível captar todas essas lembranças em objetos de memória confeccionados hoje, o filme é o melhor suporte para fazê-lo: donde seu papel crescente na formação e reorganização, e, portanto, no enquadramento da memória. Ele se dirige não apenas às capacidades cognitivas, mas capta as emoções.⁴⁴⁴

Dessa forma, consideramos que o processo de enquadramento da memória de forma recorrente implica a destituição do homem, principalmente do homem simples, da condição de fazer história. O conteúdo das histórias individuais é silenciado e as ações de grupos ou homens que não pertençam aos círculos oficiais são

⁴⁴³ Halbwachs, Maurice. 1990. A memória coletiva. São Paulo: Vértice.p.26

⁴⁴⁴ Sobre o conceito de “enquadramento”, ver POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p.3-15, mar. 1989

praticamente impedidas de vir a superfície. Esse trabalho de enquadramento da memória pode ser observado não apenas em alguns materiais audiovisuais elaborados pela SABESP, mas também nos produzidos pela Prefeitura de Cotia.

Uma dessas produções da SABESP é o vídeo institucional em comemoração aos 100 anos da Estação de Tratamento do Sistema Alto Cotia, denominado “100 anos de história do Sistema Alto Cotia”⁴⁴⁵, realizado em formato de entrevista apresentada pela Analista de Gestão em Comunicação e Educadora ambiental da SABESP Luiza Helena Almeida e pelo Técnico em Química e administrador de empresa sr. José Roberto Nali, encarregado do Sistema de Tratamento do Alto Cotia por 42 anos.

O filme elaborado pela SABESP se inicia com a trajetória de vida e profissional do Sr. José Roberto Nali e com a apresentação sobre a importância da Estação de Tratamento do Alto Cotia para o processo de modernização e industrialização de São Paulo. Em seguida, narra o pioneirismo da construção de um sistema de abastecimento que funcionava por gravidade, relata sobre a importância dos mananciais, da mata e da fauna e de sua importância atual como refúgio da natureza, na qual foram soltas duas onças pardas - a primeira encontrada em Itapevi e a segunda em Itapeçerica. Além disso também aborda a existência de espécies endêmicas na RFMG como a “palmeirinha prateada”.

Em um segundo momento, a entrevistadora comenta sobre a ocupação do território da RFMG pelos indígenas Carijós responsáveis pela nomeação da cidade, originária da terminologia “Koty” em tupi-guarani, que significa “lugar de descanso”. Referente a essa afirmação o sr. Nali comenta sobre o sítio arqueológico que foi realizado durante a reforma da Barragem Nossa Senhora das Graças e onde foram encontrados alguns artefatos do período colonial e uma machadinha de mão, do período pré cambraliano.

No filme da SABESP, a Vila é retratada muito mais por ser uma área de lazer até a década de 70, do que por sua importância histórica como moradia operária. O que se demonstra na afirmação da Educadora ambiental Luiza Helena ao lembrar o papel da Vila como área de lazer, com piscinas, o parque, local em que se formaram

445100 anos de história do Sistema Alto Cotia - Inserido em uma área de Mata Atlântica preservada da Reserva do Morro Grande, o Sistema Alto Cotia completou 100 anos de atendimento a população de São Paulo em 2017. Quem conta essa história é José Nali, encarregado pela estação de tratamento do sistema há 42 anos Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=8Wtq8pNagDQ> visualizado : 06/05/2023.

muitos casais de namorados. A essa intervenção o sr. José Roberto Nali responde que morou na vila por 24 anos e que este espaço deve ser visto como um local histórico construído para evitar a necessidade de deslocamento dos trabalhadores para São Paulo. Nesse sentido, Nali indica que a criação das piscinas se destinava inicialmente aos trabalhadores, mas com tempo ganhou corpo e se transformou numa área de lazer até os anos 1970.

A entrevistadora questiona Sr. José Roberto Nali sobre o que ele acha da visita das escolas a Estação de tratamento do Alto Cotia, o que ele responde que acredita na importância de tal trabalho, que o ensinamento sobre a importância da água permanece. No final, o Sr. José Roberto Nali deixa como mensagem a importância da preservação do modelo de abastecimento público difícil de se construir outro igual e sugere ao seu sucessor que tenha a mesma atenção ou melhor para a preservação disso aqui.

Outra produção áudio-visual que destacamos aqui é “Reserva do Morro Grande” filmada na Represa Pedro Beicht. O filme se inicia com o relato do ex coordenador da Defesa Civil José Rafael Miguel que narra a origem da Reserva Florestal do Morro Grande, as suas primeiras ocupações e depois a remoção dos sítios para a construção da Represa Pedro Beicht. Ao mesmo tempo, lista as características geográficas e o fato de ser a maior floresta de Mata Atlântica nas proximidades de São Paulo e a importância da Estação de Tratamento do Alto Cotia.

Miguel ainda comenta sobre a qualidade da água com a mais pura de São Paulo, sobre a diversidade da fauna existentes na RFMG e a aprovação para utilização das trilhas externas da Reserva por diversos grupos de Motocross e Jeepeiros. Ainda com o intuito de demarcar a importância do espaço menciona parcerias: 1) relativas a pesquisas realizadas pela USP /FAPESP– Projeto Biota sobre a fauna e a flora na Reserva Florestal do Morro Grande; e 2) com a Prefeitura de Cotia com a SABESP para a criação de um sistema de Ecoturismo, o qual possibilitaria a visitação e conscientização do visitante sobre a importância da Reserva Florestal do Morro Grande. Por fim o coordenador da Defesa Civil relata que a Reserva foi o seu jardim de infância que o seu pai nasceu na Reserva e que se considera “um filho da Reserva”

Na mesma época da produção, a Prefeitura estava implementado junto com a OSCIP HABITA o Polo Ecoturístico do Morro Grande, projeto que tinha entre as várias propostas a criação de um campo de Golfe Sustentável.

Ambos os filmes são categorizados aqui nesta tese como exemplos de

enquadramento de memória, os responsáveis pela organização racional e funcionalista do espaço (SABESP e Prefeitura) ao exaltarem a importância da mata e dos mananciais e da Estação de Tratamento do Alto Cotia como justificativa de preservação do meio ambiente, realizam uma invisibilização da memória dos antigos moradores da Vila do DAE.

Da mesma maneira que o filme de propaganda política, o filme de ficção ou o documentário são utilizados pelo poder hegemônico, o cinema também conseguiu manter a sua autonomia em relação aos poderes instituídos, e por isso ocorre que também tenha funcionado como contra-poder⁴⁴⁶.

Neste sentido, se o Cinema com sua produção fílmica pode ser examinado como instrumento de dominação e de imposição hegemônica, ele também pode ser examinado como meio de resistência. **Daí que as fontes associadas ao Cinema podem ser analisadas tanto como documentação importante para compreensão dos mecanismos e processos de dominação, como também podem ser encaradas como documentação significativa que traz e revela dentro de si as múltiplas formas de resistências, as diversificadas vozes sociais (inclusive as que não encontram representação junto ao poder instituído), e de resto os variados padrões de representação associados a uma sociedade.**⁴⁴⁷

Por sua vez, para o professor de cinema Bill Nichols o documentário é uma representação do mundo e não uma mera reprodução da realidade, como frequentemente é interpretado pelo público. Essa representação é sempre moldada pelo ponto de vista exclusivo dos realizadores envolvidos na produção do documentário.

O DOCUMENTÁRIO DESEJOS DE MEMÓRIA

[...] os documentários representam o mundo histórico ao moldar o registro fotográfico de algum aspecto do mundo de uma perspectiva ou de um ponto de vista diferente. Como representação, tornam-se uma voz entre muitas numa arena de debate e contestação social⁴⁴⁸

A intenção de elaborar o documentário com a comunidade do Morro Grande era o de superar a ideia de preservação do patrimônio ambiental sobre uma

446 Idem p.24

447 BARROS, José D.'Assunção. Cinema e história—as funções do cinema como agente, fonte e representação da história. *Ler história*, n. 52, p. 127-159, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2547>. Visualizado: 08/02/2023

448 NICHOLS, Bill. Introdução do documentário. Campinas, SP: Papyrus, 2005.p. 73

perspectiva puramente biológica e utilitarista como apontada por Zanirato⁴⁴⁹, sobre a Reserva Florestal do Morro Grande, que por sua vez não reconhece a identidade de sua comunidade.

Paralelamente apresentar a importância histórica da Vila Operária do DAE, para a história operária, a história das Habitações Operárias, a história do cotidiano das Vilas Operárias, a História do Abastecimento e Saneamento, da arquitetura e da urbanização da cidade de Cotia e de São Paulo, por meio das narrativas de memória dos antigos moradores e trabalhadores, ou seja, reverberar as vozes que foram e são inviabilizadas inclusive pelo processo de patrimonialização da Reserva Florestal do Morro Grande.

Para Nichols, o fato de os documentários serem uma reprodução da realidade lhes dá voz própria. Portanto, eles são uma representação do mundo, e essa representação significa uma visão singular. A voz do documentário é, portanto, o meio pelo qual esse ponto de vista ou essa perspectiva singular se dá a conhecer.⁴⁵⁰

É o que Fernão Ramos irá caracterizar como “a capacidade de estabelecer enunciados/asserções/argumentos sobre o mundo”⁴⁵¹

Uma questão que Nichols aborda referente a diferenciação entre a ficção e o documentário é que ao contrário de uma abordagem ficcional, onde há a direção de atores profissionais, na produção de um documentário, as pessoas são consideradas "atores sociais" e continuam a viver suas vidas de forma mais ou menos natural, mesmo na presença da câmera. Um aspecto importante nessa relação é que a presença da câmera pode levar à inibição e à modificação do comportamento, o que pode distorcer ou deturpar a realidade. No entanto, também documenta como o ato de filmar altera a realidade que se pretende representar⁴⁵²

Não somos ingênuos em acreditar que o celular ou a câmara não tenham

449 ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. Revista Brasileira de História, v. 26, p. 251-262, 2006.p;261

KÜHL, Beatriz Mugayar. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. Arq. urb., n. 3, p. 23-30, 2010.

450 NICHOLS, 2010, p. 73

451 Ramos procura esclarecer uma questão crucial: a diferença entre documentário e ficção. O autor reconhece que o cinema de ficção também estabelece asserções sobre o mundo, mas deixa bem claro que, “[...] ao contrário da ficção, o documentário estabelece asserções ou proposições sobre o mundo histórico”, isto é, um documentário versa a respeito de fatos históricos efetivamente localizáveis na linha do tempo da história, ao passo que a ficção geralmente narra fatos que pertencem exclusivamente ao campo da imaginação. O autor procura construir sua definição de documentário a partir das diferenças deste com a ficção, mas reconhece que essas duas formas de narrativa podem se misturar. Sendo assim, o autor procura distinguir documentário e ficção a partir das características formais próprias do cinema documentário.

452 A NOTA ESTÁ EM BRANCO

gerado nenhuma interferência nas conversas com os participantes, mas o que percebemos é que o celular/câmera simbolizou para os moradores do Morro Grande, um momento de narrar as suas memórias, as suas “verdades”. No sentido que Eduardo Coutinho apresenta: toda relação interpessoal, com a câmera ou sem a câmera, envolve negociação e conflito. De acordo com sua experiência

ocorre que você deve usar a câmera que, aparentemente atrapalha, como catalisador. Se você negocia bem esta presença da câmera, ou ela passa a ser despercebida depois de algum tempo, se você usar ela de forma eficiente, ou então, ela permanece presente, mas de uma forma que estimula a pessoa a utilizar o seu imaginário. Eu não estou interessado na verdade, no real, estou interessado na verdade da pessoa. Se eventualmente, a pessoa quiser construir um personagem diante da câmera, eu acho perfeitamente que ela faça isso. Na verdade, ela passa a ser o personagem e isso não tem o menor problema. Então a presença da câmera passa a ser um estimulante para que ela construa bem seu personagem.⁴⁵³

A utilização da câmera foi um processo de constante negociação, ao longo de todo o trabalho, tanto nas conversas individuais e em grupo, no curso de formação com as educadoras da Escola Municipal Vicentina Pires de Oliveira, na Roda de Conversa Virtual, como na Roda de Memória e depois na filmagem com as crianças.

Pessoas que se negaram ser filmadas durante as entrevistas individuais, durante a realização da Roda de Memória na presença de outras pessoas e de todo aparato tecnológico se sentiram confiantes para narrar as memórias, outras ficaram tímidas. As crianças que deveriam se sentir seguras com a presença dos pais emudeceram.

Em suas palavras, “no documentário participativo, a entrevista representa uma das formas mais comuns de encontro entre cineasta e tema. As entrevistas são uma forma distinta de encontro social”⁴⁵⁴

Nichols defende que com o filme documentário podem ser identificados seis modos de representação ou subgêneros do gênero documentário propriamente dito:

⁴⁵³ Coutinho está se referindo a personagem Elisabeth, viúva de João Pedro Teixeira – fundador da Liga Camponesa da cidade de Sapé (PB), assassinado em 1962. Comunicação Oral. In: DVD NTSC, 1 ex., col., 31 min. Brasil. Data: 1998. ECA USP CJE.TCC Olho Nu. Erika Kobayashi. Orientação: Cremilda Medina. apud. GONÇALVES, Denise Ramos. A produção audiovisual como mediação na prática científica. Dissertação apresentada ao Departamento de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Comunicação, 2013.p.65.

⁴⁵⁴ NICHOLS, 2010, p. 160

poético, expositivos, participativo, observativo, reflexivo e performático.⁴⁵⁵ Embora um mesmo documentário possa apresentar mais de um modo.

Iremos nos deter um pouco mais detalhadamente sobre o modo participativo por acreditarmos que é o que melhor define o “Desejos de Memória” produzido como parte da tese de doutorado.

Para Nichols, o modo participativo no documentário apresenta uma influência significativa da visão participativa da antropologia, onde o engajamento, a atuação e a encenação social desempenham papéis importantes. O cineasta pode assumir o papel de um pesquisador ou repórter investigativo, abordando as questões de forma receptiva ou reflexiva.⁴⁵⁶

Nesse modo, o objetivo é envolver-se diretamente com os sujeitos e situações retratadas, buscando uma compreensão mais profunda e uma representação mais autêntica. O cineasta participante reconhece que sua presença e interação podem alterar a dinâmica da situação documentada.

Essa abordagem participativa no documentário está relacionada a preocupações etnográficas, com ênfase no contexto social e cultural em que os eventos ocorrem. O cineasta assume um papel ativo no processo de documentação, explorando as nuances e complexidades das experiências vividas.

Ao adotar uma postura participativa, o cineasta/historiador pode obter uma compreensão mais profunda das perspectivas dos sujeitos documentados e capturar as complexidades das interações sociais e culturais. Isso permite uma representação

455O modo poético, de acordo com o autor, dialoga com a vanguarda modernista, representando a realidade de forma fragmentada, subjetiva e com associações vagas. Ele recusa soluções para problemas incorrigidos e apresenta atos aparentemente incoerentes.

O modo expositivo, por sua vez, organiza a fragmentação do mundo histórico através de uma estrutura mais retórica e argumentativa. Ele depende da lógica informativa transmitida verbalmente e frequentemente inclui a voz de Deus, relegando um papel aparentemente secundário às imagens. A montagem também é desenvolvida com base na estrutura verbal, permitindo a transmissão precisa de informações dentro de uma estrutura preexistente ao filme.

No modo observativo, a ênfase está na observação espontânea da experiência vivida. Nichols destaca a ausência de música, efeitos sonoros, legendas, reconstituições históricas, situações repetidas para a câmera e entrevistas. Este modo tem uma relação com os neorealistas italianos e enfatiza questões éticas, duração real dos acontecimentos, linguagem corporal, contato visual e a presença da câmera na cena.

No modo reflexivo, o processo de negociação entre o cineasta e o espectador é fundamental. O cineasta reflete sobre a representação, a construção da realidade pela montagem e questões éticas relacionadas ao tratamento das pessoas. Esses filmes questionam a forma e a política da representação, buscando aumentar a consciência dos problemas da representação do outro e convencer da autenticidade ou veracidade da própria representação.

Por fim, o modo performático busca evidenciar como a consciência da materialidade permite compreender processos sociais. Ele valoriza as dimensões afetivas e sensitivas, utilizando licenças poéticas, estruturas narrativas menos convencionais e formas de representação mais subjetivas, deslocando a ênfase na representação realista do mundo histórico.

456 NICHOLS, 2010, p. 162

mais autêntica e um olhar mais envolvente sobre o tema abordado.

Em resumo, o modo participativo no documentário, conforme descrito por Nichols, envolve o engajamento ativo do cineasta/historiador, atuando como um pesquisador ou repórter investigativo, buscando uma compreensão mais profunda das situações retratadas e uma representação autêntica e contextualizada.

Nichols ainda estabelece que a *voz do documentário*, portanto se pronuncia através de uma lógica organizadora de inúmeros meios de seleção e arranjo de som e de imagem disponíveis, realizado por seus organizadores.

Apresenta extensamente algumas decisões possíveis acarretadas por esse processo de seleção e arranjo:

- 1) quando cortar, ou montar, o que sobrepor, como enquadrar ou compor um plano (primeiro plano ou plano geral, ângulo baixo ou alto, luz artificial ou natural, colorido ou preto e branco, quando fazer uma panorâmica, aproximar-se ou distanciar-se do elemento filmado, usar travelling ou permanecer estacionário, e assim por diante); 2) gravar som direto, no momento da filmagem, ou acrescentar posteriormente som adicional, como traduções em voz-over, diálogos dublados, música, efeitos sonoros ou comentários; 3) aderir a uma cronologia rígida ou rearrumar os acontecimentos com o objetivo de sustentar uma opinião; 4) usar fotografias e imagens de arquivo, ou feitas por outra pessoa, ou usar apenas as imagens filmadas pelo cineasta no local; 5) em que modo de representação se basear para organizar o filme (expositivo, poético, observativo, participativo, reflexivo ou performático)⁴⁵⁷

O edital nos possibilitou a contratação da equipe de filmagem, som, produção e ilustração e dos equipamentos necessários para a elaboração do documentário.⁴⁵⁸ O que nos permitiu o aprimoramento na resolução das imagens e da captação direta de som durante as filmagens externas foi possível graças à utilização de equipamentos avançados e técnicas especializadas. Esses recursos foram empregados com sucesso nas filmagens da Represa Pedro Beicht, na antiga olaria, na Barragem Nossa Senhora das Graças e durante a Roda de Memória realizada no Salão da Igreja Nossa Senhora das Graças.

O ponto de vista que é expresso pelo documentário foi construído com a

457 (NICHOLS, 2010, p.76)

458 Beatriz Le Senechal, responsável pela Filmagem e edição de todo material; Som: Mariana Von Seckendorff, Produção Executiva: Gabriela Carvalho e Damaris Ferreira, Fotografo: André Pires

participação ativa dos moradores do Morro Grande. Apresentamos a pré-seleção dos temas para o grupo e revisitamos essas memórias coletivamente, o que inspirou a construção de uma narrativa cronológica e divididas por temas, como o “Início de tudo”, “A vila DAE, uma comunidade”, “A Infância na Vila do Dae”, “Lazer e celebrações”, “Saudade, saudade, saudade”, “A mata e a Vila Patrimônio Natural e Histórico”, “Um futuro de esperança”.

Dessa forma, a seleção dos trechos de entrevistas, bem como seu arranjo para compor a narrativa, seguem o critério da cronologia e da coerência dos diferentes relatos dos atores sociais de maneira que essas se encontram e se complementam

Essa narrativa cronológica se encontrava estabelecida nas narrativas “Tempos do DAE e Tempos da SABESP” e mais especificamente pela narrativa do Sr. José Diniz, a qual decidimos por realizar uma linha do tempo (como recurso didático).⁴⁵⁹

Na introdução de cada tema, o documentário traz em narração off, informações estatísticas, de contextualização e dados adicionais àqueles trazidos pelos moradores e pela pesquisa.

Ainda na introdução são apresentadas cenas de outros filmes⁴⁶⁰ em que a Reserva foi utilizada como cenário devido a sua belíssima paisagem, foi uma ideia do grupo. Aliás a escolha principal dos moradores era de utilizarmos cenas da novela “Meu Pé de Laranja Lima” produzida pela Rede Bandeirantes, a qual parte foi filmada na Vila Operária do DAE e inclusive alguns moradores participaram como figurantes.”⁴⁶¹

A partir da definição do primeiro tema, os participantes colocaram a necessidade de se filmar na Represa⁴⁶², a fala do Sr. Air foi enfática “Não dá para realizar o filme, se não formos lá, foi lá que tudo começou!”.

Então, a definição dos locais para a captação de imagens externas

459 Utilizamos o recurso da ilustração em dois outros momentos como no Mapa da Reserva Florestal do Morro Grande e para apresentar a escola EE Professor José Barreto.

⁴⁶⁰ A utilização da paisagem da RFMG tem sido frequente como cenário para filmes como: Xingu, Meu pé de Laranja Lima e o filme Nossa Senhora Aparecida.

461O MEU PÉ DE LARANJA LIMA

É uma novela brasileira, baseada no romance José Mauro Vasconcelos. Escrita por Ivani Ribeiro, dirigida por Edson Braga, produzida e exibida pela Rede Bandeirantes entre 29 de setembro de 1980 e 25 de abril de 1981, foi a segunda adaptação para televisão da obra de José Mauro de Vasconcelos.

Esta versão era uma regravação da novela produzida pela Rede Tupi dez anos antes. A emissora reapresentou a telenovela em diversas ocasiões, nos mais variados horários. Infelizmente a Rede Bandeirantes não nos concedeu autorização para utilizarmos alguns trechos da novela na introdução do documentário

⁴⁶² Questão importante os mais velhos do grupo já se encontravam vacinados contra a Covid, mas ainda mantínhamos o distanciamento social e o uso de máscaras.

ocorreu pela escolha dos participantes, por serem locais icônicos e representativos da comunidade, como a Represa Pedro Beicht, a Barragem Nossa Senhora das Graças e o espaço da antiga Olaria.

Como discutimos anteriormente, o primeiro tema definido foi "o início de tudo". Foi a partir desse tema que os participantes destacaram a importância de filmar a Represa Pedro Beicht, o local onde ficava a antiga Olaria e a Barragem Nossa Senhora das Graças.

No entanto, desde 2017, esses locais estavam fechados para visitação, inicialmente devido ao surto de febre amarela e, posteriormente, devido à pandemia de Covid-19. Isso gerou frustração entre os moradores, uma vez que sempre foi comum para eles "andar pelos Matos da Reserva, a gente andava esses matos tudo aí", seja para colher pinhão, coletar ervas ou simplesmente para espairecer as ideias. Eles e elas são conhecedores da floresta, homens e mulheres que têm intimidade com o território da Reserva.

O que eles não compreendiam e sentiam como uma injustiça era que, embora houvesse uma proibição, essa parecia ser direcionada apenas a eles. Percebiam a entrada de público externo, como grupos de ciclistas, motociclistas e de caminhadas, adentrando a mata e a represa sem qualquer impedimento.

Portanto, a oportunidade de realizar a captação de imagens na Represa Pedro Beicht se apresentou como uma maneira de os moradores revisitarem um local que fazia parte do seu cotidiano. Era uma chance de visitar lugares que constituem a sua essência, a sua História e a sua própria identidade e que lhes foi negado por tanto tempo.

Devido à autorização concedida pela SABESP somente era permitida a entrada de um total de dez pessoas, incluindo um acompanhante da SABESP. Como a equipe já contava com sete pessoas, restavam apenas três vagas disponíveis. Portanto, o grupo decidiu escolher a Sra. Maria Helena, o Sr. Air Albuquerque de Oliveira e o Sr. Francisco Andrade, considerando que eles eram os mais velhos do grupo.

Ao chegarmos a Represa Pedro Beicht, para a indignação de todos o local estava com várias pessoas inclusive se banhando nas águas da Represa, a casa que recepcionava os visitantes com sua estrutura abandonada e repleta de lixo.

A ideia inicial de realização da Roda de Memória seria que essa

ocorresse no pátio da Vila, mas a ausência de pontos de energia próximos e de banheiros, nos obrigou a pensarmos em outros locais.

O grupo realizou quatro sugestões de locais para a realização da Roda de Memória e sua filmagem, foram indicados a Escola Estadual Prof. José Barreto, a Sede – antiga Associação dos trabalhadores e no Salão da Igreja Nossa das Graças.

A definição pelo Salão da Igreja Nossa Senhora das Graças, ocorreu por meio da concessão de autorização da filmagem, a Diretoria de Ensino do Estado de São Paulo e a Prefeitura de Cotia não autorizaram

Ao consideramos o documentário como um sistema de construção de significados, se faz necessário para a sua análise a sua desconstrução. Voltemos a Marc Ferro Marc Ferro ao propor a analisar o que está por trás do aparente, o não visível através do visível, por meio da análise das temáticas apresentadas.

O primeiro tema “Início de tudo” apresenta a História dos primeiros sitiantes e meeiros que viviam na Reserva, famílias de migrantes, imigrantes e de ex-escravizados, que foram retirados de suas terras, para a construção da Barragem Nossa Senhora das Graças e da Represa Pedro Beicht.

Em uma das cenas é apresentada a Relação dos Moradores no Vale do Rio Cotia, acima da Cachoeira do Sr. Pedro Beicht., documento elaborado pelo Engenheiro Theodor Sampaio para a Repartição de Águas e Esgoto (1902)⁴⁶³

Apresentamos a fotografia desse documento aos moradores, e cada um ia verificando se constava o nome de algum conhecido ou parente ali. Foi nesse momento que o Sr. Jurandyr comentou: "Olha isso é importantíssimo, sempre falamos sobre os antigos que moravam na Represa, mas nunca tínhamos nada para comprovar!"

Como relatamos em outros trabalhos, a História Oficial de Cotia tem por costume ressaltar os ‘heroicos bandeirantes’ como os fundadores do povoado de Cotia, inclusive como representantes de uma ‘odisseia povoadora’ e religiosa”, como cita Barcellos, realizadas por famílias poderosas, como dos Paes, Camargos, Godois, Pires e os Quadros.

A história oficial construiu uma narrativa linear e homogênea sobre a cidade de Cotia. No caso específico do Morro Grande, a história foi reduzida apenas aos aspectos naturais, deixando de fora a história das pessoas que habitaram o Morro Grande, como os pequenos agricultores e trabalhadores braçais.

Em contraponto à história oficial da Reserva Florestal do Morro Grande, é importante considerar os lugares como resultados das pessoas e do uso que fazem do espaço, como nos ensina Michel de Certeau. O espaço não deve ser entendido apenas por seu aspecto físico, mas sim como algo plural, composto por uma diversidade de aspectos. É um espaço que é constantemente construído, ressignificado e praticado pelas atividades humanas.

O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. (...). Em suma, o espaço é um lugar praticado.⁴⁶⁴

Nesse contexto, é fundamental reconhecer que diferentes sujeitos atuaram tanto na formação desse espaço e o quanto foram moldados por ele. Suas ações e interações revelam os múltiplos poderes que o constituem em momentos específicos. Essa perspectiva permite ampliar a compreensão do Morro Grande para além de uma visão restrita aos aspectos naturais, valorizando a presença e a história das pessoas que habitaram e transformaram o lugar ao longo do tempo.

O documentário ressoa as vozes dos atores sociais por meio das narrativas de memória, dando destaque às vozes dos antepassados e das próprias pessoas entrevistadas. Essas vozes representam famílias de imigrantes e escravizados. Ao trazer à tona essas histórias e memórias, o documentário busca amplificar as vozes que foram muitas vezes silenciadas ou negligenciadas ao longo do tempo. Isso inclui não apenas os relatos de homens, mas também as experiências e contribuições das mulheres, resgatando suas vozes e perspectivas na construção da história do Morro Grande.

A narrativa de memória da Sr. Júlia Quaglia (in *Memorian*) é representativa ao escolher relatar sobre a sua mãe, mulher negra, filhas de ex-escravizados, casada com seu pai italiano funcionário do DAE. A Sra. Júlia ressalta o papel determinante de sua mãe, afirmando que “não há terra no Morro Grande em que sua mãe não tenha plantado algo.”

A família Quaglia é amplamente conhecida na região, e relatos de outros

464 CERTEAU, Michel. "A invenção do cotidiano: artes de fazer." 22ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p.184

antigos moradores e trabalhadores da vila mencionavam o estilo brincalhão de seu pai, o Sr. Osvaldo Quaglia, como evidenciado no registro fotográfico dele transvestido de mulher no Carnaval, presente no documentário, na seção intitulada “Celebrações e lazer.”

Ao término da gravação, comentamos com a Sra. Júlia Quaglia como era importante o que havia compartilhado sobre sua mãe, pois havia poucas narrativas sobre as mulheres no Morro Grande. Ela ressaltou que seu pai sempre chamou a atenção, por ser um bonito, italiano, funcionário público do Estado, mas foi sua mãe quem realmente tinha a mente pensante, que administrava a casa e garantia que nada faltasse para a família. A Sra. Júlia Quaglia veio a falecer uma semana antes da estreia do documentário. O mesmo foi dedicado à sua memória.

Como um ajuste de contas com a memória, a narrativa da Sr. Júlia Quaglia, nos permitiu ressaltar a importância de valorizar e reconhecer a atuação e as contribuições das mulheres, mesmo quando suas histórias são eclipsadas por figuras masculinas mais proeminentes.

O segundo tema “A Vila do DAE uma comunidade”, apresenta a memória sobre algumas das edificações da Vila Operária, como a casinha de madeira que era ocupada inicialmente pelos engenheiros da DAE, a construção da igreja Nossa Senhora das Graças pelos antigos operários, a narrativa de memória do Sr. Jurandyr explica sobre a hierarquização existente sobre a ocupação das casas – melhores cargos ocupavam as melhores casas, mas até mesmo as casas mais simples destinadas aos conserveiros eram “casas muito boas”, vale mencionar que diferente de outras Vilas Operárias, em que os banheiros eram externos, a Vila operária no Morro Grande os banheiros eram internos, adotando os padrões sanitaristas e higienistas do início do século XX

O lugar onde era a antiga Olaria do DAE onde se fabricava os tijolos e telhas para as edificações do DAE utilizadas tanto na construção das edificações e estruturas da Vila Operária do Morro Grande como em outros lugares na cidade de São Paulo é outro espaço apresentado por meio das narrativas de memória realizada pelo Sr. Air Albuquerque de Oliveira, junto da apresentação de fotografias do acervo do Sr. José Diniz em uma das captações de imagens externas realizadas para compor o documentário.

Do espaço da antiga olaria, com suas estruturas como os fornos e o galpão, quase não existe nenhum vestígio mais, no local temos uma floresta, espaço que

foi reflorestado pelo Sr. Francisco Andrade, ex funcionário da SABESP, inicialmente com o plantio de bragatinga espécie muito utilizada para a recuperação de áreas degradadas, que pelo “fato de retirar grande quantidade de nitrogênio do ar e incorporá-lo ao solo, várias plantas crescem em torno da bragatinga”⁴⁶⁵, é justamente o que se vê, são várias espécies, entre elas diversas Araucárias.

Outro ponto apresentado nas narrativas de memória dos residentes e trabalhadores do DAE, é que o espaço da Vila Operária do Morro Grande era uma vila auto sustentável, com horta comunitária, coleta seletiva de resíduos realizada pelos carroceiros, correio, açougue, barbearia, enfermaria, ônibus que ia direto para São Paulo, asfalto e porteira (portaria). Aliás a porteira é uma estrutura citada por todos os participantes, sobre o controle de quem entrava na Morro Grande, em suas narrativas chegam a comparar a Vila Operária como um Condomínio.

A comparação da Vila Operária do DAE com um condomínio transmite o significado de um lugar bem cuidado e seguro, é algo recorrente em suas narrativas. Para os antigos habitantes e trabalhadores do DAE, a forma como a empresa controlava o acesso ao Morro Grande e organizava o espaço está relacionado sobre a forma que o DAE administrava a Vila Operária e não como práticas de controle e disciplina como mecanismo de poder da empresa sobre os moradores e trabalhadores, conforme nos ensina Foucault. Além disso, é importante destacar as questões atuais, em que o abandono da vila operária, de suas estruturas e da própria Reserva Florestal do Morro pelos órgãos responsáveis pela preservação, como a Sabesp e a Prefeitura de Cotia, evidencia a ausência do poder público na prestação de serviços básicos, tais como limpeza urbana, habitação, saúde, transporte, educação e segurança pública.

A memória afetiva é comum nas narrativas dos antigos residentes e trabalhadores sobre a Vila Operária como também sobre a sua comunidade, representada pelo relato sobre o Sr. Olívio o farmacêutico, a sr. Lazineira - benzedeira, mãe do Sr. José Diniz, as parteiras, o auxílio dos vizinhos, as festas de final de Ano no pátio, mas também são acarretadas pela tristeza de que com o tempo tudo isso foi acabando.

A terceira parte “A Infância na Vila” apresenta o tempo da infância, as narrativas são referentes aos lugares de memória onde vivenciaram as brincadeiras (pião, amarelinha, casinha de barro, fazer comidinha, esconde-esconde, bicicleta) nos

465 Conforme a explicação do sr. Francisco Andrade, depois das filmagens quando questionamos referente o porquê do plantio de bragatinga.

jardins da Estação de Tratamento do Alto Cotia, como a “barraginha” (barragem Nossa senhoras Graças) e também onde estudaram a escola EE Professor José Barreto.

A Escola Estadual Professor José Barreto, antiga “Escola Mista de Moços e Moças Nossa Senhora da Graças” anterior à 1960, ofertava somente até a quarta série primária para os filhos dos trabalhadores do DAE. O que resultou na maioria dos participantes terem concluído somente até a quarta série primária.⁴⁶⁶ Alguns fatores impossibilitaram ao acesso ao ensino para essas crianças.

Primeiro devido a situação de risco econômico dessas famílias, a maior parte dos antigos habitantes e trabalhadores do DAE começaram a trabalhar ainda durante a infância, em média a partir dos 10 anos de idade para auxiliar com o orçamento doméstico de suas famílias. Segundo fator era a distância que eram obrigados a percorrer (7,5km) para frequentarem o antigo ginásio, correspondente ao ensino fundamental II, na escola mais próxima na época EE Prof. Batista Cepellos no centro de Cotia.

Ainda no que se refere a Escola Estadual Prof. José Barreto nos relatos as lembranças sobre a escola é dela como um espaço aberto e arquitetônico bonito, como um espaço de estudo, mas também do brincar.

Devido as demandas que surgiram ao longo dos anos a edificação passou por inúmeras reformas que modificaram totalmente o seu estilo arquitetônico. Por isso, que a escola foi indicada pelo grupo para realizarmos uma ilustração que apresentasse a escola que era representada por suas narrativas de memória.

Como comentamos acima, a situação de risco econômico das famílias dos trabalhadores do DAE refletiu na infância dos participantes e ressurge em suas lembranças, ora com uma expressão de melancolia “Era um infância pobre, eu nunca tive uma boneca, meus pais nunca tiveram condições de me dar⁴⁶⁷”, ora com expressões que naturalizam o fato de começarem a trabalhar ainda quando crianças para auxiliar no sustento de suas famílias, como o relato do Sr. Air : “ eu com dez anos de idade eu entrava na escola às oito o que eu fazia acordava mais cedo e descia aqui embaixo. Tinha o rapaz que vendia leite pro povo do Morro Grande, eu ia...Aí, quando era mais

466 Alguns participantes conseguiram concluir os estudos, outros somente anos mais tarde, quando a EE Prof. José Barreto passou a oferecer o Ensino de Jovens e Adultos e outros nem isso.

467 Narrativa de memória Sr. Maria Helena apresentada no Documentário Desejos de Memória a História da Vila Dae e da Reserva Florestal do Morro Grande

ou menos umas 7h, 7h10 eu já tinha feito a minha entrega.”⁴⁶⁸

O cinema é também um dos “lugares de memória” que constam nos relatos sobre a infância dos antigos residentes e trabalhadores do DAE. As sessões ocorriam aos finais de semana na Sede – antiga Associação dos Trabalhadores do DAE, espaço frequentado por adultos e crianças aos finais de semana em que ocorria a projeção de filmes como “Mazzoropi”, “Faroeste”, “Gordo e o Magro” e “Carlitos” e outros.

Com a chegada dos aparelhos de televisão no Brasil em 1950, a sede será o espaço que por muito tempo terá o único televisor da Vila, comprado por meio de uma “vaquinha” realizada pelos funcionários do DAE

O relato de memória do Sr. Heitor Pignonato, ao nos contar como a morte de Getúlio Vargas ficou associada à frustração da falta da sessão de TV tão esperada pela garotada naquele dia, nos remete as considerações do historiador Henry Rousso. Ao considerar a memória e não a oralidade como “uma reconstrução psíquica e intelectual que implica uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é apenas o do indivíduo, mas sim de um indivíduo inserido em um contexto familiar, social e nacional. Portanto, toda memória é, por definição, coletiva.”⁴⁶⁹

As narrativas de memória sobre o Esporte Clube Cachoeira da Graça, a banda de música do Morro Grande, os piqueniques nos jardins do DAE, o clube com as piscinas, os visitantes e a pousada, as matinês e bailes de Carnaval na Sede, e as procissões nas Coroações de Nossa Senhora das Graças são apresentadas na IV Parte do documentário, intitulada “Lazer e celebrações”. A fotografia escolhida para representar essa temática foi a da banda de músicos do Morro Grande.

O Sr. Mizael de Almeida é responsável pelo acervo fotográfico e pelo acervo das camisetas do Esporte Clube Cachoeira da Graças. Quando nos conhecemos e apresentamos a pesquisa, explicamos os objetivos do registro das nossas conversas. Embora ele tenha concordado em compartilhar suas memórias sobre a Vila e principalmente sobre o Esporte Clube Cachoeira, não autorizou o registro de nossa conversa.

Vale registrar que é graças aos cuidados e a preservação realizadas pelo sr. Mizael Almeida que foi possível a digitalização, catalogação para a realização do

468 Narrativa de memória Sr. Maria Helena apresentada no Documentário Desejos de Memória a História da Vila Dae e da Reserva Florestal do Morro Grande

469 ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006. pp. 93-101.

inventário realizado sobre E.C Cachoeira pelo Centro de Referência do Museu do Futebol

Atuante na comunidade, o sr. Mizael Almeida nos auxiliou em diversos momentos, como com os convites à comunidade para participar das reuniões, tanto sobre o projeto quanto com a Sabesp, a Secretaria de Turismo e a Secretaria de Assistência Social, além da realização do diagnóstico e do Inventário.

Convidamos o Sr. Mizael de Almeida para participar da Roda de Memória, mas não tínhamos muitas esperanças. Ficamos surpresos com sua participação no documentário e com a sua autorização para o documentário.

O avó e o pai do Sr. Mizael trabalharam no DAE, o seu pai inclusive jogou no E.C.Cachoeira Nossa Senhora das Graças, por sua vez, o Sr. Mizael começou a jogar futebol aos 12 anos, atuando em dois clubes: E.C. Cotiano e E.C. Cachoeira.

O E.C. Cachoeira foi fundado pelos operários do DAE em 25 de janeiro de 1930. Com o tempo, familiares e amigos dos primeiros integrantes passaram a participar do clube. O campo de futebol do E.C. Cachoeira foi construído pelos operários do DAE em seus horários livres e, posteriormente, foi ampliado com as mesmas medidas oficiais do estádio do Pacaembu. O clube conquistou o campeonato Intermunicipal três vezes consecutivas.

Filiado à Federação Paulista de Futebol, o Esporte Clube Cachoeira Nossa Senhora das Graças teve suas atividades encerradas em 1972, com a entrada da Sabesp. Diante do fechamento do Esporte Clube, o Sr. Mizael de Almeida, juntamente com o Sr. José Diniz, fundou o Corsan, em referência à predominância de jogadores corinthianos e santistas em sua formação. Atualmente, o clube utiliza sua nomenclatura original, "Esporte Clube Cachoeira da Graça".

A Roda de Memória, onde velhos companheiros estariam presentes para compartilhar suas memórias, foi um fator decisivo para encorajar até mesmo aqueles que inicialmente tinham receio das câmeras e da tecnologia.

É importante registrar que durante toda a filmagem da Roda de Memória, o engenheiro da SABESP esteve presente, com o objetivo de conhecer a história pela perspectiva daqueles que a viveram. Perguntamos aos participantes se eles se sentiriam à vontade com sua presença e todos concordaram. O que se tornou evidente foi que, além de a Roda de Memória ser um momento para compartilhar suas memórias e experiências, mas também foi uma oportunidade de expressar suas frustrações e desabafar sobre as ações ou ausência destas pela Sabesp no que se refere a preservação

a Vila Operária e da Reserva Florestal do Morro Grande.

A IV temática é este momento denominado “Saudade, saudade, saudade” ficou com esse título devido a narrativa da sr. Adelaide Pignonato, é sobre a tristeza e frustração do abandono que se encontra a Vila Operária, como a narrativa de memória do sr. Air comenta: É resto de campo, é resto de Sede, é resto de Vila...

Na V temática denominado como a “Mata e a Vila do Dae - Patrimônio Natural e Histórico” temos a questão da ética, qual o melhor posicionamento da câmera? Qual o close correto? Na narrativa de memória do Sr. Edilson se emociona ao começar a falar, neste momento a câmera está na lateral, o rosto do Edilson é coberto pelo corpo do companheiro que está ao seu lado. O que fazer nesta hora? Parar de filmar e perder aquele momento cheio de emoção, mudar de posição atravessar pelos integrantes da Roda de Memória para garantir um ângulo melhor?

Continuamos filmando e no final da Roda de Memória conversamos com o Edilson e informamos para ele se sentir à vontade, se quisesse cortaríamos a cena. O que ele nos autorizou na íntegra.

O documentário Desejos de Memória foi constituído por várias vozes que se manifestaram por meio das conversas individuais, da voz over, do acervo fotográfico do Sr^a Walkíria Aparecida, Sr. José Diniz, Sr. Mizael Almeida, da Sr^a Adelaide Pignonato, das pinturas do Sr. Jurandyr, acervo fotográfico institucional da Sabesp e do Condephaat e do Arquivo do Estado de São Paulo (no que se refere ao acervo fotográfico Gaensly), da Roda de Conversa Virtual, do curso de Formação com as Educadoras da Escola Municipal Vicentina Pires de Oliveira, trechos de filmes que foram encenados no Morro Grande, como Uma História de Futebol (1998), Xingu (2011), A História de Nossa Senhora da Aparecida (2016)⁴⁷⁰, e das captação de imagens externas (na Represa Pedro Beicht, no espaço que compreendia a antiga olaria, na Barragem Nossa Senhora das Graças e na antiga Caixa d’água), além das imagens contemporâneas e ilustrações realizadas para compor o documentário.

As imagens dos acervos pessoais quanto a do Arquivo do Estado de São Paulo foram utilizadas em dois contextos. Um deles foi como apoio para contar visualmente o que estava sendo narrado e o outro na criação de intertítulos da na narrativa, com clipes reunindo fotografias em trilha sonora.

470 Uma história de Futebol (1998) – Direção: Paulo Machline; Xingu (2011) – Direção -Cao Hamburger; A história de Nossa Senhora Aparecida (2016) - Direção Del Rangel.

Mas como defende Nicholls o documentário sempre irá constituir uma voz própria, a partir da conjunção dessas vozes, que irão produzir um significado que traduz o ponto de vista, apresentando o argumento ou defendendo uma causa⁴⁷¹.

No Desejos de Memória não foi diferente o documentário constituiu a sua voz própria, como uma voz denúncia, sobre o abandono dos órgãos responsáveis pela preservação da Vila Operária do DAE.

A declaração da Sr. Maria Helena à beira da Represa Pedro Beicht junto do Sr. Air e do Sr. Francisco no documentário é um dos momentos mais representativos dessa denúncia:

“Eu acho que os órgãos competentes deveriam olhar mais por essa beleza que nós temos aqui. A estrada era conservada, era passada a máquina. Hoje me deu tristeza de ver como está isso aqui. Você vê que tá tudo destruído. Mas por quê? Faltou interesse de quem? É importante a água? É. Mas acho que teria que cuidar melhor do que está em volta dela. “



Trecho do documentário com a Sr. Maria Helena, Sr. Air, Sr. Francisco filmado na Represa Pedro Beicht

A última parte do documentário apresentamos as realizações do projeto Ecomuseu Morro Grande, entre elas o curso de formação com as Educadoras da EM Vicentina Pires de Oliveira e apresentação de uma atividade que as crianças realizaram sobre o que o Morro Grande significava para elas. Os quatros melhores trabalhos foram apresentados nas falas dos estudantes.

471 NICHOLS, 2010

É importante lembrarmos que as filmagens só foram possíveis com a flexibilização das regras de isolamento social e após todos terem tomado a 1ª dose da vacina e utilizando máscaras e mantendo o distanciamento social é que realizamos os encontros presenciais para a filmagem na Barragem Nossa Senhora das Graças, na Represa Pedro Beicht, no espaço da antiga Olaria e a própria Roda de Memória

As filmagens foram realizadas no dia 06/06/2021, no período da manhã, na Barragem Nossa Senhora das Graças e na Represa Pedro Beicht e no antigo espaço da Olaria com o acompanhamento do Sr. Air Albuquerque, A Sr.ª Maria Helena e o Sr. ° Francisco Andrade⁴⁷²



FIGURA 09 Fotografias das filmagens da Roda de Memória e na Represa Pedro Beicht, na antiga Olaria e na Barragem Nossa Senhora das Graças

⁴⁷² Devido ao protocolo de segurança a SABESP permitiu a entrada reduzida de pessoas para a realização das filmagens na Represa Pedro Beicht, na Barragem Nossa Senhora das Graças e no antigo espaço da Olaria

No período da tarde foi realizada a Roda de Memória que teve duração de cerca de duas horas, foi o encontro de 12 antigos moradores e trabalhadores da Vila DAE, entre (70 a 85 anos) e de alguns mais jovens. Todos tiveram a oportunidade de compartilhar com riqueza de detalhes e emoção, suas memórias e vivências no território.

Durante as narrativas, ficou muito presente a saudade do tempo antigo, do modo de vida, da maneira como se estabeleciam as relações com a professora, colegas e os namoros. Como também o desejo de preservação e divulgação das memórias e Histórias da Vila Operária do DAE e da RFMG

O paralelo entre o passado e o presente foi uma constante nas narrativas de memória o que estabelece a própria pela divisão cronológica nos tempos do DAE e nos Tempos da SABESP. Os tempos do DAE, é narrado com nostalgia, é o tempo em que todos se conheciam e se auxiliavam uns aos outros, “era uma grande família”. Em que a Vila com seus jardins afrancesados é rememorada como um paraíso.

Diferente, dos tempos da SABESP em que a sua administração é lembrada pelas narrativas de memória da sua comunidade, como o período em que foram afastados dos seus cargos, obrigados a se retirarem com suas famílias das casas, em que os espaços de lazer foram fechados, como o Clube, a Sede e o campo de Futebol e o início do abandono - da ausência de manutenção das estruturas da Vila.

As dificuldades, a escassez, os acidentes de trabalho, o trabalho infantil, a pouca escolaridade, o isolamento e controle sobre esses trabalhadores e suas famílias e a cobrança por parte desses sobre os órgãos responsáveis pela administração e manutenção das estruturas da Vila e da RFMG também é encontra-se presente nas narrativas dos entrevistados.

A expectativa sobre o documentário foi enorme, pela comunidade, pois como comentaram, poderiam mostrar para os netos como era um “tempo bom aquele para se viver no Morro Grande”⁴⁷³, sem dizer que “meu neto vai saber melhor sobre a minha história”⁴⁷⁴.

O documentário teve a sua primeira exibição no dia 04 dezembro de 2021 realizada no Salão da Igreja Nossa Senhora das Graças, a divulgação dessa

⁴⁷³ Narrativa de memória do Sr. Edison Pires Pedroso durante a Roda de Memória

⁴⁷⁴ Narrativa de memória do Sr. Mizaél de Almeida durante a Roda de Memória

primeira exibição ocorreu por meio das mídias digitais e de revistas locais⁴⁷⁵ e pelo convite realizado individualmente a comunidade e aos órgãos públicos.

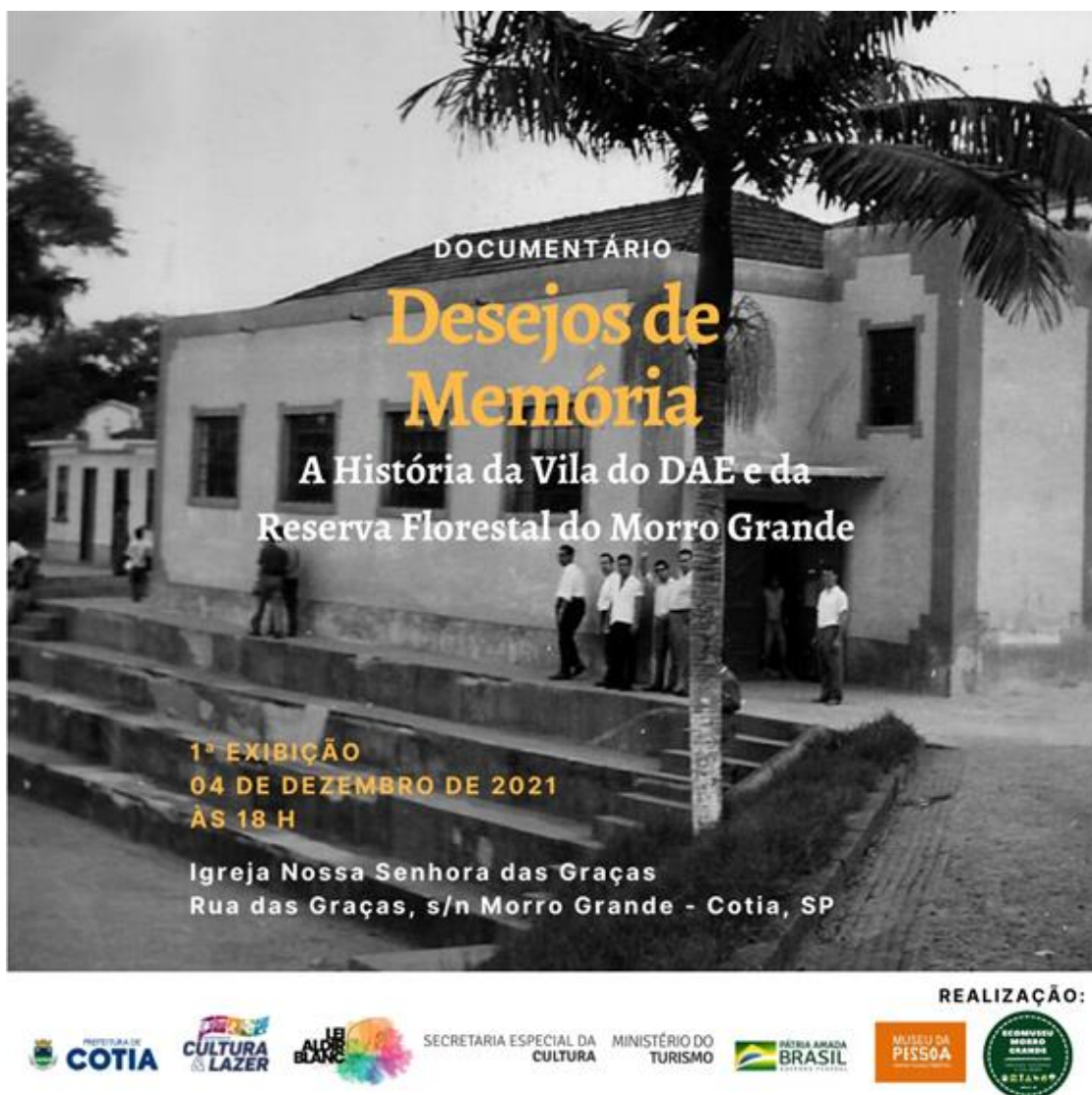


FIGURA 10 – Cartaz de Divulgação da exibição do Documentário Desejos de Memória – a História da Vila DAE e da RFMG

⁴⁷⁵Disponível: https://www.revistacircuito.com/vila-operaria-do-dae-no-morro-grande-vira-documentario/?fbclid=IwAR0rLIIdTnCaCwoXJM5CWiqIDr0eZDQwu34bYrb30_13xBjKnNfYIdgbqi_I



FIGURA 11 – Fotografia da Exibição do Documentário no Salão da Igreja Nossa Senhora das Graças



FIGURA - Fotografia com todos os participantes do Documentário

O documentário está disponível na internet⁴⁷⁶, estamos neste momento realizando a divulgação para escolas públicas, privadas, bibliotecas com a intenção de repercutir a importância dessas memórias e desse território.

A noite da exibição do documentário trouxe um misto de sensações para a comunidade, uma delas foi a ampliação do sentimento de pertencimento ao lugar, conjuntamente com o aumento do protagonismo da mesma.

O que percebemos que durante a elaboração e após a realização do inventário e a elaboração do documentário ocorreu um aumento do número de participantes das ações realizadas pela Associação de Bairro do Morro Grande agora denominada Ecomuseu Morro Grande.

Como a Caminhada da Primavera pela Preservação e Contra a Fome, a apresentação da Peça de Teatro O Jogo dos Espelhos, a Roda de Memória e o próprio documentário

. E no início deste ano de 2022 realizamos o Sarau Cultural das Graças⁴⁷⁷, e a parceria com o Museu Do Futebol que realizou a digitalização, a catalogação das fotografias do Sr. Mizael de Almeida sobre o Esporte Clube Cachoeira das Graças e que se encontram disponíveis no banco de dados do Centro de Referência da instituição⁴⁷⁸.

Paralelamente, a essas atividades foram realizadas diversas reuniões com a Sabesp, a Prefeitura e o Condephaat, sempre com a presença e participação da comunidade do Morro Grande contando inclusive com a participação da comunidade

Tais ações tiveram como intenção mobilizar/conscientizar tanto a sua comunidade, como o entorno do Morro Grande e os órgãos públicos (Sabesp/Prefeitura/Condephaat) referente a necessidade de preservação dessa importante paisagem cultural.

⁴⁷⁶Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=JAqXcacXSmY&t=243s> Acesso: 22/08/2022

⁴⁷⁷ Igreja Nossa Senhora das Graças, foi construída pelos trabalhadores da Vila do DAE inaugurada em 1946 com a presença do governador do Estado de São Paulo Adhemar de Barros

⁴⁷⁸ As fotografias encontram-se disponíveis: <https://museudofutebol.org.br/crfb/instituicoes/753789/>



FIGURA 03 – Reunião no pátio da Vila, na fotografia do André - Secretário de Turismo do Município de Cotia (à direita), Dona Helena -presidente da Associação de Bairro do Morro Grande (centro), Walter Baccieri -o supervisor de obras da Sabesp (de jaqueta azul), Sr. Air, D. Ernestina, Sr. João Rita (moradores do Morro Grande)

A ampliação da crise econômica e da penúria com a pandemia a Associação do Bairro do Morro Grande decidiu por uma ação que auxiliasse aqueles que se encontram em situação de risco econômico e ao mesmo tempo mobilizasse a comunidade sobre a necessidade de preservação do território e ao mesmo tempo o debate sobre o potencial histórico-cultural e ambiental do mesmo. Portanto organizamos a **Caminhada pela Preservação e contra a Fome** no dia 16/10/2021 e a apresentação da peça teatral **Jogo do Espelho**⁴⁷⁹ no dia 23/10/2021 apresentada pela companhia Tao DRAMÁTICA, ambas as ações pedimos a doação de 1k de alimento não perecível para a doação de cestas básicas para a comunidade.

⁴⁷⁹ Os atores encenam histórias compartilhadas pelos protagonistas que emergem da plateia. No ator são projetados o amigo querido, a mãe que deixou saudades, o pai desejado, a professora enérgica, o chefe autoritário, a alegria do nascimento do fruto do amor. Como plateia, cada um a seu modo, vive a experiência do encontro, se projeta nos personagens, se coloca no lugar e reflete sobre si mesmo. Ao final a experiência é compartilhada entre protagonistas, atores e plateia. Este trabalho vivencial, que exige espontaneidade dos atores é feito por Damaris Ferreira e Célio de Sousa e o músico Cris Mota.



**CAMINHADA
DO MORRO
GRANDE**

**PELA PRESERVAÇÃO
E CONTRA A FOME**

16.10.2021 - SÁBADO
ENCONTRO: 7H - SAÍDA: 8H

Venha com roupa e tênis adequados para trilha e traga garrafa de água

PARA PARTICIPAR TRAGA
1 KG DE ALIMENTO NÃO PERECÍVEL
(PARA CADA EVENTO)

**TEATRO
JOGO DO ESPELHO**

23.10.2021 - SÁBADO
HORÁRIO: 15H

Peça Gratuita
Traga seu banquinho ou esteira

OBRIGATÓRIO O USO DE MASCARA

LOCAL: PÁTIO AO LADO DA UBS
DO MORRO GRANDE

REALIZAÇÃO: ASSOC. DE BAIRRO E MORADORES
DO MORRO GRANDE E ECOMUSEU MORRO GRANDE



FIGURA 12– Fotografia do Panfleto de Divulgação da Caminhada do Morro Grande – pela Preservação e Contra a Fome e do Teatro Jogo Do Espelho



FIGURA 13- Fotografia com alguns dos participantes da Caminhada pela preservação e contra a fome



FIGURA 14 Fotografia da Apresentação da peça teatral “Jogo de Espelhos” no Pátio – Vila DAE

Ainda com a intenção de valorizar e instrumentalizar a comunidade e propiciar condições para reverter o quadro de subutilização do patrimônio cultural da região. No dia 27 de março de 2022 em conjunto com a Associação de Bairro do Morro Grande, a comunidade da Igreja Nossa Senhora das Graças e o Movimento MulherAção, realizamos o I SARAU DAS GRAÇAS.

SARAU DAS GRAÇAS

Acontecerá no DIA 27 de MARÇO das 15h às 20h , o **I SARAU CULTURAL DAS GRAÇAS**, um evento gratuito no Salão Comunitário da Igreja Nossa Senhora das Graças, no Morro Grande, com o objetivo de disseminar arte e discutir a necessidade imediata de preservação da antiga Vila Operária do DAE (Departamento de Água e Esgoto) atual SABESP e da Reserva Florestal do Morro Grande, conjuntamente com a comemoração as Mulheres pelo seu mês.

A Vila Operária do DAE – Departamento de Água e Esgoto, localizada na entrada da Reserva Florestal do Morro Grande, representa um importante patrimônio Arquitetônico, Histórico e Cultural do Município, construída para abrigar os operários responsáveis pela construção da Barragem Nossa Senhora da Graça (1914 – 1918) e da Represa Pedro Beicht (1923 – 1937), atualmente a Vila encontra-se em avançado estado de abandono.

Iniciativa cultural de cunho sócio ambiental mobiliza a comunidade no mês internacional das mulheres

O 1º SARAU CULTURAL DAS GRAÇAS, terá em sua programação oficina de brincadeiras teatrais para todas as idades, doações de livros infanto juvenis, Slam, apresentação da família do Seu Dito da Congada, Folia de Reis do MorroGrande, exposição de quadros dos artistas do bairro, apresentação Teatral, Grupo de Capoeira, poesia, troca de itens de bazar por material reciclado da cooperativa Luxo do Lixo, bate paposobre Ecofeminismo, Música, comes, bebes e muito mais.

O Sarau será realizado pelo coletivo Ecomuseu Morro Grande em parceria com a comunidade Nossa Senhora das Graças , Associação de Bairro Morro Grande, Movimento MulherAção , além de intelectuais e artistas com apoio da Secretaria de Turismo do Município.

Um movimento cultural e regenerativo a favor da floresta em pé e do Patrimônio histórico e arquitetônico que tem tudo para gerar prosperidade sustentável para toda nossa região.



Igreja Nossa Senhora das Graças e membros do Ecomuseu Morro Grande

FIGURA 15 – Fotografia do Material de divulgação (Folder) referente ao I SARAU DAS GRAÇAS

O I SARAU DAS GRAÇAS, foi uma ação centrada na valorização das manifestações culturais local e na divulgação da importância da Vila do DAE, conjuntamente com as comemorações do Internacional das Mulheres, contamos com a

apresentação do Teatro Debate – Do lar, a Dor sem Par, realizado pelo Grupo de Teatro TAO CULTURAL, a Exposição das telas das artistas plásticas Natália Souza e Alice de Paula Souza, Exposição Olhares sobre o Morro Grande - Fotografias Antigas do Morro Grande, apresentação da Folia de Reis do Morro Grande, com o Mestre Folião Sr. Waldemar apresentação dos cantador e folião Inimar dos Reis e do produtor cultural e cantor Gerson Curió, da Congada de São Benedito e família, Roda de Conversa sobre Ecofeminismo – Microfone Aberto, conduzido pela ecofeminista Ana Alcântara e educadora ambiental Fernanda Campos Lima, Roda de Capoeira com o grupo Kwanza, doações de livros realizada pelo pedagogo Edson Moura do Coletivo Parceiros na Literatura, brincadeiras com o palhaço Joaquim realizada pelo ator Bruno Silvério, doações de cestas básicas para as mães solo, apresentação do Músico Claudio Vitorello e por fim apresentação do Documentário Desejos de Memória: A História e a Memória da Vila do DAE e da RFMG (versão final com a inclusão da linguagem de libras).

No dia do Sarau das Graças, iniciamos a coleta de assinaturas para o abaixo assinado que irá compor o dossiê pedindo a abertura do processo de tombamento do conjunto arquitetônico da Vila do DAE (casas, a sede, a escola José Barreto, a Igreja Nossa Senhora das Graças, o Pátio e o Campo de Futebol).

Por fim, ainda no primeiro semestre, realizamos a parceria com o Museu do Futebol, para a digitalização e catalogação das imagens do Acervo fotográfico do Esporte Clube Cachoeira das Graças⁴⁸⁰, pertencente ao Sr. Mizael de Almeida (morador e antigo trabalhador do DAE, que agora estão disponíveis para consulta no banco de dados do Centro de Referência do Museu do Futebol.⁴⁸¹

⁴⁸⁰ O Esporte Clube Cachoeira da Graça é um time de futebol amador da cidade de Cotia, São Paulo. Sua fundação e equipe foi uma iniciativa dos funcionários do antigo Departamento de Águas e Esgoto (DAE) - atualmente Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp)

⁴⁸¹ Disponível no Link: <https://museudofutebol.org.br/crfb/instituicoes/753789/>. Nesse link encontra-se as fotografias do acervo do Sr. Mizael Almeida digitalizadas (frente e verso). Ao selecionar a fotografia, temos um pequeno inventário com os nomes de alguns dos Jogadores do E. C. Cachoeira da Graça, iniciativa realizada pelo próprio Sr. Mizael de Almeida em conjunto da comunidade do Morro Grande



FIGURA 16 - Fotografia da vista técnica da equipe do Museu do Futebol a Vila DAE e ao campo do Esporte Clube Cachoeira da Graça – da esquerda para à direita (Filipe Ramos, Marcel Diego Tonini, sr. Mizael Almeida e o Sr. Air Albuquerque)

BIBLIOGRAFIA

AB´SABER. Aziz. Natureza primária de São Paulo de Piratininga. Scientific American Brasil, edição 25, junho 2004, Duetto Editorial, 2004a.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no Estado de São Paulo. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1977.

AB'SABER AZZIZ. O tombamento da Serra do Mar no Estado de São Paulo. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, n. 21, p. 7-20, 1986., 1986, p. 9

AB'SÁBER, A. N. Potencialidades Paisagísticas Brasileiras. In: Recursos Naturais, Meio Ambiente e Poluição: Contribuição de um ciclo de debates. FIBGE/SUPREN, v. 1, p. 19-38, 1977.

AB'SÁBER, Aziz. O Conceito do Espaço Total e a problemática da reorganização dos espaços regionais. In: LOCH, Ruth e CAMPOS, Nazareno. (Org.) Resgate Histórico das Semanas de Geografia da UFSC. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1995. p. 96-104 p. 101

AB'SÁBER, Aziz Nacib. A estrutura metropolitana e o novo aeroporto de São Paulo. Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1975 p.07

AB'SABER. Aziz Nacib entrevista 13/junho de 2003 IN: SILVA, Conceição Ferreira da. Reserva florestal do Morro Grande (Cotia/SP): levantamento de subsídios para propostas de educação ambiental. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 2016, p.62

ASSMANN, Aleida; SOETHE, Paulo. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Editora da UNICAMP, 2011.

ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. História Oral, v. 19, n. 1, p. 115-128, 2016.p. 118

BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. Sociedade em Debate, v. 7, n. 2, p. 14, 2001.

BARROS CORREIA, Telma. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), n. 4, p. 83-98, 2001.

BAXANDALL, Michael. O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença. Paz e Terra, 1991.

BENJAMIN. W. Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 2012

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.201.

- BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global. Esboço metodológico. Raega-O Espaço Geográfico em Análise, v. 8, 2004
- BESSE, Jean-Marc et al. O gosto do mundo: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: eduerj, v. 234, 2014.p.143
- BIONDO, Fernanda Gabriela. **Desafios da Educação no Campo do Patrimônio Cultural: Casas do Patrimônio e Redes de Ações Educativas**. 2015. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) –Iphan, Rio de Janeiro.
- BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: TA. Queiroz, p.15, 1994
- BRANDÃO, C. R. Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Rideel, 2002,
- BRULON, Bruno. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. Museologia e Patrimônio, v. 11, n. 2, p. 189-210, 2018.p.190
- BRUNO, Ernani Silva. Histórias e tradições da cidade de São Paulo. São Paulo: José Olympio, v. 3, 1954, p. 1122
- BURKE, P. Centenários e Milênios. In: BURKE, P. O historiador como colunista. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2009.
- BURKE, Peter. História como memória social. In. Assman e D. Harsh (orgs.) Menomosine, formas e funções da recordação cultural. Frankfurt, 1991.p.297
- CARVALHO Aline Vieira(org.) ESPEJEL. Benjamin Ortiz(org.) JULIANO. Tiago(org.) perspectivas patrimoniais natureza e cultura em foco. 1.ed. Curitiba: Editora Prismas, 2018 .626p
- CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (Ed.). Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos. Editora da Unicamp, 2020. P.233
- CAUQUELIN, Anne; MARCIONILO, Marcos. A invenção da paisagem. Martins, 2007.
- CERTEAU, Michel. "A invenção do cotidiano: artes de fazer." 22º ed. Petrópolis, RJ:Vozes,2014. P. 159
- CÉSARI, Caroline; CALDEIRA, Danielle B. A Paisagem Cultural do Alto Rio São Francisco: Tentativa de delimitação. Fórum Patrimônio, Belo Horizonte, v.7, n. 1, p.01-17, 2014,p.65
- CHAGAS, Mario et al. A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. Cadernos de Sociomuseologia, v. 55, n. 11, 2018.p.84

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. Editora Companhia das Letras, 2018.p.29

CHAUÍ, M. S. Os trabalhos de memória. Apresentação. IN: BOSI, E. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos, São Paulo. Companhia das Letras, p.18, 1994 – pag 20 arrumar

CHASTEL; BABELON, 1980. P. 18 apud FONSECA (2009) p.59

CHOAY, F. A Alegoria do Patrimônio. 4ªed. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

CORREIA, Telma de Barros. Pedra: Plano e cotidiano operário no sertão. Campinas: Papirus, 1998 – (Série Ofício de arte e forma). p. 12-3.

COSSONS, N. The BP book of industrial archaeology. London: David & Charles, 1979.

CRISPIM, Felipe Bueno. Entre a geografia e o patrimônio: Estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo Condephaat (1969-1989). Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2014.

DEAN. W. A. Ferro e Fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia das Letras 2007

DERRIDA, Jacques; REGO, Claudia de Moraes. Mal de arquivo: uma impressão freudiana. 2001

DEMARCHI, João Lorandi. Referências culturais da escola, na escola: contribuições do Projeto Interação para a educação patrimonial. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2019.

DETONI, Sandro Francisco. Bases teórico-metodológicas do patrimônio natural: o papel da Geografia e da Geomorfologia na criação de áreas naturais tombadas. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 24, n. 1, p. 153-171, 2020.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: HUCITEC, 2001.

DOS SANTOS, Ademir Pereira. Origens do Planejamento Urbano e Regional: Theodoro Sampaio e a questão das águas em São Paulo

DRUMMOND, José Augusto. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. Ambiente & sociedade, v. 3, n. 4, p. 127-149, 1999

DUBOIS, Phillippe. Entrevista com Phillippe Dubois. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 34, p.139-156, jul./dez., 2004. Entrevista concedida à Marieta de Moraes Ferreira e Mônica Almeida Kornis.p.147 e 148

ELIAS. Nobert. O processo civilizador: uma história dos costumes vol2. Zahar, 2010.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 284

FIGUEIREDO, V. G. B. Paranapiacaba: um caso de preservação sustentável da paisagem cultural. Labor e Engenho, Campinas, SP, v. 5, n. 3, p. 61–84, 2011

FIGUEIREDO, Vanessa G.B; FORTI, Marina. Palimpsestos na paisagem cultural do triângulo histórico sé: percepção, cognição e vivência a partir da proposta de eco museu. Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. IV Colóquio Ibero- Americano. 2016. p.03

FONSECA, M. C. L. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MINC-Iphan, 2009, p.58

FREIRE, P. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.; FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

FREITAS, Maria Luiza de. O lar conveniente: os engenheiros e arquitetos e as inovações espaciais e tecnológicas nas habitações populares de São Paulo (1916-1931). 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim et al. Educação Patrimonial: inventários participativos. Brasília: Iphan, 2016.p.06.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio Histórico e Cultural. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; Bittencourt, Juliano Campos; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes. Arqueologia Pública e Patrimônio: Questões Atuais. Editora UNESC -Criciúma,2015.

GABRIELE, Maria Cecília Filgueiras Lima. Musealização do Patrimônio Arquitetônico: inclusão social, identidade e cidadania. Museu Vivo da Memória Candanga. 2012. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Departamento de Museologia, Lisboa, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. p.110. OLIVEIRA, L. L. (ORG). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p.109-173

GONDAR, Josaida. Lembrar e esquecer: desejo de memória. Memória e espaço. Rio de Janeiro, v. 7, p. 35-42, 2000.

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. Cadernos museológicos, v. 3, p. 204, 1990.

GUERRA, M. F. Musealização de territórios e turismo de base comunitária: reflexões sobre a comunicação e a salvaguarda do patrimônio da Reserva Extrativista do Mandira, Cananéia/SP. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em

Museologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Museologia.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004 p.55

KASEKER, Davidson Panis. Museu, território, desenvolvimento: diretrizes do processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva (SP). 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

HIRATA, N. O Processo de Inovação Tecnológica: o Caso da Cooperativa Agrícola de Cotia. ENANPAD 22°. 1998

HUYSSSEN, A. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 9-16

KÜHL, Beatriz Mugayar. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. Arq. urb., n. 3, p. 23-30, 2010.

JACKSON, John Brinckerhoff. Discovering the vernacular landscape. New Haven: Yale University Press, 1984.

JORGE, Janes. Tietê, o rio que a cidade perdeu: São Paulo 1890-1940. Alameda, 2006.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. – 5° ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 536).

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 1, p. 31-50, 2012.

LOPES, M.M. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília, DF: Ed. UnB, 2009.

LOWENTHAL, David. Passage du temps sur le paysage. Infolio, 2008.

MENESES, Ulpiano T. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista brasileira de história*, v. 23, p. 11-36, 2003.

MENSH, Peter Vvan. O objeto de estudo da museologia – trad. Débora Bolsanello e Vânia Dolores estevam de Oliveira. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994 p 21

MORAES, Fernanda. A Precariedade das condições de trabalho dos professores Públicos no Oitocentos (Vila de Cotia, Província de São Paulo). IN. Anais do VII Simpósio Nacional de História Cultural – Escrita, Circulação, Leitura e recepções

MUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Formar e questionar? Os cursos de especialização em patrimônio cultural na década de 1970. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 24, n. 1, p. 205-236, 2016.

NICHOLS, Bill. Introdução ao documentário. São Paulo: Editora Papirus, 2010. P.73

NEVES, Deborah Regina Leal. 100 anos de Vila Maria Zélia: O desafio da preservação e da experiência de gestão compartilhada

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário**. Editora Hucitec, 2005.

ORTIGARA, Yuri Vilas Boas. Cartografia, plantas e projetos históricos de obras hidráulicas no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.p.101

PALMER; NEAVERTON, P. *Industry in the Landscape: 1700-1900*. London: Routledge, 1996. (History of the British Landscape Series).

PARDELLAS DE BLAS, Xulio X. **Turismo cultural y ambiental**. Servicio de Publicaciones, 2003.p.142

PEREIRA, Danilo Celso. Paisagem como Patrimônio: entre potencialidades e desafios para a implementação da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. 2018. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Einaudi, 1984,.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum. In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PORTELLI, A. As peculiaridades da História Oral. *Oficina de História*, n.12, 1981..

POULOT, Dominique. *Musée, nation, patrimoine, 1789-1815*. Paris: Gallimard, 1997.

PRADO JUNIOR. Caio “A cidade de São Paulo: geografia e história” in *Evolução Política do Brasil e outros Estudos*. São Paulo: editora Brasiliense, 1966.

RAISTRICK, A. *Industrial Archaeology: An Historical Survey*. Frongoch: Paladin, 1973

RIBEIRO, Rafael Winter Paisagem cultural e patrimônio – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007

RIBEIRO Wagner Costa & ZANIRATO Silvia Helena. Ordenamento jurídico para a proteção do patrimônio natural no Brasil / Revista de História 158 (1º semestre de 2008), 277-300

RODRIGUES, M. Alegorias do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1994.

RUFINONI. Maria Rossinetti. Patrimônio Industrial. In: CARVALHO. Aline; MENEGUELLO. Cristina (org.) Dicionário Temático do Patrimônio: debates contemporâneos. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020. p.233

SANTOS. Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo. HUCITEC. 1996

SAVIOLI, Mario Luiz. A cidade e a estrada: as transformações urbanas do município de Cotia ao longo da rodovia Raposo Tavares. São Paulo EDICON, 2007.

SCHLEUMER.F. Além de açoites e correntes: Cativos e libertos em Cotia colonial (1790-1810). 1999.Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo. P. 148-159

SCIFONI, S. (2006). A construção do patrimônio natural. Tese de Doutorado em Geografia FFLCH USP, 2006

SCIFONI, Simone. Os diferentes significados do patrimônio natural. Diálogos, v. 10, n. 3, p. 55-78, 2006.

SCHAMA, Simon. Paisagem e memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P.13

SILVA, Conceição Ferreira da. **Reserva florestal do Morro Grande (Cotia/SP): levantamento de subsídios para propostas de educação ambiental.** Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo

SILVA, Claudia Feijó. A Atuação Participativa entre Historiadores e Comunidade: Processo Metodológico de Inventário Participativo. In: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e diálogo Social. ANPUA. Natal. RN. 2013

SIVIERO, Fernando Pascuotte. **Um mapa para outros fazeres: territórios educativos e patrimônio cultural.** 2013. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) -Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.

SONTAG, S. Sobre Fotografia. Companhia das Letras: São Paulo. 2004, p.16.

THIOLLENT, M. Fundamentos e desafios da pesquisa-ação: contribuições na produção de conhecimentos interdisciplinares. In: TOLEDO, R. F. (Org). A pesquisa-ação na interface da educação, saúde e ambiente: princípios, desafios e experiências interdisciplinares. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2013. p. 19-39.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 1985.

THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, v. 544, 1989.

VARINE-BOHAN, H. A experiência internacional: notas de aula. São Paulo: FAU-USP, 1974.

VARINE-BOHAN. Museus e Desenvolvimento Local um Balanço Crítico, p. 15. in: BRUNO, M. C. O.; NEVES, K. R. F. (Coord.). **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento: propostas e reflexões museológicas**. São Cristovão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008.p.15

VICTORINO, Valério I. P. Luz e poder na dramática conquista do meio natural: a privatização dos rios paulistanos e a reflexividade socioambiental. (tese doutorado). São Paulo: Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas FFLCH, 2002, pp. 42-53

ZUKER, F. Vila Itororó Canteiro Aberto. Juventude.Br, (2021). p, 20–21.
Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.p.14

Revistas:

CHAGAS, Mario de Souza. (2001), “Memória e poder: focalizando as instituições museais”. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, 2001 p.3 (2):5-27.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. Revista Eletrônica do Iphan. Dossiê Educação Patrimonial Nº, 2006.p.98

CHAO, Iara Regina Soares. 1936–2016: 80 ANOS DA REVISTA DAE—O PERIÓDICO DE ENGENHARIA DA SABESP. In: IX Workshop de Editoração Científica. 2016.

DE OLIVEIRA, Almir Félix Batista. O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. Revista Cadernos do Ceom, v. 21, n. 29, p. 19-38, 2008.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006.

FROMAGEAU, Jérôme. Les monuments naturels, reflets naturels des monuments historiques IN: PRIEUR, Michel; AUDRERIE (sous la direction scientifique de). Les monuments historiques, un nouvel enjeu? Paris: L'Harmattan, 2004.p200.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil): Cartas Patrimoniais. 3 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro:2004, p.332.

MAIRESSE, François; DESVALLÉES, André. Brève histoire de la muséologie, des

inscriptions au musée virtuel. In: MARIAUX, P. A. (Ed.). **L'objet de la muséologie. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, Institut d'Histoire de l'Art et de Muséologie**, 2005. (Col. L'Atelier de Thesis, n. 2).

DE OLIVEIRA, Carlos Augusto. A musealização do território como estratégia de gestão do patrimônio e administração da memória. **Revista Memorare**, v. 2, n. 2, p. 34-51, 2015.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo: n. 10.p. 7-28, 1993.

PEDRO, Joanne Cristina; STECANELA, Nilda; DE CASTRO PITANO, Sandro. Paulo Freire e o território educativo além muros da escola: três chaves de acesso a múltiplas dimensões de aprendizagem. **Revista Educação e Emancipação**, p. 205-232.

QUEROL, Lorena Sancho. Para uma gramática museológica do (re) conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. 25, 2013, pág. 165-188. p.178.

SANTOS, M. V. M. Nasce a academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, Iphan, n. 24. p.73-85, 1996.

SANTOS. Ademir Pereira dos. Memória do saneamento e do planejamento urbano e regional: Theodoro Sampaio e as águas em São Paulo. In: *Revista DAE*. volume 62, nº96. Edição especial. Julho de 2014. p.25

SCIFONI, Simone. Desafios para uma Nova Educação Patrimonial. **Revista Teias**, v. 18, n. 48, p. 5-16, 2017.

SIVIERO, Fernando Pascuotte. Para além das fronteiras: patrimônio cultural, educação e territórios educativos. **Revista CPC**, v. 14, n. 27esp, p. 111-132, 2019. P.115

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes Visuais, Cultura Visual e História Visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. São Paulo v. 23 nos 45 pp. 11-36, 2003.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*, v. 26, p. 251-262, 2006.

ZANIRATO, Sílvia. H. O lugar da Paisagem Cultural no Patrimônio. In: FIGUEIREDO, Lauro. C., PIMENTA, Margareth. C. A. (Orgs.) *Lugares, Patrimônio, Memória e Paisagens*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. p.293-316

ZANIRATO, Sílvia Helena. História da ocupação e das intervenções na várzea do Rio Tietê. *Revista Crítica Histórica*, v. 2, n. 4, 2011.

ANEXOS

Anexo I



Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

LEI EMERGENCIAL ALDIR BLANC

EDITAL DE CONCURSO DE PRÊMIO Nº 01/2020 DENOMINADO “Benedito Pereira de Castro – ‘seu’ Dito da Congada” VISANDO A SELEÇÃO DE PROPOSTAS ARTÍSTICAS CULTURAIS E DE PATRIMÔNIO IMATERIAL, CULTURA POPULAR, TRADICIONAL, URBANA, HIP HOP, ARTESANATO E GASTRONOMIA.

PARÂMETROS ESPECÍFICOS

Objetivo do Edital, das definições e documentos que dizem respeito à inscrição.

A Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer de Cotia torna público o EDITAL DE CONCURSO DE PRÊMIOS Nº 01/2020 DENOMINADO “Benedito Pereira de Castro – ‘seu’ Dito da Congada” VISANDO A SELEÇÃO DE PROPOSTAS ARTÍSTICAS CULTURAIS E DE PATRIMÔNIO IMATERIAL, CULTURA POPULAR, TRADICIONAL, URBANA, HIP HOP, ARTESANATO E GASTRONOMIA, com observância da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Federal nº 9.610/1998 (no que couber), da Lei Federal nº 14.017/2020, assim como Decreto nº 10.464 de 2020 que a regulamenta e Decreto Municipal nº 8785 de 01 de outubro de 2020, em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

I. OBJETIVO DESTES CONCURSO

1.1. O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para o Concurso de “PRÊMIO Benedito Pereira de Castro – ‘seu’ Dito da Congada”, de projetos desenvolvidos por Artistas de todas as expressões artísticas e culturais, Agentes e Produtores Culturais, Profissionais da Cadeia Produtiva da Cultura, Grupos e/ou Coletivos Culturais, Pontos de Cultura, Patrimônio Imaterial, Cultura Popular, Tradicional e Urbana, Hip Hop, Artesanato e Gastronomia”, voltado para os Proponentes com sede no Município de Cotia.

1.2. O resultado final deverá observar o seguinte:
Serão contemplados 143 (cento e quarenta e três) projetos com valores que variam de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) até R\$ 20.545,14 (vinte mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e quatorze centavos) por projeto, conforme tabela 01, (tabela 1 – item 2.4 Critérios para determinação de valor), totalizando o montante de R\$ 1.144.725,72 (hum milhão, cento e quarenta e quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos) neste edital.

II. VALOR DISPONIBILIZADO

O concurso oferece prêmio para:



Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

2.1. Artistas, Agentes e Produtores Culturais, Profissionais da Cadeia Produtiva da Cultura, Grupos e/ou Coletivos Culturais, Pontos de Cultura, de todas as linguagens artísticas: artes cênicas, música, circo, artes plásticas e visuais, audiovisual, mídias digitais, literatura, mestres da cultura popular, patrimônio imaterial, cultura popular, tradicional, urbana, hip hop, artesanato e gastronomia, que serão avaliados por seu histórico de realizações tendo como critérios de avaliação os prêmios recebidos, as críticas positivas, as obras e legado constituído, e o público total alcançado.

2.2. Ao se inscrever neste Concurso, o Proponente assume o compromisso de, caso seja premiado, destinar o valor do prêmio para a realização de um novo projeto no Município de Cotia.

2.3. Categoria: Os projetos contemplados deverão corresponder às seguintes categorias:

QUANTIDADE DE PROJETOS CATEGORIA CONTEMPLADOS	
A. APRESENTAÇÃO E PERFORMANCE ARTÍSTICA	86
(conteúdo de caráter performático, em formato audiovisual ou presencial)	
Áreas Atendidas: Artes Cênicas (Teatro, Dança), Música e Circo	
B. PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E MÍDIAS DIGITAIS	06
(produções audiovisuais, jogos e afins)	
Áreas Atendidas: Cinema, Vídeo, Multimeios	
C. LIVRO, JORNAL, FANZINE E REVISTA DIGITAL	04
(conteúdo de caráter literário, em formato digital, com características de livro ou conjunto de postagens para a internet)	
Área Atendida: Literatura	
D. EXPOSIÇÃO, INTERVENÇÃO E GALERIA DE ARTE VIRTUAL	10
(conteúdo de caráter contemplativo, disponibilizado em formato digital e relacionado às artes visuais e à diversidade de expressões estéticas decorrentes deste segmento)	
Áreas Atendidas: Artes Plásticas e Visuais	
E. Patrimônio Imaterial, Cultura Popular, Urbana e Tradicional, Hip Hop, Artesanato, Gastronomia	23
F. CURSO, OFICINA, WORKSHOP e PODCAST	14
(conteúdo de caráter formativo, em formato digital ou presencial)	
TOTAL: 143	

2.3.1. Ao se inscrever neste concurso, o Proponente deve escolher apenas 01 (uma) das categorias apresentadas no quadro acima.

2.4. Critérios para determinação de valor:



Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

O valor do prêmio para cada proposta selecionada estará condicionado à pontuação demonstrada na tabela abaixo, lembrando que haverá retenção do imposto devido, na fonte, para prêmios destinados à Pessoa Física.

Tabela 01

Pontuação	Valor Unitário	Qtde.Prêmios	Valores (R\$)
91 a 100 Pontos.....	Projetos de R\$ 20.545,14.....	05=	102.725,72
71 a 90 Pontos.....	Projetos de R\$ 12.000,00.....	30=	360.000,00
51 a 70 Pontos.....	Projetos de R\$ 9.000,00.....	28=	252.000,00
41 a 50 Pontos.....	Projetos de R\$ 6.000,00.....	30=	180.000,00
30 a 40 Pontos.....	Projetos de R\$ 5.000,00.....	50=	250.000,00
Total: 143			R\$ 1.144.725,72

2.5. O valor total de recursos para essa modalidade será de R\$ 1.144.725,72 (hum milhão, cento e quarenta e quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos). De acordo com a classificação contábil, código 330000, de natureza outras despesas correntes, do valor total de 1.624.725,72 (hum milhão, seiscentos e vinte e quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos), oriundos do repasse previsto no Art. 2 da Lei Federal 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc).

2.6. Serão desclassificados os proponentes que obtiverem pontuação inferior a 30 (trinta) por cento da pontuação, portanto inferior a 30 pontos.

2.7. Após a seleção das propostas, caso não haja selecionados suficientes, caberá ao Secretário Municipal de Cultura de Cotia a decisão de lançar novo edital emergencial.

2.8. Caso haja ampliação da dotação orçamentária, através de recursos revertidos da Lei 14.017/2020, Artigo 2º, Inciso II – Subsídio para Espaços, os suplentes serão convocados de acordo com a ordem de classificação.

III. DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste Edital, entende-se que:

a) Artistas, Agentes e Produtores Culturais, Profissionais da Cadeia Produtiva da Cultura são profissionais de todas as linguagens artísticas e expressões culturais, a saber: artes cênicas (teatro, dança), música, circo, artes plásticas e visuais, audiovisual, mídias digitais, literatura.

b) Patrimônio Imaterial: são as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - com instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados, que as comunidades reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural; são



Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressões cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

c) Cultura Popular, Tradicional e Urbana, Hip Hop, Artesanato, Gastronomia: conjunto rico e heterogêneo de expressões simbólicas e culturais, constantemente recriadas e dotadas de referências importantes para a construção de identidades locais, regionais ou nacionais por indivíduos, grupos e comunidades, contribuindo para sua continuidade e para a manutenção dinâmica das diferentes identidades e da diversidade cultural no Município.

d) Mestres: pessoa que detenha notório conhecimento, longa permanência na atividade e capacidade de transmissão de saberes, celebrações e/ou formas de expressões culturais tradicionais e que seja reconhecida por sua própria comunidade como herdeira dos saberes e fazeres da tradição popular

e) Grupos, Coletivos, Pontos de Cultura, Entidades Culturais: são organizações e coletivos formalmente constituídos, que reúnem artistas e profissionais das artes, cultura e da economia criativa.

f) Proposta: Formalização da participação no concurso através da submissão de inscrição com informações e documentos apresentados à Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer, conforme item 6.

g) Proponente: Pessoa Física ou a Pessoa Jurídica que assume a responsabilidade legal junto à Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer de Cotia pelo projeto, ou seja, por sua inscrição, execução e conclusão.

h) Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer de Cotia: denominada neste Edital simplesmente Secretaria.

i) Prêmio: Valor destinado ao Proponente pelo reconhecimento dos méritos de suas realizações, a ser destinado a novos projetos em sua área de atuação.

IV. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderá se inscrever neste concurso Proponente Pessoa Jurídica que comprove sede há pelo menos 02 (dois) anos no Município de Cotia, contados do último dia do período de inscrição, e área de atuação compatível com o objeto deste Edital.

4.2. Poderá se inscrever neste concurso Proponente Pessoa Física maior de 18 (dezoito) anos, no momento da inscrição, desde que comprove residência ou atuação cultural permanente Município de Cotia, contados do último dia do período de inscrição.

4.3. É vedada a participação de Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Cotia nas



Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

inscrições neste Edital.

4.4. Um Proponente poderá ser contemplado mais de uma vez com os recursos da Lei Federal nº 14.017/2020, no âmbito do Estado de São Paulo e dos Municípios, desde que com propostas diferentes.

4.5. Caso seja contemplado com a mesma proposta em mais de um Edital realizado com recursos da Lei Federal nº 14.017/2020, deverá optar por um.

4.6. Um Proponente pode ser contemplado apenas uma vez nesta linha.

V. DA INSCRIÇÃO

5.1 A inscrição é gratuita e deve ser realizada exclusivamente através da plataforma de inscrição pelo link https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScpCurMDZQpSAbQ9dTPK__vJhTKb1m6PoBBEyxOY7cdsnULyg/viewform

5.2. Período de inscrição: Das 00h00min do dia 22 de outubro de 2020 até às 23h59min do dia 17 de novembro de 2020 (horário de Brasília).

5.3. A inscrição implica na prévia concordância do Proponente com os termos deste Edital.

5.4. Cada proponente poderá se inscrever 01 (uma) vez neste Edital.

5.4.1. Caso haja duas inscrições do mesmo Proponente, será considerada a última inscrição efetuada.

5.5. Será contemplado apenas 01 (um) prêmio por Proponente neste Edital, respeitada a ordem de classificação.

5.6. A Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer não se responsabiliza pela falha na inscrição por conta de problemas em provedores de acesso, na transmissão de dados, na linha de comunicação, por lentidão dos provedores ou qualquer outra razão, cabendo ao proponente a devida prudência para realização dos atos necessários em tempo hábil.

5.7 Se o problema for causado no âmbito do Município de Cotia, o prazo de inscrição poderá ser ampliado pelo tempo correspondente ao da paralização.

VI. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

6.1. Na plataforma de inscrição https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScpCurMDZQpSAbQ9dTPK__vJhTKb1m6PoBBEyxOY7cdsnULyg/viewform conforme item 5.1, o Proponente deverá preencher os campos conforme itens abaixo, obrigatoriamente nessa ordem, e enviar anexos em e-mail a parte, conforme observado na plataforma de inscrição.



Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

A. Portfólio / Currículo Artístico do Proponente: Histórico de resultados com informações sobre as realizações na área, incluindo:

1. Tempo de Atuação Cultural comprovada
2. Espetáculos e apresentações realizadas, público alcançado
3. Reconhecimento de Mérito Artístico:
 - 3.1. Prêmios Recebidos
 - 3.2. Participação em Eventos
 - 3.3. Depoimentos de entidades e/ou profissionais de notório saber sobre o histórico e relevância cultural das realizações do proponente.
4. Reconhecimento de Patrimônio Imaterial / Histórico Comprovado de Fruição / Cultura de Resistência: Comprovação através de Carta de Reconhecimento emitida por Instituição de qualquer Unidade da Federação e/ou Profissional de notório saber.

B. Apresentação do Novo Projeto, no qual o proponente se compromete a alocar os recursos recebidos, caso seja premiado, incluindo:

1. Relevância
2. Concepções e Referências Artísticas, Especificações Técnicas e outras informações pertinentes.
3. Cronograma de execução
4. Plano de divulgação
5. Ficha Técnica com a Relação dos Participantes, incluindo identificação do CPF e a descrição da função no projeto.
6. Breve currículo dos principais integrantes do projeto (máximo de 20 linhas para cada currículo).
7. Impactos da realização do Projeto na Economia do Município.
8. Informar se o Projeto prevê Ações de Promoção da Cidadania: como Promoção dos direitos Humanos, Gênero, Acessibilidade, Ações Afirmativas, Visibilidade de Minorias.

C. Links de acesso a material de divulgação relevante disponível na web.

D. Envio do anexos que deverão ser enviados em e-mail a parte, conforme será observado na plataforma de inscrição.

ANEXO I - Declaração de Inscrição;

ANEXO II - Declaração negativa de inscrição no Cadastro Específico do INSS-CEI;

ANEXO III - Declaração de Conta Corrente;

ANEXO IV - Declaração de Recebimento do Prêmio e Compromisso de Realização das ações.

6.2. Na plataforma de inscrição citada no item 6.1, conforme item 5.1, o proponente deverá informar a data de envio dos anexos ao e-mail cotiaaldirblanc@gmail.com

6.2.1. PROPONENTE PESSOA JURÍDICA



Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

- a) Declaração de Inscrição, conforme Anexo VI;
- b) Cópia do cartão do CNPJ;
- c) Cópia simples do ato constitutivo: Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado. No caso de inscrição de Microempreendedor Individual – MEI, apresentar Certificado da Condição de Microempreendedor Individual. A Pessoa Jurídica deverá comprovar no seu ato constitutivo que: a área de atuação é compatível com o objeto deste Edital, e que possui sede há mais de 02 (dois) anos no Município de Cotia.
- d) Quando for o caso, apresentar também documentos de eleição e posse de seus administradores.
- e) Cópia simples do documento de identidade oficial do(s) seu(s) representante(s) legal(is), contendo o número do R.G. e foto.
- f) Cópia simples do CPF do(s) seu(s) representante(s) legal(is).

6.2.2. PROPONENTE PESSOA FÍSICA

- a) Declaração de Inscrição, conforme Anexo VI.
- b) Cópia simples do documento de identidade oficial do proponente, contendo o número do R.G. e foto;
- c) Cópia simples do CPF (válido) do proponente ou documento de identidade que contenha o número do CPF.

6.3. Serão desconsiderados documentos além daqueles dispostos neste Edital.

6.4. Não será aceita qualquer alteração nas informações ou nos documentos indicados nos itens 6.1 e 6.2 após a inscrição, exceto quanto ao disposto no item 6.5.

6.5. Será permitido o saneamento de falhas na documentação de que trata o subitem 6.2.1 e 6.2.2, conforme convocação da Secretaria Municipal por meio de correspondência eletrônica ou telefone.

6.5.1. O saneamento de falhas não altera as condições de participação do proponente nem sua situação jurídica, conforme item IV, que devem manter-se dentro das disposições previstas neste Edital.

6.5.2. Entende-se por saneamento de falhas: reenvio de documentos faltantes ou incompletos, de documentos ilegíveis ou documentos sem assinatura, com assinatura fixada como imagem ou com prazo de validade vencido.

6.5.3. A Comissão de Análise de Documentos para Editais e Subsídio convocará os proponentes inabilitados, por meio de correspondência eletrônica ou telefone para sanar as eventuais falhas na documentação no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis da convocação.

6.5.4. O saneamento de falhas será feito exclusivamente por correspondência eletrônica enviada ao e-mail cotiaaldirblanc@gmail.com conforme contato da Comissão de Análise de Documentos para Editais e Subsídio.



Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

VII. CRITÉRIOS E NOTAS PARA A AVALIAÇÃO

7.1. O julgamento dos inscritos será efetuado por Comissão de Seleção Julgamento de Editais e Validação de Subsídio formada por cinco membros com conhecimento na área documental, sendo 02 (dois) da Sociedade Civil com atuação comprovada no setor cultural e artístico, 01 (hum) com Reconhecimento de Notório Saber e 02 (dois) Servidores Públicos, indicados pela Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer.

Esta Comissão avaliará a relevância e a qualidade do trabalho realizado, os resultados obtidos, a qualificação dos profissionais envolvidos, o reconhecimento pelo meio de atuação e a relevância e qualidade do novo projeto, buscando um resultado compatível com o perfil das inscrições e a diversidade de gêneros, estilos, tipos de projetos, temas e alcance geográfico da produção cultural do Município de Cotia.

Serão considerados os seguintes critérios, com as respectivas pontuações:

Crítérios	Descrição	Pontuação
A) Avaliação de Currículo: Qualidade e relevância artística e cultural das ações realizadas, analisando a adequabilidade ao formato previsto nesse edital.	excelente: 15 pontos bom: 10 pontos regular: 05 pontos insuficiente: não pontua	00 a 15 pontos
B) Tempo de atuação cultural comprovada.	2 a 5 anos: 05 pontos 5 a 10 anos: 10 pontos 10 a 15 anos: 15 pontos 15 a 20 anos: 20 pontos acima de 20 anos: 20 pontos	05 a 20 pontos
C) Impacto do Projeto sobre o incremento da economia do Município.	Prevê contratação de mão de obra local? Prevê aquisição de insumos do comércio local ? Sim = 05 pontos / Não = zero pontos	00 a 10 pontos
D) Qualificação dos profissionais envolvidos.	Compatibilidade entre os currículos apresentados e as tarefas desenvolvidas. excelente: 15 pontos bom: 10 pontos regular: 05 pontos insuficiente: não pontua	00 a 15 pontos



Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

<p>E) Projeto contempla ações de: promoção dos direitos humanos, gênero, acessibilidade, ações afirmativas, visibilidade de minorias, temas envolvidos com a promoção da cidadania em geral.</p>	<p>Nenhuma ação: não pontua Atende 01 ação: 01 ponto Atende 02 ações: 02 pontos Atende 03 ações: 03 pontos Mais de 04 ações: 05 pontos</p>	<p>00 a 05 pontos</p>
<p>F) Reconhecimento mérito artístico dentro e/ou fora do Município.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Depoimentos de entidades e/ou profissionais de notório saber sobre o histórico e relevância cultural das realizações; • Prêmios recebidos; • Participação em eventos. 	<p>01 (um) ponto para cada comprovante apresentado; acima 10 documentos comprobatórios o limite máximo de pontos será de 10 (dez)</p>	<p>00 a 10 pontos</p>
<p>G) Qualidade e relevância artística e cultural do Novo Projeto.</p>	<p>Excelente: 10 pontos Bom: 05 pontos Regular: 01 ponto Fraco: não pontua</p>	<p>00 a 10 pontos</p>
<p>H) Notoriedade Cultural no Município / Reconhecimento de Patrimônio Imaterial / Histórico Comprovado de Fruição e tempo de atuação no Município de Cotia / Cultura de Resistência.</p>	<p>Comprovação através de Carta de Reconhecimento emitida por Instituição de qualquer UF e/ou Profissional de Notório Saber. 01 documento = 10 pontos 02 documentos = 15 pontos</p>	<p>00 a 15 pontos</p>
TOTAL:		100 pontos

7.1. A nota individual de cada membro da Comissão de Julgamento de Editais e Validação de Subsídio será definida pela soma das notas de todos os critérios: de "A" à "H".

7.2. A nota dos inscritos será definida mediante o resultado da média aritmética das notas dos membros da Comissão. A média será o resultado da soma das notas dividida pelo número de membros da Comissão de Julgamento de Editais e Validação de Subsídio.

7.3. Caso haja empate na totalização de pontos, a Comissão de Julgamento de Editais e



Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

Validação de Subsídio considerará o Proponente que tenha apresentado o maior pontuação nos critérios **A**, **B** e **F** respectivamente.

7.4. Serão divulgadas as notas finais de todos os inscritos. Não haverá divulgação de pareceres específicos para cada inscrito.

VIII. INFORMAÇÕES GERAIS

8.1. A inscrição do Proponente implica na prévia e integral concordância com as normas deste Edital, sendo este composto por Parâmetros Específicos, Parâmetros Gerais e Anexos.

8.2. Os documentos e declarações a serem encaminhados são de exclusiva responsabilidade do Proponente, não acarretando qualquer responsabilidade civil ou criminal para a Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer, especialmente quanto às certidões apresentadas, direitos autorais e encargos trabalhistas. Caso seja detectada alguma falsidade nas informações e/ou documentos apresentados, o premiado será desclassificado imediatamente, sem direito a recurso.

8.3. Serão desclassificadas as Propostas constituídas por conteúdos de propaganda religiosa ou política e que não se adequem ao objeto deste Edital, incluindo registros de manifestações e eventos esportivos, concursos, publicidade, televidas, infomerciais, propaganda política obrigatória, conteúdo audiovisual veiculado em horário eleitoral gratuito, conteúdos jornalísticos e programas de auditório ancorados por apresentador.

8.4. O prêmio deve ser recebido de acordo com as características definidas por ocasião da inscrição.

8.5. Em caso de comprovação de inveracidade das informações prestadas, a Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer poderá em qualquer momento excluir o Proponente do processo seletivo, assim como anular a DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO PRÊMIO E COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DAS AÇÕES eventualmente firmada, cabendo ao Proponente faltoso a devolução dos valores recebidos, com os acréscimos legais.

8.6. Não será fornecida cópia das inscrições neste Edital.

8.7. O ônus da participação neste Edital, incluídas possíveis despesas com cópias, envio e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do proponente.

8.8. Os casos omissos relativos ao presente Edital serão resolvidos pela Coordenação da Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer.

8.9. O conteúdo dos projetos apresentados na inscrição deste Edital, assim como todos os documentos e informações de qualquer tipo fornecidos pelo proponente serão tratados



Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

confidencialmente pela Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer.

8.10. Ao submeter o formulário de inscrição, o proponente se declara ciente de que a Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer, ou terceiros designados por ela, utilizará(ão) sua informações (incluindo dados pessoais) para o estritamente necessário à realização deste Edital, aplicando todas as medidas de segurança e confidencialidade previstos legalmente.

8.11. Eventuais esclarecimentos ou quaisquer dúvidas sobre o conteúdo deste Edital, sobre a utilização da plataforma de inscrição, bem como sobre impugnações serão sanados pelo e-mail cotiaaldirblanc@gmail.com ou através do telefone (11) 4148-6638.

8.11.1. Serão respondidas as dúvidas recebidas no prazo de até 48h do último dia das inscrições.

IX. PREVISÃO DE CRONOGRAMA DAS ETAPAS DO EDITAL

Etapa	Procedimento	Dias
1	Inscrições.	De 22/10 a 17/11/2020
2	Publicação da Lista de Inscritos.	18/11/2020
3	Análise da Comissão de Julgamento de Editais e Validação de Subsídio	De 18/11 a 25/11/2020
4	Publicação de Lista de Classificação.	26/11/2020
5	Prazo de Recurso pelo Proponente.	De 27/11 a 30/11/2020
6	Publicação de Decisão de Recursos.	03/12/2020
7	Homologação e publicação da Lista de Classificação Final.	04/12/2020
8	Assinatura da Declaração de Recebimento do Prêmio e Compromisso e Realização das Ações.	De 07/12 a 09/12/2020
9	Repasso da Premiação (pagamento).	De 10/12 a 16/12/2020



Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

LEI EMERGENCIAL ALDIR BLANC

EDITAL DE CONCURSO DE PRÊMIO Nº 01/2020 DENOMINADO “Benedito Pereira de Castro – ‘seu’ Dito da Congada” VISANDO A SELEÇÃO DE PROPOSTAS ARTÍSTICAS CULTURAIS E DE PATRIMÔNIO IMATERIAL, CULTURA POPULAR, TRADICIONAL, URBANA, HIP HOP, ARTESANATO E GASTRONOMIA.

PARÂMETROS GERAIS

Procedimentos que ocorrem após a inscrição. Regras que dizem respeito ao período após a inscrição e aos Anexos.

PROPONENTE PESSOA JURÍDICA E PESSOA FÍSICA

I. PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO DOS PRÊMIOS ATÉ O RESULTADO FINAL

1.1. As publicações oficiais referentes às etapas do Edital ocorrerão no Diário Oficial do Município - D.O.M. e serão publicizadas no site da Prefeitura Municipal de Cotia.

1.2. Os procedimentos de julgamento do Concurso são:

a) Após o encerramento das inscrições a lista de inscritos será publicada no site da Prefeitura de Cotia.

b) Os Projetos inscritos serão encaminhados à Comissão Julgamento de Editais e Validação de Subsídio, que, no prazo máximo de 08 (oito) dias corridos do recebimento, analisará e atribuirá a pontuação correspondente, considerando o disposto no Edital, elaborando lista de classificação, com a respectiva suplência.

c) A relação dos selecionados e os suplentes será publicada com o título: Lista de classificação.

A documentação dos proponentes selecionados será analisada pela Comissão de Análise de Documentos para Editais e Subsídio

d) Proponentes inabilitados poderão ser convocados para sanar eventuais falhas na documentação no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após convocação.

1.3. Realizados todos os ritos e prazos, caberá à Coordenação da Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer a homologação e publicação do resultado definitivo do Concurso.



Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

II. SOBRE AS COMISSÕES DE ANÁLISE E DE SELEÇÃO DE INSCRITOS

2.1. O Secretário Municipal de Esportes, Cultura e Lazer nomeará a Comissão de Análise de Documentos para Editais e Subsídio, formada por 03 (três) membros, com a atribuição de examinar e decidir sobre a adequação da documentação apresentada em face das exigências do Edital.

2.2. A Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer, no uso de suas competências atribuídas pelo Decreto Municipal 8785 de 2020 nomeará a Comissão de Julgamento de Editais e Validação de Subsídio conforme parágrafo 7.1 do presente edital, cuja composição será tornada pública após o resultado final.

2.3. Não poderão integrar a Comissão de Julgamento de Editais e Validação de Subsídio:

- a) Pessoas diretamente ligadas aos inscritos neste concurso, bem como seus cônjuges ou parentes até o terceiro grau.
- b) Representantes de entidades artísticas, as quais sejam proponentes neste Edital.

2.4. A Comissão de Julgamento de Editais e Validação de Subsídio é soberana e tem autonomia para a análise técnica e para decisão quanto às inscrições, inclusive para desclassificar os que não atendam os requisitos mínimos exigidos neste Edital.

III. RECURSO DAS DECISÕES

3.1. Das decisões proferidas pela Comissão de Julgamento de Editais e Validação de Subsídio caberão recursos, sendo um único, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados a partir da publicação da respectiva lista de classificação no D.O.M..

3.1.1. No recurso não será aceita a apresentação de novos documentos.

3.2. Serão aceitos os recursos enviados até às 23h59min, do dia 30/11/2020, exclusivamente através do preenchimento de formulário em plataforma digital. O link do formulário deverá ser solicitado através do e-mail cotiaaldirblanc@gmail.com.

3.2.1. Não será aceito nenhum recurso protocolado nesta Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer ou recebido por via postal.

3.3. Compete à Comissão de Julgamento de Editais e Validação de Subsídio, juntamente com a Coordenação da Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer decidir definitivamente os recursos.

3.4. As respostas aos recursos serão publicadas no D.O.M, publicizado no site oficial da Prefeitura de Cotia. Cabe ao proponente interessado acompanhar as publicações.

IV. RECEBIMENTO DO PRÊMIO

4.1. A Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer convocará os proponentes habilitados que



Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

foram selecionados para assinar a DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO PRÊMIO E COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DAS AÇÕES por meio de publicação de COMUNICADO DE RESULTADO FINAL no D.O.M. e também por correspondência eletrônica ao e-mail cadastrado na plataforma de inscrição.

4.2. O proponente terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da publicação do Resultado Final no D.O.M., para:

a) Reencaminhar a DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO PRÊMIO E COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DAS AÇÕES devidamente assinada por correspondência eletrônica ao e-mail cotiaaldirblanc@gmail.com.

b) Somente serão aceitas correspondências eletrônicas enviadas do e-mail do proponente cadastrado na plataforma de inscrição.

4.2.1. DOCUMENTAÇÃO PARA PROPONENTE PESSOA JURÍDICA

a) Declaração, conforme Anexo III, indicando os dados bancários, obrigatoriamente em nome do proponente para depósito e movimentação exclusivos dos recursos financeiros transferidos pela Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer.

4.2.2. DOCUMENTAÇÃO PARA PROPONENTE PESSOA FÍSICA

a) Declaração, conforme Anexo III, indicando os dados bancários, obrigatoriamente em nome do proponente para depósito e movimentação exclusivos dos recursos financeiros transferidos pela Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer.

b) Cópia de comprovante de endereço de pelo menos 02 (dois) anos passados, contados até último dia de inscrição do Edital, conforme item IV (Parâmetros Específicos).

c) Cópia de comprovante de endereço atual, datado dos últimos três meses, conforme item IV (Parâmetros Específicos).

d) Caso seja assinatura por procuração essa deverá estar com firma reconhecida.

e) Caso seja assinatura por procuração apresentar também cópia dos documentos do representante que assinará a DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO PRÊMIO E COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DAS AÇÕES.

4.2.2.1. Os comprovantes de endereço poderão ser: lançamentos e/ou comunicados de tributos municipais, estaduais ou federais; contas de concessionárias de água, luz, gás, telefone, celular, cartão de crédito; correspondência bancária; contrato de aluguel, ou outro capaz de comprovar a residência ou domicílio, a juízo da Administração.



Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

4.3. Não serão aceitos protocolos da documentação e documentos com prazo de validade vencido.

4.4. Verificada a regularidade da documentação apresentada será assinada a DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO PRÊMIO E COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DAS AÇÕES.

4.5. O proponente não poderá ter o mesmo projeto que objetive a mesma etapa e/ou fase aprovado em outro edital da Lei Aldir Blanc, devendo optar por um deles, caso contemplado.

V. INFORMAÇÕES SOBRE SUPLENTE

5.1. A convocação de suplente ocorrerá caso o proponente selecionado não apresente a documentação para a assinatura da DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO PRÊMIO E COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DAS AÇÕES no prazo estipulado, conforme item 4.2, ou apresente a documentação contendo irregularidades que não possam ser sanadas dentro do prazo.

5.2. Os suplentes serão convocados imeditamente à medida em que houver disponibilidade orçamentária, imediatamente à conclusão da lista e confirmação.

5.2.1. Poderão ser destinados para a suplementação orçamentária, os recursos de subsídio aos espaços culturais, oriundo da Lei Emergencial Aldir Blanc.

5.3. A convocação dos suplentes obedecerá:

- a) A ordem classificatória de acordo com as notas atribuídas durante o processo de seleção, em atendimento ao item 7.1 (Parâmetros Específicos) do Edital;
- b) O(s) percentual(is) definido(s) no item 1.2 (Parâmetros Específicos) do Edital;

5.3.1. As convocações serão efetuadas de acordo com a demanda das listas descritas no item 5.3.

5.4. Os documentos constantes em “Parâmetros Específicos” do Edital, referentes aos suplentes, somente serão analisados no momento da convocação. Sendo garantido igual prazo de saneamento de falhas, conforme item VI (Parâmetros Específicos) do Edital.

VI. FORMA E PRAZO PARA PAGAMENTO

6.1. O valor do respectivo prêmio será depositado integralmente em conta-corrente, obrigatoriamente em nome do proponente, após a assinatura da DECLARAÇÃO DE



Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

RECEBIMENTO DO PRÊMIO E COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DAS AÇÕES.

6.1.1 O depósito será feito em até 06 (seis) dias após a assinatura da Declaração de Recebimento do Prêmio e Compromisso de Realização das Ações observado o disposto no item 6.2.

6.2. O pagamento está condicionado à disponibilidade Orçamentária e Financeira conforme Plano de Ação aprovado para execução de metas do Município em relação à Lei Aldir Blanc.

VII. DIVULGAÇÃO

7.1. O proponente deverá:

7.1.1. Mencionar a Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer de Cotia, o Governo Federal e a Lei Aldir Blanc nos créditos e em todo material de divulgação das ações realizadas com aporte dos recursos do prêmio (impresso, virtual e audiovisual), conforme regras previstas no Manual de Identidade Visual do Ministério do Turismo e Prefeitura de Cotia dispostos nos sites oficiais, após aprovação do Departamento de Comunicação Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer.

7.1.2. Para fins de aprovação, o material de divulgação em formato digital deverá ser enviado com o máximo de antecedência da realização das ações ao Departamento de Comunicação da Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer, para o e-mail cotiaaldirblanc@gmail.com

7.2. Os premiados poderão ser divulgados no site <http://cotia.sp.gov.br>.

7.3. Esclarecimentos de qualquer natureza referente a este Edital podem ser sanados através do e-mail cotiaaldirblanc@gmail.com ou através do telefone (11) 4148-6638.

VIII. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer, na aplicação das sanções, considerará a gravidade das faltas constatadas, para fins de dosimetria da penalidade imposta, dentre as legalmente previstas.

8.2. Os proponentes e seus responsáveis, que forem declarados inadimplentes em razão da inadequada aplicação dos recursos recebidos, ou pelo não-cumprimento, não poderão celebrar qualquer outro ajuste ou receber recursos do Município de Cotia até sanar jurídica e financeiramente junto ao Governo Federal e ao Governo Municipal.

8.3. Considera-se ainda como infração a não divulgação do apoio com aplicação das logo marcas da Prefeitura Municipal de Cotia, da Secretaria Municipal de Esportes Cultura e



Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

Lazer de Cotia, do Governo Federal, do Ministério do Turismo e da Lei Aldir Blanc e de seus símbolos, na execução de ações culturais e criativas em decorrência do prêmio, de acordo com o manual de aplicação das marcas.

8.4. Em qualquer hipótese, a aplicação de sanções dependerá de regular procedimento administrativo, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de até 15 (dias) dias úteis a partir da notificação para o e-mail do proponente e/ou publicação no D.O.M., com a respectiva disponibilização dos autos para consulta.

8.5. Além da desclassificação no presente Edital, o proponente que descumprir as demais obrigações nele previstas estará sujeito à:

a) Advertência, limitada a 3 (três);

b) Multa de 10% sobre o valor do prêmio, para faltas graves, considerando essas as que impeçam o regular prosseguimento do processo de premiação ou a utilização de recursos para finalidades alheias ao projeto premiado, ou para os casos de mais de 3 (três) advertências;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Cotia, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o órgão que aplicou a penalidade, que só será concedida se a proponente ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, em caso de falsidade material ou ideológica dos documentos e declarações apresentados na fase de inscrição.

IX. INFORMAÇÕES GERAIS

9.1. A inscrição do proponente e posterior recebimento do prêmio implica na prévia e integral concordância com as normas deste Edital, sendo este composto por Parâmetros Específicos, Parâmetros Gerais e Anexos.

9.2. Eventuais esclarecimentos ou dúvidas:

a) Sobre o conteúdo deste Edital, envie e-mail para cultura@cotia.sp.gov.br. Serão respondidas as dúvidas recebidas em até 48h do último dia das inscrições.

Sobre a utilização da plataforma de inscrição https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScpCurMDZQpSAbQ9dTPK_vJhTKb1m6PoB BEyxOY7cdsnULyg/viewform, o suporte técnico se dará através do e-mail cotiaaldirblanc@gmail.com ou pelo telefone (11) 4148-6638.

9.3. Integram o presente Edital:



Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

Parte I – Parâmetros Específicos.

Parte II – Parâmetros Gerais para Pessoa Jurídica ou Pessoa Física.

ANEXO I – Declaração de Inscrição.

ANEXO II – Declaração de que não possui inscrição no Cadastro Específico do INSS-CEI.

ANEXO III – Declaração de Conta Corrente.

ANEXO IV – Declaração de Recebimento do Prêmio e Compromisso de Realização das Ações.

Cotia, xx de outubro de 2020

Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer de Cotia



Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

LEI EMERGENCIAL ALDIR BLANC

EDITAL CONCURSO DE PRÊMIO Nº 01/2020 DENOMINADO “Benedito Pereira de Castro – ‘seu’ Dito da Congada”

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE INSCRIÇÃO

Eu,,
 RG nº, CPF nº, domiciliado
 à Rua/Av., nº.....
 complemento, Bairro.....,
 CEP, Município de Cotia.

(Em caso de proponente Pessoa Jurídica) Representante legal da Pessoa Jurídica
, CNPJ nº,
 sediada à Rua/Av., nº.....
 complemento, Bairro....., CEP,
 Município de Cotia, proponente do proposta denominada
 “.....” venho declarar que:

1. Tenho residência/domicílio, no caso de Pessoa Física, ou sede, no caso de Pessoa Jurídica, no Município de Cotia.
2. Tenho ciência e concordo com os termos do Edital.
3. Cumpro com as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, conforme artigo 117, parágrafo único, da Constituição do Estado de São Paulo.
4. Não estou impedido de licitar e contratar com a Administração Pública.
5. Não sou Servidor da Prefeitura Municipal de Cotia.
6. Estou ciente da condição do Edital em não executar mais de um projeto de produção no Estado e no Município com recursos da Lei Aldir Blanc, excetuando prêmio.

....., de.....de 2020.

.....
 Assinatura do Proponente

Obs.: Não será validado documento com assinatura fixada como imagem.



Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

LEI EMERGENCIAL ALDIR BLANC

EDITAL CONCURSO DE PRÊMIO Nº 01/2020 DENOMINADO “Benedito Pereira de Castro – ‘seu’ Dito da Congada”

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI INSCRIÇÃO NO CADASTRO ESPECÍFICO DO INSS-CEI

Eu,,
 RG nº, CPF nº, domiciliado
 à Rua/Av., nº.....
 complemento, Bairro.....,
 CEP, Município de Cotia, proponente do Projeto denominado
 “.....” venho
 declarar sob as penas da lei que não possuo inscrição no Cadastro Específico do INSS-CEI.

....., de.....de 2020.

.....
 Assinatura do Proponente

Obs.: Não será validado documento com assinatura fixada como imagem.



Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

LEI EMERGENCIAL ALDIR BLANC

EDITAL CONCURSO DE PRÊMIO Nº 01/2020 DENOMINADO “Benedito Pereira de Castro – ‘seu’ Dito da Congada”

”

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CONTA-CORRENTE

Eu,,
 RG nº, CPF nº, domiciliado
 à Rua/Av., nº.....
 complemento, Bairro.....,
 CEP, Município de Cotia.

(Em caso de proponente Pessoa Jurídica) Representante legal da Pessoa Jurídica
, CNPJ nº,
 sediada à Rua/Av., nº.....
 complemento, Bairro....., CEP,
 Município de Cotia, proponente do proposta denominada
 “.....” venho declarar que:

A conta-corrente abaixo identificada será utilizada para depósito e movimentação dos recursos transferidos pela Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer, para realização do projeto selecionado no Edital Concurso de Prêmio nº 01/2020 Denominado “Benedito Pereira de Castro – ‘seu’ Dito da Congada”:

Banco:

Agência:

Conta-corrente:

..... de..... de 2020.

.....
 Assinatura do Proponente

Obs.: Não será validado documento com assinatura fixada como imagem.



Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer

LEI EMERGENCIAL ALDIR BLANC

EDITAL CONCURSO DE PRÊMIO Nº 01/2020 DENOMINADO “Benedito Pereira de Castro – ‘seu’ Dito da Congada”

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO PRÊMIO E COMPROMISSO DE REALIZAÇÃO DAS AÇÕES

PROCESSO Nº ____ / ____

Eu,,
 RG nº, CPF nº, domiciliado
 à Rua/Av., nº.....
 complemento, Bairro.....,
 CEP, Município de Cotia.

(Em caso de proponente Pessoa Jurídica) Representante legal da Pessoa Jurídica
, CNPJ nº,
 sediada à Rua/Av., nº.....
 complemento, Bairro....., CEP,
 Município de Cotia, proponente do proposta denominada
 “.....” venho declarar que:

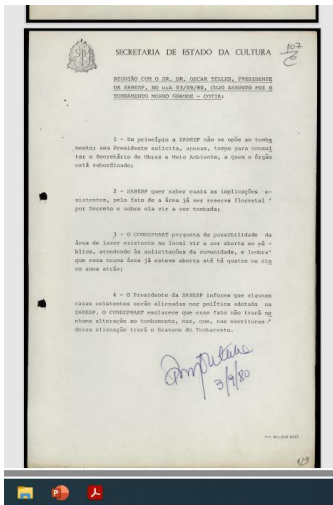
1. Executarei as ações no Município de Cotia, conforme proposta enviada.
2. Responsabilizar-me-ei pelos compromissos e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial, bancária, intelectual (direito autoral, inclusive os conexos, e de propriedade industrial), classificação indicativa, bem como quaisquer outros resultantes do recebimento do prêmio.
3. Mencionarei aplicando as logos marcas da Prefeitura Municipal de Cotia, da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer de Cotia, do Governo Federal e do Ministério do Turismo e a Lei Aldir Blanc nos créditos e em todo material de divulgação (impresso, virtual e audiovisual), conforme manual de identidade visual de cada ente federado.
4. Enviarei, para fins de aprovação, o material de divulgação em formato digital referente à execução do projeto com no mínimo 10 (dez) úteis de antecedência de sua realização ao Departamento de Comunicação da Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer, por meio do e-mail cultura@cotia.sp.gov.br.

..... de..... de 2020.

.....
 Assinatura do Proponente

Obs.: Não será validado documento com assinatura fixada como imagem.

Anexo II



Autorização de Uso de Imagem, Som de Voz e Nome e de Fotos e documentos

Eu, _____, autorizo o uso de minha imagem, som da minha voz e nome por mim revelados em depoimento pessoal concedido e, além de todo e qualquer material entre fotos e documentos por mim apresentados, INFINITAMENTE, para compor o vídeo-depoimento para a tese de doutorado que será defendida por Vilma Cristina Soutelo Assunção na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E que estas sejam destinadas à divulgação ao público em geral e/ou para formação de acervo histórico .

A presente autorização abrange os usos acima indicados tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros) como também em mídia eletrônica (programas de rádio, podcasts, *vídeos* e filmes para televisão aberta e/ou fechada, documentários para cinema ou televisão, entre outros), Internet, Banco de Dados Informatizado *Multimídia*, “home video”, DVD (“digital video disc”), suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e formação de acervo sem qualquer ônus a PUC-SP ou terceiros por esses expressamente autorizados, que poderão utilizá-los em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza sócio-cultural voltada à preservação da memória, em todo território nacional e no exterior.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem ou som de voz, ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Cotia, ____ de _____ de 20__.

Assinatura

Nome:
Endereço:
Cidade:
RG N°:
Telefone para contato:
Nome do Representante Legal (se menor):

